

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Maíra Ramirez Nobre

LEVANTES URBANOS
O ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008

Belo Horizonte
2019

Maíra Ramirez Nobre

Levantes Urbanos
O ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008

Versão final

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para o título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Linha de Pesquisa: Paisagem e Ambiente

Orientadora: Profa. Dra. Natacha Silva Araújo Rena

Belo Horizonte
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

N754I

Nobre, Maíra Ramirez.

Levantes urbanos [manuscrito] : o ciclo de lutas pós-crise do capitalismo de 2008 / Maíra Ramirez Nobre. - 2020.

271f. : il.

Orientador: Natacha Silva Araújo Rena.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Rebeliões - Teses. 2. Movimentos sociais urbanos - Teses. 3. Movimentos de protesto - Teses. 4. Globalização - Teses. 5. Neoliberalismo - Teses. I. Rena, Natacha Silva Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 303.484

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG.

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA Maíra Ramirez Nobre nº de matrícula 2017714024 DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, às quinze horas, na sala 315 da Escola de Arquitetura, situada à Rua Paraíba, número seiscentos e noventa e sete, bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte, reuniu-se a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho "Levantes Urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008" requisito final para a obtenção do grau de Mestre, na área de concentração "Bens Culturais, Tecnologia e Território". Abrindo a sessão, a orientadora professora doutora Natacha Silva Araújo Rena, após expor as Normas Regulamentares do Trabalho Final, pediu para a aluna iniciar a apresentação do seu trabalho. Seguiu-se arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após a comissão reuniu-se, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

Aprovação

Aprovação com solicitação das revisões constantes nesta ata, no prazo de ___ dias

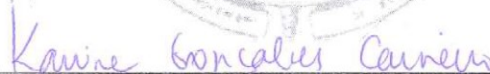
Reprovação

Obs:.....

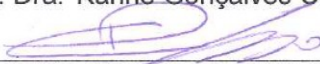
O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Comissão Examinadora:



Prof. Dra. Karine Gonçalves Carneiro (UFOP)

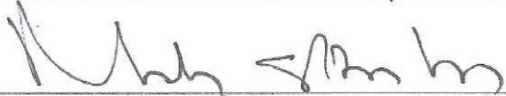


Prof. Dr. Paolo Colosso (USP)

Prof. Dr. Marcus Abílio Gomes Pereira (FAFICH/UFMG)

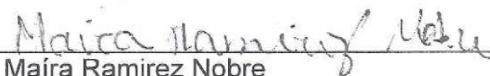
AUSENTE

Suplente:



Prof. Dra. Marcela Silviano Brandão Lopes (EA/UFMG)

Ciente:

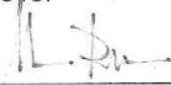


Maíra Ramirez Nobre

Atesto que as alterações exigidas serão cumpridas.

Belo Horizonte, 26 de junho de 2019.


Orientadora:



Prof. Dra. Natacha Silva Araújo Rena (PACPS/UFMG)

Homologado pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação do curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável em

Coordenadora:



Prof. Dra. Yacy Ara Froner Gonçalves "ad referendum"

Prof. Dra. Yacy-Ara Froner
Coordenadora
Programa de Pós-Graduação em Ambiente
Construído e Patrimônio Sustentável (PACPS)
Escola de Arquitetura/UFMG

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar à Deus, não só pela vida, mas pelo cuidado com que sempre tratou meu caminho abrindo portas e me presenteando com pessoas especiais. As aqui citadas, mais que amigas, são companheiras de um percurso que, ainda que árduo e controverso, como a própria pesquisa, foi feito com muita risada, amor e aprendizado.

À minha mãe, agradeço pela presença em todos os momentos e amor incondicional. Por ser a melhor amiga e parceira que eu poderia ter, pelos braços dispostos a abraçar sempre que eu precisava, ainda que não dissesse, pela paciência nos meus momentos de estresse, cansaço e ansiedade, pela partilha da vida, pelo ensinamento da fé e do amor, pela sensibilidade. Por ter ouvido atentamente cada vez que eu aprendia algo novo e queria contar ou debater, pela dedicada revisão deste texto, pela vida que compartilhamos de forma alegre, agora na mesma casa. Por me proporcionar sempre o melhor que pode e por me ensinar quando eu erro, pelo carinho e amizade que nunca faltaram, por ser meu exemplo de luta contra as desigualdades e injustiças. Pela força mesmo quando parecia não ser possível e pelo sangue da Companheira Joana que corre nas minhas veias. Muito obrigada por tudo que foi e que ainda será, mãe.

Ao meu pai agradeço a amizade e o exemplo, o sonho compartilhado e as muitas horas de conversa. Por conhecer meus segredos e cuidar deles como se fossem seus e por respeitar sempre quem eu sou e o caminho que escolho seguir. Pelo afeto sempre presente e olhos de carinho, o amor intenso e indubitável, infindável. Por muitas vezes acreditar em mim mais que eu mesma e me dar coragem para seguir. Por estar ao meu lado quando a vida se torna difícil demais de carregar e por embebedar meus dias de arte, literatura e poesia. Agradeço pela presença alegre, pela filosofia e sociologia, pelo amor ao conhecimento que me ensinou sentir. Por fim, muito obrigada pelo maior presente que já ganhei na vida, o Tom. A quem agradeço a leveza e sinceridade, o amor que, como diz ele é maior que infinito vezes infinito. Pela forma como sorri e me abraça. Por me ensinar tanto a todo momento.

Aos Ramirez, agradeço a família. Esse sentimento de unidade e amor mesmo na diferença. Pela disponibilidade em ajudar e estar junto. Ao seu Chico, em especial, um agradecimento pela grandiosidade. Aos Nobre, obrigada pela presença mesmo na distância e diferença, pelas conversas e vinhos compartilhados, pelo sertão que corre nas minhas veias e

me faz ver o mundo sempre de um jeito diferente.

Agradeço muito aos Freuden porque o que temos é eterno. É muito bom saber que, mesmo na distância, estamos juntos e que amizade como essa não tem fim. Já se vão quase vinte anos e dizem que amigo de infância é prá sempre. Falando nisso, um obrigada especial ao B2 por ter voltado, ou melhor, por nunca ter ido. Mas obrigada por ter reaparecido neste momento e partilhado comigo tanto do percurso que finalizo aqui. Aos amigos e professores de São João, agradeço a formação e os ensinamentos. Ao Rafa, em especial, a tutoria, como diz ele. Obrigada por ter me acompanhado em todo o percurso acadêmico, cuidando de mim, mostrando caminhos, atravessando barreiras, por estar sempre disponível a ajudar e orientar e por me conhecer tão bem a ponto de conseguir dar os conselhos certos ainda que sem saber direito o que está acontecendo. À Flávia, um muito obrigada pela amizade e presença pelas trocas, pelos conselhos e pelo amor.

À Natacha é preciso agradecer muito. Muito obrigada pelas inúmeras portas abertas, pela forma como me recebeu inteira e cheia de confiança, me apresentando um pouco deste mundo confuso que habita sua cabeça. Obrigada pelo conhecimento despejado, quase que sem cuidado sobre mim, mas que me proporcionou aprendizado e crescimento inimagináveis, pelas pesquisas e grupos de estudo, pelos estágios e artigos, pela coragem. Obrigada porque o tempo todo confiou em mim, abriu os espaços e me deu condições de ir construindo este sonho. Mas, mais do que isso, obrigada pela amizade e companheirismo de vida e de luta, pela capacidade de ensinar, paciência de ouvir e disponibilidade em aprender junto. Pelos jantares, vinhos, porres, risadas, festas, confissões, conversas e por tudo mais que ainda há de vir. Pelo Indisciplinar e esse monte de gente incrível que você traz para perto a quem eu tenho muito a agradecer. Então, obrigada a todos os membros do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, à Marcela, em especial, pelos muitos ensinamentos, debates e pela construção com tanto empenho da Pesquisa Territórios Populares. Ao Danilo e ao Henrique, meus parceiros da vida, ou melhor, meus maridos, companheiros de jornada. Por estarmos sempre juntos, nos piores e melhores momentos deste último um ano e meio. Pelas aulas, reuniões e reuniões (rs), pela 411 quase como nossa casa, pelas discussões intensas que sempre fazem a gente aprender muito, até quando o Henrique sai bravo do bar. O Henrique que tanto me ajudou na construção deste

texto, que preencheu planilhas infundáveis e que cada dia que passa se torna um amigo mais presente. Muito obrigada, meu amor. Ao Danilo, por sua vez, que esteve comigo desde o primeiro dia de PACPS aguentando todas as bombas e partilhando as inúmeras alegrias, muito obrigada por ter sido meu grande companheiro nessa jornada. Agradeço em especial também ao Felipe, à Ana, à Lygia e à Jess pelo trabalho que desenvolvemos juntos e foi fundamental para esta pesquisa. À Susan, pela energia boa que sempre alegra meu dia quando a gente se encontra.

Aos amigos de Belo Horizonte pela companhia, conversas e compreensão das minhas inúmeras ausências.

Ao PACPS pela oportunidade e a cada professor pelos ensinamentos. À Yaci-ara pela dedicação ao programa. À Escola de Arquitetura da UFMG e todos os seus funcionários pelo acolhimento e por cuidarem e desenharem cotidianamente este espaço tão especial.

A todos os alunos das disciplinas em que fiz estágio, obrigada por me ensinarem tanto, mas em especial aos da ACR 037 pela contribuição direta a esta pesquisa.

Por fim, à banca de qualificação composta por Marcus Abílio, Marcela Brandão e Natacha Rena, pela atenção e carinho com que leram, orientaram e avaliaram o trabalho e à banca final, formada pelos menos e pela querida Karine Carneiro.

Epígrafe

Devemos evitar o essencialismo aqui: não existe um único objetivo 'real' perseguido pelos manifestantes, algo capaz de, uma vez concretizado, reduzir a sensação geral de mal-estar. O que a maioria dos manifestantes compartilha é um sentimento fluido de desconforto e descontentamento que sustenta e une demandas particulares. Aqui, novamente, o velho lema de Hegel de que 'os segredos dos antigos egípcios eram segredos também para os próprios egípcios' mantém-se plenamente; a luta pela interpretação dos protestos não é apenas 'epistemológica'; a luta dos jornalistas e teóricos sobre o verdadeiro teor dos protestos é também uma luta 'ontológica', que diz respeito à coisa em si, que ocorre no centro os próprios protestos. Há uma batalha acontecendo dentro dos protestos sobre o que eles próprios representam: é apenas uma luta contra a administração de uma cidade corrupta? Contra o regime islâmico autoritário? Contra a privatização dos espaços públicos? O desfecho dessa situação está em aberto, e será resultado do processo público atualmente em curso. (ZIZEK, 2013, p. 103).

Resumo

Após a crise do capitalismo de 2008 importantes partes do mundo foram tomadas por uma sequência de levantes urbanos que tinham como principal característica a ocupação de redes sociais, ruas e praças. Cidades como Túnis, Cairo, Nova Iorque, Madri e São Paulo foram palco de manifestações de milhares de ativistas que levantaram as mais diversas pautas. Compostas por integrantes dos novíssimos movimentos sociais, estas lutas foram marcadas pela gestação de uma nova forma de organização que modificou profundamente as bases dos movimentos clássicos e novos. Os ativistas, diferentes dos militantes, foram deixando de lado uma estrutura arbórea de organização e se reinventando segundo uma lógica rizomática, ou seja, em redes horizontais, autogeridas, flexíveis, descentralizadas, adaptáveis, que, segundo a própria definição, se espalham como ervas daninhas. Esta “novíssima” forma de se levantar tomando redes e ruas é parte de um processo que vem acontecendo em vários lugares do mundo, principalmente a partir da década de 1980, com a aceleração da globalização e crescimento exponencial do neoliberalismo. As características de rizoma não são exclusivas das organizações contemporâneas das resistências, mas fazem parte da própria lógica neoliberal. Neoliberalismo representa uma razão de mundo da qual nenhum sujeito ou Estado é capaz de escapar. Ou seja, atravessa também a biopotência da multidão que a ele tenta resistir. Perante esta situação contraditória, aponta-se para a necessidade de uma compreensão mais profunda da complexidade envolvida nestes processos, que nesta dissertação englobam: narrativas, pautas, antagonismos, financiamentos, atores e agenciamentos. Para que seja possível a realização desta análise é preciso entender que existem dois principais espaços para a atuação destes levantes que contaram com a criação de uma intensa rede de comunicação e afetos: a cidade (principalmente ruas e praças) e a internet (principalmente as redes sociais), sendo assim, o desenvolvimento de uma investigação tecnopolítica é primordial para a construção desta pesquisa. Ela se dará, principalmente, por meio da análise de três levantes que tiveram destaque neste ciclo de lutas desde 2008: o 15M da Espanha, o Occupy Wall Street de Nova Iorque, em 2011 e as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil.

Palavras-chave: Levantes. Novíssimos movimentos Sociais. Globalização. Neoliberalismo. Resistência.

Abstract

After the 2008 crisis of capitalism important parts of the world were taken by a sequence of urban uprisings that had as main feature the occupation of social networks, streets and squares. Cities such as Tunis, Cairo, New York, Madrid and Sao Paulo were the scene of demonstrations by thousands of activists who championed the most diverse agendas. Composed of members of the very new social movements, these struggles were marked by the creation of a new form of organization that profoundly modified the bases of the more traditional and newer movements. The activists, different from the militants, have left aside a tree structure of organization and reinvented themselves according to a rhizomatic logic, that is, horizontal webs, self-managed, flexible, decentralized, adaptable networks that, according to themselves, spread like weeds. This "brand-new" way of rising by taking networks and streets is part of a process that has been happening in various parts of the world, especially since the 1980s, with the acceleration of globalization and exponential growth of neoliberalism. The rhizome characteristics are not unique to contemporary resistance organizations, but they are part of the neoliberal logic itself. Neoliberalism represents a world reason from which no subject or State is able to escape. That is, it also crosses the biopower of the multitude that it tries to resist. In view of this contradictory situation, it is necessary to have a deeper understanding of the complexity involved in these processes, which in this dissertation include: narratives, agendas, antagonisms, financing, actors and agencies. In order to be able to carry out this analysis, it is necessary to understand that there are two main spaces for the action of these uprisings that had the creation of an intense network of communication and affections: the city (mainly streets and squares) and the internet (mainly social networks), and thus, the development of a technopolitical research is fundamental for the construction of this investigation. It takes place mainly through the analysis of three uprisings that have been highlighted in this cycle of struggles since 2008: Spain's 15M, Occupy Wall Street in New York in 2011 and the 2013 June Journeys, in Brazil.

Keywords: Uprising. Brand new social movements. Globalization. Neoliberalism. Resistance.

Lista de Ilustrações

<i>Diagrama 1 - Estrutura da dissertação.</i>	21
<i>Diagrama 2 - A ação é assumida: ator humano + ator não-humano + narrativas + CONEXÕES + ARRANJOS.</i>	38
<i>Diagrama 3 - Mapeamento das Controvérsias</i>	39
<i>Diagrama 4 - Indicações para leitura da linha do tempo.</i>	45
<i>Diagrama 5 - Estrutura do Grupo de Pesquisa Indisciplinar</i>	57
<i>Diagrama 6 - Estrutura da Pesquisa Geopolítica e Território</i>	58
<i>Diagrama 7 - Platôs</i>	59
<i>Diagrama 8 - Platô 1 - Das revoluções aos levantes: uma abordagem conceitual das resistências</i>	60
<i>Diagrama 9 - Platô 2 - Globalização, Neoliberalismo e as disputas geopolíticas.</i>	82
<i>Diagrama 10 - Platô 3 - Globalização por baixo: as tecnopolíticas dos novíssimos movimentos sociais</i>	113
<i>Diagrama 11 - Platô 4 - Revolução urbana e direito à cidade</i>	127
<i>Diagrama 12 - Atravesamentos</i>	156
<i>Diagrama 13 - Atravessamento - 15M.</i>	157
<i>Diagrama 14 - Atores figurados nas narrativas e ventos do 15M</i>	159
<i>Diagrama 15 - Principais atores figurados no 15M</i>	164
<i>Diagrama 16 - Democracia Real Ya: participação no 15M e agenciamentos</i>	165
<i>Diagrama 17 - Redes Sociais: participação no 15M e agenciamentos</i>	170
<i>Diagrama 18 - Assembleia: participação no 15M e agenciamentos</i>	178
<i>Diagrama 19 Atravessamento - Occupy Wall Street</i>	189
<i>Diagrama 20 - Atores figurados nas narrativas e eventos do Occupy Wall Street (2011)</i>	197
<i>Diagrama 21 - Principais atores figurados no Occupy Wall Street</i>	199
<i>Diagrama 22 - Solidariedade: participação no Occupy Wall Street e agenciamentos</i>	200
<i>Diagrama 23 - occupyallst.org: participação no Occupy Wall Street e agenciamentos</i>	207
<i>Diagrama 24 - Adbusters: participação no Occupy Wall Street e agenciamentos</i>	210
<i>Diagrama 25 - Anonymous: participação no Occupy Wall street e agenciamentos</i>	213
<i>Diagrama 26 - Fluxo de consenso e sinais manuais no movimento Occupy.</i>	215
<i>Diagrama 27 - Atravessamento - Jornadas de Junho de 2013.</i>	219
<i>Diagrama 28 - Principais atores figurados nas Jornadas de Junho de 2013.</i>	226
<i>Diagrama 29 - Movimento Passe Livre: participação nas Jornadas de Junho de 2013 e agenciamentos.</i>	228
<i>Diagrama 30 - Atores figurados nas narrativas e relatos das Jornadas de Junho de 2013</i>	232
<i>Diagrama 31 - COPAC: participação nas Jornadas de Junho de 2013 de agenciamentos</i>	236
<i>Diagrama 32 - Assembleia Popular Horizontal: participação nas Jornadas de Junho de 2013 e agenciamentos.</i>	240
<i>Gráfico 1 - Visor de la carga emocional el día 15 de Mayo de 2011. Muestra la alta emocional y velocidad de la red el mismo 15 de mayo.</i>	173
<i>Linha do Tempo 1 - O Direito à Cidade.</i>	145
<i>Linha do Tempo 2 - Esvaziamento do conceito direito à cidade.</i>	148
<i>Linha do Tempo 3 - Levantes pelo transporte de 2003 a 2013</i>	246

<i>Montagem 1 - Linha do Tempo Egito ACR 037</i>	40
<i>Montagem 2 - Linha do Tempo Tunísia ACR037</i>	40
<i>Montagem 3 - Linha do Tempo 15M ACR 037</i>	41
<i>Montagem 4 - Linha do Tempo Occupy Wall Street - ACR 037</i>	41
<i>Montagem 5 - Linha do Tempo Jornadas de Junho de 2013 - ACR 037</i>	41
<i>Montagem 6 - Linha do Tempo 15M</i>	43
<i>Montagem 7 - Linha do Tempo Occupy Wall Street</i>	43
<i>Montagem 8 - Linha do Tempo Jornadas de Junho de 2013</i>	43
<i>Montagem 9 - Ilustração dos diagramas utilizados para análise das Jornadas de Junho de 2013</i>	47
<i>Montagem 10 - Dilma pressionada por grupos de direita e de esquerda</i>	229
<i>Montagem 11 - Propaganda da Fiat Vem pra rua</i>	251
<i>Montagem 12 - Johnnie Walker - O gigante acordou</i>	251
<i>Nuvem de Palavras 1 - Artigo O Direito à Cidade (HARVEY, 2008)</i>	142
<i>Nuvem de Palavras 2 - Documentos Temáticos Habitat III: cidades inclusivas (ONU, 2016)</i>	154
<i>Quadro 1 - Revolução, Reforma, Revolta e Levante, uma análise conceitual</i>	75
<i>Quadro 2 - Levantes pelo transporte de 2003 a 2013</i>	243

Lista de Abreviaturas e Siglas

APH	Assembleia Popular Horizontal
CIU	Convergência e União
CMI	Capitalismo Mundial Integrado
COPAC	Comitê de Atingidos pela Copa
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MP	Ministério Público
MPL	Movimento Passe Livre
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial de comércio
ONG	Organização Não Governamental
PC	Partido Comunista
PCO	Partido da Causa Operária
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PP	Partido Popular
PPP	Parceria Público Privada
PSOE	Partido Socialista Operário Espanhol
Psol	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
TAR	Teoria do Ator Rede
TINA	“There is no alternative” (Thatcher)
UNE	União Nacional dos Estudantes

Sumário

1 INTRODUÇÃO	15
2 MÉTODO	25
2.1 Revisão teórica e formulação do método de desenvolvimento e análise da pesquisa	25
2.2 Cartografia das Controvérsias	35
2.3 Os percursos para construção desta cartografia das controvérsias	48
PARTE 1 - PLATÔS: UMA ANÁLISE CONCEITUAL	59
3 DAS REVOLUÇÕES AOS LEVANTES: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS RESISTÊNCIAS	60
3.1 As resistências contemporâneas e os novíssimos movimentos sociais	76
4 NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO	82
4.1 Neoliberalismo	84
4.2 Globalização	98
4.3 A globalização, a justiça social, os direitos e a liberdade	108
5 GLOBALIZAÇÃO POR BAIXO: AS TECNOPOLÍTICAS DOS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS	113
6 REVOLUÇÃO URBANA E DIREITO À CIDADE	127
6.1 A crise do capitalismo e os levantes urbanos, uma leitura de Harvey	129
6.2 Direito à cidade, um conceito em disputa	140
PARTE II - ATRAVESSAMENTOS: OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS LEVANTES URBANOS	156
7 O MOVIMENTO 15M	157
7.1 A construção do 15M: ocupação das redes e produção de afetos	162
7.2 A construção do 15M - ocupação das praças	175
7.3 O 15M como representante dos novíssimos movimentos sociais	180
7.4 Depois do 15M	184
8 O OCCUPY WALL STREET	189
9 AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013	219
9.1 Contextualização histórica, território e geopolítica	241
9.2 O Brasil Depois das Jornadas de Junho de 2013	255
PARTE III: FINAL	257
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	257
REFERÊNCIAS	263

1 INTRODUÇÃO

Na introdução do livro *Levantes*, de Georges Didi-Huberman (2017), uma pergunta é colocada: o que faz com que os sujeitos se sublequem? Talvez seja esta também a pergunta disparadora desta dissertação, acompanhada de inúmeras outras que aparecerão por vezes fortes, noutras quase apagadas. O que leva os corpos a se levantarem? Entre sonhos, paixões, manipulações e cooptações, de onde vem e para onde vão as potências envolvidas nestes levantes? O que há de coletivo no gesto? O que existe entre o individualismo e a multidão? Como se organiza um levante? Como os movimentos sociais atuam? Quais as mudanças estes movimentos sofreram ao longo do tempo? Até onde reverbera um grito? De onde ele vem? Na ausência de fronteiras globais, na disputa por poder mundial, o que está em jogo quando os corpos se levantam? O que há entre o digital e o território? Neste trabalho busca-se alcançar o transescalar. Aquilo que transita entre o íntimo e o global, o micro e o macropolítico, o cotidiano e a projeção do controle.

De todos os levantes brasileiros dos quais se tem conhecimento, as Jornadas de Junho de 2013 é, atualmente, o mais incômodo. Pelo fato de ainda se fazerem presentes ou, quem sabe, por não terem acabado, por estarem imersas e diluídas em desdobramentos quase que cotidianos. Nesse momento específico (maio de 2019), em que estudantes ensaiam um retorno potente às ruas tendo como foco a educação, as Jornadas de Junho de 2013 se traduzem em modelo e questão, impulso e medo. Há de se questionar o que repetir e quais erros evitar. É preciso uma análise profunda do que se faz potência ou cilada e, até mesmo, das articulações e disputas internas como as travadas entre os movimentos sociais clássicos e os novíssimos que envolvem a articulação (ou não) da causa estudantil com a trabalhista (lembrando a questão da Previdência Social neste momento atual).

Assim, dispôr-se agora ao pensamento sobre o significado do que tem-se denominado levantes urbanos, nos quais o brasileiro se insere como um dos principais, é, indubitavelmente, desejar adentrar o nebuloso mundo de disputas que vão desde o território até a escala global e que se influenciam mutuamente a todo momento. É mergulhar no universo das potências micro

e macropolíticas, mas compreendendo sua inserção nos processos de intensificação da globalização e do neoliberalismo aos quais estão imersas.

Diversas indagações estão presentes quando o tema abordado diz dos gestos resistentes que têm sido produzidos e reproduzidos com intensidade na contemporaneidade. Vários textos publicados e hipóteses assumidas, mas o fato é que ninguém conseguiu compreender ao certo os inúmeros estilhaços que levaram aos atos e os possíveis desdobramentos que podem ser observados das potências aparentemente incontroláveis que tomaram o Brasil e o mundo nos últimos dez anos.

Muitos, a exemplo de Manuel Castells (2012); Bruno Cava (2013); Giuseppe Cocco (2013), atribuem espontaneidade às Jornadas de Junho de 2013 (ou ao menos ao seu período inicial) e a outros movimentos progressistas que tomaram surpreendentemente as ruas de importantes cidades do mundo, como a Primavera Árabe (2011), o 15M (2011) e o Occupy Wall Street (2011). Há quem entenda a maioria desses levantes enquanto oposição à governos intoleráveis, sejam eles ditatoriais ou corruptos, ou quem vincule parte deles à uma ação do imperialismo norte americano. Ainda existem aqueles que relacionam alguns destes levantes ao processo de globalização neoliberal, ligado a grupos representantes do capital transnacional. De forma que, para que seja possível compreender de maneira ampla e complexa estes levantes, é preciso analisar em diversas escalas (do local ao global) as forças internas e externas que atuaram sobre eles, expondo eventos, atores envolvidos e interesses que reverberam, ainda hoje, no cenário geopolítico mundial.

Pode-se dizer que, no ocidente, a passagem do capitalismo fordista para o pós fordista, o surgimento e aprimoramento da internet, a intensificação dos processos de globalização e neoliberalismo e as crises do planejamento urbano e de representatividade política, são exemplos de elementos que influenciaram a emergência de novas formas de levantes e ações coletivas, inseridas na esfera do que Maria da Glória Gohn (2014a) entende como novíssimos movimentos sociais e Castells (2013) chama de movimentos sociais em rede. Muito expressivos durante as primeiras décadas do século XXI, estes novíssimos movimentos se contrapõem, de alguma forma, aos novos e clássicos, seja em sua organização interna, nas pautas abordadas ou

nas estratégias de luta, o que acaba gerando agenciamento¹ diversos e disputas intensas. Pode-se citar como parte desses movimentos em rede todos os levantes da Primavera Árabe de 2010 e 2011; o 15M que ocorreu na Espanha em 2011, o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, 2011 e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Há várias semelhanças entre estes eventos que vão além da temporalidade, passando também pelas pautas, modo de organização e veiculação das ideias, grupos envolvidos e desdobramentos políticos, econômicos e sociais. Em contrapartida, existem, também, diferenças e contradições que serão apontadas ao longo desta investigação. A título de introdução anuncia-se a necessidade de atenção particular dos quadros políticos econômicos e sociais de cada país, incluindo uma análise da forma como foram atingidos pela crise do capitalismo de 2008. Observa-se de antemão que as situações de Espanha, Estados Unidos e Brasil eram diferentes, apesar de ser possível encontrar similaridades nos pares, como, por exemplo, o fato de os dois primeiros terem sido mais afetados pela crise em seu período inicial, como apontam respectivamente Harvey (2014) e Castells (2013). O Brasil, por sua vez vivia um período de crescimento econômico e, nas palavras do Presidente Lula, a crise chegou no país como uma “marolinha”².

Esta pesquisa se propõe, então, a uma análise geral deste contexto de levantes urbanos ocorridos após a crise do capitalismo de 2008, analisando questões conceituais, geopolíticas e territoriais, atravessadas por debates acerca das potências mundiais, dos processos de expansão da globalização e do neoliberalismo, das redes sociais e do espaço urbano como palco e pauta das manifestações. De forma específica, a título de aprofundamento da investigação, serão realizadas análises de três levantes em particular: (i) 15M (Espanha, 2011); (ii) Occupy Wall Street (Estados Unidos, 2011); (iii) Jornadas de Junho de 2013 (Brasil, 2013). A escolha destes levantes que, neste trabalho receberão o nome de *atravessamentos* (a estrutura da pesquisa com seus títulos será exposta em seguida), se deu pelas seguintes razões: (i) era necessário um recorte tendo em vista a impossibilidade de analisar todos os levantes do

¹ Agenciamento neste texto, como será melhor explicado na parte destinada ao método, é abordado segundo o conceito de Deleuze e Guattari podendo ser entendido como: “Um agenciamento em sua multiplicidade trabalha forçosamente, ao mesmo tempo, sobre fluxos semióticos, fluxos materiais e fluxos sociais (independentemente da retomada que pode ser feita dele num corpus teórico ou científico). (DELEUZE; GUATTARI; 1995, p. 16).

² Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>. Acesso em: 06 de junho de 2019).

período - a escolha de três se justifica pelo tempo disponível para análise; (ii) o 15M apresentou-se como uma inovação dentre estes processos, uma espécie de laboratório tecnopolítico que merece uma investigação mais cuidadosa não só pela articulação profunda que estabeleceu entre as redes e as ruas, mas também pela criação de diversas plataformas de luta e política (das quais pode-se citar a N-1 e as plataformas municipalistas Ahora Madrid e Barcelona en Comú), funcionando como modelo e estímulo para outras localidades - este levante inspirou significativamente os outros dois que serão analisados; (iii) o Occupy Wall Street, por sua vez, apresenta-se como uma incógnita geopolítica não só pelo fato de os Estados Unidos terem sido os primeiro atingidos pela crise do capitalismo de 2008, mas, principalmente, por representarem uma das maiores potências mundiais, tendo um líder de grande popularidade - até mesmo para os setores da esquerda - questionado nas ruas como parte integrante do sistema desigual estabelecido pela rede de capital financeiro; (iv) já as Jornadas de Junho de 2013 não poderiam ficar de fora, o que ocorre não só por terem acontecido no Brasil, mas devido à situação política, econômica e social peculiar apresentada pelo país que conseguira, até o período, ser pouco atingido pela crise internacional, de modo a manter bons níveis de emprego e crescimento econômico; (v) por fim, justifica-se a não entrada da Primavera Árabe³ neste escopo, mesmo tendo sido uma das experiências mais relevantes deste ciclo de lutas, o que se dá devido à sua amplitude e complexidade que não seria possível abarcar no tempo destinado ao desenvolvimento da pesquisa.

Buscar compreender estes novíssimos movimentos sociais e sua atuação nos levantes contemporâneos é um desafio que requer o delineamento de algumas questões centrais: (i) os levantes analisados foram espontâneos? (ii) Quais aproximações e afastamentos podem ser encontrados entre contextos tão distintos? (iii) Como eles se organizam? (iv) De que estilhaços se formaram e quais foram seus desdobramentos? (v) Qual a influência do contexto geopolítico sobre os processos revolucionários aqui tratados? (vi) Em um contexto global, qual a influência que cada levante estabeleceu sobre o próximo? Como isso se deu?

³ As manifestações da Primavera Árabe tiveram início no ano de 2010, na Tunísia, mas já em 2011 se estenderam por vinte países: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Comores, Djibouti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Marrocos, Mauritânia, Omã, Catar, Síria, Somália e Sudão.

Desta forma, define-se como objetivo geral da pesquisa investigar de forma transescalar o ciclo de lutas urbanas que aconteceu após a crise do capitalismo de 2008, destacando os movimentos 15M (2011), Occupy Wall Street (2011) e Jornadas de Junho de 2013. Tendo em vista a complexidade e amplitude do tema, propõe-se que a investigação se apoie em três bases temáticas, denominadas *platôs*, que determinarão os recortes e pontos de vista estabelecidos pela pesquisa. São eles: (i) platô 1 - Das revoluções aos levantes: uma abordagem conceitual das resistências; (ii) platô 2 - Globalização, neoliberalismo e as disputas geopolíticas; (iii) platô 3 – Globalização por baixo; (iv) platô 4 - Revolução urbana e direito à cidade.

A escolha destes *platôs* não se deu de forma prévia ou impositiva. Eles foram se consolidando segundo a necessidade de abordar determinados temas no intuito de compreender uma ou outra característica do ciclo de lutas analisados. Estes *platôs* funcionam como elementos de uma investigação geral que foram se fazendo periodicamente necessários. Da mesma forma que alguns temas e conceitos foram gradativamente inseridos na análise, outros foram descartados ou deslocados. Em termos gerais o que está aqui expresso é um processo de compreensão teórica realizado de forma não linear, repleto de interrupções e desdobramentos, não havendo uma justificativa específica de sua escolha, mas, ao contrário, uma compreensão da necessidade de abri-los no intento de tocar, ampliar e complexificar a análise proposta. O que é possível dizer, neste momento é que se trata de uma espécie de glossário conceitual (de temas que se apresentaram fundamentais para a construção geral do debate) atravessado pela análise sobre os movimentos e alguns pensamentos pessoais que foram, da mesma forma, sendo construídos e destruídos.

Como objetivos específicos desta pesquisa pode-se citar: (i) compreender formas de ação e articulação dos novíssimos movimentos sociais e sua relação com as redes; (ii) investigar de que maneiras os levantes analisados articularam suas resistências, já que estão inseridos em um contexto neoliberal que acomete todo o planeta; (iii) analisar como a internet contribuiu para a construção destes levantes; (iv) investigar possíveis processos de produção e cooptação destes movimentos visando benefício de forças hegemônicas; (v) pensar a cidade como espaço fundamental para a articulação e organização de lutas contemporâneas; (vi) entender as disputas estabelecidas entre os diferentes espectros da esquerda que se tornou ainda mais

aparente com a formação deste ciclo de lutas; (vii) pensar os possíveis desdobramentos políticos, econômicos e sociais que cada *atravessamento* levou a seu país; (viii) entender os processos de globalização e neoliberalismo que acometem o mundo atualmente e a forma como podem influenciar nos modos de construir e agir das resistências contemporâneas; (ix) pensar como se dá a relação de forças globais na atualidade e como isso pode interferir na ação dos levantes; (x) criar linhas do tempo sobre os *atravessamentos* analisados, de acordo com o método proposto a fim de analisar agenciamentos⁴ e controvérsias; (xi) criar diagramas de análises de atores relevantes para cada um dos *atravessamentos* analisados.

Na tentativa de desenvolver tal investigação, abrindo sempre para novas questões, a pesquisa conta com uma estrutura básica de análise construída, como supracitado, por três *platôs* e três *atravessamentos* (DIAGRAMA 1⁵). Já em termos estruturais ela é composta por três partes: PARTE 1 - PLATÔS: UMA ANÁLISE CONCEITUAL, contendo três capítulos (Das revoluções aos levantes: uma abordagem conceitual das resistências; Neoliberalismo e Globalização; Globalização por baixo: as tecnopolíticas dos novíssimos movimentos sociais; Revolução urbana e direito à cidade); PARTE II - ATRAVESSAMENTOS: OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS LEVANTES URBANOS, com três capítulos (15M; Occupy Wall Street; Jornadas de Junho de 2013); PARTE III - FINAL, na qual são delineadas algumas considerações finais.

⁴ O conceito de agenciamentos é criado por Deleuze e definido como: “Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas”. (DELEUZE, 1995, p. 5).

⁵ Para além dos *atravessamentos*, os demais eventos foram listados no diagrama pois entende-se que são importantes para a análise de conjuntura atual, de modo a aparecerem ao longo deste texto.

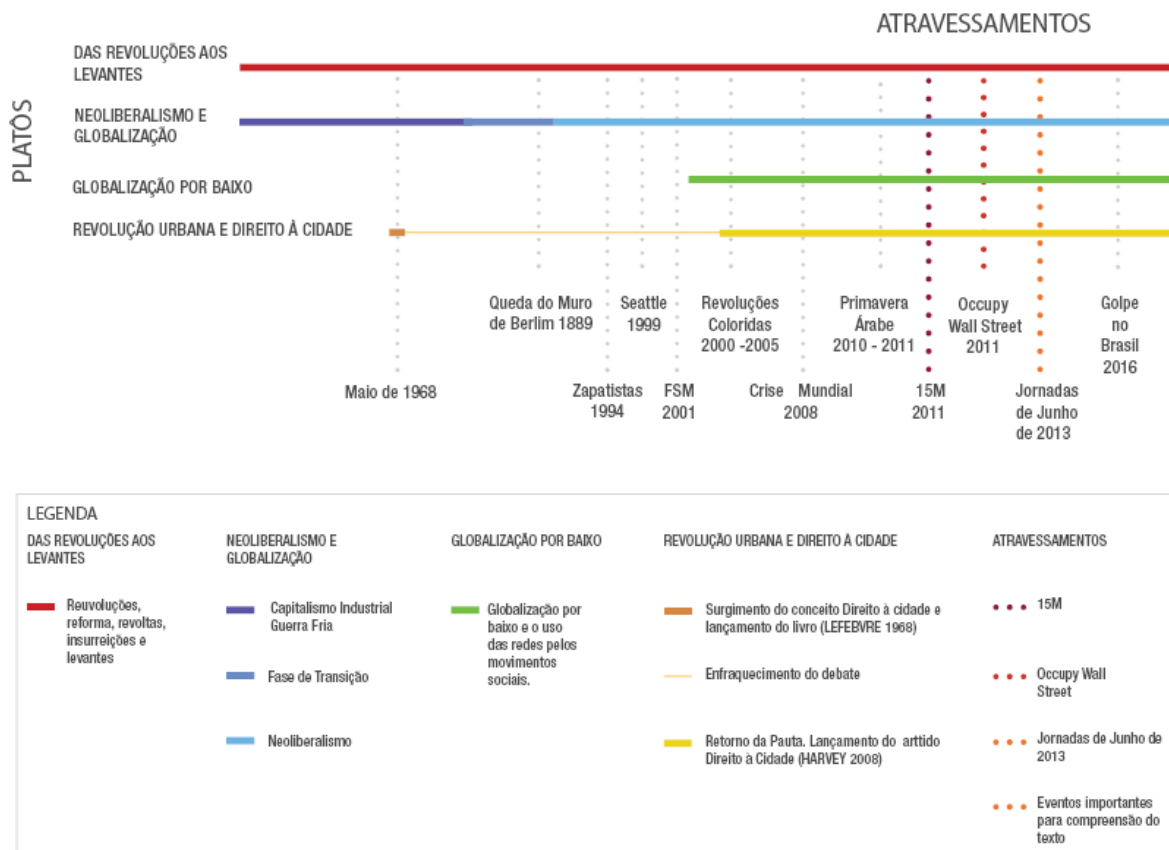


Diagrama 1 - Estrutura da dissertação.
 Fonte: elaborado pela autora, 2018.

PARTE I - PLATÔS: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

Formada por três capítulos/*platôs*, a PARTE I, é a responsável por expor as lentes selecionadas para analisar o ciclo de lutas urbanas que ocorreu após a crise de 2008. Estes *platôs* serão, ao longo do texto, cruzados com os *atravessamentos*, formando uma análise complexa dos levantes. Eles representam não só o fio condutor, mas também o recorte da investigação. São eles: (i) platô 1 - das revoluções aos levantes: uma abordagem conceitual das resistências; (ii) platô 2 - globalização, neoliberalismo e as disputas geopolíticas; (iii) platô 3 – globalização por baixo; (iv) platô 4 - revolução urbana e direito à cidade⁶.

Platô 1 - Das revoluções aos levantes: uma abordagem conceitual das resistências

⁶Sabe-se que a análise proposta é mais ampla do que estes três elementos permitirão abordar, entretanto a investigação deve partir de determinados pontos cabíveis no tempo de pesquisa inerente à uma dissertação.

Qual o conceito que melhor qualifica os acontecimentos ocorridos entre 2009 e 2013 no Mundo Árabe, Estados Unidos, Espanha e Brasil? Há diferentes formas de denominar as lutas e resistências. Levantes, revoltas, revoluções, manifestações, motins... Como devem ser chamados os movimentos aqui abordados? Do que se trata esses movimentos, o que eles buscam alcançar? O que os aproxima e os distancia? Quais os principais pensamentos influenciaram movimentos de resistência na história contemporânea mundial? Seriam as lutas dos novíssimos movimentos sociais revolucionárias ou reformistas? Ou não se enquadrariam em nenhum destes parâmetros?

Este capítulo se destina a uma análise complexa de conceitos que circundam a temática das resistências pensando desde sua construção até a forma como seria possível denominá-las. Trata-se de um esforço teórico conceitual de aproximação de debates filosóficos e sociais e subsidiam a compreensão territorial e subjetiva da forma como as lutas contemporâneas se dão.

Platô 2 - Neoliberalismo e globalização

É possível afirmar que houve influência de interesses geopolíticos na construção e desdobramentos das manifestações aqui estudadas? De que forma o processo de globalização e o neoliberalismo podem ter atuado sobre a construção destes movimentos?

Para que seja possível realizar esta investigação é preciso compreender os processos de globalização e neoliberalismo que, impostos à sociedade contemporânea, têm influenciado diretamente, não só as relações políticas econômicas e sociais de escala global, mas também cotidiana, atuando sobre mercado, Estado, resistências e indivíduos.

Platô 3 – Globalização por baixo

A globalização, enquanto paradigma em todo o planeta é vivenciada, em sua maior parte, de acordo com interesses hegemônicos. Esse capítulo se propõe a analisar se é possível

uma outra forma de globalização que se adéque aos interesses das resistências. Para tanto os novíssimos movimentos sociais voltarão à pauta, juntamente com uma análise das redes como ferramentas fundamentais para construção destes levantes.

Platô 4 - Revolução urbana e direito à cidade

A cidade tem papel fundamental para a análise desenvolvida nesta pesquisa. Ao mesmo tempo em que representa o espaço onde a crise de 2008 começou (o caso das hipotecas dos Estados Unidos de 2007), pode ser utilizada com a finalidade de contenção de crises, por meio do investimento em infraestrutura que leva ao giro de capital e geração de empregos (como no plano urbano de Haussmann para Paris), ou como um dispositivo para as resistências como indicado pelo geógrafo David Harvey e o livro *Cidades Rebeldes* (2014). Ou seja, o autor demonstra que a cidade é o local onde se manifesta a crise, uma possibilidade estratégica de contê-la, e o espaço da potência. Sendo que esta última tem sido expressa com frequência por meio da luta pelo direito à cidade, com destaque à questão da mobilidade.

Desta forma, este *platô* se destina, justamente, para a compreensão da cidade nas esferas da crise e da resistência, compreendendo-a não apenas como palco, mas como ator fundamental do debate sobre os novíssimos movimentos sociais que são fundamentalmente urbanos.

PARTE II - ATRAVESSAMENTOS: OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS LEVANTES URBANOS

Esta parte é composta por uma aproximação mais intensa com o ciclo de lutas analisado, adentrando o universo dos três *atravessamentos* propostos: 15M (2011), do Occupy Wall Street (2011) e das Jornadas de Junho de 2013.

PARTE III - FINAL

Neste momento será realizado um fechamento da pesquisa retomando as análises propostas pelas PARTES I e II de forma integrada. Por fim, serão realizadas algumas análises comparativas, tendo como base principal as linhas do tempo, por meio da qual será possível a indicação de apontamentos.

2 MÉTODO

2.1 Revisão teórica e formulação do método de desenvolvimento e análise da pesquisa

A escolha do método quando se propõe o desafio da pesquisa científica, mais que dizer do percurso de análise, fala do modo como o autor entende e produz ciência, conhecimento e verdade. Optar por determinado caminho, em detrimento de muitos outros, é compreender de forma distinta o significado da investigação e se expor a diferentes desafios durante a construção do pensamento.

A sociedade é complexa e plural, de modo que o fazer ciência baseado na metodologia clássica, composta por verdades absolutas, tem sido questionado por diversos autores ao longo dos últimos séculos, dos quais pode-se citar pensadores europeus como Friedrich Nietzsche (1998), Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995), Michel Foucault (2015), Walter Benjamin (2006) e Bruno Latour (2012) e também brasileiros, como Suely Rolnik (2011), Virgínia Kastrup (2008), Roberta Romagnoli (2009). Estes e outros se viram incomodados com a forma como a ciência produzida pela sociologia clássica (sociologia do social, segundo Latour, 2013) conduz a pesquisa por meio de uma hipótese pré-concebida que busca sua confirmação ao longo da análise, estando pouco aberta para as interrupções, os descaminhos e os *atravessamentos* que tendem a ocorrer ao longo da construção do saber.

Simone Paulon; Roberta Romagnoli (2010) afirmam que, principalmente partir da segunda metade do século XX, com o surgimento de vertentes que criticavam o cientificismo positivista, outras formas de pensar e fazer ciência começaram a ganhar forma e força entre os pesquisadores. Estas, em geral, extrapolaram o que se tem por um fazer/pensar científico convencional, embedado em dados e questões *duras*, e trazem ao debate os sujeitos e suas subjetividades, como ocorre, por exemplo, com a fenomenologia.

Foucault, no primeiro capítulo do livro *Metafísica do Poder* (2015), destinado a um estudo da genealogia nietzscheana, questiona a existência de uma verdade absoluta, principalmente em relação aos estudos de história (o que Nietzsche chama de *Wirkliche Historie* - História real, ou meta verdade). Segundo o autor, ao ser desvelada, nenhuma verdade

permanece intacta. Se fazendo necessário, então, questionar as *meta verdades* que, apesar de se dizerem imparciais, acabam produzindo e reproduzindo a *história dos vencedores* e omitindo diversas outras narrativas e existências. Para o autor, esse modo de narrar a história corrobora para a manutenção de determinadas estruturas de poder. Sendo assim, o exercício do conhecimento deve passar por um processo investigativo que finde com a ideia de um pensamento correto e absoluto, permitindo emergir vozes silenciadas. A este processo de investigação Foucault dá o nome de genealogia. O filósofo descreve, então, quatro pontos de análise deste método: (i) rupturas e contradições; (ii) descontinuidades; (iii) fim da ideia de uma história global única e verdadeira; (iv) os limites e a forma de seleção da pesquisa.

Isso permite um esclarecimento acerca do método de Foucault. Sua filosofia leva a genealogias, ou seja, a intrincadas descrições da emergência, ao tempo da história, de formas de poder que operam o presente. Mas essas genealogias não são continuidades monolíticas; são constelações de descontinuidades. A genealogia responde as questões: O que condicionou a evolução a esta situação? Como ela condicionaria movimentos para o futuro? Que atos são transgressões desta genealogia? E quais apenas reforçam seu grilhão? (WILLIAMS, 2012, p. 163).

Além de escolher qual verdade expor e qual omitir, a ciência, em sua produção, define também a qual formação de grupo está ligada. Isso porque, ao se posicionar em relação a determinado ponto de vista, atua nas redes de poder fortalecendo alguns nós em detrimento de outros. Não há imparcialidade no ato de produzir conhecimento, nem mesmo quando se trata de uma construção pautada apenas pela observação. O fazer científico é “contaminado” pelo pesquisador e pelo pesquisado ao longo de todo processo de realização e no posterior uso das informações ali apontadas.

A pesquisa que se diz isenta dessas interferências em busca de uma verdade (no singular, por ignorar a multiplicidade do que se pode ter por verdade) é pautada pela racionalidade e surge no momento em que houve uma transferência da centralidade social da religião para a razão, marcada, principalmente, por um grande avanço das ações humanas sobre o ambiente natural. De certa forma, neste momento, a ação humana toma lugar do que antes se teria por ação divina, e o conhecimento científico começa a se balizar por experimentos objetivos e generalizáveis. (PAULON; ROMAGNOLI, 2010). Não havia espaço para a exceção.

Algo posteriormente questionado por Nietzsche, que, ao longo de grande parte de sua obra denunciou a ilusão científica; por Foucault (2015) ao dizer que seu interesse encontra-se justamente naquilo que está escondido; por Benjamin (2006) ao, atento aos detalhes e fantasmagorias, enfrentar a possibilidade de construção de uma nova forma de olhar para a história; e por Latour (2012) ao afirmar que não é preciso explicar aquilo que é regra, já que, como tal, está posto, de forma que a pesquisa deveria se deitar sobre o que foge à linearidade esperada, ou seja, é preciso buscar o elemento novo capaz de transformar a percepção que se tinha sobre determinado assunto.

Apesar de um arcabouço significativo de críticas, a “lógica reducionista do paradigma moderno” de fazer ciência, ainda é a maneira predominante. Quando adotada, a realidade é apresentada de forma fragmentada e sofre uma “operação de disjunção”, pela qual objeto e meio são separados chegando a uma “unificação abstrata que anula a realidade”. (PAULON; ROMAGNOLI, 2010, p. 89).

Diante deste quadro, reconhece-se a necessidade de aplicação de um método que se permita a multiplicidade e as controvérsias, a fim de complexificar ao invés de reduzir aquilo que não é homogêneo, tão pouco perfeito, trazendo à tona o incerto, por meio da exploração das controvérsias. Os olhares binarizantes são necessariamente excludentes e insuficientes para que se investigue fenômenos contemporâneos.

Na tentativa de criar uma alternativa ao método tradicional de pesquisa, Latour, em livro intitulado *Reagregando o Social: uma introdução à teoria Ator-Rede* (2012), propõe a Teoria Ator Rede (TAR). Por meio dela, o autor busca redefinir a noção do social, alimentando controvérsias e relativizando o que é posto enquanto verdade.

A TAR⁷ é uma contraposição ao método moderno de pesquisa realizado pelos *sociólogos do social*⁸, muito criticados por Latour (2012). Segundo o autor estes pesquisadores apresentam

⁷“A TAR tem sido confundida com a ênfase pós-moderna na crítica das "grandes narrativas" e no ponto de vista "eurocêntrico" ou "hegemônico". Essa é, todavia, uma das visões mais equivocadas. Dispersão, destruição e desconstrução não são objetivos a atingir e sim obstáculos a superar. Bem mais importante é descobrir novas instituições, procedimentos e conceitos capazes de coletar e reagrupar o social”. (LATOURE, 2012 p.30).

uma visão totalitária da sociologia que se diria capaz de responder a múltiplas questões simplesmente enquadrando-as no espectro do social e dando origem a respostas semelhantes e generalizantes que, atentas às regras, ignoram qualquer exceção ou interferência que modificaria radicalmente o curso da história.

Supuseram que o social é constituído essencialmente de vínculos sociais e, na verdade, as associações são feitas de vínculos não sociais por natureza. Imaginaram a sociologia limitada a um domínio específico, ao passo que os sociólogos devem ir atrás de quaisquer novas associações heterogêneas. (...) Insistem que já somos movidos pela força de uma sociedade - e nosso futuro político reside, ao contrário, na tarefa de decidir o que de fato nos une. (LATOUR, 2012, p. 27).

Latour (2012) apresenta a TAR por meio de cinco fontes de incertezas que devem ser, segundo ele, alimentadas: (i) primeira fonte de incerteza: não há grupos, apenas formação de grupos; (ii) segunda fonte de incerteza: a ação é assumida; (iii) terceira fonte de incerteza: os objetos também agem; (iv) quarta fonte de incerteza: questão de fato vs. questão de interesse; (v) quinta fonte de incerteza: escrever relatos de risco.

Na *primeira fonte de incerteza: não há grupos, apenas formação de grupos*, Latour (2012) afirma que os grupos só existem no trabalho e no movimento. São efêmeros. Tal característica exige que os pesquisadores sigam pistas de suas formações e modificações, o que se faz possível por meio da busca por porta-vozes, anti-grupos e fronteiras. O autor ressalta a necessidade de que, nesta investigação, seja verificada a forma como o grupo se autodefine, ou seja, suas teorias próprias e autodenominação, não cabendo ao pesquisador falar pelo grupo, mas, pelo contrário, permitir que os próprios atores o façam. "Os grupos não são coisas

⁸Sociologia do social é um ramo da sociologia que, para Latour, assume o *social* como material, estabelecido e permanente, como definidor das associações e demais objetos de estudos e disciplinas. "Enquanto os sociólogos (ou socioeconomistas, sociolinguistas, psicólogos sociais, etc) encaram os agregados sociais como elemento capaz de lançar luz sobre os aspectos residuais da economia, linguística, psicologia, administração e assim por diante, os outros estudiosos, ao contrário, consideram os agregados sociais como algo a ser explicado por associações específicas fornecidas pela economia, linguística, psicologia, direito, administração etc." (LATOUR, 2012, p.22). De forma que o "ser social já não é uma propriedade segura e simples, é um movimento que às vezes não consegue traçar uma nova conexão e redesenhar um conjunto *bem formado* (...) a chamada 'explicação do social' tornou-se uma maneira contraproducente de *interromper* o movimento de associação, em vez de retomá-lo" (LATOUR, 2012, p. 26).

silenciosas, mas o produto provisório de um rumor constante feito por milhões de vozes contraditórias sobre o que vem a ser um grupo e quem pertence à ele". (LATOR, 2012, p.55).

Já na *segunda fonte de incerteza: a ação é assumida*, Latour (2012) aborda a natureza das ações. Para o autor, a ação é um componente complexo, composto por diversas imprecisões acerca dos atores, mediações e intermediações que, portanto, pode ser modificado, deslocado, moldado, traduzido e influenciado. "Em cada curso de ação, toda uma variedade de agentes parece imiscuir-se e deslocar os objetivos originais". (LATOURE, 2012, p. 42). Tais características exigem que o pesquisador analise as ações dentro de sua complexidade e não de forma isolada. "As ações são parte de um relato; possuem uma figura qualquer; opõem-se a outras ações rivais; e, por fim, são acompanhadas por uma teoria explícita da ação". (LATOURE, p. 84).

Ao longo da exposição da *terceira fonte de incerteza: os objetos também agem*, Latour (2012) traz à tona a existência de atores não humanos. Para ele, não apenas os homens têm a capacidade de interferir, modificar, potencializar ou, de maneira geral, influenciar, as ações; os objetos também exercem esta função. "A ação social não apenas é assumida por estranhos como se transfere ou é delegada a diferentes tipos de atores capazes de levá-la adiante graças a outros modos de agir, a outros tipos de forças" (LATOURE, 2012, p. 107). Em geral, os atores não humanos garantem durabilidade às ações, dando, aos vínculos sociais, por exemplo, possibilidade de se expandir por muito mais tempo.

A *quarta fonte de incerteza: questões de fato vs. questões de interesse* é formada por um debate sobre a natureza dos fatos, colocando tudo o que compõe a sociedade como passível de controvérsias. Portanto é preciso que o processo investigativo esteja embedado por suspeitas em relação, inclusive, à natureza dos objetos analisados. Mais do que isso, é necessário romper com o pensamento causal, já que Latour (2012) alerta para o fato de que a relação causa-consequência não é tão simples como em geral os pesquisadores a tomam. Isso só é possível, se os pesquisadores estiverem dispostos a se libertar das questões de fato, buscando, então, compreender os interesses (elementos em movimento, tensionados e tensionadores da rede, como vetores de força).

A discussão começa a melhorar quando se introduzem, não questões de fato, mas o que chamo agora de questões de interesse. Embora altamente incertas e acirradamente discutidas, essas agências reais, objetivas, atípicas e, sobretudo, interessantes são tomadas não exatamente como objetos, mas antes como assembléias. (...) Pois é exatamente com isso que a quarta incerteza quer prosperar: o mapeamento das controvérsias científicas sobre questões de interesse deve permitir-nos renovar de cima a baixo a própria cena do empirismo - e, portanto, a divisão entre "natural" e "social". (LATOURE, 2012, p. 168)

Por fim, a *quinta fonte de incerteza: escrever relatos de risco* aponta para o papel do pesquisador no desenvolvimento da investigação. Ele é responsável pela produção de relatos e, segundo Latour (2012), um bom relato é uma narrativa na qual todos os atores têm um papel importante, ou seja, realizam ações e não apenas as transportam, sendo tratados, então, como mediadores⁹, não intermediários¹⁰.

Há ainda, em Latour (2012) o conceito de agência e de redes. O conceito de agência é entendido, não só como a capacidade dos atores humanos ou não humanos de modificar a estrutura, pensando, principalmente, em sua intencionalidade, mas também como aquilo que, muitas vezes, os levam a agir. Trata-se da conexão dos atores humanos e não humanos que conterá ações e interesses. Já rede (LATOURE, 2012, p. 197 - 198) é caracterizada por três aspectos: (i) uma conexão ponto por ponto se estabelece, fisicamente rastreável e, portanto, pronta para ser registrada empiricamente; (ii) essa conexão deixa vazia boa parte daquilo que não está conectado; (iii) uma rede não é feita de palavras ou substâncias duráveis; ela é o traço deixado por um agente em movimento.

Portanto, rede é uma expressão para avaliar quanta energia, movimento e especificidade nossos próprios relatos conseguem incluir. Rede é conceito, não coisa. É uma ferramenta que nos ajuda a descrever algo, não algo que esteja sendo descrito. Mantém com o tópico à mão a mesma relação que uma grade de perspectiva mantém com uma pintura baseada na perspectiva tradicional, de ponto único: traçadas antes, as linhas permitem projetar um objeto tridimensional numa tela plana - mas não são aquilo que será pintado, apenas ensinam ao pintor dar a impressão de profundidade antes de serem apagadas. Do mesmo modo, a rede não é aquilo que está representado no

⁹"Os mediadores, por seu turno, não podem ser contados como apenas um, eles podem valer por um, por nenhuma, por várias ou uma infinidade. O que entra neles nunca define exatamente o que sai; sua especificidade precisa ser levada em conta todas as vezes. Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam." (LATOURE, 2012, p.65).

¹⁰"Um intermediário, em meu léxico, é aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los: definir o que entra já define o que sai." (LATOURE, 2012, p.65).

texto, mas aquilo que prepara o texto para substituir os atores como mediadores. A consequência é que podemos elaborar um relato ator-rede de tópicos que de maneira alguma têm a forma de uma rede - uma sinfonia, um código de leis, uma pedra da lua, uma gravura. Por outro lado, é possível escrever sobre redes técnicas — televisão, e-mails, satélites, equipes de vendas - sem em parte alguma oferecer um relato ator-rede. (LATOUR, 2012, p.192).

Ao longo da explicação de cada uma das incertezas, o autor reforça a crítica à sociologia do social e deixa claro que é importante, em uma investigação, se despir de verdades absolutas e hipóteses que só existem na busca por reafirmações. Compreendendo a inserção do pesquisador na rede, Latour diz da importância de deixar que os atores falem e não criar conclusões especulativas sobre o que foi dito ou omitido. É preciso seguir os atores e examinar a forma como aparecem e somem, se agrupam e separam, analisando os movimentos da rede, a fim de compreender nós, vetores e forças. Neste sentido, é importante observar as constâncias e permanências não para detectar um padrão, mas buscando as exceções, ou seja, os momentos em que atores outrora constantes deixam de atuar, ou quando determinadas agências se modificam. Neste sentido cabe compreender os instantes em que rupturas e controvérsias aparecem, relacionando-os com os eventos contidos em determinado tempo e espaço. Buscando, desta forma, analisar a rede não como uma estrutura estática, mas de acordo com seus constantes movimentos.

Como supracitado, Latour (2012) não é o único pensador a questionar o paradigma moderno de fazer ciência, tão pouco a TAR é a única teoria que propõe uma forma inovadora de desenvolver pesquisa. Dentre outros processos de investigação, observa-se com maior cuidado a cartografia¹¹, já que apresenta lógica semelhante ao TAR por se tratar da análise de estruturas em rede, formadas por conexões variadas, sem relação de causalidade, por meio do qual busca-se, também, as interrupções e os desvios. Juntas, cartografia e TAR, formam a base teórica que traz indicações e conceitos a serem utilizados para a construção do método proposto para esta investigação.

¹¹“A cartografia se caracteriza, portanto, como uma investigação processual, que não pretende representar a realidade, mas, sim, acompanhar ações em curso, mapeando processos a partir das subjetividades em jogo e das temporalidades dos encontros, compondo, assim, uma camada potente de uma realidade a ser apresentada”. (CRUZ; FONTECELLE, 2016, p. 202).

A cartografia bebe na imagem deleuziana de rizoma¹², oposta ao que se conhece por decalcomania. O rizoma, dentro do preceito da cartografia, é mapa, “inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real” e não decalque, “reprodutíveis ao infinito” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21). De acordo com Ana Isabel de Sá, Fernanda Quintão, Paula Bruzzi Berquó, Natacha Rena (2014, p. 175)¹³ a cartografia não é, simplesmente, um método geográfico territorial clássico, mas uma “tática micropolítica cotidiana composta pela ação política; um fazer insurgente, dinâmico, sempre processual e criativo”. Isso porque a ela são incorporadas potências, insurgências e fluxos que conectam pessoas e ações de diferentes esferas.

Cartografias podem agenciar, também, uma enorme quantidade de informação convertida em imagem, espacializando dados advindos da observação da realidade (ou ação na realidade) concretizados em diversos níveis. São capazes de incluir múltiplas configurações espaciais de ordem física, social, política ou econômica e apresentar, assim, a realidade analisada de forma crítica. (SÁ et. al., 2014, p. 175).

É preciso compreender que todo mapa é uma construção social deformada da realidade que traz registros e inclinações derivados das subjetividades envolvidas em seu processo de desenho, o que faz com que tenha, ao final, características atribuídas intencionalmente (ou não) por quem o criou. Desta forma percebe-se a inviabilidade do que se tem por imparcialidade do pesquisador que não se encontra distanciado do pesquisado, mas envolvido na trama, sendo mais um ator da rede. Uma cartografia não tem por finalidade comprovar ou negar uma hipótese, portanto, ela se permite atravessamentos e incertezas e atua como multiplicadora de contradições. Na cartografia o pesquisador deve estar disposto a “se deslocar do lugar de especialista e incluir-se na análise dos jogos do saber-poder que compõem o campo e a realidade observada”. (PAULON; ROMAGNOLI, 2010, p. 96). Pode-se dizer sobre um processo de

¹² Os rizomas são sistemas plurais capazes de reunir sem unificar, de se conectar a vários outros sistemas e de ligar em rede “atos muito diversos, linguísticos, mas também perceptivos, mímicos, gestuais, cogitativos” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 15). Eles podem ser quebrados e recompostos infinitas vezes, ligando-se a diferentes pontos e criando novas redes e articulações, os nós ampliam e retraem, diferentes forças atuam sobre sua estrutura ao longo do tempo.

¹³ Texto sobre o Método Cartográfico adotado na pesquisa *Cartografias Emergentes: a distribuição territorial da produção cultural em Belo Horizonte* desenvolvida pelo Grupo de pesquisa Indisciplinar, publicado no e-book *Design e Política* (RENA; RENA, 2014). Disponível em: https://www.academia.edu/12516502/RENA_Aleamar_e_RENA_Natacha_-_Design_e_pol%C3%ADtica_Livro_digital_. Acesso em 10 de maio de 2019.

desterritorialização, seguido de uma reterritorialização e de outra desterritorialização, no qual o pesquisador está sujeito às ações das forças que geram movimento à rede.

É importante lembrar que os rizomas que compõem a cartografia são formados por linhas transversais móveis, forças e vetores sujeitos a diferentes tensões ante o movimento de cada ator. O que antes poderia ser entendido como solução de algum problema, passa a ser visto, neste contexto, como criação de muitos outros, em um movimento de virtualidades, no qual o surgimento de perguntas é muito mais importante que a criação de respostas, já que são essas perguntas as responsáveis pelas incertezas e contradições, enquanto as respostas levariam, para a unidade, o absoluto e até mesmo a verdade.

Nossa tarefa era analisar estados mistos, agenciamentos, aquilo que Foucault chamava de dispositivo. Era preciso não remontar aos pontos, mas seguir e desemaranhar as linhas: uma cartografia, que implicava numa microanálise, (o que Foucault chamava de microfísica do poder e Guattari, micropolítica do desejo). E nos agenciamentos que encontraríamos focos de unificação, nós de totalização, processos de subjetivação, sempre relativos, a serem sempre desfeitos a fim de seguirmos ainda mais longe uma linha agitada. Não buscaríamos origens mesmo perdidas ou rasuradas, mas pegariamos as coisas onde elas crescem, pelo meio: rachar as coisas, rachar as palavras. Não buscaríamos o eterno, ainda que fosse a eternidade do tempo, mas a formação do novo, a emergência ou o que Foucault chama de “a atualidade”. (DELEUZE, 1992, p. 109).

Se a cartografia, o mapa, o rizoma em Deleuze e Guattari (1995) são compostos por elementos que buscam interferências e novos agenciamentos, que Latour (2012) chama de agência e Foucault de dispositivo, o pesquisador que se dispõe a ela deve se atentar às condições que geram estes agenciamentos, buscando as forças que atuam nas mudanças de configuração e quais efeitos se dão. Isso porque cartografar não é representar um objeto, mas acompanhar um processo.

A cartografia é um mapa aberto que se vai desenhando pelas conexões que o campo de pesquisa ofertar, não se esquecendo jamais que nele se incluem as implicações do próprio pesquisador, ou seja, seus desejos, perguntas, curiosidades, verdades. (PAULON; ROMAGNOLI, 2010, p. 98).

Após apresentar o referencial teórico para desenvolvimento do método desta investigação, pautado, principalmente, pela TAR e pela cartografia, é preciso questionar o que será apropriado e como, de fato, será possível conduzir uma pesquisa que ascenda o maior

número de olhares, não se reduza ao levantamento e análise de dados objetivos, não caia nem na cisão teoria-prática, nem pesquisador-pesquisado e que, pelo contrário, se permita complexificar sem medo de se debruçar sobre as estranhezas humanas, explorando multiplicidades, desvios e, por que não dizer, perdas. A cientificidade desta proposta encontra-se, então, na tentativa de abarcar a complexidade, e se efetua na sustentação dos planos de análise que compõe a realidade, nos jogos de força que atravessam pesquisadores e pesquisados, nas instituições, na sociedade e nos atores.

Só é possível desenvolver este modelo de análise quando se entende no mínimo três questões: (i) investigador e investigado são indissociáveis e serão afetados e transformados ao longo da pesquisa; (ii) é fundamental que se pense de forma transescalar para que seja possível alcançar o maior número de controvérsias; (iii) é preciso que o pesquisador esteja mais preocupado em levantar questões do que em responder as que lhes foram postas e que as respostas recebidas sejam veículos para que se produza ainda mais perguntas.

A transescalaridade proporciona que diferentes planos na pesquisa se cruzem, o que permite uma compreensão complexa dos atores e interesses. Ao contrário do que se pode pensar, o mapeamento de desejos não é oposto ao de organizações, empresas e instituições, já que estas representam linhas de fuga heterogêneas que afetam, desestabilizam e transgridem.

Esses planos não são contraditórios, como a visão dialética os entendia. Não se colocam em movimento de afirmação e negação, mas coexistem e podem aflorar em contingências distintas, nos encontros efetuados no dia-a-dia, nas orientações, nas assembleias, nas entrevistas. (PAULON; ROMAGNOLI, 2010, p. 94).

É preciso transversalizar: (i) conjunturas históricas (macro e micropolíticas); (ii) experiências diversas e (iii) atores contraditórios, deixando, enquanto pesquisador, se afetar, assim como reconhecer sua parcialidade frente ao processo. Buscando as palavras de Deleuze e Guattari (1995), a vida, como a pesquisa, pode ser compreendida como um rizoma, flutuante e múltiplo, capaz de crescer em direções distintas sobre o qual não cabem unidades ou certezas.

2.2 Cartografia das Controvérsias

A PARTE I desta pesquisa, por se tratar de um estudo teórico conceitual, buscou realizar debates entre diferentes autores, seus relatos e narrativas, que fizeram emergir elementos polifônicos, gerando questionamentos sobre verdades pré-estabelecidas ou universais a fim de criar ferramentas que possibilitem a aparição de espaços de disputa sobre o que se tem por verdade e ciência. A PARTE II, por sua vez, é destinada aos *atravessamentos* e assume o desafio de fazer ciência por meio da hibridização e adaptação da sobreposição TAR - cartografia, visando a construção de um método aberto, que permita interferências e desvios, em busca, não de uma verdade absoluta, mas de incertezas e contradições. Estes *atravessamentos* estão colocados ao longo de todo o texto, mas terão um espaço específico no qual serão realizadas algumas comparações. Esta etapa contará com o uso de instrumentos advindos das técnicas de estudo comparativo na busca por semelhanças e diferenças entre os levantes.

Esta combinação de estratégias traz três pontos fundamentais para a construção desta análise. O primeiro trata da implicação do pesquisador na pesquisa. A escolha do que será investigado diz de um afetar-se pelo tema que, inevitavelmente traduz implicações conscientes ou não na forma de investigar e nos resultados alcançados. Neste caso específico, além do reconhecimento da primazia da impossibilidade de neutralidade, há uma impossibilidade de afastamento temporal dos *atravessamentos* que ainda reverberam no cenário geopolítico mundial.

O segundo é sobre a multiplicidade de narrativas existentes em relação ao tema investigado. Há muitos registros acerca dos levantes aqui abordados, dentre eles textos acadêmicos e literários, registros pessoais, coberturas da mídia hegemônica, vídeos, documentários ou leituras alternativas. Essa variedade de olhares atua, majoritariamente, no âmbito das subjetividades, mas ainda omite outras muitas possíveis leituras sobre os eventos, conceitos e narrativas. Interessa neste relato sobrepôr camadas de forma que seja possível complexificar ainda mais a pesquisa. Multiplicar o número de atores e pontos de vista, procurar os silêncios, as perguntas não feitas, e deixá-los surgir. Permitir afetar e ser afetado pelo percurso e inumeráveis incertezas que atravessam este caminho.

Por fim, o terceiro ponto, a transescalaridade é fundamental para esta análise. Um ocorrido na proporção dos levantes analisados tem a capacidade de afetar as vidas em diversas instâncias e assim se fez. É possível abordá-los a partir de diferentes pontos de vista: da potência “transformadora” dos corpos inflamados e desejos latentes; da esquerda e da direita nas ruas; das imagens e do ego nas mídias ou redes sociais, agindo no mais íntimo dos sujeitos; da conexão com todo o mundo por #hashtags ou acordos globais; da virtualidade e das pautas urbanas, do território e da cidade; dos afetos e segredos; dos desejos pulsantes e sonhos que vão do individual ao coletivo; do Império e do Imperialismo; da globalização e do neoliberalismo enquanto razão do mundo. Estas formas de ver se aproximam, tocam, cruzam. O global atua junto do local e o micro é instrumento para transformação do macro, a mídia (hegemônica e alternativa) age sobre as subjetividades. Os eventos são plurais e é nesta amplitude que devem ser abordados. Como explicita Deleuze e Guattari (1995) não se trata de um coisa *ou* outra, as estruturas são complexas. Sempre se trata de uma coisa *e* outra, múltiplos platôs. Mais que isso, o autor destitui o verbo *ser*, aplicado o gerúndio no sentido de algo sempre *estar sendo*. E esta continuidade diz sobre vários estágios do *estar*, sempre amplo, variado, multiforme, multifacetado, em movimento.

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.17).

Dentro deste quadro, o Grupo de Pesquisa Indisciplinar¹⁴ vem desenvolvendo um método que parte da cartografia e da TAR para que seja possível traçar caminhos híbridos de análise, dotados de sobreposições e *atravessamentos* que funcionem na lógica rizomática deleuziana. A presença da cartografia foi explorada pelos itens supracitados e pode ser aprofundada no momento em que ela permite a construção de uma análise por meio da compreensão de que as formas contemporâneas de poder “refinam mecanismos de produção de subjetividade, em sua dimensão biopolítica, sobretudo em uma sociedade globalizada e mass-midiática, em que a produção de modos de existência se torna constante”. (PAULON; ROMAGNOLLI, 2010, p. 93).

¹⁴ Este grupo será explicado mais cuidadosamente no decorrer deste texto. www.wiki.indisciplinar.com.

A base formada pelos métodos cartográficos e TAR, significou o ponto de partida, mas a pergunta de como tornar estas teorias tangíveis, a ponto de ser possível fazer ciência por meio de tal análise, permaneceu. Assim, o Indisciplinar vem trabalhando na formulação de um método de investigação que parte de uma análise adaptada da concepção de relatos e figurações¹⁵ indicados por Latour (2012) para que seja possível seguir os atores que compõem a rede, mapeando sua participação e seus agenciamentos (utilizando o conceito deleuziano). Levou-se em consideração a presença de atores não humanos, que, tal como aponta o autor, além de agir, garantem a durabilidade das ações. Considerou-se, também, que as ações são sempre assumidas, ou seja, realizadas por algum dos atores e que há, ali, interesses envolvidos. Por fim, a análise dos agenciamentos criados e modificados ao longo do tempo, torna possível compreender as formações de grupos e associações, deixando claro que não se trata de grupos fixos ou estáveis, mas de agências que se modificam ao longo do tempo e estão sujeitas aos jogos de força. (LATOURE, 2012).

Uma das estratégias para aplicação deste método é a criação de linhas do tempo. Em cada pesquisa, elas são base para investigação de determinado elemento. No caso desta dissertação, serão utilizadas para a análise dos *atravessamentos*, ou seja, do 15M (2011), do Occupy Wall Street (2011) e das Jornadas de Junho de 2013. Elas auxiliam a compreensão dos levantes pensando sua inserção no espaço e no tempo, trazendo à tona diferentes narrativas e atores humanos e não humanos e, por fim, indicando as permanências, os agenciamentos e suas modificações, as controvérsias e as múltiplas formas e tensões das redes. Elas são formadas por eventos seguidos de uma ou mais narrativas e os atores humanos e não humanos figurados nesta(s) narrativa(s). A análise destas linhas possibilita, então, uma compreensão mais ampla e complexa dos levantes analisados. Os diagramas abaixo foram criados pelos pesquisadores e extensionistas do Projeto de Pesquisa Territórios Populares¹⁶ e adaptados pela

¹⁵Para Latour (2012) figuração é a forma como se representa os eventos nos relatos.

¹⁶A Pesquisa Territórios Populares: reestruturação territorial, desigualdades e resistências nas metrópoles brasileiras é desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar sob coordenação de Marcela Brandão e Natacha Rena, sendo parte integrante de uma rede de pesquisadores de diversas Universidades do Brasil criada e coordenada pelo LabCidades - USP, na figura da Profa. Dra. Raquel Rolnik. Ela vem sendo desenvolvida desde 2017¹⁶ e é definida pela professora Coordenadora Marcela Brandão¹⁶, da seguinte forma: “O projeto pretende aprofundar a compreensão das formas de desigualdade socioterritorial em três metrópoles brasileiras Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo engendradas pelos processos de reestruturação territorial em curso, que incidem

autora desta pesquisa com a finalidade de ilustrarem forma como a Linha do Tempo é construída. (DIAGRAMAS 2 e 3).

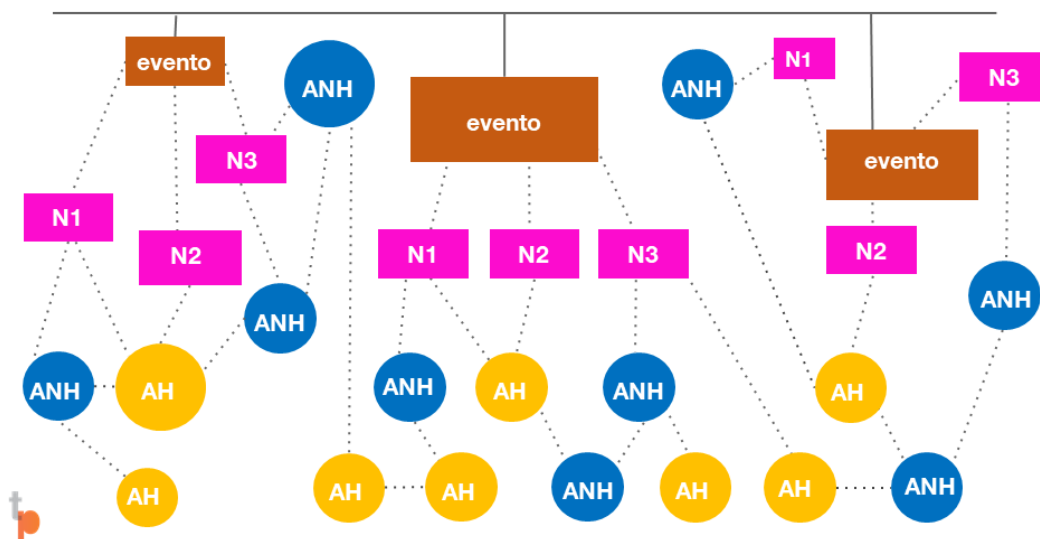
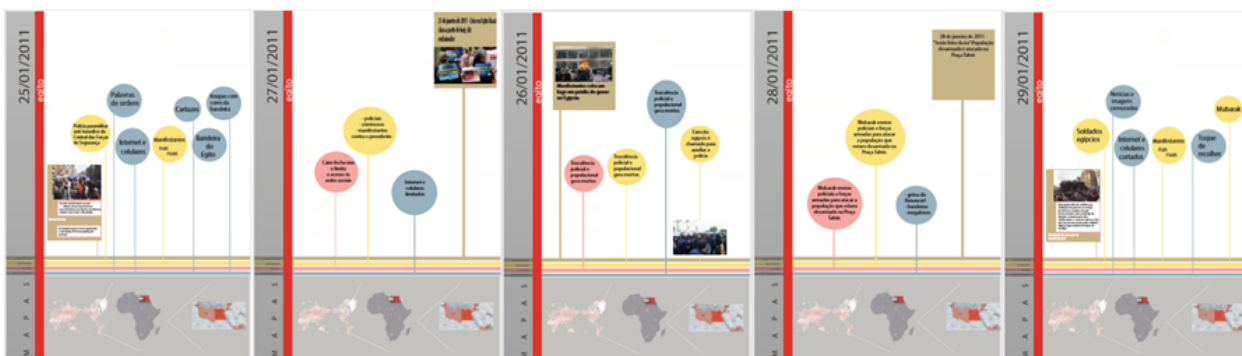


Diagrama 2 - A ação é assumida: ator humano + ator não-humano + narrativas + CONEXÕES + ARRANJOS
Fonte: Criado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar - Pesquisa Territórios Populares, 2019 e adaptado pela autora.

tanto em áreas periféricas, em escala metropolitana, como em áreas centrais, provocando deslocamentos de populações, alterações de modos de vida e formas de sobrevivência frequentemente através do uso de diversas formas de violência. O projeto tem como objetivo desenvolver uma leitura dos territórios populares atingidos por estes processos, à luz de um recorte de raça e gênero, que permita qualificar as desigualdades socioterritoriais para além de análises de renda e classe, como historicamente vem sendo construída pela agenda da inclusão socioterritorial, construindo contra-narrativas aos discursos dominantes, fortalecendo os movimentos de resistência e insurgência que incidem sobre estes processos, hoje isolados e fragmentado”. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4131130A0>
É possível encontrar mais informações sobre a pesquisa por meio do link: territoriospopulares.indisciplinar.com.

tempo de acordo com o método que já estava em desenvolvimento pelo Indisciplinar, dentre os quais: as manifestações no Egito (Braulio Buas, Cibele Aredes e João Carlos Barbosa) e na Tunísia (Carolina, Ítalo Nogueira, Marina Castro e Flávio Barbosa), o 15M na Espanha (Felipe Hardy, Eduarda Silva, Letícia Pádua, Thalia Gomes, Sophia Guarnieri e Maira Barbosa), o Occupy Wall Street nos Estados Unidos (Carolina Guedes, Clara Ciotto, Henrique Porto, Karine Porto, Sara Canton) e as Jornadas de Junho no Brasil (Alice oliveira, Cintya Ornelas, Verônica Flores, Daniel Escada, Samuel Meira e Jorge Oliveira). As linhas do tempo criadas pelo aluno estão ilustradas abaixo. (MONTAGENS 1, 2, 3, 4 e 5)

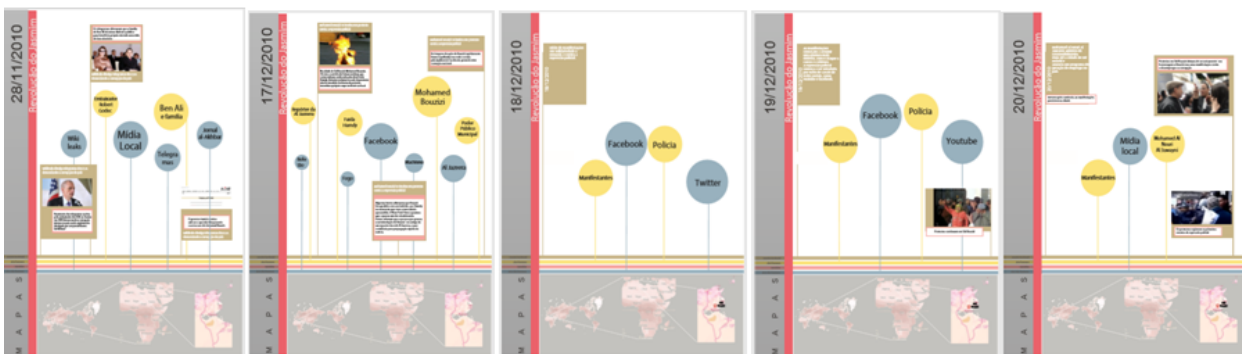
Egito



Montagem 1 - Linha do Tempo Egito ACR 037

Fonte: ACR 037 - (Braulio Buas, Cibele Aredes e João Carlos Barbosa)

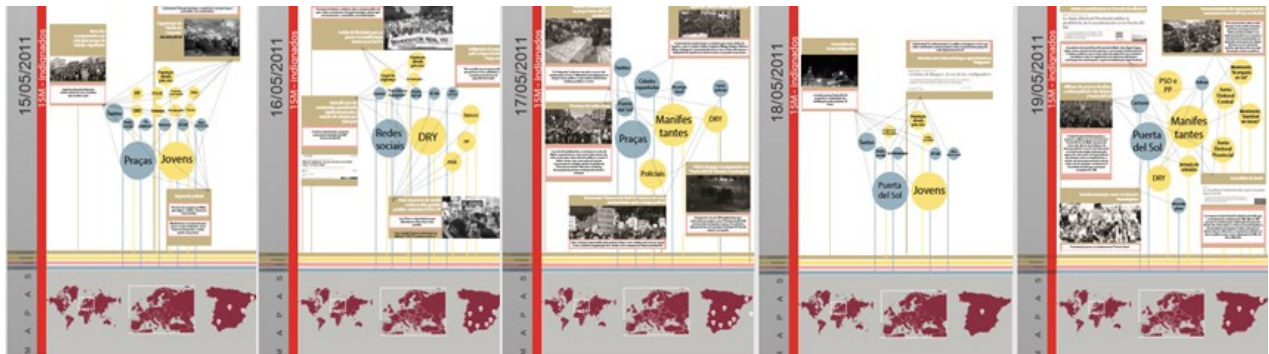
Tunísia



Montagem 2 - Linha do Tempo Tunísia ACR037

Fonte: ACR 037 - Carolina, Ítalo Nogueira, Marina Castro e Flávio Barbosa

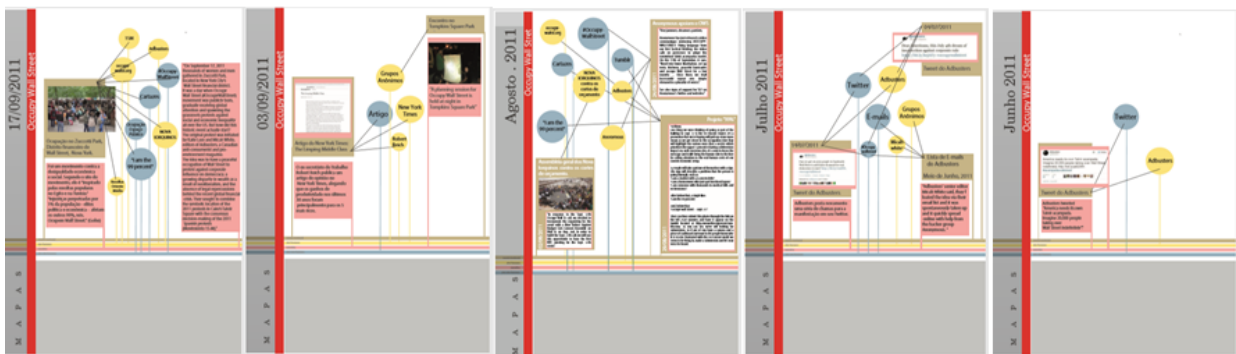
15M



Montagem 3 - Linha do Tempo 15M ACR 037

Fonte: ACR037 - Felipe Hardy, Eduarda Silva, Letícia Pádua, Thalia Gomes, Sophia Guarnieri e Maira Barbosa

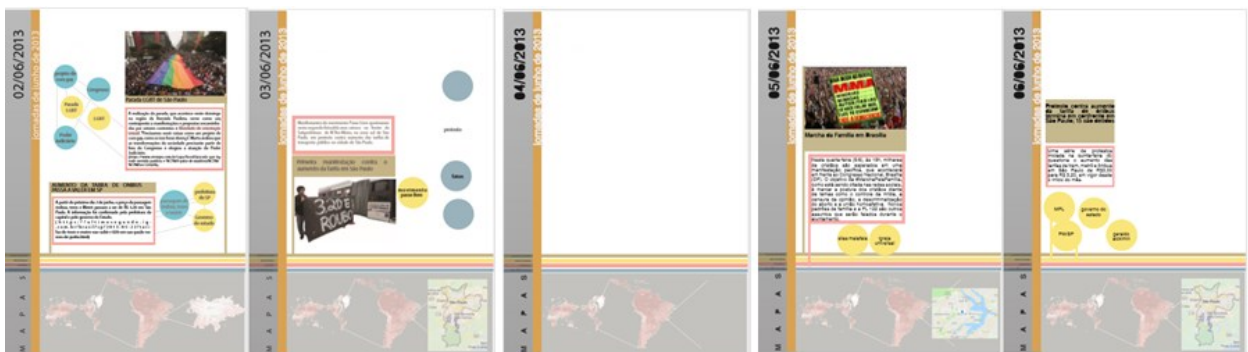
Occupy Wall Street



Montagem 4 - Linha do Tempo Occupy Wall Street - ACR 037

Fonte: ACR 037 - (Carolina Guedes, Clara Ciotto, Henrique Porto, Karine Porto, Sara Canton)

Jornadas de Junho de 2013



Montagem 5 - Linha do Tempo Jornadas de Junho de 2013 - ACR 037

Fonte: ACR 037 - Alice oliveira, Cintya Ornelas, Verônica Flores, Daniel Escada, Samuel Meira e Jorge Oliveira

Com este primeiro estudo em mãos foi possível, em parceria com Henrique Dias Porto¹⁸, Ana Luisa Schoenell¹⁹ e Felipe Hardy²⁰, pesquisadores do Grupo Indisciplinar, ampliar a análise trazendo mais eventos e narrativas, aprimorar o desenho das linhas do tempo, corrigir erros anteriores, dentre outros procedimentos de desenvolvimento do método. São estas as planilhas e linhas do tempo anexadas a este texto.²¹

Para a construção destas linhas, em um primeiro momento foi desenhada uma base de dados em formato de tabela contendo os mesmos elementos da linha (eventos, narrativas, atores humanos e não humanos). Para a construção desta base, diversos relatos sobre casa dia de levante foram consultados. Dos quais pode-se destacar a mídia hegemônica e contra hegemônica, sites, blogs e páginas de coletivos e grupos envolvidos ou do próprio levante, como é o caso da 15Mpédia, além do relato de diversos atores que estiveram presentes nos acontecimentos. Esta coleta heterogênea de dados permitiu aos pesquisadores organizarem um compilado registrando, em cada evento, um relato de risco, ou seja, um relato produzido por eles mesmos diante dos múltiplos olhares coletados. No banco de dados estão registradas as diversas fontes acessadas. Após a construção deste relato que define o evento, os pesquisadores selecionaram narrativas, em sua maioria contraditórias, para que fossem registradas seguidas de suas fontes de acesso. Destas narrativas foram destacados os atores humanos e não humanos. A transformação destas tabelas em linhas do tempo é um exercício por meio do qual se explicita uma concepção do Grupo Indisciplinar a respeito do componente teórico. Este elemento não se enquadra como mera figuração ou decoração, mas é fundamental para a compreensão e transmissão das informações. Um compilado ilustrativo destas linhas do tempo pode ser encontrado nas montagens 6, 7 e 8 que seguem.

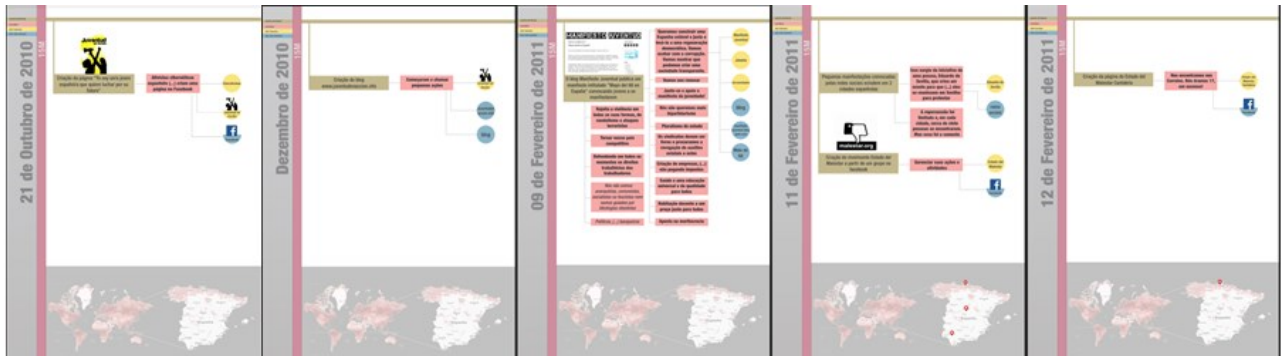
¹⁸ Henrique Porto é graduando em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador no Grupo de Pesquisa Indisciplinar. É bolsista PIBIC na pesquisa Geopolítica e Território orientado pela Professora Natacha Rena.

¹⁹ Ana Luísa Schoenell é graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é aluna de mobilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais e participa como pesquisadora voluntária no grupo de pesquisa Indisciplinar, atuando no Projeto de Pesquisa Geopolítica e Território orientada pela Professora Natacha Rena.

²⁰ Felipe Hardy é graduando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador no Grupo de Pesquisa Indisciplinar vinculado ao Programa de Extensão Natureza Política e ao Projeto Cartografias Emergentes, atuando na Cartografia do Rio Doce, sob orientação da Professora Natacha Rena.

²¹ O acesso a este material será disponibilizado por meio de um link enviado aos avaliadores via e-mail.

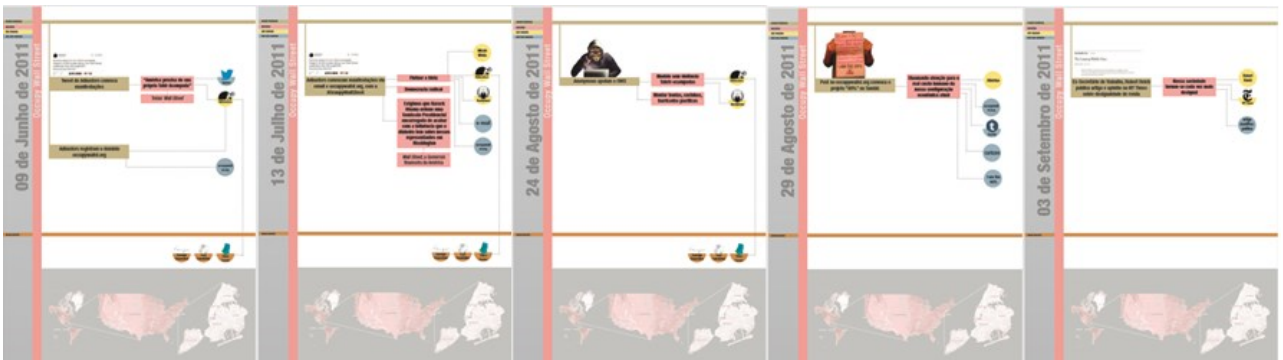
15M



Montagem 6 - Linha do Tempo 15M

Fonte: Produzida pela Grupo Indisciplinar: Henrique Porto, Ana Luísa Schoenell e Maíra Ramirez.

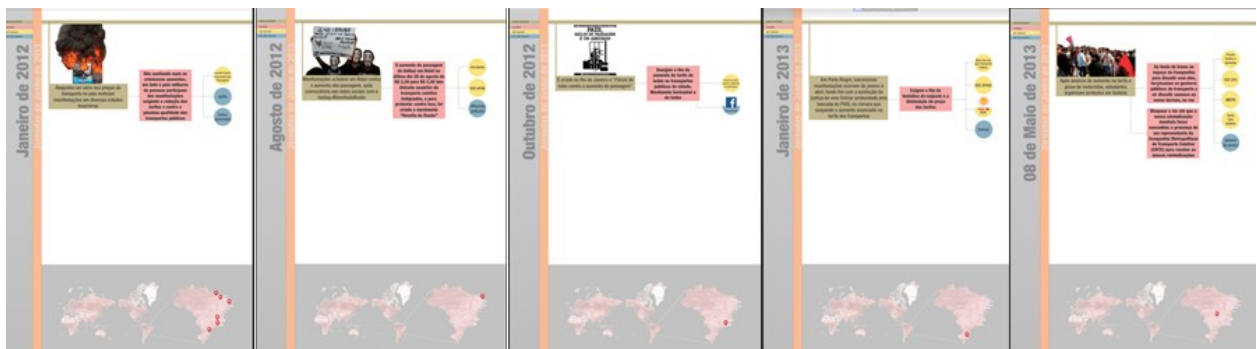
Occupy Wall Street



Montagem 7 - Linha do Tempo Occupy Wall Street

Fonte: Produzida pela Grupo Indisciplinar: Henrique Porto, Ana Luísa Schoenell e Maíra Ramirez.

Jornadas de Junho de 2013



Montagem 8 - Linha do Tempo Jornadas de Junho de 2013

Fonte: Produzida pela Grupo Indisciplinar: Henrique Porto, Ana Luísa Schoenell e Maíra Ramirez.

As linhas do tempo dos dois eventos pertencentes à Primavera Árabe foram desenvolvidas apenas na primeira etapa e não estão presentes neste trabalho por razões

supracitadas. Em relação à formulação das linhas aqui apresentadas vale alguns comentários. Cada folha A4 representa um dia de evento. Os eventos começam a ser relatados um pouco antes da eclosão do movimento e terminam um pouco depois. Este fato é marcado pela mudança de cor na tarja contida na lateral esquerda que se forma mais forte no período de desenvolvimento das manifestações. A presença de páginas em branco indica que naquele dia não correu nenhum evento. É importante deixá-las presentes já que as ausências interessam também a investigação. Os **eventos** (caixas marrom) são relatos dos pesquisadores gerados por meio de investigação profunda de diversas fontes. As **narrativas** (caixas rosa) são relatos selecionados em uma ou mais destas fontes cujo link está presente na tabela. Elas são divididas em pauta e antagonismo, sendo que as primeiras aparecem em **negrito**, enquanto as segundas são redigidas em *itálico*. Os **atores humanos** (círculos amarelos) e **não humanos** (círculos azuis) foram figurados nas narrativas apresentadas. Os eventos estão marcados no tempo e no espaço, como pode ser percebido pela tarja lateral e mapas localizados na parte de baixo da página, sendo possível acompanhar a distribuição dos levantes pelos países de origem e resto do mundo ao longo dos dias de acontecimentos. As tarjas mais claras presentes no início e final da linha do tempo, indicam eventos que ocorreram antes e depois de cada movimento, enquanto as mais escuras mostram os eventos que ocorreram durante o levante propriamente dito. O Diagrama 4 é um recorte da linha do tempo desenvolvida para o Occupy Wall Street e ilustra esta composição.

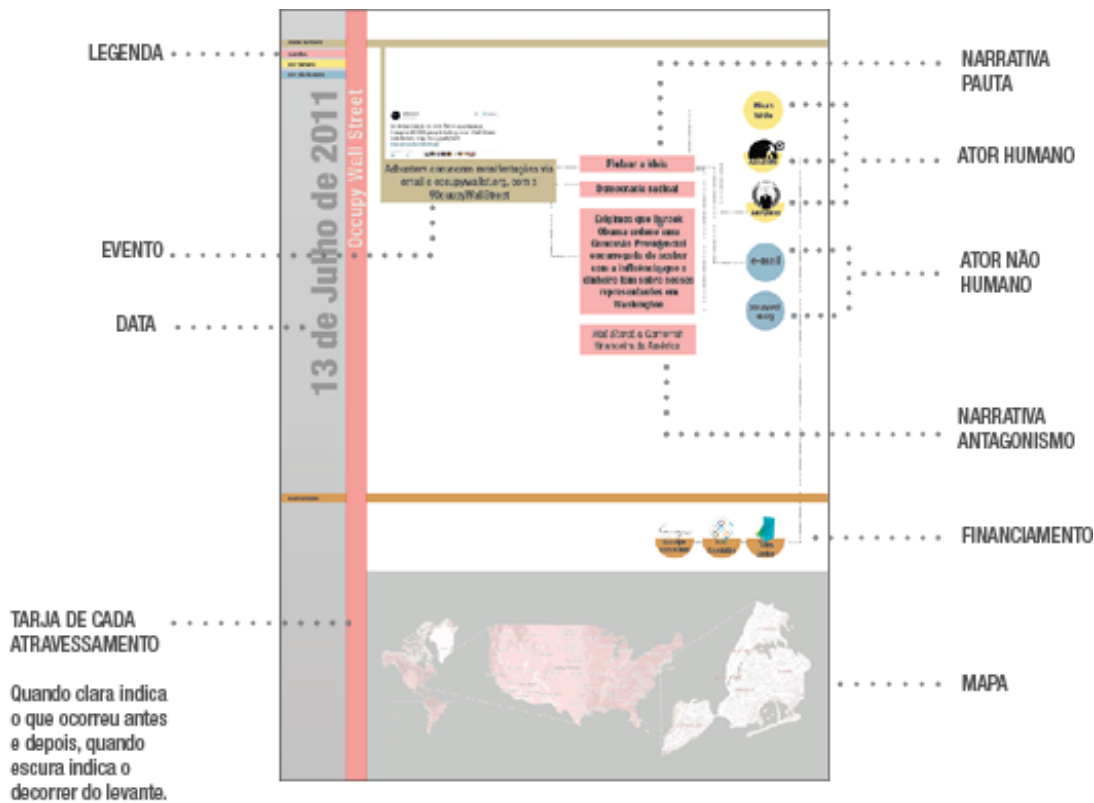


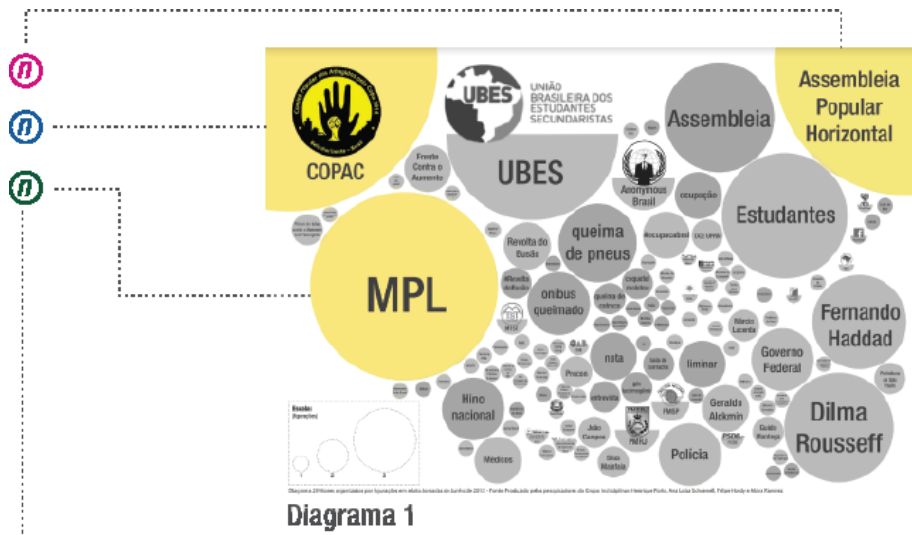
Diagrama 4 - Indicações para leitura da linha do tempo.

Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar: Henrique Porto, Ana Luisa Schoenell, Felipe Hardy e Maíra Ramirez.

Como se trata de um método que preza pelo processo, sua própria construção ainda está em desenvolvimento, e isso não poderia ser diferente. Para esta pesquisa, além da estrutura geral de desenho, foram realizadas algumas tentativas. A primeira delas foi acrescentar uma camada de financiamento dos atores, a fim de rastrear de onde vem o dinheiro investido para a realização dos eventos e do movimento como um todo. Entretanto só foi possível acrescentar esta camada, ainda de forma incompleta, na linha do tempo referente ao Occupy Wall Street. Observa-se que já de princípio algumas questões surgiram com o uso desta estratégia e serão colocadas ao longo do capítulo específico deste *atravessamento*. Tem-se por objetivo dar continuação a esta pesquisa, quando esta investigação será aprofundada em relação ao movimento em que já foi iniciada e será realizada para os demais. Outro desafio foi o desenvolvimento de uma forma de analisar o conteúdo das linhas do tempo, dificultado por sua extensão. Neste momento o foco foi um rastreamento preliminar dos atores, mas pretende-se estendê-lo para pautas e antagonismos. Entende-se, ainda, a necessidade de multiplicar os relatos e narrativas com a intenção de gerar polifonias e aumentar as controvérsias.

Para esta análise preliminar dos atores foram criados três modelos de diagramas que indicaram não só quais atores deveriam ser analisados, mas os principais agenciamentos criados por eles ao longo do tempo. A escolha destes atores se deu mediante o cruzamento do diagrama 1 (MONTAGEM 9) com dados gerais da linha do tempo. Isso porque, tal diagrama demonstra, em escala, o número de vezes que cada ator foi figurado ao longo dos acontecimentos, segundo levantamento da pesquisa. Isso significa que as bolas maiores indicam que aqueles atores foram figurados muitas vezes, enquanto as menores representam aqueles que foram figurados apenas uma vez. No caso das Jornadas de Junho de 2013 exemplificado na montagem 9 observa-se que os atores escolhidos foram o Movimento Passe Livre (MPL), a Assembleia Popular Horizontal (APH) e o Comitê Popular dos Atingidos Pela Copa (COPAC), figurados 10, 15 e 17 vezes respectivamente.

Após a seleção dos atores a serem analisados tendo como base o diagrama 1 (MONTAGEM 9), investiu-se na criação do diagrama 2, representado pela mesma ilustração. Nele cria-se uma espécie de calendário, uma abstração da linha do tempo. Cada dia que, na linha do tempo era representado por um papel A4, passa a ser caracterizado por um quadro cinza (os mais claros indicam antecedentes à eclosão do levante, quanto os escuros indicam os dias que o compuseram). Nestes quadros, não são mais representados eventos, narrativas e atores, tal como nas linhas do tempo completas, mas apenas indicado em quais dias os atores selecionados para análise foram figurados nas narrativas utilizadas. Assim, indicados por diferentes cores, cada ator tem destacado os dias de participação em ordem numérica. Ordem esta necessária para a composição do diagrama 3 (MONTAGEM 9), este específico para cada ator. Nele realiza-se uma espécie de zoom em cada dia do calendário exposto pelo diagrama 2, em que o ator que se pretende analisar é figurado. Quando ampliado, o dia representado pelo quadro cinza passa a, não só indicar qual determinado ator foi nele figurado, mas apresentar os agenciamentos criados por aquele ator naquele momento. Quando sobrepostos, como exposto no diagrama 3, estes agenciamentos podem ser comparados, o que possibilita a compreensão das mudanças estabelecidas ao longo do tempo e, conseqüentemente, expõe controvérsias associadas àquele ator.



Jornadas de Junho de 2013

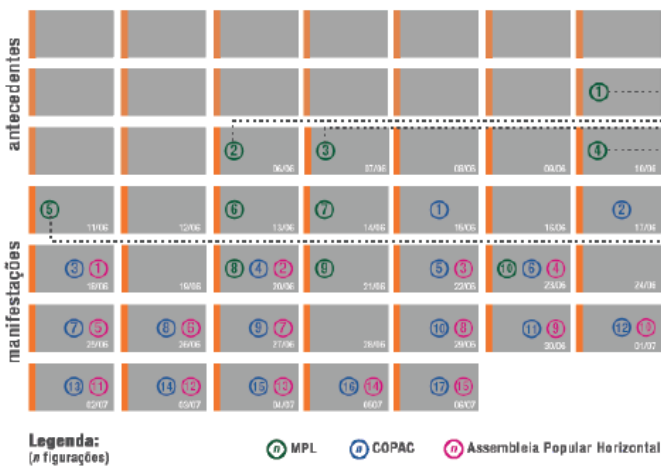


Diagrama 2



Diagrama 3

Montagem 9 - Ilustração dos diagramas utilizados para análise das Jornadas de Junho de 2013.

Fonte: Produzido pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa Indisciplinar: Henrique Porto, Ana Luisa Schoenell e Maíra Ramirez.

2.3 Os percursos para construção desta cartografia das controvérsias

A cartografia parte da não separação entre pesquisador e pesquisado. Trago e mim um percurso que levou a este estudo e que não esteve apartado dele, mas se influenciaram como parte da construção desta nova cartografia que proponho. Assim, neste subitem, apresentarei um pouco do que me levou a este tema e como ele foi se construindo com desvios, controvérsias, fios soltos, agenciamentos e aprendizados.

Formei-me em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). O curso foi criado em 2009 e faz parte do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Entrei para o curso da UFSJ no ano de 2010, após conversa com o então vice-coordenador Rafael Brandão que me apresentou um plano pedagógico composto por uma grade curricular flexível, que visava desenvolvimento da autonomia dos estudantes, por meio do qual cada um de nós poderia, em linhas gerais, escolher grande parte do caminho a ser trilhado ao longo de sua formação. Não só isso, mas também o ensino de arquitetura baseado em temas e não topologias, sempre integrado ao urbanismo e buscando uma real inserção na cidade, me fez abandonar o curso de Arquitetura e Urbanismo que havia iniciado em Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) seis meses antes²².

Os caminhos que escolhi trilhar ao longo desta formação me levaram a optar, em geral, por disciplinas desenvolvidas em comunidades carentes, visando cumprir o que se entende por *função social do arquiteto*. O incômodo de visitar as comunidades apenas para recolher informações e desenhar projetos que nunca seriam construídos, me fez aproximar das extensões universitárias que, vale lembrar, cresceram significativamente ao longo do governo petista, chegando, em 2015, a 85,4 milhões de reais investidos.

Particpei de três projetos de extensão na UFSJ: (i) Nas Vertentes da Sétima Arte (2012); (ii) O Rio e o Município: plano de valorização da agricultura em Ritópolis (2015); (iii) Escritório de Práticas Projetuais Alternativas (EPPA, 2011 - 2013; 2015). O primeiro deles, foi desenvolvido em parceria com o Professor Doutor Euclides Couto e a proposta era levar cinema e debate para

²² O curso da UFOP também foi criado pelo REUNI

as comunidades carentes entrelaçando arquitetura, urbanismo, sociologia e história. O segundo surgiu de um trabalho em grupo (Maíra Nobre, Luiza Melo, Júlia Haddad, Rafaela Souza e Gabriela Viana) realizado em disciplina homônima ofertada pela Professora Doutora Fernanda Corghi e parceria com o 17º Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura 2015 (EREA Minas MMXV)²³, quando possibilitamos a construção de uma horta comunitária no município de Ritópolis. Já o EPPA é um Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), maior projeto extensionista da Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura (FENEA), que criamos no início de 2011 com o objetivo de trabalhar sem fins lucrativos, em um modelo de gestão horizontalizada e estudantil, com princípios autônomos e junto à comunidades em estado de vulnerabilidade social, atuando diretamente nos territórios de seus interesses. O Escritório funcionou até 2017 e trabalhou em parceria com mais de oito comunidades de São João del Rei (São Geral, Araçá, São Dimas, Dom Bosco, Nova Brasília, Matosinhos, Senhor dos Montes, Alto das Mercês, dentre outras), uma de Resende Costa e uma de Ritópolis. Estas experiências, acrescidas da proposta flexível do curso, me permitiu, em 2013, realizar estágio no Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU), em Niterói, sob coordenação da Professora Doutora Regina Bienestein. Lá trabalhamos com a comunidade de Vila Esperança em um projeto de requalificação urbana em área de risco. Mapeamento e proposta foram realizados em parceria com a comunidade local. Além disso, tive a oportunidade de realizar uma disciplina ofertada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) que atuava junto à uma parcela significativa dos moradores do Morro da Providência, como parte da luta contra o avanço neoliberal promovido pelo Porto Maravilha²⁴, numa lógica de neoliberalização do território.

O ano de 2013 foi simbólico não só pelo contato com as questões relativas à arquitetura e ao urbanismo em escala ampliada, mas também pelas inúmeras experiências acadêmicas e pessoais que vivenciei. Morando em Niterói, participei de duas manifestações das Jornadas de Junho de 2013 que aconteceram na cidade e de uma das maiores manifestações da história do

²³ O EREA é um projeto da Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e foi realizado em São João del Rei em 2015. Ao longo do encontro realizamos dezesseis mutirões em comunidades em estado de vulnerabilidade social em parceria com o Escritório de Práticas Projetuais Alternativas, disciplinas ofertadas pela UFSJ e parte do corpo docente e discente de diversas universidades do país.

²⁴ O Projeto Porto Maravilha é fruto de uma Operação Urbana Consorciada (OUC) e está inserido no contexto das obras relacionadas aos megaeventos recebidos pelo Brasil em 2014 e 2016: Copa do Mundo e Olimpíadas, respectivamente.

Brasil, em 20 de junho, no Rio de Janeiro. Me lembro ter saído de lá muito confusa com tudo o que vi. Não só o cenário de guerra, mas também o clima controverso das palavras de ordem fragmentadas e, muitas vezes opostas, me renderam dias de questionamentos e a certeza de que não participaria mais daqueles atos.

Em 2013 também fui contemplada pelo programa Ciências sem Fronteiras, criado em 2011 pelo governo Dilma Rousseff, que me propiciou morar e estudar por um ano e sete meses em Munique, na Alemanha. Ao retornar ao Brasil, em 2015, o desejo da ação micropolítica como estratégia de luta, no sentido de modificar a estrutura social, ainda era presente. Por isso voltei a trabalhar no EPPA por um ano, onde realizamos o projeto Casa Verde, em parceria com um grupo extensionista do curso de Ciências Biológicas que propunha a construção de um espaço cultural dentro do Campus Dom Bosco para receber crianças e adolescentes de bairros carentes vizinhos. O projeto ficou pronto em 2016 e, infelizmente, a conjuntura pós golpe que conta com significativo corte de verbas para as Universidades Federais tornou inviável sua construção.

Pôr em prática as ideias sobre autonomismo, trabalho coletivo e horizontalidade foi um dos grandes desafios que esse percurso me apresentou, mas, mesmo desgastada e, de certo modo, desacreditada com este tipo de atuação micropolítica coletiva, alguns relatos de moradores com os quais trabalhamos e ações que modificaram, ainda que pontualmente, a vida de alguns, fizeram valer a pena seguir trabalhando neste sentido. Entretanto, o golpe de 2016 mudou significativamente a minha forma de ver a luta social. Percebi que dias mais duros viriam e que não era mais hora de lutar por melhorias pontuais na vida das pessoas de baixa renda, mas de disputar o Estado e as ações institucionais evitando que revogassem benefícios concedidos à essa população, o que acabaria por gerar desemprego, flexibilização do trabalho, ou seja, mais exploração do trabalhador, sucateamento da saúde e educação públicas, dentre outras catástrofes econômicas e sociais. Mas eu ainda não sabia como fazer isso. Foi doído perceber que grande parte do que estava em jogo quando nos dispúnhamos a trabalhar voluntariamente naquelas comunidades poderia ser parte de uma ilusão individualista que fazia melhor para nossa culpa burguesa do que para as pessoas que realmente necessitavam de mudanças estruturais capazes de melhorar sua qualidade de vida, ou, no mínimo, dar-lhes

condições dignas para viver. Era preciso assegurar a continuidade das mudanças estruturais proporcionadas pelo período anterior, ao invés de atuar de forma superficial com projetos que, no final das contas, seriam incapazes de alterar significativamente a ordem vigente. Se fez necessário lutar contra o golpe e isso não se fazia com carnaval.

Dentro deste quadro decidi tirar o foco da minha atuação acadêmica na ação extensionista, e voltá-lo para o desenvolvimento de pesquisas, direcionando minha formação para um viés mais tradicional da produção científica. Ainda em parceria com o EPPA, desenvolvi uma pesquisa, em 2016, orientada pela Professora Doutora Lívia Muchinelli intitulada *O Direito à cidade no Município de São João del Rei*, quando iniciei uma aproximação com o conceito lefebvriano. Ao final deste trabalho decidi me desligar definitivamente do escritório e comecei a direcionar esforços para o desenvolvimento do meu Trabalho Final de Graduação (TFG), *A Cidade e seus Muros*, sob orientação do Professor Doutor Rafael Brandão. Composto por três volumes, o trabalho fala de uma trajetória solo de investigação teórica somada a uma prática coletiva de derivas. Dele nasceu a primeira versão do projeto de mestrado. No TFG consegui chegar a uma visão positiva da ocupação cultural e festiva das ruas, por meio do diálogo entre os *entre lugares* de Guatelli²⁵ e a cidade como lugar da festa de Lefebvre²⁶. Eu pretendia dar continuidade a este projeto durante o mestrado, incluindo, no debate, conceitos foucaultianos como biopolítica e biopoder. A ideia, então, era investigar a cidade como espaço de luta e festa, entendendo a potencialidade política da ocupação cultural, falando das potências dos coletivos e da arte. A área de estudos seria a região da Praça da Estação, incluindo o Viaduto Santa Tereza e a Rua dos Guaicurus. Já havia, ali, uma crítica ao processo de gentrificação que se potencializava com essas ocupações, mas vinda do interior para a capital, não posso negar certo encantamento com as cores festivas, livres e, seguindo uma perspectiva clássica, pós-modernas que ocupavam tais espaços.

Iniciei meu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável com este projeto e me tornei orientanda da Professora Doutora Natacha Rena. Conhecida por participar dos maiores movimentos de resistência de Belo

²⁵ GUATELLI, Igor. *Arquitetura dos Entre-lugares*. São Paulo: SENAC, 2012.

²⁶ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

Horizonte dos últimos anos, em alguns casos protagonizando a organização por meio do grupo de pesquisa Indisciplinar, Natacha certamente tinha o currículo ideal para orientar a pesquisa proposta. Mas a vida é feita de atravessamentos, conflitos e decepções que geram desvios. O primeiro deles ocorreu quando descobri que muitas pessoas já tinham investigado as ocupações da Praça da Estação com leitura similar à que eu tinha proposto, inclusive Paula Bruzzi²⁷, ex orientanda da Natacha, que tinha não só falado sobre, mas também vivido o processo, desenhando uma cartografia aprofundada de cada dia de ocupação. Não fazia sentido seguir com este estudo de caso. Naquele momento, outro desvio se anunciou. A empresa de comunicação *!Exclamação*, localizada no Jardim Canadá entrou em contato comigo sugerindo parceria para a realização de ocupações culturais na praça principal do bairro em resposta a um grande evento de classe média que ocorre ali mensalmente e que atua de forma segregacionista, chamado *Experimente*. Era a possibilidade de desenvolver uma pesquisa-ação²⁸, uma cartografia com o corpo exposto à luta, algo também vinculado à extensão. O que me fez desistir da ideia foi a lembrança da forma como me desiludi com as extensões e ações coletivas micropolíticas. Coisas com as quais não gostaria mais de lidar.

Sem saber direito que rumo de investigação seguir, na segunda orientação que tive, em dezembro de 2017, levei uma lista de conceitos com os quais queria trabalhar. Já havia decidido realizar um pesquisa científica, de gabinete e que me interessavam conceitos deleuzianos e foucaultianos sobre poder e sociedade, para serem lidos juntamente com uma análise da apropriação contemporânea do espaço relacionada aos movimentos de resistência. Sabia também que me interessava pensar sobre a forma de atuação dos movimentos sociais,

²⁷BERQUÓ, Paula. A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte: entre rastros e emergências. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. 2015.

²⁸ A pesquisa-ação, também conhecida como pesquisa participante diz do envolvimento do pesquisador com seu objeto de estudo e é definida por Romagnoli (2009, p.7) por: Os termos pesquisa-ação e pesquisa participante têm a mesma origem, a Psicologia Social de Kurt Lewin, e alguns pontos em comum, tais como a crítica à pesquisa tradicional, ao distanciamento entre sujeito e objeto de estudo, à participação da população pesquisada e à necessidade de transformação social. Haguette (1987) coloca que, apesar desses vários pontos unificadores, há uma diferenciação de terminologia relacionada aos países em que elas ocorrem. Na Europa, principalmente na França, este tipo de pesquisa recebe o nome de pesquisa-ação, associada à corrente psicossociológica, e direciona-se para as instituições sociais e para os movimentos sociais. Na América Latina, esse tipo de pesquisa recebe o nome de pesquisa participante e caracteriza-se por um distanciamento da corrente psicossociológica, fundamentando-se nos princípios humanistas, marxistas e religiosos. Preocupada com as desigualdades sociais, teve forte influência de Paulo Freire.

principalmente na relação entre o sindicato e as lutas contemporâneas. Por fim, me lembrava dos incômodos que aquela manifestação de 2013 tinha gerado em mim e associava, de forma quase espontânea, o golpe às Jornadas de junho de 2013, mas no fundo, tinha medo de encarar uma investigação tão complexa. Já naquela segunda orientação, pensamos a possibilidade de unir estes dois incômodos e direcionar minha pesquisa aos levantes que ocorreram durante o século XXI²⁹. Tornei-me parte do Grupo de Pesquisa Indisciplinar³⁰, integrando a pesquisa Geopolítica e Território, e a pesquisa Territórios Populares e estabelecendo parceria com a Frente Brasil Popular pelo projeto BrCidades, parte do Projeto Brasil³¹. Foi-me apresentada uma nova forma de pensar as extensões e outro contexto de inserção dos movimentos populares. A partir do envolvimento com estes grupos, das leituras realizadas e análises de conjuntura constantes, avaliando, em sua maioria, as facetas do golpe, questões macropolíticas vieram à tona e percebi que, neste momento, seria preciso pensamento e ação transescalares para que fosse possível lutar, não só contra o golpe, mas em busca de um Brasil desenvolvido, socialmente justo e soberano.

O contato com o debate da geopolítica me fez compreender que, muitas vezes, as ações micropolíticas tais quais as que eu participava, dentro de grupos autônomos e críticos ao Estado, acabavam por enfraquecer esta instituição e entregá-lo, cada vez mais, à agenda neoliberal. Esta percepção junto à compreensão de diversas disputas em nível nacional e mundial, me fizeram questionar algumas posições assumidas anteriormente que não

²⁹ No primeiro momento, o foco dos estudos estava sobre as Jornadas de Junho de 2013, apenas ao longo do caminho, depois de muitos meses, percebemos que a melhor estratégia dentro do desenho da pesquisa seria perseguir uma investigação ampla sobre os levantes urbanos e os ciclos de luta, com cunho mais teórico e utilizar as Jornadas de Junho de 2013 como mais um dos casos analisados, tirando-lhe o protagonismo.

³⁰ O Grupo Indisciplinar se define da seguinte maneira: “O Grupo de Pesquisa Indisciplinar atua na elaboração de cartografias do processo de neoliberalização e produção biopolítica atrelados à produção contemporânea do espaço urbano. O termo cartografia descreve a opção teórico-metodológica que pressupõe a não separação entre pesquisador e o objeto de pesquisa, e que identifica tanto os processos de investigação quanto as ações executadas. Neste contexto de intencional sobreposição entre teoria e prática, atores híbridos (pesquisadores, resistências, comunidades afetadas, entre outros) atuam em duas frentes de ação principal: (a) os processos destituíntes contra o urbanismo neoliberal em suas múltiplas dimensões expropriadoras do patrimônio público; e (b) os processos constituintes/instituintes de novos espaços engendrados pela coletividade e autonomia cidadã em defesa do comum. Disponível em:

http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Indisciplinar#Sobre_o_Indisciplinar. Acesso em 07 de junho de 2019.

³¹ Projeto Brasil é um “conjunto de questões, que apontam problemas estruturais do nosso país e, por conseguinte, assinala também as propostas construídas ao longo das últimas décadas para enfrentá-los”. (SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO PARA O BRASIL, 2017).

conseguiram avaliar as situações de forma complexa e a necessidade de ampliação de pontos de vista a fim de compreender os fatos na multiplicidade que os compõem.

A parceria com a Frente Brasil Popular rendeu o desenvolvimento da disciplina *Uni 009 - Geopolítica e Cidades*, na qual realizei meu primeiro estágio docência, junto com o Levante Popular da Juventude e o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD). Além disso participamos do *Fórum BrCidades*, realizado em São Paulo, em maio de 2018, construindo coletivamente um documento com os sete eixos debatidos naquele espaço. Como resultado tivemos alguns artigos acadêmicos³², outros de opinião e uma série de material gráfico a ser utilizado pela Frente Brasil Popular. A parceria continua e, neste momento, estamos construindo o *Fórum Mineiro do BrCidades*. Os movimentos populares que compõem a Frente Brasil Popular me lembraram da importância da formação de base, da disputa pelo Estado, da soberania nacional e que a luta de classes deve ser um dos focos dentro das reivindicações, por dizer de um problema estrutural centenário do país. Foi fundamental nesse processo compreender que no campo da esquerda há diferentes formas de organização e que, muitas vezes, as pautas não andam juntas. Essa experiência, acrescida às leituras dos livros de Gohn (2014a; 2014b; 2017), deixou claro para mim a necessidade de entender as diferenças entre os movimentos, lançando sobre eles mais perguntas que respostas, na busca por levantar controvérsias.

A participação na pesquisa *Territórios Populares: reestruturação territorial, desigualdades e resistências nas metrópoles brasileiras* me proporciona aproximação com outros Movimento Sociais, territórios e formas de luta urbana que fazem pensar sobre o quanto, apesar de desafiadora, a transescalaridade é fundamental para a luta. Não se trata de escolher a micro ou a macropolítica, mas de saber transitar entre diferentes resistências pensando, sempre, que o objetivo central desta atuação vai muito além do próprio egoativismo, estando ligado à uma ideologia político social. O contato com outras formas de mapeamento e criação de dispositivos, acrescido do uso de um método que tem como base, tal qual esta

³² Dois destes artigos foram publicados no XVIII ENANPUR, realizado em 2019. São eles: (i) *Ocupando o centro de belo horizonte – locação social como alternativa para garantir o direito à cidade*, de Júlia Batista, Lygia Lott, Mariana Cristina Pinto, Artur Colito; (ii) *Percursos femininos no espaço urbano: da teoria à prática das trajetórias cotidianas da mulher em Macapá – AP*, de Crhys Oliveira.

investigação, cartografia e TAR foi fundamental para construir grande parte dos conceitos e questionamentos presentes neste texto.

Neste período, juntamente aos projetos de pesquisa, iniciei minha participação em dois grupos de estudo: Geopolítica e Território, onde nos dedicamos às leituras de *A nova Razão do Mundo* (DARDOT e LAVAL, 2016), *Globalização* (BAUMAN, 1999) e *Por uma Outra Globalização* (SANTOS, 2001); e Método, onde nos debruçamos sobre o livro *Reagregando o Social: uma introdução à teoria Ator-Rede* (LATOUR, 2012), com o objetivo de complexificar o método cartográfico, já utilizado pelo grupo Indisciplinar.

A participação no Grupo de Estudos de Método permitiu a criação da base teórica que, foi testada e adaptada para o desenvolvimento do método proposto nesta pesquisa. De forma geral, alguns pesquisadores do Indisciplinar compreenderam a necessidade de criação de um método próprio por diferentes razões, das quais pode-se citar o desejo de formular análises amplas, complexas e envolvidas com a extensão que não se sujeitem à habitual rigidez e binaridade da pesquisa tradicional.

Em se tratando de um método que valoriza mais as questões e os processos que o fim em si, sua formulação não haveria de ser diferente. Ele vem sendo aplicado e testado em diferentes projetos de pesquisa, ensino e extensão. Em relação às pesquisas e extensões destaca-se Geopolítica e Territórios e Territórios Populares, mas sobre a experiência no âmbito do ensino, é preciso citar as disciplinas ACR 037 - Tópicos em Arquitetura Contemporânea, Cidade e cultura, e ACR 025 Tópicos em Análise Crítica e História da Arquitetura e do Urbanismo – Territórios Populares I e II.

A disciplina ACR 037, especificamente foi fundamental para a minha formação e a realização da cartografia dos levantamentos urbanos parte do ciclo de lutas que se iniciou após a crise do capitalismo de 2008, já que debateu especificamente esta temática e foi o espaço para realização dos primeiros testes de aplicação do método direcionado a esta pesquisa. Realizei estágio docência nesta disciplina e tive a oportunidade de debater com os alunos os temas presentes em todos os capítulos desta dissertação, desde os conceitos de revolução, levante, revolta, neoliberalismo, globalização e alterglobalização, até uma análise dos novíssimos

movimentos sociais aplicada a cinco estudos de caso supracitados. Isso sem contar a apaixonante vivência da docência.

Além das experiências supracitadas, participei da mostra de cinema 68 e Depois, de curadoria de Pedro Rena e Natacha Rena, onde comecei a desenvolver uma primeira investigação sobre os acontecidos em maio de 1968 em Paris. O processo de compreensão deste levante e da intensificação que se deu naquele momento e ampliou posteriormente da divisão entre a esquerda clássica e a nova esquerda, associado a um estudo sobre as Internacionais Comunistas e ao debate entre reforma e revolução, foram importantíssimos para a construção deste texto. A participação na Mostra rendeu a produção de um artigo em parceria com Natacha Rena e Danilo Barbosa intitulado *68 e depois: uma cartografia dos filmes 'Morrer aos 30 anos' e 'O Fundo do ar é vermelho'*³³.

Por fim, observa-se que a ampla atuação do Grupo Indisciplinar e minha participação em diversos programas e projetos de pesquisa, ensino e extensão foram fundamentais para a construção desta cartografia. O que se deu não somente em relação aos estudos diretos sobre o ciclo de lutas aqui analisado, ou sobre o método desenvolvido e aplicado, mas também por meio da construção de um conhecimento crítico que extrapola as barreiras da academia atuando de forma intensa e até mesmo individual, sobre os pesquisadores e extensionistas. O Indisciplinar é, então, estruturado da seguinte forma (DIAGRAMA 5):

³³ Este artigo será lançado, em 2019, em uma edição especial da revista Cadernos Benjaminianos, dedicada à Mostra 68 e depois.

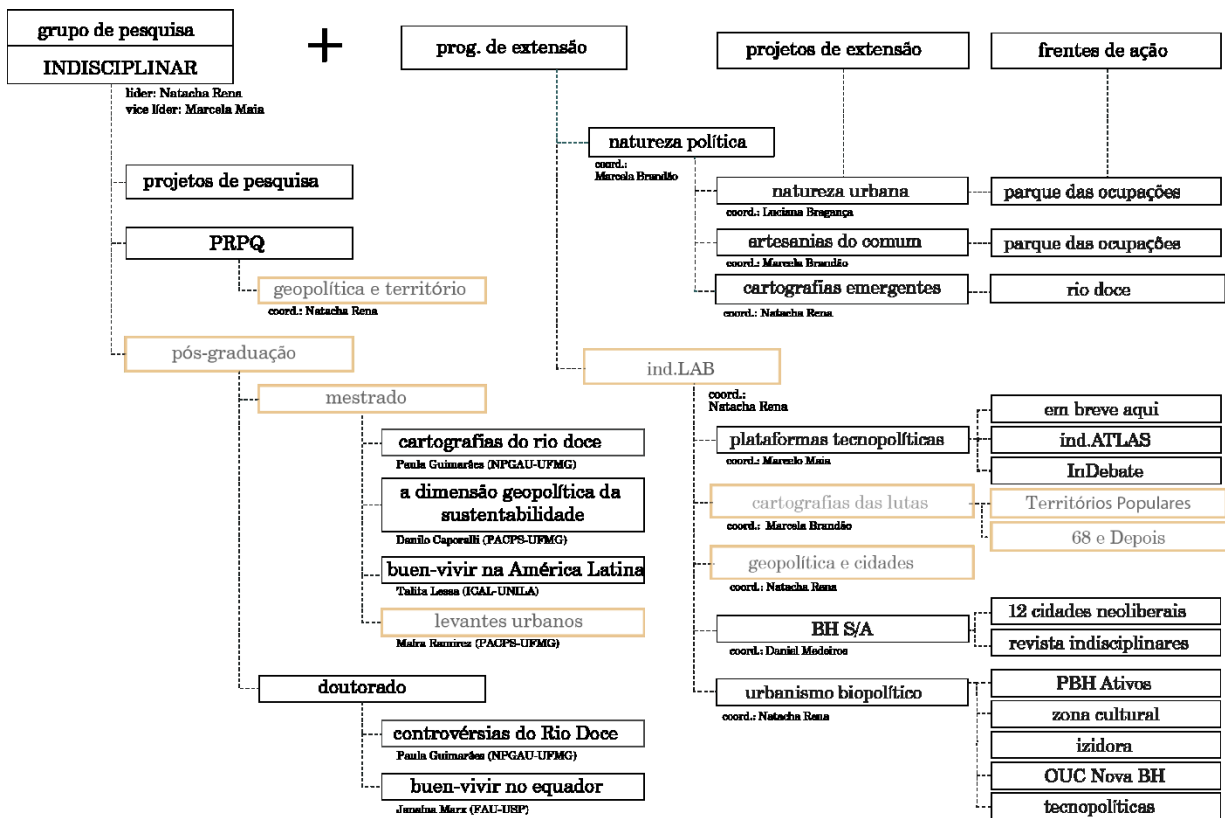


Diagrama 5 - Estrutura do Grupo de Pesquisa Indisciplinar
Fonte: produzido pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar.

Dentro deste amplo leque e das mais diversas experiências que vivenciei ao longo destes dois anos, esta dissertação está inserida, especificamente, no Eixo C da Pesquisa Geopolítica e Territórios (DIAGRAMA 6).

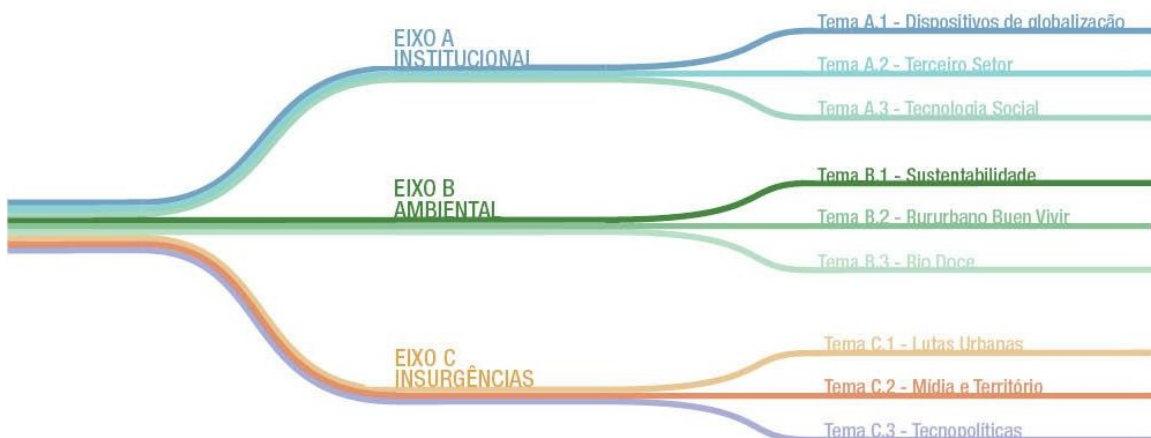


Diagrama 6 - Estrutura da Pesquisa Geopolítica e Território
Fonte: produzido por Danilo Barbosa, Henrique Porto, Maíra Nobre e Natacha Rena.

Se para Latour (2012) a escolha do que pesquisar surge de um incômodo do pesquisador em relação ao tema, em minha construção atravessada por interrupções e desvios, a presença deste incômodo é facilmente rastreável e sua simples existência diz da forma como estou diretamente implicada na análise, assumindo, desde já, minha presença enquanto nó nessa rede. Quando imersa em uma investigação que diz de passado e presente, de ansiedades, medos e desejos, não há outra forma de fazê-la, se não assumindo as implicações objetivas e subjetivas sobre todo o processo aqui descrito.

PARTE 1 - PLATÔS: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

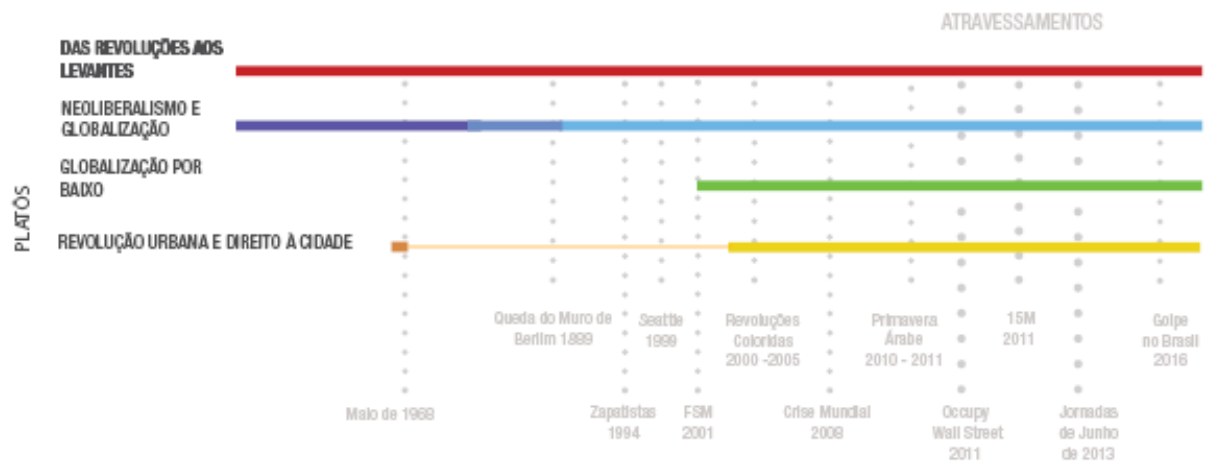


Diagrama 7 - Platôs
Fonte: produzido pela autora

3 DAS REVOLUÇÕES AOS LEVANTES: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS RESISTÊNCIAS³⁴

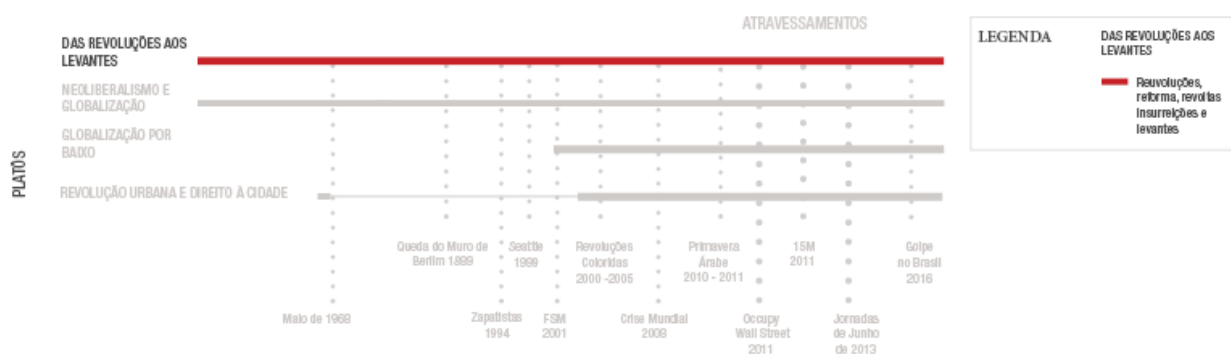


Diagrama 8 - Platô 1 - Das revoluções aos levantes: uma abordagem conceitual das resistências
 Fonte: produzida pela autora.

Quando pessoas se manifestam dessa maneira, a ação pode muito bem ser chamada por um nome inexato pelo que se opõe a seus objetivos ou táticas. Esse tipo de aproximação às vezes é compreensível: afinal, levantes, rebeliões e revoltas podem se assemelhar em certos aspectos e, em determinadas condições, podem evoluir ou até se confundir. Há, entretanto, situações em que essa proximidade indica um desconhecimento fundamental do que está em jogo. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 29).

Frente à incômodos advindos de arranjos sociais contraditórios, exercícios de poder julgados inadequados, conflitos de interesses e ideologias, dentre outros que expressam insatisfação com o poder vigente, é comum que as pessoas se organizem em movimentos de luta contra opressões, em busca de reafirmar as próprias convicções. Estas organizações podem se dar por formação de grupos utilizando-se de estruturas institucionais como sindicatos e partidos políticos, coletivos autônomos, Organizações não Governamentais ou em aglomerações sociais espontâneas, nas quais diferentes atores ocupam espaços públicos ou privados por julgarem possuir objetivos comuns. Estas manifestações de indignação podem receber nomes distintos de acordo, principalmente, com sua organização e finalidade.

Neste capítulo, algumas dessas formas de resistência serão tratadas com o intuito de compreender as semelhanças e diferenças entre suas manifestações, das quais pode-se citar

³⁴ Grande parte deste capítulo foi publicada no artigo *Das Revoluções aos Levantes* de autoria de Maíra Nobre e Natacha Rena, da revista *arq.urb.* No ano de 2018. Entretanto este texto conta com alterações e acréscimos que divergem da publicação. O artigo na íntegra pode ser encontrado no link: <https://www.usjt.br/arq.urb/numero-23/arqurb23-integral.pdf>. Acesso em 24 de maio de 2019.

com maior destaque: revoluções, revoltas e levantes. Em relação às revoluções, de maneira específica, tem-se observado uma constante disputa desta possibilidade com a da reforma. Atualmente, muitos partidos políticos ou grupos de manifestantes e ativistas se distinguem enquanto revolucionários e reformistas. Por fim, em se tratando de uma análise acerca de ações coletivas, se faz necessário, também, um debate sobre os movimentos sociais que será base para a compreensão de capítulos vindouros.

Georges Didi-Huberman lançou, em 2016, o livro *Levantes*, fruto de uma exposição do próprio autor na Galeria Internacional Jeu de Paume, em Paris. Didi-Huberman buscou trabalhar, por meio do visível e do invisível, alguns processos que ele intitula levantes. Ao longo da introdução do livro o autor indaga sobre uma possível razão que levaria os sujeitos à sublevação. Esta pergunta vem acoplada ao questionamento do *que fazer* em tempos nebulosos, dando a entender que sublevar-se é um movimento que nasce da escuridão de alguns períodos. De acordo com Michel Foucault (1994, p.547) “a sublevação é um modo pelo qual a subjetividade (não aquela dos grandes homens, mas aquela de qualquer um) é introduzida na história e lhe dá seu sopro”. Já sobre obscuridade, o próprio Didi-Huberman tece a seguinte ideia:

Tempos sombrios; o que fazer quando reina a obscuridade? Pode-se simplesmente esperar, dobrar-se, aceitar. Dizemos a nós mesmos que vai passar. Tratamos de nos acostumar. Ou melhor, na escuridão, pintamos o piano de branco. De tanto nos acostumarmos - e isso logo acontece, pois o homem é um animal que se adapta rápido-, não esperamos mais nada. O horizonte temporal do esperar acaba desaparecendo, como já tinha desaparecido nas trevas todo horizonte visual. Onde reina a obscuridade sem limites não há mais o que esperar. Isso se chama submissão ao obscuro (ou se preferirem obediência ao obscurantismo). Isso se chama pulsão de morte: a morte do desejo. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.14).

Segundo Didi-Huberman (2016), levantes aconteceriam como respostas a estes momentos de escuridão, por meio dos quais, levadas a seus limites, as pessoas se manifestariam de forma organizada, ou não, considerando, ou não, estratégias de luta. Nem sempre há, nesses instantes, um objetivo claro em relação ao ato de sublevar-se. Em alguns casos acontece um estopim que dá início a uma onda quase incontrolável de luta e potência, em outros, são traçados modos de organização e há um objetivo comum em manifestar-se, muitas vezes relacionado à expectativa de tomada do poder. É preciso ressaltar que estes momentos

são distintos entre si e que, mesmo dentro destas formas de demonstração de indignação, há maneiras diferentes de manifestar-se.

O historiador Ricardo Oliveira da Silva, no artigo *Revolução, História e Tempo*, publicado na revista *História: debates e tendências*, de 2015, afirma que o conceito moderno de revolução surgiu na Europa, na segunda metade do século XVIII. No mesmo período, a História também recebeu sua concepção moderna, fato vinculado ao processo de secularização, ou seja, rompimento com vínculos religiosos e com o passado e apontamento para um futuro (em noção linear de tempo) que concretizasse um novo mundo. Ou seja, a conceituação de História da modernidade vem acompanhada de “uma tarefa da revolução”. (SILVA, 2015, p.251). Esta revolução de gênese similar à modernidade, segue, de acordo com o autor, cinco premissas que influenciaram diretamente os movimentos políticos e sociais desde o século XVIII, são elas: (i) aceleração do tempo; (ii) finalidade social dos movimentos políticos; (iii) caráter universal e permanente; (iv) surgimento do novo, do inédito; (v) rejeição do passado como valor no presente. Segundo ele é possível definir revolução como “o espaço histórico que separa um poder de outro poder, e onde uma ideia de ação humana sobre a história substitui-se ao instituído” (FURET, 1988, p.40).

Apesar de Silva (2015) afirmar que o conceito de revolução, como é entendido hoje, teve sua gênese no século XVIII, o autor lembra que o vocábulo em termos políticos foi utilizado já no século anterior. Entretanto, naquele momento, seu sentido ainda se aproximava da origem do substantivo que designava retorno a uma ordem do passado. Nesse período, as manifestações que visavam um rompimento com o governo eram denominados motim, sublevação, insurreição, tumulto ou rebelião; não revolução. Portanto, foi no século seguinte, por meio do pensamento iluminista, que revolução passou a ser entendida como transformação, rompimento, apontando para o futuro, não mais um retorno. Além disso, destaca-se a aproximação do conceito de revolução com a noção de aceleração do tempo, com um dinamismo nos movimentos e com uma mudança do modo de se relacionar com o passado. Aparece no texto de Silva (2015) outras características que dão forma ao termo, das quais pode-se citar uma elongação da esfera política para a social e seu caráter universal. Diz-se, então, que

a revolução como conceito moderno se relaciona com dois principais elementos: ruptura e tempo. Na soma dos dois, um terceiro: irreversibilidade.

O debate acerca da noção de revolução foi realizado por muitos outros pensadores e tem em Hannah Arendt uma referência importante. A autora aponta que, no século XVIII, o conceito de revolução deixa de ser ligado a acontecimentos astronômicos e passa a designar ações humanas. (ARENDR 2001). Neste contexto, o termo começa a tratar da expectativa de um novo começo, ainda disforme, após o fim de um período de opressão. Arendt (2001) afirma que a busca por mudanças que leva às revoluções têm, de modo geral, intento de liberdade.

A ideia de liberdade se torna central na compreensão do conceito de revolução para Arendt (2001), o que faz com que nem todos os conflitos, tomadas de Estado e/ou realização de guerras, possam enquadrar no que a autora designa *processo revolucionário*. Caso não haja uma nova forma de organização por meio da qual os grupos que se sublevaram se tornem parte da arena política, não há revolução.

Só podemos falar de revolução quando esta característica de novidade está presente e quando a novidade se liga à ideia de liberdade. É evidente que isto significa que as revoluções são mais que insurreições bem-sucedidas e que não temos o direito de chamar revolução a qualquer golpe de estado ou até de vermos uma revolução em cada guerra civil. (ARENDR 2001, p.39).

Cabe ressaltar que a liberdade³⁵, aqui tratada, está diretamente relacionada com a política. Segundo a autora, não há possibilidade de liberdade que se afaste do âmbito social e de relações externas. A liberdade interna está vinculada, em Arendt (2001), a certa passividade que acaba por fazer dos indivíduos seres apáticos e, algumas vezes, escravos. A liberdade implica, então, no contato com outros indivíduos em espaços públicos comuns. (ARENDR 2001). Portanto, é preciso entender o conceito de revolução como forma que leva à liberdade não individual, mas vinculada à política, estabelecendo a relação direta entre esta liberdade e a existência de espaços públicos plurais por meio dos quais seja possível, a esses homens livres, falar e agir em termos políticos.

³⁵O conceito de liberdade como compreendido na contemporaneidade, será abordado, de acordo com uma leitura de Harvey (2016) no subcapítulo 4.2 *Globalização*.

Walter Benjamin (2006), por sua vez, entende que a revolução só é possível se houver a destruição do capitalismo. Para tanto, ele denuncia a falsa aliança de luta entre burguesia e proletariado, apontando para o fato de que já na Comuna de Paris ficou claro que não seria possível que as duas classes lutassem lado a lado.

Assim como o Manifesto Comunista encerra a época dos conspiradores profissionais, também a Comuna põe fim a fantasmagoria que domina o primeiro período do proletariado. Ela desfaz a ilusão de que seria tarefa da revolução proletária concluir a obra de 1789 de mãos dadas com a burguesia. Esta ilusão domina a época de 1831 a 1871, da insurreição de Lyon até a Comuna. A burguesia nunca compartilhou desse erro. Sua luta contra os direitos sociais do proletariado inicia-se já na Grande Revolução e coincide com o movimento filantrópico que a encobre que experimenta sua máxima expansão sob Napoleão III. (BENJAMIN, 2006, p.50).

Este modo de ver a revolução, pautado, não pela liberdade, mas pela luta de classes, denunciando a impossível aliança entre burguesia e proletariado, está presente também em Florestan Fernandes (2000). O que afasta ambos, Benjamin e Fernandes, de Arendt é o fato de que, apesar da autora não deixar de lado a relação entre revolução e mudanças estruturais de classe, para ela o fim da pobreza não se dá pelo espectro político e a revolução tem como principal foco a liberdade. Já Fernandes (2000) associa revolução à uma tomada de poder de caráter social e político.

[...] mesmo na linguagem de senso comum, sabe-se que a palavra se aplica para designar mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade. Daí o contraste frequente de “mudança gradual” e “mudança revolucionária” que sublinha o teor da revolução como uma mudança que “mexe nas estruturas”, que subverte a ordem social imperante na sociedade. (FERNANDES, 2000, p.55).

Partindo da ideia de que revolução é uma ruptura, apesar de afirmar que não o interessa a definição do conceito por si só, Fernandes (2000) atenta para o fato de que o uso do termo “traduz relações de dominação”, afirmando que quando um golpe de Estado é definido enquanto revolução, isso não se dá por mero acaso, simula-se que o processo democrático não foi interrompido de forma que sua ocorrência serve à Nação. Ou seja, confundir o significado de palavras-chave é estratégico no intento de inverter as relações de dominação, fazendo com o que o oprimido não perceba que está ocupando essa posição e legitimando os abusos de poder. (FERNANDES, 2000). Mas a apropriação das palavras-chave também pode ser feita pelos revolucionários. Segundo Fernandes (2000), se os operários quiserem realizar tarefas criadoras,

eles têm que se apropriar de determinadas palavras, que não podem ser compartilhadas com outras classes e “calibrá-las cuidadosamente” para que seu sentido se confunda com o sentido de ações coletivas relacionadas à tarefa histórica da revolução.

Pensando a realidade brasileira dos anos de 1980, o autor lembra que o significado de revolução não estava apenas ligado ao desejo da classe trabalhadora. Algumas mudanças estruturais, chamadas revolução agrária, urbana³⁶, demográfica, dentre outras, apontam para aproximações ou afastamentos do crescimento da ordem burguesa. Isso porque, caso uma sociedade capitalista não realize nenhuma dessas transformações, ela estará em déficit com as revoluções nacional e democrática. “Essas transformações são concomitantes e se regulam pelo grau de diferenciação interna do sistema de produção propriamente dito”. (FERNANDES, 2000, p.56). Nas sociedades onde o capitalismo está menos desenvolvido, a revolução deveria ser realizada pelas “classes despossuídas e trabalhadoras”, entretanto o modelo que se apresenta advém, em geral, de locais onde tal sistema encontra-se mais adiantado e que os processos revolucionários ficam majoritariamente a cargo de membros da classe alta ou média. (FERNANDES, 2000, p.56).

Para o autor, um capitalismo “semi-democrático” é melhor que uma sociedade capitalista sem nenhuma democracia, pois no primeiro modelo há possibilidade de existência de sindicatos e de algum crescimento do movimento operário. Entretanto, Fernandes (2000) lembra que revoluções possibilitadas pelo processo capitalista acabam trazendo danos à classe trabalhadora. Para ele, a revolução deveria ser calcada por esta classe em oposição à burguesia, denunciando o fim dos tempos do modelo de revolução vigente e apontando para o fato de que sua realização nos países de periferia advém de um “egoísmo autodefensivo das burguesias”. (FERNANDES, 2000, p.57). Esta ação se justifica pela possibilidade de revolução realizada pelo proletariado, da periferia para o centro do capitalismo. Fato que fomenta um movimento de autoproteção das burguesias do centro que “se organizam como verdadeiras bastilhas e promovem seu ‘pluralismo democrático’ ou seu ‘socialismo democrático’ como se fossem equivalentes políticos do socialismo revolucionário e do comunismo”. (FERNANDES, 2000, p.57).

³⁶ O conceito da revolução urbana, como lido por Harvey (2014) será analisado no capítulo 6 *Revolução urbana e direito à cidade*.

Fica exposto, neste momento, a forma como o capitalismo relaciona o desenvolvimento da burguesia e do proletariado - classes sociais que são sua base de formação e consolidação - e agrava o antagonismo entre capital e trabalho. Deste acirramento, Fernandes (2000) aponta para a existência de uma guerra civil permanente e, em termos, velada, o que leva à abertura da possibilidade da revolução. Essa constante tensão, vez ou outra desequilibrada, é o que gera, para o autor, as principais transformações da sociedade. Assim a revolução em Fernandes (2000) só tem sentido pelas mãos dos trabalhadores, mas é preciso ter ciência da existência de uma “contra-revolução” relacionada à burguesia que alimenta esta tensão social. Revolução e contra-revolução aparecem como guerra política e/ou civil e a vitória de uma ou outra depende da relação das forças sociais que cada classe aplica para a transformação revolucionária ou defesa da ordem.

Revolução e contra-revolução constituem, por consequência, duas faces de uma mesma realidade. Sob a guerra civil latente, a pressão autodefensiva da burguesia pode ser contida nos limites da "legalidade"; por sua vez, o contra-ataque proletário fica circunscrito à defesa de sua autonomia de classe e de sua participação coletiva no sistema de poder burguês. Em outras palavras, a burguesia afasta-se das tarefas históricas impostas por sua revolução de classe, mas o proletariado não. Ele força e violenta os dinamismos da sociedade capitalista, obrigando os setores estratégicos das classes burguesas a retomar pé na transformação revolucionária da ordem social competitiva. (FERNANDES, 2000, p.62).

Na sequência do texto *O que é Revolução*, escrito em 1981, Fernandes (2000) recorre à Lenin ao afirmar que, em *A Falência da II Internacional (1914-1915)*, o autor aponta para a impossibilidade da revolução caso a sociedade não esteja imersa em uma *situação revolucionária*, entretanto, isso não basta para a eclosão da revolução. Em seguida, Fernandes (2000) lista três indícios do que seria uma *situação revolucionária*: (i) uma crise que gere impossibilidade da classe dominante manter seu poder de forma inalterada; (ii) um agravamento da pobreza e miséria; (iii) intensificação, derivada das situações anteriores, da ação das massas. Mas essa soma de fatores não é o suficiente para que aconteça uma revolução. Ela só ocorre, de acordo com Fernandes (2000) se, somado aos itens supracitados, houver uma *transformação subjetiva*, ou seja, uma capacidade das massas de conduzirem a revolução na direção de destruição total ou parcial do antigo governo. Para além de tudo isso, o

autor destaca que o centro da revolução está na luta de classes, colocando-a como ponto zero da “situação revolucionária”.

Pensando a relação revolução *versus* contra-revolução, chega-se a outro ponto colocado por Fernandes (2000): a burguesia não sabe lidar com a luta de classes. Assim, o autor denuncia uma cooptação burguesa tanto do socialismo quanto do capitalismo, o que fez com que sua centralidade fosse posta sobre a forma de democracia criada pela própria burguesia. Isso não significa o fim das possibilidades revolucionárias, mas aponta para o avanço da luta em direção aos interesses da burguesia ao mesmo tempo que ocorre um declínio da possibilidade da classe operária alcançar o poder.

Se se procede a uma análise rigorosa, que leve em conta as evoluções ocorridas nas sociedades capitalistas centrais, descobre-se que a burguesia não só aprendeu a conviver com a luta de classes - ela foi mais longe e vergou o próprio movimento socialista, primeiro, e o movimento comunista, em seguida, forçando-os a definir como seu eixo político a forma burguesa de democracia (isto é, forçou-os a renegar a luta de classes e os meios violentos, "não democráticos", de conquista do poder). (FERNANDES, 2000, p. 66).

A situação tende a agravar-se ainda mais quando Fernandes (2000) afirma que o surgimento da indústria “ultramoderna” minimizou o poder de atuação da classe operária. Isso porque, de acordo com o autor, houve um crescimento da classe média e estreitamento da trabalhadora, principalmente com a predominância do trabalho intelectual, tendendo a uma sociedade de massas onde os indivíduos são despolitizados. Esse fato pode ser relacionado ao pensamento de Eric Hobsbawm (1995) ao afirmar que a década de 1960, principalmente Maio de 68³⁷, representa a última revolução, especialmente se acometida no sentido da universalidade da palavra. Também Silva (2015) afirma que os anos 1970 representam a queda do sentido da revolução no mundo ocidental. Neste período a classe operária deixa de ser considerada um grupo revolucionário potente, principalmente em países da Europa Ocidental e EUA, devido às políticas do *estado do bem-estar social* e ao crescimento da sociedade de consumo. A forma de atuação deste tipo de sociedade é pautada pelo “roubo” de energia dos trabalhadores, que corrobora para uma alienação em massa, pautada pelo uso sistemático de

³⁷ Na próxima edição da revista Cadernos Benjaminianos será publicado o artigo *68 e depois: Uma cartografia dos filmes "Morrer aos 30 Anos" e "O Fundo do Ar é Vermelho"*, de autoria de Maíra Nobre, Natacha Rena e Danilo Barbosa que aborda os ocorridos em Maio de 68 por meio da análise de dois filmes *Morrer aos trinta anos*, de Romain Goupil e *O fundo do ar é vermelho.*, de Chris Marker.

vocábulos estratégicos ao neoliberalismo tanto no que tange a produção e aquisição de produtos, informações e modos de vida, quanto à mobilidade, flexibilidade e produtividade, apostando na lógica do efêmero.

O debate que Fernandes (2000) traz sobre a questão de classes e a apropriação da revolução pelo capitalismo, principalmente quando se trata de processos revolucionários vinculados à interesses burgueses, ou seja, que não modificam de forma profunda a estrutura do sistema capitalista, mas que geram adequações a ele, se relaciona com o embate travado entre reforma e revolução.³⁸

Slavoj Zizek, no artigo *Problemas no Paraíso* publicado no livro *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* organizado por Ermínia Maricato e publicado em 2013, lembra que nos primeiros textos de Marx, o autor afirma que a única maneira de resolver a situação alemã seria por meio de uma revolução global universal. Segundo Zizek (2013) é esta a principal diferença que pode ser estabelecida entre reforma e revolução:

o primeiro, a revolução global continua a ser um sonho que, na melhor das hipóteses, sustenta nossas tentativas para aprovar alterações locais - e, no pior dos casos, impede-nos de concretizar mudanças reais; ao passo que uma situação revolucionária surge quando se torna claro que apenas uma mudança global radical pode resolver os problemas particulares. (ZIZEK, 2013, p. 101).

Desde os primórdios, a esquerda debate qual a forma mais viável e eficaz de promover as mudanças sociais desejadas. Este dissenso, presente desde os primórdios do pensamento da esquerda, em muitos casos, levou a disputas internas que geraram à segmentação deste grupo político em subgrupos que defendem diferentes posicionamentos frente à possibilidade de transformações estruturais. Ele já se fazia presente nas Internacionais Comunistas³⁹, com

³⁸ Neste texto, a questão da reforma e revolução será posta, principalmente em relação ao urbano. Apesar de haver um capítulo destinado ao entendimento do que é uma revolução urbana, será possível observar no *atravessamento* das Jornadas de Junho de 2013 o que aparece em relação às cidades brasileiras nos últimos anos é a ideia de reforma urbana, representando uma importante pauta para as manifestações. Cabe destacar, também, neste contexto, a busca por uma reforma política.

³⁹ Compreendendo o caráter mundial do capitalismo, Marx e Engels finalizam o *Manifesto Comunista* de 1847 dizendo que era preciso que os proletários de todo o mundo se unissem. Este internacionalismo proletário foi o que subsidiou a formação das Internacionais Comunistas.

destaque para a formação da Terceira Internacional⁴⁰, que reflete um discurso ideológico que envolve os preceitos de reforma e revolução, principalmente entre Lenin e grande parte dos membros da Segunda Internacional⁴¹. Outro exemplo é o movimento de Maio de 1968 na França, quando o Partido Comunista (PC) e os sindicatos assumiram uma posição reformista pretendendo, por meio de conexão e diálogo com o General de Gaulle, promover as mudanças estruturais por eles desejadas, enquanto os estudantes que tomaram as ruas de Paris, o fizeram segundo ideias revolucionárias. Vale lembrar que o conceito de reforma está vinculado à uma estratégia etapista por meio da qual, segundo suas primeiras concepções, busca-se atingir o estágio revolucionário.

Dentre os autores que debatem o tema, Rosa Luxemburgo⁴² assumiu posição de destaque com a publicação, em 1889, do livro *Reforma ou revolução*, em resposta aos atos revisionistas do Partido Social-Democrata Alemão, representado, principalmente, pela figura de Eduard Bernstein. Em termos gerais, o que o partido propunha era a substituição da revolução proletária pela realização de reformas graduais no capitalismo. De acordo com Dantas (2013)

Houve quatro Internacionais (alguns autores citam a existência de uma Internacional 2 e meio, entre a segunda e a terceira) que se formaram e dissolveram ao longo do tempo devido à acordos e dissidências. Em alguns momentos há sobreposição entre elas, em outros, as datas de início e fim não são tão definidas, mas pode-se considerar o seguinte: Primeira Internacional, também conhecida como Associação Internacional dos Trabalhadores (1864 - 1876); Segunda Internacional (1887 - 1923); Terceira Internacional ou Internacional Comunista (1919 - 1943); Quarta Internacional (1938).

⁴⁰A Terceira Internacional foi composta por vários Partidos Comunistas do mundo que seguiam a linha da Primeira Internacional, mas acrescentavam a ela alguns pontos colocados pela Segunda. Andavam de acordo com a linha revolucionária marxista e buscavam formação de quadros dirigentes dos partidos comunistas, transformando-os em partidos revolucionários de massa. Em 19 de janeiro foi lançado um manifesto que criava o Comitê Central do Partido, do qual faziam parte, dentre outros, Lenin e Trotski. A formalização desta Internacional ocorreu no dia 03 de março do mesmo ano. Em 1943, a Internacional Comunista foi dissolvida.

⁴¹ A Segunda Internacional (1889 - 1914), por exemplo, era formada por diversas correntes partidárias e sindicalistas, entre social democratas e trabalhistas, trazia elementos revolucionários e reformistas, não tendia a um centralismo, como a anterior, e caracterizava-se como uma federação de partidos e grupos autônomos, coordenados por meio de congressos trienais. A ausência de uma centralidade potencializada por posicionamentos divergentes frente à Primeira Guerra Mundial levou à seu fim. Enquanto parte dos membros declararam apoio ao conflito, a outra parcela acreditava que este posicionamento era anti-socialista, o que gerou um rompimento da Internacional. Diante deste quadro, Lenin se dedicou à criação da Terceira Internacional, conhecida oficialmente como Internacional Comunista.

⁴²Rosa Luxemburgo fez doutorado na Suíça sob orientação de Julius Wolf, quando investigou o desenvolvimento da indústria Polonesa. Ao voltar para a Alemanha, trazendo um profundo conhecimento sobre economia e pensamento marxiano, a publicação de *Reforma ou Revolução*, foi uma tentativa de amenizar, por meio de uma construção histórica, o desgaste gerado à teoria de Marx da cisão entre as ações políticas reformistas e revolucionárias, demonstrando que a classe operária utilizou em sua luta ambos os princípios.

esta disputa travada, inicialmente pelos dois autores foi a responsável pela quebra de unidade do pensamento político de Marx e Engels, onde reforma e revolução estavam presentes simultaneamente. “Parece que esta percepção se perdeu ao longo do século passado, dividindo ao meio a luta dos trabalhadores”. Outra questão apontada pelo autor para tal dissidência é o pensamento de Lênin que, somado à Revolução Russa, “subverteu a combinação até então suposta entre reforma e revolução”. (DANTAS, 2013, p. 88).

De acordo com a leitura de Luxemburgo (2011), a revolução simboliza o último passo da reforma, ou seja, é o momento final da luta. O que os trabalhadores construíam enquanto políticas graduais, por meio da reforma, funcionaria como base para a revolução. Assim, a autora condena a dicotomia criada, pelos revisionistas, entre os termos, entendendo que se trata de dois momentos para um mesmo fim.

Para a social-democracia lutar dia a dia, no interior do próprio sistema existente, pelas reformas, pela melhoria da situação dos trabalhadores, pelas instituições democráticas, é o único processo de iniciar a luta da classe proletária e de se orientar para o seu objetivo final, quer dizer: trabalhar para conquistar o poder político e abolir o sistema salarial. Entre a reforma social e a revolução, a social-democracia vê um elo indissolúvel: a luta pela reforma social é o meio, a revolução social o fim (LUXEMBURGO, 1999, p. 17, apud DANTAS, 2013, p. 88).

Se para Luxemburgo há uma relação entre o meio e o fim, o primeiro sem o segundo não faria sentido, enquanto de acordo com Bernstein o fim não é mais revolucionário, mas a gradual instauração do socialismo através do controle da economia dado pela criação de cooperativas. A esta estratégia, Luxemburgo via como um movimento não para supressão do capitalismo, mas para redução de seus danos, o que não era suficiente. (DANTAS, 2013)

Segundo a autora, a segmentação dos termos, formada pela negação dos reformistas frente à opção da revolução se dá pela crença de que esta via é capaz de abrir um leque de mudanças mais amplo do que, para ela, seria possível. A crítica segue ao argumentar que, além de não acreditar na amplitude potente da estratégia reformista, ela não levaria ao fim do capitalismo por deixar intocada sua base burguesa.

O esforço pelas reformas não contém, em si, força motriz própria, independente da revolução; em cada período histórico ele apenas se movimenta sobre a linha, e pelo tempo em que permanece o efeito do pontapé

que lhe foi dado na última revolução ou, dito de maneira concreta, apenas no quadro da forma social criada pela última transformação (LUXEMBURGO, 2011, p. 68).

Luxemburgo e Bernstein vivenciavam a Social Democracia Alemã e as contradições postas pelo contexto entre reforma e revolução. Entretanto questões como as acima colocadas são fundamentais para que se pense o contexto de manifestações da década de 1960, já citadas por Hobsbawm (1995) e também o ciclo de lutas que se iniciou após a crise mundial do capitalismo de 2008. As disputas reforma *versus* revolução, velha *versus* nova esquerda ainda estão presentes, resta saber de que forma elas aparecem.

Foucault, como coloca o estudioso César Candiottto (2013), viu, neste final de século XX - pós Maio de 1968 - o que pode ser entendido como fim dos processos de revolução. Ou pelo menos, o fim da forma como eram entendidos até então. Após o ocorrido na França em 1968, com destaque para o enfraquecimento do PC e aproximação da luta estudantil do cotidiano, da liberdade e do autonomismo, o autor afirma que a nova fase de revoluções não ocorreria no âmbito institucional, dentro dos partidos ou sindicatos, mas no domínio social, por meio do qual outras formas de convívio surgiriam.

É sobre esta nova maneira de manifestar-se que Foucault trabalha o conceito de *contraconduta*. Esta forma de luta não está vinculada a um partido ou uma classe e nem mesmo tem a intenção de tomada de poder. *Contraconduta* é um conceito amplo utilizado pelo autor que inclui diversas formas de sublevação como, por exemplo, o que o Foucault (1994) chama de *insurreição* e Didi-Huberman (2016) de *levante*.⁴³ Termos que designam esta nova forma de luta que surge após a década de 1960 não apresentando a mesma estrutura e forma organizacional das revoluções típicas dos séculos XVIII, XIX e início do século XX.

Foucault (1994) diferencia revolução de *insurreição* afirmando que a primeira, como já colocado por outros autores supracitados, tem relação íntima com o tempo e, portanto, ocupa um lugar na história, enquanto a segunda diz do homem e sua humanidade em um recorte pequeno do tempo. *Insurreições* são como interrupções do fio da história que ocorrem do lado

⁴³ No debate cunhado neste texto, não há distinção entre os conceitos de *levantes* e *insurreições*, entretanto, ambos os termos são mantidos tendo em vista as diferentes denominações estabelecidas por Didi-Huberman e Foucault.

de fora dela. A insurreição pode ser vista, então, como um escape ligado à busca pela liberdade e pelos direitos.

A revolução está organizada segundo toda uma economia interior ao tempo: condições, promessas, necessidades; portanto, ela se aloja na história, faz dela sua cama e finalmente se deita nela. A insurreição, por sua vez, ao recortar o tempo, dirige os homens à vertical de sua terra e humanidade (FOUCAULT, 1994a, p. 790).

Harvey (2014), por sua vez, lembra que Marx chama lutas urbanas de grande abrangência e intensidade, como o caso da Comuna de Paris de 1871, de “insurreição proletária”, ou seja, não se trata de uma revolução. O autor coloca que, apesar da efervescência, o movimento visava mais uma promoção burguesa que a libertação dos trabalhadores, muito menos complexo que uma revolução. Mais uma vez, associa-se o conceito de revolução à luta de classes, comprovando que, para Marx, tal qual para Fernandes (2000), não é possível que se estabeleça uma revolução sem que a causa operária esteja em primeiro lugar.

Quando uma batalha que se estende por toda uma cidade adquire um *status* revolucionário icônico, como no caso da Comuna de Paris, de 1871, ela é reivindicada (primeiro por Marx, depois mais especificamente por Lenin) como uma ‘insurreição proletária’, e não como um movimento revolucionário muito mais complexo - animado tanto pelo desejo de reclamar a própria cidade e sua apropriação burguesa como pela almejada liberação dos trabalhadores do trabalho penoso que lhes é imposto pela opressão de classe em seus locais de trabalho. (HARVEY, 2014, p. 217).

Outra diferença fundamental entre revolução e insurreição apontada por Candiotti (2013) é a forma de valoração e avaliação dos movimentos. No caso da revolução é fundamental analisar se ela foi bem ou mal sucedida para que possa ser considerada ou não uma revolução, o que a distingue, também, de um processo revolucionário. As insurreições e as contracondutas de modo geral, por sua vez, fogem desse método de análise, já que não têm por finalidade a tomada de poder. Sendo assim, qualquer ato que vá contra a servidão, qualquer sublevação, tem valor significativo nestas categorias de luta.

Nas insurreições ou nos levantes, como prefere chamar Didi-Huberman (2016), além de não haver uma lógica de vitória ou derrota, existe uma relação com o tempo do agora, com o instante. Eles eclodem por meio de uma fagulha que gera indignação.

De acordo com o autor, os levantes estão sempre ao lado das submissões, mas podem ser entendidos como a sobrevivência do desejo “neste espaço concebido para neutralizá-lo”. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.16). Eles podem ser entendidos como um gesto. As mãos estendidas, o pulso fechado, o movimento dos corpos, a inclinação do tronco, a profanação da palavra. Tudo isso pode ser um levante e não há escala capaz de medir essas ações. Os levantes “vão do mais minúsculo gesto de recuo, ao mais gigantesco movimento de protesto.” (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.16). Para o autor, trata-se de um sinal infinito, retomado várias vezes, e soberano, como pode ser também denominado o desejo por liberdade.

O levante é um pôr-se de pé junto a outros contra uma forma de poder, é se mostrar e se fazer ouvir em situações nas quais, justamente, não é permitido se pôr de pé, se mostrar e se fazer ouvir. O levante não se dá simplesmente pelo valor simbólico de aparecer em público quando esse ato é proibido. Ele se faz com certa energia, força, com uma intenção física e visceral que não é apenas individual, mas compartilhada - o levante se dá com uma determinação que um dia vai pôr fim a uma condição comum por tempo demais suportada. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 25).

Didi-Huberman alerta para o fato de que é impossível fazer um levante sem uso de determinada força, mas ele não explica de onde vem essa força. O que se sabe é que o levante é o lugar que se chega quando um limite foi ultrapassado e por isso atenta-se ao fato de que é preciso levantar-se. Retirar-se daquele espaço de sublevação. Trata-se de duas faces da mesma moeda. O levante é, então, o impulso que busca o fim de uma condição que perdurou por tempo demais e se tornou insuportável.

Uma diferença significativa entre levante e revolução, para além da valoração da vitória ou derrota, é que a revolução é um singular-universal e, dentro disso, é coletiva, já o levante, apesar de múltiplo, é individual no sentido de ser polifônico e, por vezes, contraditório. De acordo com Didi-Huberman (2016), um Estado, por exemplo, é incapaz de fazer um levante, mesmo que entre em guerra com outro Estado.

Num levante, são indivíduos que participam da ação que tem uma forma e um sentido de ordem sociopolítica, mesmo que figuras do Estado não estejam nele engajados. No âmbito dessa ação social, indivíduo algum age sozinho, mas nem por isso emerge um sujeito coletivo capaz de homogeneizar diferenças individuais. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.23 - 24).

Não se imagina que, em um levante, todas as pessoas estejam de acordo com os mesmos objetivos políticos. O que leva ao levante, não é sua pauta final, mas um sentimento

coletivo de indignação. A questão do levante está em negar a escuridão e não na luz que se espera, é uma recusa e não uma proposta. Está aí uma diferença fundamental entre levantes e revoluções.

Para além de levantes e insurreições, há outra forma conhecida de contraconduta: a revolta. Ela é marcada como momentos de contestação que, tal com as anteriormente citadas, não objetivam diretamente a vitória. Entretanto se aproximam um pouco mais do que conhece-se como revolução. Isso porque enquanto uma insurreição ou um levante não podem ser vitoriosos, já que esse valor não se aplica a eles, sendo compostos por pequenas perdas e ganhos, comumente instauradas na escala do micro, uma revolta pode ser vitoriosa e quando isso acontece, ela se transforma em uma revolução. Além disso, Luiz Arnaut (2017) lembra que há uma constante nas revoltas relacionada à existência de um referencial teórico que não só acompanha, mas também modifica a prática. Esta tende a acontecer por um período menor que as reflexões acerca da revolução (que vem sendo construída há mais de um século), mas maior do que acontece, de forma geral, nas insurreições e nos levantes.

O Quadro 1 apresenta um resumo dos conceitos aqui debatidos.

	Revolução	Reforma	Contraconduta	Revolta (forma de contraconduta)	Levantes/Insurreições (formas de contraconduta)
Organização	Presença de um ou mais líderes, estrutura arbórea, centralizada.	Estrutura arbórea. Instituições. Etapista.	Pode ter ou não liderança	Presença de um ou mais líderes. Centralizada.	Rizomática, horizontal, ausência aparente de líderes.
Principais atores	Movimentos sociais clássicos.	Instituições e movimentos sociais clássicos e novos.	Movimentos sociais clássicos, novos ou novíssimos.	Movimentos sociais clássicos.	Novíssimos movimentos sociais.
Objetivos	Mudança na organização do poder. Tomada de poder.	Mudança gradual nas estruturas vigentes.	Ação contrária à ordem vigente, mas sem objetivar a tomada de poder.	Mudança na organização do poder.	Não desejam tomada de poder nem apresentam propostas claras para uma reestruturação.
Duração	Longa.	Muito longa (ocorre por etapas).	Indeterminada.	Média.	Curta. Um instante pode ser um levante ou uma insurgência
Resultado	Bem ou mal sucedida.	Bem ou mal sucedida em suas etapas.	Indeterminado – depende do tipo de contraconduta.	Quando bem-sucedida, é uma revolução.	Não podem ser avaliados como bem ou mal sucedidos.
Autores	Arendt (2001); Fernandes (2000); Furet (1988); Silva (2015); Benjamin (2006); Harvey (2014); Luxemburgo (2011); Dantas (2013).	Luxemburgo (2011); Dantas (2013); Bernstein.	Foucault (1994)	Arnaut (2017).	Foucault (1994); Candioto (2013); Didi-Huberman (2016)

Quadro 1 - Revolução, Reforma, Revolta e Levante, uma análise conceitual

Fonte: Produzido pela autora.

3.1 As resistências contemporâneas e os novíssimos movimentos sociais

Atualmente, as principais resistências que se tem notícia seguem um modelo similar aos conceitos indicados dos levantes e insurreições. Além disso, elas estão, em sua maioria, relacionados com a questão urbana. Isso se dá não apenas pelo fato desses movimentos terem ocupado os espaços da cidade, que pode ser considerada o “chão de fábrica” das lutas contemporâneas, mas também porque apresentam questões tocantes a urbes como debates centrais. Esse é o caso, por exemplo, das pautas relacionadas ao direito à cidade e à moradia, também o direito à mobilidade, à ocupação dos espaços públicos, incluindo uma disputa pelo que é comum, assim como o questionamento da propriedade privada.

Observa-se no século XXI uma onda de resistências com níveis de intensidade que lembra o ocorrido na década de 1960. Levantes ocuparam parte significativa dos mundos oriental e ocidental. Castells (2013) relaciona essas manifestações com o que denomina movimentos sociais em rede, enquanto Gohn (2014b) os chama de novíssimos movimentos sociais, diferenciando-os dos movimentos sociais clássico e dos novos⁴⁴. Os novíssimos movimentos sociais são tratados pela autora principalmente por seu caráter horizontal, híbrido e por apresentarem pautas que, de forma geral, não estão mais centradas na luta de classes, mas de reivindicações por direitos, em sua maioria identitários. Estes movimentos de caráter global foram alimentados, em grande parte, pelos reflexos da crise de 2008 e têm seus principais exemplares na chamada Primavera Árabe, abarcando diversos países (Tunísia, Argélia, Jordânia, Omã, Egito, Sudão, Iraque, Líbia, Síria, dentre outros) e nos Occupies, como é o caso do Occupy Wall Street em Nova Iorque, do 15M na Espanha, das Jornadas de Junho no Brasil, e outros.

Na atualidade, os movimentos sociais são distintos tanto daqueles que levaram à sua emergência na cena pública do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX (movimento operário e movimentos revolucionários desde a Revolução Francesa) como dos movimentos que emergiram nos Estados Unidos

⁴⁴Gohn (2014b) relaciona os *novos movimentos sociais* à onda de movimentos ocorrida entre as décadas de 1970 e 1980 que se caracterizava por apresentar pautas de caráter mais universal, relacionadas primordialmente à luta de classes e estruturas institucionais como sindicatos e partidos políticos. Os movimentos grevistas brasileiros do período, incluindo a Greve do ABC de 1979, são exemplos importantes do que pode ser caracterizado como estes movimentos. Em geral apresentam estrutura verticalizada, ou melhor, arbórea, relacionada ao que pode ser definido como militância.

nos anos de 1960 (direitos civis, feminismo, contra Guerra do Vietnã, estudantil etc). Na América Latina, especialmente no Brasil, os atuais movimentos sociais são distintos dos movimentos que ocorreram na fase do regime político populista, assim como são diferentes também dos movimentos do final da década de 1970 e parte dos anos de 1980 (movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar etc.), embora muitos dos atuais movimentos sejam herdeiros dos anos de 1980. Naquela década, os movimentos lutavam para ter “direito a ter direitos”. Como só podemos falar em direitos se contemplarmos o universal, aqueles movimentos não estavam autocentrados, não miravam apenas a si próprios. Na atualidade, muitos dos novíssimos movimentos, ou ações civis denominadas movimentos, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social. (GOHN, 2014, p. 11-12).

Castells (2013) se questiona sobre o que aproximou movimentos que ocorreram em contextos econômicos, sociais e culturais tão distintos. De acordo com ele, a principal semelhança apresentada é a indignação com a cumplicidade perversa entre as elites financeiras e políticas. Esta descrição se aproxima do que Didi-Huberman (2016) aponta pela motivação que dá origem aos levantes. Pode-se, então, pensar que as formas de sublevação dos novíssimos movimentos sociais se aproximam mais das insurreições e levantes que da revolução? Se adotarmos a aposta de Foucault (1994), sim! O autor afirma que as revoluções tiveram seu fim ainda no século XX, indicando que a partir deste momento, o que viria a ocorrer estaria enquadrado no âmbito das contracondutas. Mas, para que se possa desenhar este debate, é preciso apresentar, de forma mais clara, a diferenciação entre os novos e os novíssimos movimentos sociais proposta por Gohn.

Na atualidade, os movimentos sociais são distintos tanto daqueles que levaram à sua emergência na cena pública do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX (movimento operário e movimentos revolucionários desde a Revolução Francesa) como dos movimentos que emergiram nos Estados Unidos nos anos de 1960 (direitos civis, feminismo, contra Guerra do Vietnã, estudantil etc). Na América Latina, especialmente no Brasil, os atuais movimentos sociais são distintos dos movimentos que ocorreram na fase do regime político populista, assim como são diferentes também dos movimentos do final da década de 1970 e parte dos anos de 1980 (movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar etc.), embora muitos dos atuais movimentos sejam herdeiros dos anos de 1980. Naquela década, os movimentos lutavam para ter “direito a ter direitos”. Como só podemos falar em direitos se contemplarmos o universal, aqueles movimentos não estavam autocentrados, não miravam apenas a si próprios. Na atualidade, muitos dos novíssimos movimentos, ou ações civis denominadas movimentos, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social. (GOHN, 2014b, p.11-12).

O que se pode entender dessa nova conformação de lutas desenhadas pelos novíssimos movimentos sociais é a articulação da sociedade civil de forma organizada (ou não) a fim de posicionar-se contra políticas públicas e decisões tomadas pelo que se tem chamado por Estado-Capital⁴⁵. Essa associação da sociedade civil ocorre, em sua maioria, por meio do que se entende por ativismo. De acordo com Bernardo Neves et al. (2018, p. 230) as principais características do ativismo estão na sua forma de organização rizomática que “conta com estruturas evanescentes, difusas, fragmentadas, que se alternam contingencialmente, em rede, numa lógica de enxame bastante variável, criando sempre novas conexões e novos agenciamentos de pautas, atores, modos de fazer”. Rena (2015) localiza os movimentos que surgiram pós crise de 2008 na gama do ativismo e aponta para sua formação heterogênea, vínculo com as ruas e redes, tanto em termos de ação quanto de divulgação, tendo como base, a indignação com as constantes expropriações daquilo que é público ou comum por parte do Estado-Capital, que é privatista.

Além destas definições, uma característica fundamental desses movimentos é seu caráter multitudinário. O conceito de multidão é trabalhado por Hardt e Negri em um livro homônimo publicado em 2005. Para os autores a multidão é uma aposta política. Após escreverem *Império*, em 2001, onde os autores apontam para a existência de uma Nova Organização Mundial e a compreendem em seus sentidos mais profundos, Hardt e Negri lançam *Multidão* como uma possibilidade de articulação política social composta por um grupo heterogêneo, conectado em rede, apto a ações coletivas que desestabilizam o poder imperial utilizando estruturas de articulação contemporâneas e rizomáticas. Os autores definem multidão:

A multidão é composta de um conjunto de *singularidades* - e com singularidades queremos referir aqui a um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à uniformidade, uma diferença que se mantém diferente. (...) A multidão, contudo, embora se mantenha múltipla, não é fragmentada, anárquica ou incoerente. (...) A multidão designa um sujeito social ativo, que

⁴⁵ Estado-Capital, entendido sob as lentes de Pierre Dardot e Christian Laval (2016) é uma associação entre a instituição Estatal e as empresas em uma lógica na qual o Estado se faz forte quando associado aos desejos empresariais e cada vez se esvazia mais quando se trata dos interesses sociais. Não se tem, neste contexto, um Estado mínimo, pelo contrário, ele é suporte fundamental para o bom funcionamento do capitalismo, chegando a assumir em seu funcionamento interno lógicas e vocabulários empresariais.

age com base naquilo que as singularidades têm em comum. A multidão é um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum. (HARDT e NEGRI, 2005, p. 139, 140).

Há diferenças fundamentais estabelecidas entre o que se entende por povo, massa e multidão e que se inserem diretamente em debates já tratados neste texto, como a diferença dos movimentos sociais clássicos, novos e novíssimos e das ações de militantes e ativistas. Tem-se, então, povo associado à unidade, massa à indiferença e multidão à multiplicidade.

O *povo* tem sido tradicionalmente uma concepção unitária. A população, como se sabe, é caracterizada pelas mais amplas diferenças, mas o povo reduz essa diversidade a uma unidade, transformando a população numa identidade única: o 'povo' é uno. A multidão, em contrapartida, é múltipla. A multidão é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única - diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos. A multidão é uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares. (...) A essência das massas é a indiferença: todas as diferenças são submersas e afogadas nas massas. Todas as cores da população reduzem-se ao cinza. Essas massas só são capazes de mover-se em uníssono porque constituem um conglomerado indistinto e uniforme. Na multidão as diferenças sociais mantêm-se diferentes, a multidão é multicolorida. Desse modo, o desafio apresentado pelo conceito de multidão consiste em fazer com que uma multiplicidade social seja capaz de se comunicar e agir em comum, ao mesmo tempo em que se mantém inteiramente diferente. (HARDT e NEGRI, 2005, p. 12, 13).

Enquanto o conceito de povo, em geral, está relacionado aos movimentos sociais clássicos, o conceito de multidão é parte da estrutura dos novíssimos movimentos sociais. Estas transformações se relacionam diretamente com as mudanças ocorridas nos modos de resistência que emergem na década de 1960. Pode-se destacar, então, três modificações que ocorreram com as resistências a partir deste período. A primeira delas se dá no fato de que as revoluções deixaram de estar presentes e deram lugar ao fortalecimento das contracondutas, como os levantes e insurreições; a segunda diz do surgimento dos novíssimos movimentos sociais; e a terceira se relaciona com um enfraquecimento da militância - engajada, nacional e vertical - que dá lugar ao ativismo - de enxame, local/ global e horizontal -. Totalmente relacionadas, essas modificações têm relação direta com mudanças no modo de atuação do

capitalismo⁴⁶ que amplia a tendência ao pós-fordismo suscitando outras maneiras de organização, mesmo que seja em sua oposição. Segundo Peter Pál Pelbart (2003):

O ideal hoje é ser o mais enxuto possível, o mais leve possível, ter o máximo de mobilidade possível, o máximo de conexões úteis, o máximo de informações, o máximo de navegabilidade, a fim de poder atentar para os projetos mais pertinentes, com duração finita, para o qual se mobilizam as pessoas certas, e ao cabo do qual estão todos novamente disponíveis para outros convites, outras propostas, outras conexões. A própria figura do empreendedor já não coincide com aquele que acumula tudo, capital, propriedade, família - ao contrário, é aquele que pode deslocar-se mais, de cidade, de país, de universo, de meio, de língua, de área, de setor. O mundo conexonista é inteiramente rizomático, não finalista, não identitário, favorece os hibridismos, a migração, as múltiplas interfaces, metamorfoses etc. Claro que o objetivo final do capitalismo permanece o mesmo, visa o lucro (...) (PELBART, 2003, p.97).

As características do mundo contemporâneo citadas por Pelbart (2003), relacionadas à flexibilidade, à conexões rizomáticas, ao hibridismo, ao não identitário, refletem diretamente a forma de organização econômica, social e política desta época. Tal como as características dos sujeitos neoliberais e suas formas de articulação e resistência. Assim, os movimentos progressistas ocorridos no século XXI e estudados neste trabalho estão inseridos nesta lógica que afeta não só sua estrutura interna, mas as formas de conexão e estratégias de atuação.

Apesar de apontar o levante como uma ação individual, Didi-Huberman (2016) diz da presença de um “nós” que aparece no compartilhamento da ação, mas que só acontece no agora, não há comprometimento futuro. Nesse movimentar-se do presente há posições com as quais se ocupa. O autor aponta para o fato de que atualmente é praticamente impossível pensar um levante sem cibermilitância, o que indica uma possibilidade contemporânea de diferentes espaços ocupados pelos corpos para a realização das ações: o físico e o digital, que para Castells (2013) seriam as redes e ruas atuando sincronicamente.

Desta forma, os gestos contemporâneos dos quais os levantes aqui tratados fazem uso, apresentam semelhanças inegáveis sendo compostos por uma forma de articulação peculiar que conta com a sobreposição dos espaços físicos e virtuais. Essa nova característica diz do surgimento de outras maneiras de articulação e criação de redes, diretamente relacionada às

⁴⁶A transferência do que se chama capitalismo fordista para o pós-fordista é fundamental para que se entenda de forma geral as transformações nos modos de vida e de manifestar-se. O capitalismo contemporâneo no ocidente tende ao imaterial e apresenta fortes características rizomáticas.

estratégias de atuação dos ativistas. A flexibilização da luta, inserida na lógica neoliberal, seu foco no presente e a maneira de comprometer-se que muito difere das ações militantes, tanto em envolvimento teórico, quanto de tempo, aponta para um distanciamento dos padrões propostos pela esfera militante que, em grande parte das vezes, tem perdido espaço de atuação, principalmente quando a luta envolve o espaço urbano.

Diante do quadro de transformações nas lutas exposto, que inclui desde o “fim” das revoluções até o surgimento do ativismo dentro do contexto dos novíssimos movimentos sociais, cabe questionar quais os reflexos que tais mudanças trazem para as formas de organização política e social das resistências como um todo. O que significa, em termos de resistência, a passagem de uma estrutura arbórea para uma rizomática? Sobre a amplitude das pautas, apesar dos benefícios em aglutinar demandas específicas, percebendo os sujeitos dentro de suas multiplicidades, como agira quando esta estratégia fragmenta a luta? O que é possível dizer sobre a ausência aparente de lideranças? Sem questionar se ela de fato se dá, o que ela significa em termos de efetividade das reivindicações? Sabe-se, que, por meio desta estratégia dificulta-se significativamente o diálogo com os governos. Se o objetivo não é a tomada do poder e este contato é dificultado, atrapalhando também possíveis negociações, o que querem os sujeitos que se levantam? Uma desestabilização do Estado compreendendo-o em permanente articulação ao capital? Mas não seria este ataque ao Estado uma força para o próprio neoliberalismo? Como se deram estas questões nos atravessamentos que serão analisados? Elas se repetirão ao longo da PARTE II.

Por fim, é preciso pensar o neoliberalismo como uma razão de mundo (DARDOT; LAVAL, 2016) da qual nada escapa, nem mesmo as resistências. Esse formato rizomático assumido pelos novíssimos movimentos sociais é um formato típico de associação neoliberal da mesma forma que os sujeitos que compõem este movimento, também são forjados pelo modelo e interesse neoliberal. Assim, é necessário primeiro compreender o neoliberalismo para que em seguida pensar se é possível resistir a ele sem ser fagocitado por suas estratégias e como isso seria feito.

4 NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO

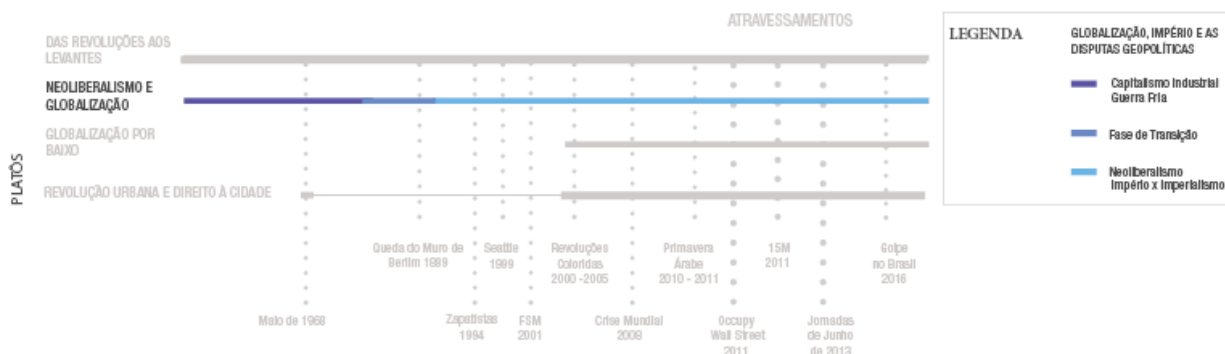


Diagrama 9 - Platô 2 - Globalização, Neoliberalismo e as disputas geopolíticas
 Fonte: produzido pela autora.

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los. Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos, frequentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns. Contrapõem-se, assim, o território todo e algumas de suas partes, ou pontos, isto é, as redes. Mas, quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normatiza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais. O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa fazem parte do governo mundial que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial.

Quando se fala em mundo, está se falando, sobretudo, em mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive da natureza; mercado das idéias, inclusive da ciência e da informação; mercado político. Justamente, a versão política dessa globalização perversa é a democracia de mercado. O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços – democracia de mercado e neoliberalismo – são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na

contiguidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado. Se essa convivência conhece uma regulação exterior, esta se combina com formas nacionais e locais de regulação. O conflito entre essas normas deve, hoje, ser um dado fundamental da análise geográfica.

Antes do enfraquecimento atual do Estado Territorial, a escala da técnica e a escala da política se confundiam. Hoje essas duas escalas se distinguem e distanciam-se. Por isso mesmo, as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território.

Na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as horizontalidades, hoje enfraquecidas, são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores.

A arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas. (SANTOS, 2005, p. 142 - 143).

4.1 Neoliberalismo

O neoliberalismo é para Laval e Dardot (2009) uma nova razão do mundo, para Harvey (2012), uma hegemonia discursiva incorporada ao cotidiano, para Hardt e Negri (2001, 2005, 2009), um aparelho Imperial de desterritorialização que incorpora o mundo inteiro. De fato estes autores avançam no debate que lança o neoliberalismo para fora do simples entendimento de que ele seria apenas um estágio avançado do liberalismo que recusa a presença do Estado como limite ao capital. Mas talvez, o mais interessante é que para todos eles, além dos processos de tomada do Estado pelo mercado, da privatização dos bens públicos, de precarização das leis trabalhistas, de políticas econômicas de austeridade, o neoliberalismo é um modo de atuação do Estado-capital na construção de novas subjetividades atravessadas pela noção de empreendedorismo individual e competitividade em diversos níveis da vida, incentivando assim, a competição por uma melhor posição econômica e social, induzindo o mundo inteiro a um comportamento empresarial e corporativo, seja como modelo de gestão governamental, seja como modo de vida cotidiana. (RENA, et. al., 2018, p. 220-221).

A vasta conceituação de neoliberalismo demonstra o amplo alcance conquistado por este sistema que, de acordo com Dardot e Laval (2016), age sobre três instâncias a serem abordadas no decorrer deste capítulo: o Estado, o mercado e a sociedade civil. Neste sentido, mais que um sistema econômico, o neoliberalismo é, também, um modo de governo e de produção individual. Ele coordena a vida contemporânea nos mais diversos aspectos, inclusive, na construção das resistências que, como apontado no capítulo anterior trazem em suas novas estruturas com base rizomática e fragmentada, ou seja, na mesma ordem da organização neoliberal. Fato que se repete nas mais amplas esferas, atuando tanto sobre os movimentos sociais de direita quanto sobre os de esquerda. Como será explorado mais a frente, este modelo neoliberal está presente não só nos atravessamentos aqui analisados, mas também nos movimentos sociais em rede de forma geral, o que inclui, por exemplo, a Primavera Árabe, mas também as manifestações no Brasil em 2014 coordenadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e, como não dizer, dos Coletes Amarelos da França de 2018 e 2019 que hibridam manifestantes de ultradireita e ativistas da mais extrema esquerda em uma forma neoliberal de articulação. Donde se conclui que outra característica fundamental do neoliberalismo é seu caráter global e o enfraquecimento das fronteiras e Estados-Nação. Ou seja, avanço do neoliberalismo está diretamente vinculado à ampliação do processo de globalização.

Para Boaventura Souza Santos (2005), as características da globalização contemporânea são formadas por meio de um consenso neoliberal, o Consenso de Washington (1989)⁴⁷.

Quanto ao aspecto da luta de classes mundial, o enfraquecimento dos movimentos anti-sistêmicos (tanto dos velhos quanto dos novos) permitiu que as forças da ordem mundial lançassem uma contra-ofensiva de alguma considerável magnitude. Esta contra-ofensiva tomou a forma, antes de mais nada, da chegada ao poder dos regimes neoliberais (de fato, furiosamente conservadores) na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos (Thatcher e Reagan); do chamado Consenso de Washington, que enterrou o ideal do desenvolvimentismo e o substituiu pelo ideal da globalização, do vigoroso crescimento do papel e da atividade do FMI (Fundo Monetário Internacional), do Banco Mundial e da recém-chegada OMC (Organização Mundial do Comércio) - todos eles buscando tolher a capacidade dos Estados das zonas periféricas de interferir no livre fluxo de produtos e sobretudo de capital. (WALLERSTEIN, 2003, p.18).

O neoliberalismo se consagrou sob o *slogan* TINA -*There is no alternative*, de Margareth Thatcher, Primeira Ministra do Reino Unido entre os anos de 1979 e 1990. Ao proferir estas palavras, a Ministra afirmou que não haveria alternativa à economia e política mundial que fosse diferente dos ditames do capital e do livre mercado. Tratava-se da construção de um argumento biopolítico que, atuando sobre esferas públicas e privadas, nas mais variadas escalas, garantiria o exercício de poder sobre vidas e populações de forma a assegurar a preponderância da lógica de mercado sobre políticas dos Estados. As consequências das ações tomadas pelo governo Thatcher foram no sentido de um grave processo de desindustrialização, precarização do trabalho, desemprego e quebra de bancos e empresas que levaram a um período de recessão na Inglaterra. (RENA, et al 2018, p. 218).

De acordo com Harvey (2005) o discurso neoliberal de Thatcher foi fundamental para a formação desta *nova razão de mundo* (DARDOT; LAVAL, 2016), já que atuava no sentido de reduzir políticas públicas e ampliar a influência do mercado, inclusive no que tange a realização de obras e prestação de serviços públicos. Observou-se, neste período, uma progressiva

⁴⁷As regras do Consenso de Washington de 1989 eram: Disciplina fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização das estatais; Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); Direito à propriedade intelectual. O Consenso de Washington, organizou diretrizes para que os países em desenvolvimento (ou dependentes) pudessem se desenvolver de acordo com um receituário para o ajuste macroeconômico dos países em crise.

redução da relevância do Estado na salvaguarda de garantias econômicas e sociais, representando um verdadeiro desmonte do Estado de bem-estar social preexistente na Inglaterra. Para além da inflexão econômica com a privatização de designações estatais, a atuação de Thatcher influenciou sobre a cultura política, levando à sociedade civil parte significativa das responsabilidades que anteriormente se posicionavam sobre o Estado.

Desta forma, Thatcher e Reagan⁴⁸ estão relacionados, em Dardot e Laval (2016), não apenas ao amplo desenvolvimento do neoliberalismo, mas também ao rompimento da social-democracia. Para os governistas supracitados, a implementação de novas políticas seria capaz de superar a inflação, aumentando o crescimento e os lucros, funcionando como resposta à crise fordista de acumulação de capital. Em princípio criticavam a “propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas, especialmente em matéria de direito trabalhista e a representação dos assalariados”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.189).

Na busca por esses objetivos, sabia-se que era preciso muito mais que restaurar o sistema capitalista, seria necessária uma reestruturação da forma de poder governamental, tornando-o subordinado à “racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.190). Em resumo, o que estava sendo proposto era a implementação de um sistema no qual a economia atuasse livremente, mas o Estado fosse forte - o que o distingue do modelo liberal de *laissez faire, laissez passer*.

Para que este modelo funcionasse, seria necessário, então um programa de redução de impostos, diminuição de gastos públicos, privatização de empresas estatais, restrição da proteção estatal, controle do crescimento da massa monetária para controle da inflação, fortalecimento da moeda, desregulamentação dos mercados e do trabalho. Ou seja, o que na social-democracia representava um intervencionismo estatal, no neoliberalismo significava a liberalização do mercado, mas com uma forte presença de uma regulação estatal que flexibiliza os processos restritivos da social-democracia. Trata-se de uma apropriação do Estado para os

⁴⁸ Ronald Reagan, membro do Partido Republicano norte-americano, foi presidente dos Estados Unidos entre 1981 e 1989 quando, implementou políticas neoliberais e, junto à Thatcher corroborou para a ampliação e difusão deste modo de agir política, econômica e individualmente.

interesses do mercado, não de seu abandono. Ao governo caberia, então, cuidar das regras jurídicas e comportamentais e criar situações e indivíduos adeptos e incentivadores das lógicas do mercado.

Portanto, estamos muito bem embasados para falar, nesse sentido, de uma “estratégia neoliberal”: entenda-se o conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 191).

Segundo Dardot e Laval (2016) há uma incorporação do modelo de organização e gestão das empresas privadas para a esfera pública e pessoal. Ao mesmo tempo que o Estado se torna uma empresa, os indivíduos se comportam como tal. De acordo com os autores, não se trata de uma simples transferência do modelo liberal para o neoliberal, já que o segundo não é apenas uma ideologia político econômica, mas uma racionalidade criada que atua tanto sobre os governos, quanto sobre os governados.

Como comentado algumas vezes neste trabalho, o neoliberalismo, ao contrário do liberalismo, depende da existência de um Estado forte. Sua composição elementar é, justamente, a soma do Estado com o Capital. Não se trata de uma autorregulação do mercado e nem mesmo de uma lógica, por si só, de Estado mínimo, entretanto é preciso indagar sobre qual Estado (?) e Estado para quem (?) é colocado pelo modelo neoliberal. De acordo com Dardot e Laval (2016) trata-se de um Estado eficaz e gerencial, que, pela própria adjetivação, permite compreender que o que está em voga é um Estado empresarial.

As adjetivações, como “empresarial” designando o Estado, são parte de um processo de produção de subjetividades gerado por meio de narrativas que atua na maneira como as pessoas passam a pensar o substantivo e, no caso do Estado, produzi-lo e geri-lo. Ao Estado foi incorporada, além dos adjetivos supracitados, uma palavra fundamental: governança⁴⁹. “Nesse

⁴⁹ Porto e Rena (2018) lembram que o termo governança foi cunhado pelo Banco Mundial. “Sob a alegação de que a pobreza e os demais problemas sociais das cidades do terceiro mundo eram fruto da “má administração” por parte de seus governantes, foram propagadas diversas técnicas e modelos de governança (que muito se assemelham com os adotados no setor privado). (PORTO e RENA, 2018).

Em documento intitulado *Governance and Development*, de 1992, o Banco Mundial define governança como “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo”, ou seja, “a maneira pela qual o poder é

momento, tornou-se a principal categoria empregada pelos grandes organismos encarregados de difundir mundialmente os princípios da disciplina neoliberal, em especial pelo Banco Mundial nos países do Sul” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 275). Assim, um Estado deixa de ser julgado por sua capacidade de assegurar soberania e passa a ser respeitado de acordo com o que seriam as boas práticas econômicas da governança.

Essa lógica de governança apontada por Dardot e Laval (2016) tem relação direta com a expansão do que pode-se chamar de poder disciplinar, controle institucional sobre os corpos dos indivíduos. Aqui, a biopolítica seria mais do que um processo de governança, já que demanda dos indivíduos que se auto-governem, dentro de uma relação consigo mesmo. Portanto, inspirados em Foucault, os autores adotam uma perspectiva em tom de reflexão política sobre o modo de governo e sobre a governamentalidade, para entender o neoliberalismo, excluindo a análise simplista que costuma denominá-lo como ausência de Estado frente ao mercado. Pelo contrário, trata-se de um Estado eficaz e gerencial utilizando da governança para aderir o Estado ao modelo corporativo de gerenciamento do mercado e de governamentalidade⁵⁰, atuando sobre desejos e subjetividades.

Muito frequentemente esquecemos que o neoliberalismo não procura tanto a “retirada” do Estado e a ampliação dos domínios da acumulação do capital quanto a *transformação da ação pública*, tornando o Estado uma esfera que também é regida por regras de concorrência e submetida a exigências de eficácia semelhantes àquelas a que se sujeitam as empresas privadas. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 272).

Para Dardot e Laval (2016), esta reestruturação do Estado se deu de duas maneiras: em suas relações externas houve inúmeras privatizações de empresas públicas, o que diminuiu significativamente a capacidade de produção desta instituição; já internamente, o Estado se tornou um órgão avaliador e regulador, reestruturando as relações com os sujeitos. Implementar estas transformações só foi possível por meio da produção de um discurso de

exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”, implicando ainda “a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções”.

⁵⁰ “Em Foucault (2010a), essa governamentalidade é caracterizada pelo conjunto de relações de poder e de técnicas que permitem que as relações de poder se exerçam com vistas a um objetivo: a condução da conduta dos outros. A governamentalidade é, então, o governo da conduta, a arte de governar a humanidade através de uma prática política calculada e refletida. Cabe destacar, entretanto, que a governamentalidade não diz respeito, única e exclusivamente, ao âmbito do Estado. (CARNEIRO, 2016, p. 71).

ineficiência do Estado frente a um mundo globalizado. Se fazia necessário, portanto, a criação de um Estado que se portasse tal qual uma empresa e que estivesse a serviço dos interesses do mercado. Para os autores, tal mutação visa, não só aumentar a eficácia e reduzir os custos da ação pública, mas também subverter os fundamentos modernos de democracia, principalmente no que tange ao reconhecimento dos direitos sociais. Estas mudanças começaram a ser aplicadas já em 1980, quando surgiu um novo paradigma para os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) determinando que os Estados sejam mais flexíveis, reativos, fundamentados no mercado e orientados para o consumidor.

A associação do Estado à gestão privada levou a modificação, também, dos grupos com os quais a instituição intensificou articulação. Passaram a atuar em parceria e avaliar a governança estatal credores internos e investidores externos, o que seria impensável para um lógica de Estado soberano. Esta nova composição, de acordo com Dardot e Laval (2016), levou a várias concessões de autoridade às entidades privadas chegando, em alguns casos, ao que os autores chamaram de “co-produção público-privada das normas internacionais”⁵¹.

Hoje são os imperativos, as premências e as lógicas das empresas privadas que comandam diretamente as agendas do Estado. Isso não quer dizer que as empresas multinacionais sejam todo-poderosas e organizem unilateralmente o “definhamento do Estado” nem que o Estado seja um simples “instrumento” nas mãos das multinacionais, segundo um esquema marxista ainda bastante difundido. Isso quer dizer que as políticas macroeconômicas são amplamente o resultado de decisões públicas e privadas, embora o Estado mantenha certa

⁵¹ A lógica de criação de um Estado desengajado levou a uma alteração na Lei de Concessões e Permissões (Lei Federal nº 8.987/1995) e na lei das Parcerias Público Privadas (PPPs) (Lei Federal nº 11.079/2004) gerando o que Nascimento (2018) denomina Estado regulador. “O argumento de que o Estado não teria capacidade de investimento está por trás da justificativa de adoção desse novo regime implicando, portanto, também em um novo modelo de Estado. Ou seja, a reforma do Estado em curso apresentada como nova forma de financiamento da infraestrutura e dos serviços públicos, tem como elemento central possibilitar o compartilhamento dos riscos entre poder público e iniciativa privada de forma a atrair o investimento privado justificada pela ‘falta de disponibilidade de recursos financeiros e aproveitamento de eficiência de gestão do setor privado’”. (NASCIMENTO, 2018, p. 16).

Os megaprojetos urbanos realizados no Brasil associados à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016, a exemplo do porto Maravilha supracitado, em sua maioria foram viabilizados via PPPs. A realização destas obras está diretamente relacionada às Jornadas de Junho de 2013, já que, como será possível observar ao longo da análise deste atravessamento, havia uma indignação desta destinação de investimentos estatais que, segundo os manifestantes deveriam ser direcionados para obras de infraestrutura urbana e construção de equipamentos públicos.

autonomia em outros domínios - mesmo que essa autonomia tenha sido enfraquecida pela existência de poderes supranacionais e pela delegação de inúmeras responsabilidades públicas a um emaranhado de ONGs, comunidades religiosas, empresas privadas e associações. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 278).

Em termos gerais, o que aconteceu por meio desta hibridação entre Estado e instituições privadas não foi o desaparecimento do Estado, mas um direcionamento de sua atuação para os interesses do capital. Cada vez mais o Estado deixa de se atentar à questões sociais e passa a balizar interesses e riscos dos setores privados. É fundamental compreender esta lógica da transferência dos riscos, tendo em vista que ela está presente tanto em relação ao que se tem por Estado neoliberal, quanto aos sujeitos neoliberais. No caso do Estado, após esta hibridação, grande parte dos riscos que anteriormente seriam assumidos pelo capital, ficaram a seu cargo.

De forma geral, o que se pode observar no neoliberalismo é uma constante transferência dos riscos em diferentes escalas. Ou seja, não é só o Estado que arca com o que outrora seria responsabilidade do capital, mas também os sujeitos. O neoliberalismo não é somente destruidor de regras, de instituições e de direitos, é também produtor de certos tipos de relações sociais, de certas maneiras de viver e de certas subjetividades. Com o neoliberalismo em ação mais efetiva desde os anos 1980, o que está em jogo, segundo Dardot e Laval (2016), é a própria existência humana, seus comportamentos e relacionamentos com os outros e consigo mesmos. Esse novo paradigma se dá sob a forma gestão, da competitividade e do risco. Sobre este tema, Harvey (2013) afirma:

O neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais. (HARVEY, 2013, p.32).

Desta forma, não é abordada aqui uma mera relação de monocausalidade (da ideologia até a economia ou vice-versa), mas sim de uma multiplicidade de processos heterogêneos que têm conduzido, em virtude de apoio recíproco, coesão e integração em efeito global que visa a instauração de uma nova racionalidade governamental. Trata-se de um sistema de normas já profundamente inscritas em práticas governamentais, em políticas institucionais, em estilos empresariais que levou a cabo uma extensão gigantesca da lógica do mercado, muito além de

suas estritas fronteiras, especialmente produzindo subjetividade contábil mediante o procedimento de fazer competir sistematicamente indivíduos entre si. O que ocorre é a produção de uma relação do sujeito consigo mesmo como capital humano que deve, a todo tempo, ser incrementado e aprimorado. As lutas sociais contemporâneas, portanto, não estão lidando com tarefas falsas ou ideologias morais a serem combatidas, mas um marco normativo que precisa ser substituído por uma outra razão de mundo. (DARDOT; LAVAL, 2016).

Questões de ordem social que deveriam ser atendidas pelo Estado são, cada vez mais, transferidas para empresas privadas, ONGs, ou para a sociedade civil organizada. Os dois primeiros grupos, em geral, já são globalizados ou obedecem a regras mundiais, ou seja, “há um deslocamento do poder do Estado para o poder múltiplo e fragmentado de agências e órgãos ‘híbridos’, meio públicos e meio privados”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 287). Esta mudança do lidar com as questões sociais diz também de uma transformação na maneira como o Estado enxerga a sociedade. O sujeito passa de usufrutuário de serviços essenciais para consumidor, despolitizando a relação do Estado com seus cidadãos. Eles se tornam compradores de serviços que devem receber pelo que pagam. “Essa prioridade que se dá à dimensão da eficiência e ao retorno financeiro elimina do espaço público qualquer concepção de justiça que não seja a de equivalência entre o que foi pago individualmente pelo contribuinte e o que foi recebido individualmente por ele”. (DARDOT; LAVAL, p. 319). Assim, os indivíduos passam a ser tratados como procedimentos de vigilância, restrição, punição e responsabilização, a ponto de a compreensão do que é um sujeito político ser alterada substancialmente. “A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel”. (BAUMAN, 1999. p.88).

Este sujeito, compreendido como consumidor, precisa estar sempre estimulado a comprar e nunca satisfeito com o que adquire. Dardot e Laval (2016) falam de uma fabricação do sujeito neoliberal como dispositivo de desempenho e gozo.

Enquanto no período industrial esperava-se do sujeito que ele fosse produtivo, moldando-o neste sentido, na contemporaneidade é preciso que ele seja consumidor e, para

isso, de acordo com Dardot e Laval (2016), ele será governado pelo prazer e pela dor. Bauman (1999) afirma que o modelo de sociedade contemporânea é o de sociedade de consumo, mas alerta que o ser humano sempre consumiu, a diferença está que a sociedade industrial, por exemplo, era uma sociedade de produtores, mesmo sendo indivíduos que consumiam. Para o autor, o que muda é o que seria a função primeira da existência dos sujeitos e, na contemporaneidade, ela é o consumo. “O consumidor em uma sociedade de consumo é uma criatura acentuadamente diferente dos consumidores em quaisquer outras sociedades”. (BAUMAN, 1999, p. 88). Para que o consumo siga permanente, é necessário que o desejo também se mantenha e a estratégia para isso, segundo Bauman (1999) é fazer com que ele nunca seja totalmente satisfeito. A isso serve perfeitamente a característica da sociedade globalizada de fluidez, volatilidade e efemeridade. Por fim, para o que seriam bons consumidores, não importa a sensação da necessidade satisfeita, mas a promessa dos desejos ainda vindouros, sendo necessário que eles sejam mantidos sempre alerta e expostos a novas tentações, sempre excitados e, ao mesmo tempo, frustrados e insatisfeitos.

Este sujeito consumidor é tratado por Dardot e Laval (2016) por *sujeito neoliberal*, ou *sujeito empresa*, já que para os autores, da mesma forma que ocorre um processo de empresariamento com Estado, ocorre com os indivíduos. “Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Deve-se reconhecer nele a parte irreduzível do desejo que o constitui”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). A manutenção desse desejo acontece, por meio da produção no indivíduo de uma sensação de felicidade e frustração e de que tudo o que ele está fazendo, seja na esfera privada, seja na vida pública, é feito em benefício próprio. Tal qual a empresa e o Estado, o homem passa a ser avaliado pela sua capacidade de ser “bem-sucedido”, sendo guiado sempre pelo desejo de cumprir metas. Este sujeito, a fim de maximizar seus resultados, expõe-se a riscos e se responsabiliza totalmente por qualquer eventual fracasso.

A precarização do trabalho levou os assalariados a um maior grau de dependência dos empregadores e, neste contexto, a naturalização do risco e a submissão às oscilações do mercado andam juntas e atuam na transferência ao trabalhador de todos os riscos, o que viabilizou para as empresas a possibilidade de exigir deles maior dedicação. Mas isso não seria

viável caso os indivíduos não conseguissem suportar as pressões às quais são expostos. A solução foi, então, criar sujeitos empreendedores que por si mesmo reproduzirão e ampliarão as lógicas de competição, fazendo com que se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras produzidas por eles mesmos.

Desse modo, injunge-se o sujeito a conformar-se intimamente, por um trabalho interior constante à seguinte imagem: ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal. Foi Margaret Thatcher quem deu a formulação mais clara dessa racionalidade: “Economics are the method. The object is to change the soul” [a economia é o método. O objetivo é mudar a alma]. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 331).

A estratégia, para Dardot e Laval (2016) é a seguinte: o sujeito deve entender que para que obtenha sucesso é preciso que seja eficaz e se doe e que, o sucesso individual depende que cada um seja uma empresa. Quando os autores afirmam isso, eles estão tratando de um sujeito empresa de si mesmo que é uma instância profissional, pessoal e até mesmo espiritual. O nome empresa não é usado de forma aleatória, mas indica uma situação na qual todo o trabalho é desenvolvido em função da valorização individual. “Desse ponto de vista, tudo se torna empresa; o trabalho, mas também o consumo e o lazer, já que ‘se procura tirar deste o máximo de riquezas, utilizá-lo para a realização de si mesmo como maneira de criar’”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.336).

Dardot e Laval (2016) apontam que até mesmo o que se entende como domínio próprio foi modificado dentro da lógica neoliberal. Ele não diz mais de uma rigidez e linearidade, mas, ao contrário, de uma flexibilidade e capacidade de adaptação. Espera-se de cada indivíduo autonomia e determinação, para que seja capaz de desenvolver “estratégias de vida” e ser bem-sucedido. Neste ponto, o que se encara como sucesso na carreira, se confunde com sucesso na vida. O que faz com que valha a pena arriscar. O risco é um dos pilares da empresa de si mesmo e foi, também, apropriado por uma lógica comercial. Isso porque os indivíduos são ensinados a competirem entre si, não podendo contar com mecanismo públicos de solidariedade. Os

autores alertam que a forma como as coberturas sociais foram reduzidas por parte dos governos permite que se compreenda esta mercantilização como uma estratégia. O avanço do capitalismo acaba com a lógica coletiva, destruindo estruturas como a família e as classes sociais e promovendo um processo amplo de individualização e solidão. Neste contexto, o que antes seria crise social, se transforma em crise individual de responsabilidade não mais do Estado, mas de cada sujeito.

Para que se mantenha essa lógica do desempenho e do risco é preciso que se produza gozo nesse sujeito. “O novo sujeito é o homem da competição e do desempenho. O empreendedor de si é um ser feito para ganhar, ser bem-sucedido”. Portanto, “exige-se do novo sujeito que produza ‘sempre mais’ e goze ‘sempre mais’ e, desse modo, conecte-se diretamente com um ‘mais-de-gozar’ que se tornou sistêmico”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 353 - 355).

Entretanto, junto ao gozo vem também a dor. O consumidor⁵², como chamado por Bauman (2016), não pode ter seus desejos totalmente satisfeitos, se não, perderá a pulsão do consumo e com ela a da eficácia. Ele tem que estar entre o prazer e a frustração, para que seja movido a dar sempre mais de si. A essa frustração, Dardot e Laval (2016) chamam de “patologia da insuficiência” e ela, grande parte das vezes é transformada em depressão⁵³.

Entre o consumo, o gozo e a dor reverbera uma forma mais profunda a produção de subjetividade. De acordo com Dardot e Laval (2016), a subjetividade é formada por emoções, desejos e sentimento e que, por isso, foi tomada como elemento central no desenvolvimento de cada empresa individual. “Quando poder e liberdade subjetiva não são mais contrapontos, quando se estabelece que a arte de governar não consiste em transformar o sujeito em puro

⁵² Sabe-se que o consumidor da *sociedade de consumo* tratado por Bauman em 1999 não é o mesmo sujeito produzido pela pulsão do consumo abordado em Dardot e Laval (2016), entretanto, aposta-se em uma transferência do modo de consumir que outrora se dava pelo produto, para serviços e informações. Desta forma, acredita-se na manutenção da lógica de sujeito consumidor, ainda que em uma outra esfera de reprodução, acesso e compra, estado permanente de conexão, tendo as redes sociais como importante ator agenciando os desejos.

⁵³ De acordo com Dardot e Laval (2016) o sujeito deprimido é visto como fraco e improdutivo, o que dentro da lógica neoliberal aqui exposta é praticamente insuportável, levando, em geral, à um processo de dopamento generalizado. De acordo com os autores os remédios fazem a função de cuidado e controle social que outrora era realizada pelo Estado.

objeto passivo, mas conduzir um sujeito a fazer a questão apresenta-se sob uma nova luz”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.355).

Guattari e Rolnik em *Micropolítica: cartografias do desejo* (2011), já em 1986 desenvolviam um debate acerca da produção de subjetividades que se inicia com um questionamento sobre a relação sujeito - subjetividade, propondo que, ao contrário do habitual, onde se tem o sujeito como algo relacionado à natureza humana, se pense uma subjetividade de “natureza industrial”, ou seja, que é fabricada, e consumida por diferentes máquinas que podem ser territorializadas ou internacionais.

Há uma “economia produtiva do desejo” presente no que se tem por produção de subjetividade que atua nas esferas da macro e da micropolítica. A segunda esfera diz da construção de uma “espécie de vontade de potência”, por meio da informática, ciência, equipamentos coletivos e mídia que foi percebida e apropriada pelas “forças sociais que administram o capitalismo hoje”, ao compreenderem que a produção de subjetividade hoje é mais importante que qualquer outro tipo de produção. “Tais mutações da subjetividade não funcionam apenas no registro das ideologias, mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho e com a ordem social suporte dessas forças produtivas”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 33 - 34). Todas as informações recebidas, seja pelo núcleo familiar, social ou pelos meios informacionais, são “sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 35). Isso é considerado fundamental pelos autores, já que é impossível separar a construção teórico-ideológica da práxis social.

De acordo com Guattari e Rolnik (2011), os mecanismos de produção, geram trabalhos materiais e semióticos e para isso analisam o que denominam Capitalismo Mundial Integrado (CMI). A produção de subjetividades no CMI não está relacionada apenas ao controle das relações sociais, mas representa a “matéria prima de toda e qualquer produção”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 36). Portanto, os autores alertam que todos os fenômenos importantes que

têm ocorrido na contemporaneidade estão no espectro do desejo e da subjetividade, apontados como parte de uma construção coletiva de subjetividades que, ao contrário do que se costuma imaginar, quando se tem, por exemplo, um conceito de multidão, não são a soma das subjetividades individuais, “mas sim o confronto com as maneiras com que, hoje, se fabrica a subjetividade em escala planetária”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 37).

Mas o que esses processos têm a ver com o ciclo de lutas estudado neste trabalho? Porque é necessário compreender o neoliberalismo para que se possa compreender também os movimentos de resistência? Há duas respostas práticas que podem ser dadas a esta pergunta: a primeira diz da inserção dos movimentos neste contexto neoliberal; a segunda fala do posicionamento dos ativistas, em geral, contrário ao neoliberalismo. Entretanto, relacionado a estes dois pontos, mas indo além deles, é preciso retornar a definição primeira de neoliberalismo para Dardot e Laval (2016). Quando estes autores colocam o neoliberalismo como uma razão de mundo, ou razão-mundo, o que eles querem dizer é que nada escapa a ele. Nem governos de direita, nem de esquerda, nem as ditaduras, nem os mais progressistas, nem a igreja, as instituições ou a sociedade civil, tudo está imerso no sistema neoliberal e sua forma de organização. E isso inclui as resistências. O que modifica é a intensidade e a maneira como se dá a aplicação destas estratégias em cada caso.

Portanto, não é possível gerar uma oposição entre o neoliberalismo e aquilo que resiste a ele. Está tudo imerso em uma rede de forças que se tensionam e modificam. Lembrando os estudos de poder de Foucault é possível compreender isso melhor. Tudo é poder e se relaciona em um jogo composto por forças hegemônicas e resistentes que podem, dependendo do agenciamento, modificar sua posição e intensidade na rede.

O que vem sendo discutido então, é a impossibilidade da criação de uma binaridade representada, de um lado, pelo neoliberalismo, de outro pela resistência. Além da resistência estar inserida no contexto neoliberal, ainda que se oponha a ele, estas forças se misturam,

alimentam e mudam de lugar influenciadas por vários fatores que levam a distintos agenciamentos⁵⁴.

Frente a isso, Byung-Chul Han (2018) se posiciona de maneira ainda mais pessimista. Denunciando a forma como o neoliberalismo se apropria dos indivíduos por meio de discursos que soa, aparentemente, resistentes, como o da liberdade, por exemplo, o autor demonstra a fragilidade dos pensamentos resistentes frente a este sistema. Para além disso, ao abordar a questão da transferência de responsabilidade e culpa para os sujeitos, tal qual anunciam Dardot e Laval (2016), ele indica praticamente uma impossibilidade de resistência a este sistema

Quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso. Aí está a inteligência peculiar do regime neoliberal: não permite que emergja qualquer resistência ao sistema. No regime de exploração imposta por outros, ao contrário, é possível que os exploradores e solidarizem e juntos se ergam contra o explorador. Esta é a lógica que fundamenta a ideia marxista da 'ditadura do proletariado', que pressupõe, porém, relações repressivas de dominação. Já no regime neoliberal de autoexploração, a agressão é dirigida contra nós mesmos. Ela não transforma os explorados em revolucionários, mas sim em depressivos. (HAN, 2018, p. 16).

⁵⁴ Ao analisarem as linhas do tempo em anexo, a formação e modificação destes agenciamentos gerados, especificamente nos levantamentos analisados, fica mais clara.

4.2 Globalização

A “globalização” está na ordem do dia; uma palavra na moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. Para alguns, “globalização” é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, “globalização” é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo “globalizados” - e isso significa basicamente o mesmo para todos. (BAUMAN, 1999, p. 7).

A globalização é um fenômeno tão antigo quanto as Grandes Navegações. Desde as primeiras investidas náuticas almejava-se descobrir, conectar e conquistar diferentes partes do mundo. Os encontros e trocas promovidos por estes processos, inevitavelmente, provocaram interferências sócio-culturais entre os grupos envolvidos. Observa-se, entretanto, que tais interferências não se davam de maneira igualitária (e nem se dão no formato contemporâneo de globalização).

Alguns podem estranhar a afirmação de que o princípio da globalização é referente ao período anteriormente assinalado. Isso porque, ao mesmo tempo em que há uma compreensão histórica de que as Grandes Navegações tinham um propósito exploratório e “civilizacional” que se daria por meio da colonizações, existe uma ilusão de que atualmente o processo de globalização tenderia a ocorrer através uma interação mais “espontânea”, menos desigual ou que, no mínimo, fosse conformada por acordos estabelecidos entre as partes envolvidas. Entretanto, é preciso compreender que, ainda hoje, a globalização está relacionada a estratégias e táticas de domínio e exploração. O que, de alguma forma, pode diferenciar o presente do passado é a aposta de alguns teóricos como Santos (2000), Hardt e Negri (2005), Manuel Castells (2013), Fábio Malini e Henrique Antoun (2013) e Javier Toret (2016) de que é possível que tal processo seja utilizado pelas resistências em um movimento anti-sistêmico.

O que se vivencia hoje é o desenvolvimento de uma globalização parte do processo de neoliberalismo que, além de fomentada por ele, por ser fundamental para a fragmentação dos territórios e desmonte dos Estados-nação, estimula sua expansão. Neoliberalismo e globalização se retroalimentam. Portanto, grande parte das lutas antineoliberais que surgiram ao longo da

década de 1990 eram, também, antiglobalização. Entretanto, após a Batalha de Seattle (1996) esta estratégia é modificada e iniciam manifestações a favor da Revolução Global, fazendo uso constante da #globalrevolution. Esta transformação se dá, justamente, perante a apostro dos autores citados no capítulo anterior da criação de uma outra globalização (SANTOS, 2000)⁵⁵.

Samir Amin (2018) anunciou em entrevista ao *Instituto Tricontinental*⁵⁶ (em consonância com a leitura aqui proposta) que a globalização já estava presente nas colonizações, sendo necessário compreendê-la em sua amplitude temporal, pensando os fenômenos que se passam atualmente, como parte de seu processo contemporâneo. O autor afirma que no presente existe uma *Globalização Negociada*, relacionada ao fim da Guerra Fria, por meio da qual os governos e povos dos Estados Unidos, da União Soviética, da Ásia e da África agenciaram uma nova ordem mundial multipolar. A ela estava intrínseca a ideia de irreversibilidade do capitalismo. Ao contrário do disseminado por parte significativa da mídia hegemônica, a queda do bloco socialista não foi sinônimo da vitória da social-democracia, mas sim da implantação de um sistema de democracias liberais superficiais, capaz de sombrear a pauta da real luta de classes, dispersando o debate que toca a injustiça econômica, social e política. Para o autor tanto os conservadores quanto os democratas liberais acabaram se aliando ao *Capital Monopolista Global*. (RENA et al, 2018).

Em artigo de nome *A Globalização dos movimentos sociais: resposta à Globalização corporativa Neoliberal*, Carlos Eduardo Siqueira, Hermano Castro e Tânia Maria de Araújo (2003) fazem um histórico da construção do termo globalização trazendo algumas narrativas sobre o conceito, como a presente no jornal *The Economist* citada abaixo

O termo *quota globalizada* apareceu em 1959 na revista inglesa *The Economist* e se referia a quotas para carros importados para a Itália. A palavra *globalization* já aparece no dicionário americano Merriam Webster's New International Dictionary em 1961. Muitas outras fontes também a usaram durante os anos 60, tornando-a comum por volta de 1965. (SIQUEIRA; CASTRO; ARAÚJO, 2003, p. 848).

⁵⁵ Este debate será realizado no capítulo 5 *Globalização por baixo; as tecnopolíticas dos novíssimos movimentos sociais*.

⁵⁶ “O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social é uma instituição internacional, orientada pelos movimentos populares, focada em estimular o debate intelectual para o serviço das aspirações do povo”. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/sobre/>. Acesso em 07 de junho de 2019.

Os autores apresentam ainda conceitos trazidos por teóricos como Noam Chomsky (2003), Edward Herman (1999), José Luís Fiori (1997), Peter Marcuse (2000) e Milton Santos (2000). De acordo com Chomsky (2003), o termo globalização não tem um significado bem definido, o que faz com que possa ser incorporado por diversos atores e discursos e que, vez ou outra, apresente conotação aparentemente neutra. Em pensamento similar, Fiori (1997) o percebe como um conceito que carrega uma complexidade pouco abordada das transformações e possíveis consequências trazidas com esta nova forma de organização mundial e que atua diretamente não só sobre a diplomacia, política e economia dos países, mas também sobre as vidas privadas.

Para outros autores, como Marcuse (2000), globalização pode ser entendida como tudo o que vem sendo desenvolvido e, em termos, defendido desde os anos de 1970. O que inclui o uso disseminado do transporte de carga aérea, o aumento do fluxo de capital, o efeito estufa, os avanços das tecnologias de informação, a engenharia genética, o poder reduzido dos Estados Nacionais no pós fordismo, dentre outros. (SIQUEIRA; CASTRO; ARAÚJO, 2003, p. 849).

Apesar dos múltiplos pontos de vista existentes e dos inúmeros estudos e teorias criados a respeito do termo, é improvável que alguém discorde que a globalização nos moldes contemporâneos inaugurou uma outra fase do capitalismo, dessa vez, expandido e atuando progressivamente sobre a vida individual⁵⁷. Para que seja possível compreender como se dá esse novo capitalismo, é preciso entender o rápido desenvolvimento de novas tecnologias e a concentração global de poder econômico, associados à liquefação das fronteiras nacionais.

Neste momento, vale recorrer a Nancy Fraser (2002), quando a autora trata de uma modificação do modo de atuação do capitalismo associada ao modelo de globalização. Para a autora é fundamental que se compreenda a transição que ocorreu do capitalismo fordista, centrado na produção em massa, normatização salarial e força sindical, para o pós-fordista, baseado em uma produção variada que atua em vários nichos do mercado, que levou ao aumento da participação das mulheres no setores trabalhistas, ao mesmo tempo em que

⁵⁷É fato que a disseminação deste novo capitalismo, majoritariamente imaterial e flexível, não pôs fim à produção material, mas atua em sobreposição a ela, atingindo setores cada vez mais amplos da sociedade.

ocorreu um enfraquecimento dos sindicatos. Houve também uma transição de uma sociedade industrial, cuja base era a produção de manufaturas, para uma sociedade do conhecimento, ou seja, construída por meio da terceira revolução industrial, cuja base são as tecnologias da informação. “Há ainda que referir a mudança de uma ordem internacional dominada por Estados-nação soberanos para uma ordem globalizada em que os enormes fluxos transnacionais do capital restringem as capacidades de governação dos Estados nacionais”. (FRASER, 2002, p.9).

Esta nova forma de organização mundial conduz a uma crescente integração das economias e sociedades - principalmente no que tange a produção de mercadoria e serviços, ao fortalecimento do mercado financeiro e à difusão de conhecimento (uso de novas tecnologias de informação e processamentos de dados). Articulada ao neoliberalismo, a ser explicado de forma mais aprofundada na sequência deste texto, a globalização abrange um modelo hegemônico do capitalismo pós-fordista, que envolve novas relações entre centro e periferia, modifica a função do Estado interna e externamente e garante a expansão do capital financeiro transnacional.

Como já citado, Bauman (1999) dedicou o livro *Globalização: as consequências humanas* a investigação não só destas questões, mas, de outras que tocam este processo, tais quais a modificação da relação humana com tempo e espaço, o desprendimento territorial, a diminuição do Estado-nação e as subjetividades produzidas. Segundo o autor, ao mesmo tempo que a globalização une o mundo, ela o divide e os dois processos são gerados pelas mesmas matrizes. Simultaneamente a uma expansão dos negócios, das finanças, das informações e do comércio, existe um processo de fixação no espaço relacionado ao que se entende por localidade. E esta localidade, em um mundo globalizado, se dá em um sentido de desigualdade e privação, já que os espaços públicos não se encontrem mais na ordem do local.

De acordo com Bauman (1999) há uma lógica de universalização no processo de globalização entendida como um enfraquecimento das fronteiras nacionais que atua, também, no sentido de deterioração dos Estados Nação. Enquanto no passado a função primeira dos Estados eram impor regras e organizar seus territórios, atualmente muitos deles tiveram seu

papel reduzido e adaptado aos interesses do neoliberalismo para o qual as fronteiras são, mais que dispensáveis, desinteressantes.

O autor afirma que a função mais importante que foi perdida pelo Estado neste processo foi a da manutenção do “equilíbrio dinâmico”, ou seja, a aproximação dos índices de produção e consumo, o que levou à intensificação das importações e exportações. “A própria distinção entre o mercado interno e o global ou, mais genericamente, entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ do Estado é extremamente difícil de manter” (BAUMAN, 1999, p. 73). Assim, ele alerta para o fato de que o Estado deixou de ter recursos e liberdade suficientes para aguentar as pressões externas.

Esta fragilização do Estado não é contraditória à exterritorialização do capital, como alerta Bauman (1999). Ao contrário, o que existe é uma profunda afinidade entre a globalização e a nova forma de organização do território. Finanças, comércios e indústrias de informação global necessitam desta fragmentação política e da existência de Estados fracos que, grande parte das vezes em parceria com o capital global, têm o poder de coordenar a sociedade e garantir o fluxo de capitais.

Estados fracos são precisamente o que a Nova Ordem Mundial, com muita frequência encarada com suspeita como uma nova desordem mundial, precisa para sustentar-se e reproduzir-se. Quase-Estados, Estados fracos podem ser facilmente reduzidos ao (útil) papel de distritos policiais locais que garantem o nível médio de ordem necessário para a realização de negócios, mas não precisam ser temidos como freios efetivos à liberdade das empresas globais. (BAUMAN, 1999, p.76).

Por outro lado, Bauman (1999) deixa um alerta sobre a maneira como o mundo globalizado, apesar do discurso universal, também precisa da localidade. Integração e divisão, globalização e territorialização, fazem parte de um mesmo processo contemporâneo. Segundo o autor, tudo isso está embutido na redistribuição mundial de soberania, poder e liberdade, alcançado com o desenvolvimento tecnológico e com a transformação da relação com o tempo. Frente à essa composição pode-se perceber a forma como dentro dos processos de globalização encontram-se privilégios e carência, riqueza e pobreza, recursos e impotência, liberdade e restrição.

Para Bauman (1999) existe uma disputa pelos espaços e, conseqüentemente, por sua representação. No capítulo *Guerras Espaciais: informe de carreira* do mesmo livro, o autor analisa como os mapas enquanto ferramenta de representação, informação, produção e controle, são elementos fundamentais para se compreender o processo de transformação do poder dos Estados Nação em relação a seus territórios. E, no mesmo capítulo, aponta como o desenho urbano é também instrumento fundamental em tal contexto.

O território urbano se torna campo de batalha para uma contínua guerra espacial, que às vezes irrompe o espetáculo público de motins internos, escaramuças rituais com a polícia, ocasionais tropelias de torcidas de futebol, mas travadas diariamente logo abaixo da superfície da versão oficial pública (publicada) da ordem urbana rotineira. Os habitantes desprezados e despojados de poder das áreas pressionadas e implacavelmente usurpadas respondem com ações agressivas próprias; tentam instalar nas fronteiras de seus guetos seus próprios avisos de 'não ultrapasse'. (BAUMAN, 1999, p. 29).

Neste sentido, o autor aborda várias vezes o viés espacial da globalização vinculado a mobilidade e a desigualdade. A possibilidade ou impossibilidade de fluxo no planeta está diretamente relacionada a uma lógica de privilégios. Lembrando, então, da existência de uma nova forma de periferização implementada com o processo de globalização, que não diz necessariamente de um estar à margem em termos territoriais, mas de não poder acessar o centro (que também não é apenas territorial, mas financeiro, informacional e da esfera dos desejos). O estar fixo, ser local, não poder transitar em um mundo baseado na fluidez e na mobilidade, passa a significar estar afastado, ou melhor, ser privado, de toda a lógica implementada e não ter acesso ao que se dizia irrestrito e, portanto, inovador e magnífico na lógica global.

Esta mudança em relação à compreensão e uso do território e da economia deu origem ao que Bauman (1999) chamou de *Guerra dos Espaços*, na qual os centros de decisão foram alterados quando se viram "livres de restrições territoriais - livres da localidade." (BAUMAN, 1999, p. 15). Ou seja, tratou-se de uma guerra de independência dos espaços que, quando vencida, fez com que a mobilidade passasse a significar o principal fator de estratificação. Ela é responsável por traçar e modificar as hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais

contemporâneas e isso se dá em escala global. Estar no topo das hierarquias é receber todas as vantagens dessa mobilidade⁵⁸.

Neste contexto, Bauman (1999) traz o arquiteto e filósofo Paul Virilio⁵⁹ para um debate sobre o fim da geografia, tendo em vista que as distâncias não importam e as fronteiras não se sustentam mais. De acordo com o autor houve um progresso significativo de mudanças das mobilidades física e emocional devido ao avanço dos meios de transporte e internet que levaram a uma independência em relação ao espaço, ou seja, um deslocamento dos espaços de debate quando se viram livres de restrições territoriais. “A distância não parece importar muito. Às vezes parece que só existe para ser anulada, como se o espaço não passasse de um convite contínuo a ser desrespeitado, refutado, negado” (BAUMAN, 1999, p. 85).

O amplo investimento em mobilidade começou, ainda nos tempos modernos, com o desenvolvimento dos meios de transporte de carga e individuais que iniciaram a mudança da relação humana com a localidade.

Foi antes de mais nada a disponibilidade de meios de viagem rápidos que desencadeou o processo tipicamente moderno de erosão e solapamento das "totalidades" sociais e culturais localmente arraigadas; foi o processo captado pela primeira vez na famosa fórmula de Tönnies sobre a modernidade como a passagem da *Gemeinschaft* [comunidade] para a *Gesellschaft* [associação]. (BAUMAN, 1999, p.21)

Mas, muito mais que a mobilidade física, o processo de globalização contou com uma aceleração da distribuição das informações. Para Bauman (1999), quando o fluxo de informações se separou do movimento de quem as portava e dos objetos, houve uma diferenciação das velocidades, por meio da qual, as informações se tornaram muito mais velozes que os corpos e, até mesmo, que o conteúdo do qual eram compostas. Isso se deve, de maneira geral, ao surgimento, em um primeiro momento, dos computadores e, posteriormente,

⁵⁸ É importante atentar-se a este debate sobre a mobilidade trazido em relação à globalização, porque, como será possível observar posteriormente, esta questão se colocará como central para a eclosão das Jornadas de Junho de 2013.

⁵⁹ Paul Virilio (1932 - 2018) foi um pensador francês crítico do neoliberalismo, do capitalismo e da globalização, que dedicou grande parte de suas pesquisas a um estudo acerca da tecnologia da comunicação, sendo conhecido como um crítico que entende como negativas as implicações dos meios de comunicação de massa. Tendo “velocidade” como um de seus conceitos centrais, o autor vai abordar o fim da noção de tempo e espaço.

da internet. Estes atores não-humanos, fundamentais ao processo de globalização, fizeram com que as informações estivessem disponíveis instantaneamente a quase todo o planeta.

No ciberespaço, os corpos não interessam — embora o ciberespaço interesse, de forma decisiva e inexorável, para a vida dos corpos. Não há apelação contra os vereditos baixados no paraíso ciberespacial e nada que aconteça na terra pode questionar sua autoridade. Com o poder de baixar vereditos investido com segurança no ciberespaço, os corpos dos poderosos não precisam ser corpos poderosos nem precisam se armar de pesadas armas materiais; mais do que isso, ao contrário de Anteu, não precisam de nenhuma ligação com seu ambiente terrestre para afirmar, fundar ou manifestar o seu poder. O que eles precisam é isolar-se da localidade, agora despoja de significado social, transplantada para o ciberespaço, e assim reduzida a terreno meramente "físico". Precisam também da *segurança desse isolamento* — uma condição de "não vizinhança", de imunidade face a interferências locais, um isolamento garantido, invulnerável, traduzido como segurança das pessoas, de seus lares e *playgrounds*. A desterritorialização do poder anda de mãos dadas, portanto, com a estruturação cada vez mais estrita do território. (BAUMAN, 1999, p. 27).

Com a modificação das estruturas de poder, tendeu-se a uma supressão dos Estados-nação ou, pelo menos, daqueles não hegemônicos. De acordo com Bauman (1999), é possível perceber seu definhamento gerado pelas forças transnacionais. Forças estas que, em geral, são anônimas ou difíceis de identificar: elas não têm unidade e, normalmente, são manipulados por atores "invisíveis". Para o autor, a ausência de controles aparentes leva a uma sensação de desconforto e insegurança chamada por Kenneth Jowitt (1996) de *Nova Desordem Mundial*. Bauman (1999) coloca que esta desordem contemporânea não pode ser explicada apenas pelo colapso da rotina política, antes disso ela diz de uma "nova consciência da natureza" das coisas que no período anterior eram, aparentemente, fixas e controláveis.

Esta nova e desconfortável percepção das "coisas fugindo ao controle" é que foi articulada (com pouco benefício para a clareza intelectual) num conceito atualmente na moda: o de globalização. O significado mais profundo transmitido pela idéia da globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo.

O uso de conceitos como o de *universalização*, criaram expectativa da produção de uma nova ordem em escala global que suprimia o que anteriormente era representado pelo símbolo do Estado. Bauman (1999) lembra que ao longo da era moderna o Estado estava diretamente ligado ao território, de forma que se tornou pleonasma o dizer Estado-territorial e cita a

definição de Weber de Estado, na qual ele é posto como “o agente que reivindica o monopólio dos meios de coerção e do uso deles em seu território soberano” (BAUMAN, 1999, p. 69), sendo responsável por sua ordenação e separado da coletividade. A soberania exercida por este ente, ao longo da modernidade, se localizava sobre o tripé das soberania militar, econômica e cultural, o que significa, em termos gerais, orientar e defender a eficiência do território interna e externamente.

Neste período, o que se tinha por relações globais se dava em termos de políticas interestatais por meio de acordos e conflitos armados, baseados, de forma geral, na proteção e expansão das fronteiras. Entretanto, em um mundo globalizado e neoliberal, o papel do Estado tem sido constantemente modificado e adaptado à lógica fluida e desprovida de fronteiras.

O tripé da soberania foi abalado nos três pés. Claro, a perna econômica foi a mais afetada. Já incapazes de se manter se guiados apenas pelos interesses politicamente articulados da população do reino político soberano, as nações-estados tornam-se cada vez mais executoras e plenipotenciárias de forças que não esperam controlar politicamente. (BAUMAN, 1999. p.73).

No mesmo sentido, Milton Santos (2006, p.166-167) apresenta um conceito chave para o entendimento da dimensão territorial da globalização sob o nome de *Guerra do Lugares*. Para o autor, na presente fase do capitalismo - por ele denominada de período *Técnico-Científico-Informacional* (SANTOS, 2005) - as corporações e grandes detentores do capital, servidos de objetos técnicos capazes de qualificar progressivamente a intencionalidade de suas ações no território, têm suas presenças disputadas pelas diferentes localidades. Isso se dá a partir do momento em que as grandes empresas perdem seus vínculos territoriais e adquirem capacidade técnica para circular pelo globo em busca da maior lucratividade permitida pelo paradigma do livre mercado internacional. Sendo assim, os Estados e entes ligados a administração territorial se desdobram para alcançar condições adequadas a lucratividade dessas empresas, provocando fissuras e heterogeneidades nos lugares que administram e nas realidades imediatas daqueles que os habitam.

Ainda para Santos (2006), esta ruptura é especialmente mais grave e intensa nos locais mais afastados do centro das inovações tecnológicas e comerciais. O autor lembra que nos países de modernização tardia, a imposição de uma civilização técnica e seus modos e

racionalidade é produtora de grandes disparidades espaciais e alterações fundamentais nos mecanismos sociais. Em uma dimensão territorial, as intervenções no espaço urbano, muitas vezes aglutinadas em centralidades “globalizadas”, tem poder de influência para desestabilizar um relativo equilíbrio preexistente e “induzir transformações fundamentais ao conjunto” (SANTOS, 2006, p.168).

4.3 A globalização, a justiça social, os direitos e a liberdade

A modificação da forma de produção territorial vem, conseqüentemente, acoplada a um processo de transformação não só do modelo produtivo, como supracitado, mas também das lógicas de articulação social. Neste sentido, a produção cultural que, como lembra Fraser (2002), passa a comandar parte significativa do setor econômico do capitalismo pós-fordista, é um dos principais elementos de diálogo com a formação desta nova estrutura social.

Esta nova proeminência da cultura pode ser vista numa série de aspectos: na maior visibilidade dos “trabalhadores simbólicos”, por contraste com os trabalhadores manuais, na economia global da informação; no declínio da centralidade do trabalho relativamente à religião e à etnicidade na constituição das identidades coletivas; na maior consciência do pluralismo cultural na esteira do aumento da imigração; na intensificação da hibridação cultural, fomentada não só por contatos pessoais transculturais, mas também pela comunicação electrónica; na proliferação e rápida difusão de imagens pelas indústrias globais da publicidade e do entretenimento de massas; e por último, como consequência de todas estas mudanças, numa nova consciência reflexiva dos “outros” e, por isso, uma nova ênfase na identidade e na diferença. (FRASER, 2002, p. 9).

A introdução da cultura neste processo de modificação das estruturas de trabalho e sociedade acabou gerando uma intensificação nas relações estabelecidas entre cultura e política. Ou, em outros termos, uma ampla utilização da primeira em busca por justiça social. Ultimamente tem sido esta a principal motivação dos conflitos sociais que vão desde uma reivindicação por reconhecimento e debates sobre sexualidade, até movimentos em prol da soberania nacional ou que anseiam em fortalecer as organizações políticas transnacionais. Estes conflitos, de acordo com a autora, estão inseridos em um processo de fortalecimento das políticas de estatuto que se contrapõe, diretamente, à política de classes.

Os partidos políticos que antes se identificavam com projectos de redistribuição igualitária abraçam hoje uma escorregadia “terceira via”, cuja substância verdadeiramente emancipatória, quando a têm, está mais relacionada com o reconhecimento do que com a redistribuição. Entretanto, os movimentos sociais que não há muito tempo exigiam com audácia uma partilha equitativa dos recursos e da riqueza já não são exemplificativos do espírito da época. É certo que não desapareceram totalmente, mas o seu impacto tem sido grandemente reduzido. (...)

Portanto, em geral, a globalização está a gerar uma nova gramática de reivindicação política. Nesta constelação, o centro de gravidade foi transferido da redistribuição para o reconhecimento. (FRASER, 2002 p. 10 - 11).

Cria-se, então, com a globalização, uma nova compreensão do significado de justiça social, não mais associada às questões de classe, mas vinculada, primordialmente aos direitos individuais, em sua grande maioria, identitários. A esta transição, Fraser (2002) faz uma alerta: apesar de aparentemente progressistas e reconhecidamente importantes dentro de uma estrutura social de maioria opressora, pode representar uma enorme perda para das lutas sociais. Ela alerta que, ao invés da aparente ampliação das causas, o que pode estar acontecendo é uma substituição de motivações travadas, para outras ainda mais imobilizadas. “O resultado seria um exemplo clássico de desenvolvimento combinado e desigual: as recentes conquistas notáveis no eixo do reconhecimento corresponderiam a um progresso paralisado, se não mesmo a francas perdas, no eixo da distribuição”. (FRASER, 2002, p.11).

A autora parte, então, para um questionamento do significado de justiça, buscando compreendê-lo ao mesmo tempo como uma distribuição justa e um reconhecimento recíproco. Segundo ela, esta é a única maneira possível de existência de justiça, sendo por um lado redistributiva e, por outro baseada no reconhecimento. Entretanto, a justiça encontra-se ameaçada quando estas duas formas são colocadas como incompatíveis, o que vem sendo traçado por meio da aceleração dos processos de globalização.

Ao analisar a redistribuição e o reconhecimento como duas dimensões mutuamente irreduzíveis da justiça, amplia-se a sua concepção usual de modo a abarcar injustiças quer de estatuto, quer de classe. Ao submeter ambas as dimensões à norma englobante da paridade participativa, esta abordagem oferece um só critério normativo para avaliar tanto a estrutura económica como a ordem de estatuto. Assim, constitui o tipo de concepção lata de justiça de que precisamos a partir do momento em que resolvemos tratar a globalização nem como fatalidade nem como utopia, mas como um processo que envolve tanto recursos como riscos. (FRASER, 2002, p. 14).

Esta incompatibilidade gerada pela globalização acabou levando a maioria dos movimentos sociais a defenderem as questões de representação em supressão às de classe e a tão comentada interseccionalidade acabou ocupando preponderantemente a esfera do discurso ou algumas tentativas travadas, em sua maioria, pelos movimentos clássicos.

O próprio termo *justiça social* passou a ser substituído pela *luta por direitos*. Sejam eles individuais ou, muitas vezes, urbanos. Os levantes que compõe o ciclo de lutas analisado neste texto, por exemplo, com destaque para as Jornadas de Junho de 2013 trouxeram o direito à

cidade⁶⁰ como pauta fundamental. A questão é que grande parte das vezes, como é o caso do conceito supracitado, há um esvaziamento dos termos relativos à estes direitos buscados pelos novíssimos movimentos sociais. Além de contraditoriamente ao mesmo tempo individuais e amplos, tais conceitos-pauta, têm perdido consistência, o que leva a processos de cooptação ou subversão de seus significados.

A este debate sobre direitos e justiça social travado por Fraser (2002), vale acrescentar uma narrativa que tem se tornado primordial para a organização dos novíssimos movimentos sociais nesta lógica de produção individual de direitos: a liberdade. Desde o Maio de 1968, movimento que dá início ao processo de criação de uma nova esquerda, a liberdade começa a se tornar a principal reivindicação dos manifestantes, tomando, em muitos momentos, o lugar do debate sobre as classes. De certo modo, desde aquele momento esperava-se relacionar direitos e liberdades individuais com interesses coletivos que, ao menos supostamente, levassem a um bem comum. Esta modificação aponta em direção a processos revolucionários de concepção semelhante à abordada por Arendt (2001) e trazida no capítulo anterior *3 Das revoluções aos levantes: uma abordagem conceitual das resistências*.

Entretanto, neste contexto globalizado e neoliberal, Harvey (2016) faz algumas perguntas fundamentais para pensar as resistências contemporâneas e a inserção do discurso de liberdade como forte base para sua construção.

(...) existe alguma coisa no significado e na definição contemporâneos de liberdade que nos impeça de adotar alternativas anticapitalistas? (...) Será que trabalhamos, quase sem saber, com conceitos parciais, corrompidos e, por fim, restritivos de liberdade e autonomia, que só fazem apoiar o *status quo* e, em sentido mais profundo, representam a visão deformada do capital sobre o que são os direitos humanos e a justiça social? Será que o motor econômico do capital está tão fortemente ligado a certos conceitos fundamentais, embora parciais, de liberdade e autonomia a ponto de tolher uma abordagem que não seja, na pior das hipóteses, empresarial e, na melhor, humanista liberal da questão política crucial da liberdade *versus* dominação? (HARVEY, 2016, p. 186).

Como possível caminho na busca de compreensão destas questões, Harvey (2016) lembra do grande investimento dos Estados Unidos no discurso de liberdade e autonomia, alertando que o uso sistemático destas narrativas têm tido efeito contrário do que se espera:

⁶⁰Um rastreamento realizado sobre este conceito está presente no capítulo *6 Revolução urbana e direito à cidade*.

tem funcionado como justificativa para as ações imperialistas e neocoloniais exercidas não só por este país, mas por muitos outros do bloco hegemônico. “A busca da liberdade e da autonomia parece dar licença para uma série de práticas repressoras”, (HARVEY, 2016, p. 187) o que leva, quase naturalmente, à conclusão que a retórica sobre a busca por liberdade funciona como uma máscara para outros objetivos pautados na obtenção de lucros, espoliação e na dominação. Entretanto o autor alerta para que esta compreensão não se dê em uma esfera totalizando, sendo necessário reconhecer que movimentos por liberdade, como os travados nas colônias e contra a escravidão e o *apartheid* foram de grande força e relevância, não se tratando de gestos vazios.

Entende-se, então, que este desejo por liberdade e autonomia tem sido fundamental em toda a história do capitalismo, representando hoje, um forte elemento de disputa travada entre forças hegemônicas e resistentes. Ou seja, mais uma vez, uma mesma moeda com dois lados. Para o autor liberdade e dominação sempre caminham juntas. “Em certo ponto de sua trajetória (sobretudo quando chegam perto de seus objetivos), todos esses movimentos progressistas têm de escolher quem ou o que será dominado para garantir a liberdade e a autonomia que procuram”. (HARVEY, 2016, p. 188).

O que o geógrafo entende como um lado obscuro da narrativa da liberdade, além de subsidiar ações de dominação, atua como um elemento muito importante nos discursos neoliberais e pró-globalização justamente como argumento a um ataque direto aos Estados Nação. Desde o liberalismo clássico foi implementada uma utopia do capitalismo universalizado de auto regulação dos indivíduos sobre suas próprias condutas de acordo com as regras de uma sociedade de mercado. Segundo a lógica foucaultiana de sociedade disciplinar, esta disciplina passou a ser internalizada no indivíduo, ou seja, conceitos como os de liberdade e autonomia são inerentes aos códigos sociais impostos pelo capitalismo. “Que muitas vezes o Estado se excede em suas atividades reguladoras e intervencionistas é uma reclamação comum entre os cidadãos e, é claro, uma reclamação-padrão do capital”. (HARVEY, 2016, p. 190).

Harvey (2016) coloca, então, a necessidade de compreender o significado de liberdade, já que o conceito ocupa o discurso dos liberais e neoliberais, mas também dos desejos

representados pelas esquerdas anarquista e autonomista. É necessário, então, pensar a questão da liberdade rejeitando a visão utópica da economia política, para que então seja possível estar frente a frente com a realidade social. Isso porque a liberdade do capital está justamente na falta de liberdade imposta a parte significativa da população. “O paradoxo é que hoje a automação e a inteligência artificial nos dão meios abundantes de atingir o sonho marxiano da liberdade para além do campo da necessidade, mas ao mesmo tempo as leis da economia política do capital afastam essa liberdade para cada vez mais longe do nosso alcance”. (HARVEY, 2016, p. 193).

Han (2018) também aborda o tema da liberdade associado à uma análise do neoliberalismo. Segundo o autor, acredita-se hoje que a sociedade, de uma forma geral, é composta por sujeitos livres. Entretanto ele alerta que o próprio sentimento de liberdade, pregado para subsidiar os ditames neoliberais e atacar os projetos comunistas, é “uma *forma mais eficiente de subjetivação e sujeição*”, vinculadas, em sua maioria, às cobranças de desempenho (HAN, 2018, p. 9). O desempenho é, então, como já apontado por Dardot e Laval (2016) um instrumento que transforma o sujeito, que se julga livre, em servo. De acordo com Han (2018), em u servo absoluto que explora voluntariamente a si mesmo, sem que nenhum senhor o obrigue a trabalhar. O autor lembra que estas estratégias acabam gerando doenças psíquicas, como depressão, que expressam uma crise da liberdade, ou seja, a transformação no que seria seu antagônico: a coerção. “Assim, nos dias de hoje, coloca-se a pergunta: para escapar à fatídica dialética da liberdade que transforma em coerção, não deveríamos redefinir ou reinventar a liberdade?” (HAN, 2018, p. 11).

Neste sentido, o autor acaba definido liberdade como “comunidade bem-sucedida”, em se tratando de uma atividade que deve ser realizada de forma conjunta. Ele relembra Marx e aponta. Então, que a ideia de liberdade individual é uma estratégia do capital, já que é a base da livre concorrência. Quando um indivíduo compete com o outro, quem se reproduz livremente é o capital, de forma que a liberdade individual se torna uma escravidão do capitalismo mediante sua apropriação. “A liberdade do capital se realiza por meio da liberdade individual. Dessa maneira, o indivíduo livre é rebaixado à órgão genital do capital. A liberdade individual concede ao capital uma subjetividade ‘automática’ que o incita à reprodução ativa”. (HAN, 2018, p. 13).

5 GLOBALIZAÇÃO POR BAIXO: AS TECNOLÓGICAS DOS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS⁶¹

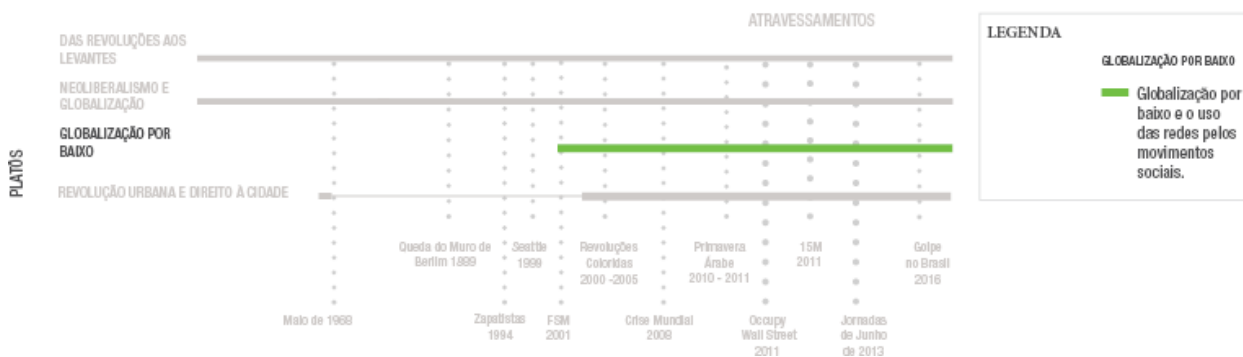


Diagrama 10 - Platô 3 - Globalização por baixo: as tecnopolíticas dos novíssimos movimentos sociais
Fonte: Produzido pela autora

Aqui, no entanto, deve-se ressuscitar o bom e velho conceito marxista de totalidade - neste caso, da totalidade do capitalismo global. O capitalismo global é um processo complexo que afeta diversos países de maneiras variadas, e o que unifica tantos protestos em sua multiplicidade é que são todas reações contra as múltiplas facetas da globalização capitalista. A tendência geral do capitalismo global atual é direcionada à expansão do reino do mercado, combinado ao enclausuramento do espaço público, à diminuição de serviços públicos (saúde, educação, cultura) e ao aumento do funcionamento autoritário do poder público. (ZIZEK, 2013, p. 103 - 104).

Se a internet e a sociedade em rede são hoje elementos que sustentam a forma globalizada de organização do mundo, alguns autores como Castells (2013) começaram a se perguntar sobre a possibilidade do uso destes instrumentos também pela resistência. É sabido que as estruturas clássicas dos movimentos sociais, muitas vezes, não eram suficientes para que se alcançasse os resultados esperados enquanto resposta à nova maneira de organização social, fragmentada e rizomática. “Entretanto, nas margens de um mundo que havia chegado ao limite de sua capacidade de propiciar aos seres humanos a faculdade de viver juntos e compartilhar sua vida com a natureza, mais uma vez os indivíduos realmente se uniram para encontrar novas formas de sermos nós, o povo”. (CASTELLS, 2013, p. 7)

Esta possibilidade de subversão da lógica de globalização, ganhou vários nomes, como *globalização por baixo*, *antiglobalização*, *alterglobalização* ou, para Santos (2000) e Hardt e Negri (2005), *outra globalização*. Termos que designam processos globais de resistência à globalização e ao estágio avançado do neoliberalismo mundialmente difundido.

⁶¹Este capítulo é fruto de um trabalho coletivo realizado por Maíra Nobre, Jessica Borges e Natacha Rena, pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Indisciplinar.

Os novíssimos movimentos sociais ou movimentos sociais em rede, como nomeados por Gohn (2014) e Castells (2013) respectivamente, fazem uso, justamente, destes mecanismos, como explicado no capítulo 3 *Das revoluções aos levantes*, de forma que os levantes ocorridos após a crise do capitalismo de 2008 se enquadram neste contexto.

De acordo com Castells (2013) o que gerou a maioria destes levantes foi a diminuição da qualidade de vida acrescida de uma crise de legitimidade dos governantes locais. O autor aponta que, em decorrência da crise econômica, houve, em muitos países, ascensão de grupos de cidadãos indignados que, desacreditados dos governos, optaram por se posicionar à frente das mudanças desejadas por meio de ações coletivas autônomas - independentes de canais institucionais.

Entretanto o autor se pergunta, na mesma lógica de Didi-Huberman (2016), o que leva tais sujeito a se sublevarem, já que detecta uma tendência humana à sujeição. Para Castells (2013) esta nova forma de se comportar parte de um evento que desencadeia emoções suficientemente fortes para que o medo se rompa. A raiva é o principal sentimento deste processo e sua reverberação tem a comunicação como importante elemento. A comunicação, para Castells (2013), induz mudanças coletivas, gera entusiasmo e reforça mobilizações. Neste sentido é possível entender a ação comunicativa como um processo de atuação sobre as subjetividades que, por meio de um senso de identificação e estímulo, inibe o medo.

Assim, a mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão de redes em redes neurais dos cérebros humanos estimuladas por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação. A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado. (CASTELLS, 2013, p.158).

De acordo com Javier Toret (2016), as redes sociais são utilizadas de forma intensiva e estratégica pelos novíssimos movimentos sociais produzindo mobilizações afetivas que geram impactos enormes para parcela significativa da sociedade. Para Castells (2013) suas ações não estão ligadas apenas a situações sociais críticas, mas também a uma “mobilização emocional” promovida de um lado pelo crescimento da indignação e, por outro, pela fomentação da esperança de possíveis mudanças. Esta mobilização é induzida, muitas vezes, pela presença de revoltas em outros países divulgadas pela mídia de forma geral e que tendem a ocupar papel de

destaque nas redes sociais. Podendo dar origem, desta forma, a uma rede mundial de revoltas que, muitas vezes, envolve atores, pautas e estratégias semelhantes. Assim, Castells (2013) aponta que, independentemente de questões específicas de cada país que tenha abrigado tais processos, há uma semelhança indiscutível entre eles: “o modelo dos movimentos sociais na era da internet”. (CASTELLS, 2013, p. 159).

O autor indica, então, quatorze características dos novíssimos movimentos sociais: (i) são conectados em rede de múltiplas formas; (ii) se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano; (iii) o espaço da autonomia é a nova forma dos movimentos sociais em rede; (iv) os movimentos são simultaneamente locais e globais; (v) o tempo atemporal; (vi) são amplamente espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação; (vii) são virais; (viii) a passagem da indignação à esperança realiza-se por deliberação no espaço da autonomia; (ix) a horizontalidade das redes favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo que reduz a necessidade da liderança formal; (x) são movimentos profundamente autorreflexivos; (xi) em princípio, são não violentos; (xii) raramente são programáticos; (xiii) são voltados para a mudança de valores da sociedade; (xiv) são muito políticos num sentido fundamental.

Os itens destacados por Castells (2013) dão dimensão tanto da maneira como os movimentos sociais contemporâneos se configuram, quanto das similaridades por eles assumidas no contexto da internet. Neste texto não serão abordados todos os pontos indicados pelo autor, mas alguns deles receberão destaque, de acordo com a temática aqui tratada.

Ao afirmar que os movimentos sociais são conectados em rede de múltiplas formas, Castells (2013) aponta que dentro dos movimentos são formadas redes que os associam a outros movimentos presentes em diferentes partes do mundo, mostrando como as tecnologias que possibilitam essas conexões são plataformas fundamentais tanto para a expansão quanto para modificações dos levantes.

Apesar de as plataformas configurarem lugares de ampla relevância para ações, os movimentos se consolidam nos espaços urbanos. De acordo com Castells (2013) há sempre uma interação entre as redes de comunicação sem fio e a ocupação das ruas e dos prédios. “Esse

híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia” (CASTELLS, 2013, p. 161).

A ocupação das ruas, praças e prédios é o momento em que há uma virada na forma de ativismo levando a uma mobilização social mais concreta. Ao contrário do que muitos pensam ao atribuírem espontaneidade ao ciclo de lutas urbanas contemporâneo, a ocupação destes espaços não ocorre, na maioria das vezes, de forma livre e autônoma, tendo em vista que há estratégias para potencializar os espaços de apropriação. Esse fato demonstra que uma das premissas apresentadas por Castells (2013), a da espontaneidade vinculada à autonomia, não ocorre de forma tão livre quanto o indicado, apontando, então, para a existência de algumas lideranças que, ainda que não assumam destaque aparente, têm papel de grande relevância no processo.

Quando Castells (2013) afirma que os movimentos sociais contemporâneos são ao mesmo tempo locais e globais, o autor demonstra que apesar de muitas vezes se organizarem por razões locais, eles geram conexões em redes globais. Para Castells (2013) é como se os movimentos aprendessem com outras experiências sendo estimulados à mobilizações próprias que geram uma forma particular de tempo e espaço: um “tempo atemporal”, ou seja, uma atuação “trans-histórica” que comporta dois tipos distintos de experiência: o cotidiano local e um horizonte indeterminado de possibilidades globais.

Desde que Bauman publicou o livro *Globalização* em 1999, o modo de atuação local-global aparece, no autor, como importante característica da globalização, já que, para ele, o processo sempre une e divide. Ele afirma que “junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informações, é colocado em movimento um processo ‘localizador’, de fixação no espaço”. (BAUMAN, 1999, p. 8). A globalização, pensada desta forma é, então, um ator de privação social, já que as atuações locais dependem de ações globais que as dão sentido, perdendo sua potencialidade territorial. Bauman (1999) afirma, então, que há um processo de desterritorialização do poder acompanhado de uma configuração

cada vez mais restrita do território, denunciando um controle não-físico que molda a realidade sob o discurso de uma “nova liberdade” vivenciada no ciberespaço⁶².

De acordo com o pensamento de Bauman (1999), poder-se-ia observar um processo inverso quando se trata das manifestações de escala local e global citadas por Castells (2013). Ao contrário do segundo, que acredita em uma demanda inicial local, o primeiro aponta para uma chegada externa de mensagens externas via meios de comunicação, independente de “líderes locais”, ou seja, não avaliadas ou processadas por eles, que levam a mobilizações e ações dentro de um território cada vez mais fragmentado.

A leitura de Bauman (1999) contestaria, antecipadamente, a próxima características dos movimentos sociais trazida por Castells (2013): a espontaneidade. Se há, para o primeiro, uma chegada de demanda e estímulo via meios de comunicação que atua sobre a construção das pautas locais dos movimentos, sua espontaneidade pode ser questionada. Ambos concordam sobre o estímulo dos eventos globais sobre os locais, mas a “simples” inversão de ordem da fonte primária do desejo de revolta, indica pontos de vista diametralmente opostos. A visão de Castells (2013) sobre a viralidade dos movimentos contemporâneos torna-se, então, indício para o apontamento de Bauman (1999) no sentido de que há uma influência externa na construção das ações locais. Em suma, há consonância entre os pensamentos no que tange a importância do global para a execução local, entretanto, a despreocupação de Castells em relação ao embrião propulsor das ações se opõe radicalmente à leitura de Bauman.

Neste sentido, pode-se apontar uma convergência entre os autores: ambos concordam com uma ausência aparente de liderança local direta. Como visto anteriormente, a organização dos movimentos sociais pelas redes é um dos principais fatores que permitem a ausência da imagem de um líder. Castells (2013) coloca o impacto gerado pela mensagem como mais importante que a fonte do evento. Ou seja, assume-se uma potência da comunicação independentemente de quem a gerou ou com qual intenção ela foi promulgada. Líderes cada vez mais dispersos ou “escondidos” pelas redes, configuram uma dificuldade maior de ataque aos movimentos.

⁶² Neste momento cabe relembrar o debate colocado por Bauman (1999) sobre o ciberespaço presente no capítulo 4.2 *Globalização*.

Autonomia refere-se à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses. A transição da individuação para a autonomia opera-se por meio da constituição de redes que permitem aos atores individuais construir sua autonomia com pessoas de posição semelhante nas redes de sua escolha. Eu afirmo que a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura da liberdade na prática da autonomia. Isso porque a tecnologia da internet incorpora a cultura da liberdade, como mostra o registro histórico de seu desenvolvimento”. (CASTELLS, 2013, p.168).⁶³

A ideia de autonomia, baseada na organização horizontal em rede que parte de uma ausência de liderança aparente é típica do que se entende por ativismo. João Teixeira Lopes (2016) traz algumas características transversais a estes novíssimos movimentos sociais formados por ativistas⁶⁴: (i) discurso centrado na denúncia do sistema econômico e na captura das instituições e agentes políticos pelo poder financeiro; (ii) exigência de “mais” ou de uma “verdadeira” democracia; (iii) a juventude precarizada como catalisadora das lutas; (iv) certa recusa da delegação ou ceticismo com a ação institucional; (v) produção de novas referências plásticas e estéticas; (vi) ocupação transgressiva do espaço público; (vii) valorização da diversidade de expressão nos protestos de rua; (viii) uso intensivo das redes sociais; (ix) importância da cultura audiovisual e das novas tecnologias de informação e comunicação; (x) busca de formas tendencialmente horizontais. A estas pode-se acrescentar, ainda, um constante discurso de ataque às esquerdas tradicionais, tanto em termos ideológicos (comunistas, socialistas), quanto às suas estruturas (partidos e sindicatos).

De acordo com Lopes (2016), em sua maioria, tais movimentos se sustentam em grupos escolarizados que pertencem à nova classe média urbana, de forma que carregam em si algo da insurgência, da flexibilidade e da adaptação em uma sociedade que tem visto sua base se deslocar do trabalho para o emprego cada vez mais precarizado. Dentro desta lógica de formação adaptada ao neoliberalismo, tais movimentos se apresentam, de forma geral, muito vulneráveis ao sistema. O autor, então, apresenta as seguintes e relevantes questões:

⁶³ Castells, diferentemente de Harvey, Fraser e Han, não associa o conceito de liberdade a uma estratégia neoliberal.

⁶⁴Estas características completam as assinaladas no capítulo 3 *Das revoluções aos levantes: uma abordagem conceitual das resistências* quando se difere ativismo e militância, por meio das narrativas de Rena (2015) e Neves et al. (2018).

Esses novíssimos movimento sociais conseguem ser uma 'comunidade', uma 'comunidade interlocutora', com agenda própria ou assumir-se-ão preferencialmente como instância interlocutora, de cariz emotivo? Propõe uma esfera pública, dotada de autodeterminação e discernimento político ou reenviam para o aqui e o agora da efervescência coletiva, representando um mero somatório de 'espaços' de expressão? Assumem programas alternativos com um mínimo denominador comum, capaz de construírem como alternativa à hegemonia, ainda que com um calendário gradualista, ou contribuem, ainda que inadvertidamente, para a consolidação do poder que todavia contestam? A prática é mutante e informe ou acumula, perpassando uma continuidade de projeto capaz de alargar campos de possibilidades? Quem representa quem, na multidão? Tudo é absorvido pelo sistema, não havendo ponto exterior que permita a crítica? (LOPES, 2016, p.342).

Pode-se observar, neste momento, a existência de um impasse: os novíssimos movimentos sociais, posicionando-se contra o neoliberalismo em uma lógica de alterglobalização têm ou não alcançado seus objetivos? Eles conseguiram subverter a lógica hegemônica da globalização? Tais respostas dificilmente serão alcançadas. Entretanto, para que seja possível compreender melhor este quadro, é preciso pensar dois fatores cruciais. O primeiro refere-se ao uso das tecnologias de comunicação, já que para aplicá-las invertendo as intenções habituais de seu uso é necessário um amplo domínio da técnica e da dinâmica de seus impactos. A segunda questão, muitas vezes invisível à maioria da sociedade, é a capacidade dos subsistemas de dominação de adaptarem-se para a produção e cooptação de pautas. Tendo isso em vista, os próximos parágrafos apresentarão um panorama da construção e evolução dos mecanismos de rede, como eles impactam as relações sociais e, principalmente, se e de que forma são utilizados como possíveis (re)produtores de resistência.

O embrião da internet surge nos Estados Unidos no auge da Guerra Fria a partir da necessidade de descentralizar a comunicação e o armazenamento de dados, já que o desenvolvimento de tecnologias bélicas que ganhou força durante a Segunda Grande Guerra facilitou as investidas contra centros de comando. A Arpanet é criada, então, para permitir que os aliados se comunicassem e planejassem ações juntos mesmo em cenários caóticos gerados por ataques nucleares. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 32).

Envolvidas também nesse projeto, as universidades usaram a rede como uma importante ferramenta de cooperação, desenvolvendo pesquisas em conjunto, com uma forma de trabalho que antes não era possível. Um exemplo dessa cultura está na Usenet, que foi criada por estudantes como um fórum de discussões sobre o sistema operacional Unix -

utilizando a linha telefônica para conectar computadores ponto a ponto - e acabou por se tornar uma das primeiras redes de conversação digital em grande escala. (CASTELLS, 1999 apud MALINI; ANTOUN, 2013, p. 19).

Quando, em 1984, os militares abandonam a Arpanet e criam a Milnet, essa dinâmica se intensificou, pois o acesso à rede foi expandido para além dos fins bélicos ou de pesquisa (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 32). Nesse mesmo ano, Tom Jennings, um programador anarquista e ativista gay, possibilitou que um usuário comum operasse de sua casa uma comunidade digital, os *Bulletin Board System* (BBS), tornando os grupos de discussão mais personalizáveis, sem as restrições de servidores comuns na Usenet. Surgiu também a *Free Software Foundation*, encabeçada por Richard Stallman, contra a propriedade privada do software e a favor do compartilhamento do conhecimento e da coletivização da produção de programas de computador. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 41).

Inicia-se, nessa época, uma noção de ciberespaço, onde é possível criar campanhas, vaziar informações sigilosas, produzir um debate intelectual teórico ou mesmo coordenar ações coletivas contra sistemas autoritários. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 19). Os grupos de discussão, que se popularizaram na Usenet e, sobretudo, nos BBSs, se tornaram arena para diversas organizações sociais, que agora articulam ações diretas de forma mais rizomática e menos hierárquica. Em paralelo, as ONGs ganharam espaço, ao passo que as instituições e os movimentos clássicos, como os partidos políticos, perderam força.

Os programadores ativistas pelo software livre criam redes de colaboração para desvendar, através de engenharia reversa, o que estava por trás dos códigos dos programas proprietários. Então, faziam versões para livre distribuição, consulta e modificação e divulgavam as funções maliciosas que encontravam, como quando Stallman levou a público que uma das versões do Windows enviava à Microsoft o que foi instalado no computador de seus clientes. (STALLMAN, 2002, p. 117). Além dos ciberativistas da produção de software, emergem outros hackers que conquistam e quebram redes, como o *Cult of Dead Cow*, que criou um programa chamado *Back Orifice* capaz de invadir o Windows NT, mostrando, assim, que o sistema operacional da Microsoft não era seguro como a empresa o vendia. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 45 - 46).

Similarmente ao que Malini e Antoun (2013) chamam de hackers de código, os hackers de narrativa utilizam as tecnologias da comunicação, principalmente a partir da difusão dos grupos de discussão nos anos 80, para produzir uma mídia menos concentrada e mediada. Por um lado, os movimentos sociais organizados encontram mais meios para construir mídias populares oferecendo uma voz contra-hegemônica, ainda que na mesma lógica um-muitos dos rádios, jornais e canais de televisão tradicionais. De outro, em um antagonismo a toda forma de mediação, ciberativistas apostam em uma comunicação em rede, com conversas muitos-muitos possibilitadas pelos grupos de discussão. Este último tipo de midialivrismo vai se mostrar fortemente presente nos movimentos mais recentes, em que é possível assistir imagens da repressão policial a uma manifestação em tempo real a partir das transmissões ao vivo do Facebook ou Youtube.

Outros tipos de disputa aparecem quando Tim Berners Lee cria a *World Wide Web*. No ar em 1991, a WWW dá início a uma topologia em teia e reúne o material disperso dos grupos de discussão, possibilitando o aparecimento da guerra em rede (*netwar*), que vai ser conceituada pela primeira vez por Arquilla e Ronfeldt (1993, apud MALINI; ANTOUN, 2013, p. 68) dois anos depois. Essa definição foi feita em oposição à ideia de guerra do controle (*cyberwar*), também formulada por eles, que se refere a uma luta de alta intensidade de base militar fortemente tecnológica travada por Estados Nação. A *netwar* seria uma disputa de baixa intensidade empenhada por grupos organizados em rede com uso das novas tecnologias, muitas vezes contra o Estado. Para Malini e Antoun (2013, p. 57), esses grupos operam de forma que as resistências de diversos lugares do globo se conectam e trabalham colaborativamente, destituindo de efetividade, na visão dos autores, a glocalidade do poder global das redes de regulação que submetem os lugares às suas vontades.

Sérgio Amadeu Silveira (2016) também contribui para compreender essa dinâmica. Para ele, as redes digitais são tecnologias cibernéticas, ou seja, agem tanto na comunicação quanto no controle. Esta última instrumentalidade se dá porque a conquista de poder na sociedade e no Estado depende da comunicação e do imaginário gerado pela internet, e esta atua diretamente sobre a formação de opinião pública, se tornando fundamental na disputa por

controle social. Ao mesmo tempo, é também o espaço maior de conversações livres, organização de grupos autônomos e convocação para manifestações.

Embora Arquilla e Ronfedlt (2001, apud MALINI; ANTOUN, 2013, p. 68) pareçam apostar na guerra em rede sempre exercida pelas forças de baixo, sejam elas ativistas ou terroristas e criminosas, não é difícil imaginar que os Estados ou outros grupos de poder teriam também meios e interesse para atuar na rede de forma invisível. Essa possibilidade é ilustrada pelo medo que, de acordo com Silveira (2016), alguns membros do Estado chinês e da NSA têm de que a ausência de controle na internet ameace a soberania nacional de seus países. Corroborando com esse sentimento, há vários exemplos de influência da rede nos comportamentos sociais, como nos levantes do novo ciclo de lutas urbanas pós crise de 2008 e até mesmo em eleições, como o caso de Donald Trump nos EUA (2016) e Jair Bolsonaro no Brasil (2018), e é difícil determinar com clareza as intenções, os atores e os resultados indiretos dessa influência.

No plano econômico, há dois aliados importantes das políticas da internet: as operadoras de telecomunicação e a indústria *copyright*. As primeiras fazem pressão com a finalidade de maximizar seu lucro através da cobrança por velocidade e tipo de acesso. Já a segunda age para “bloquear o compartilhamento de arquivos digitais que não gerem divisas para os detentores dos direitos de bens simbólicos”. (SILVEIRA, 2016, p.347). Esses dois setores, muitas vezes em parceria com Estados ou grupos de interesse, atuam no sentido de destruir o princípio de neutralidade da rede. A quebra deste mecanismo permite a atores chave - donos da infraestrutura ou de plataformas de destaque na internet - interferirem sobre os dados enviados e recebidos, selecionando as informações que serão passadas e até mesmo bloqueando-as quando acharem necessário.

Esse controle da circulação pode acontecer para excluir conteúdos específicos ou privilegiar determinados veículos. No primeiro sentido, está a curadoria de dados realizada por plataformas como o Google, que seleciona o que aparece em suas buscas, e o Facebook. No caso desta rede social, tem sido divulgado que as informações que aparecem no *feed* de notícias de cada usuário são escolhidas a partir de uma análise de perfil individual. Além desse filtro, páginas e conteúdos considerados impróprios são apagados da plataforma. “A remoção de publicações ocorre, aparentemente, por motivos morais, pelas preferências comportamentais

de seu criador, mas existem exclusões por razões políticas”. (SILVEIRA, 2016, p.349). Em outro caminho, crucial para o sucesso do primeiro na medida em que aumenta a superfície de vigilância desses poderes, há também uma tentativa de fazer com que poucos canais se tornem centrais na rede. Isso pode ser observado nos planos de internet móvel cada vez mais comuns que oferecem acesso ilimitado a veículos como o Whatsapp, enquanto todo o resto da circulação da web fica restringida a uma quantidade de dados.

Silveira (2016, p. 348) analisa os números de utilização de duas redes sociais centrais no Brasil - números mais recentes mostram o Facebook e o Youtube com 127 e 82 milhões de usuários, respectivamente - e afirma que as redes sociais ocupam hoje o espaço do debate político que nos séculos XVII e XVIII era vivido nos cafés e nas reuniões comensais, gerando uma “nova abordagem da política e do poder”. Para ele, há, por isso, a possibilidade de participação de sujeitos que outrora encontravam-se apartados do debate político. “Essas conversações não são, *a priori*, favoráveis à esquerda ou à direita, apesar de beneficiarem o senso comum, que, em geral, reproduz ideias-força do sistema capitalista”. (SILVEIRA, 2016, p. 348). Assim, torna-se preocupante a estratégia supracitada do Facebook de selecionar o conteúdo a ser acessado por seu usuário, já que a rede o influencia pessoal e politicamente.

Observa-se, dessa forma, que a internet não é um espaço tão livre quanto parece. Seria possível levantar ao longo da história da tecnologia, que sua criação faz parte das disputas de poder que, em geral, envolvem relações bélicas. Assim, seria possível entender que o uso das redes como ferramenta de luta pelos novíssimos movimentos sociais também se insere nesta disputa. Para que seja possível compreender melhor este fato, é importante pensar o marco fundamental para esta virada entre o que se tinha por movimentos antiglobalização para os que acreditam na estratégia aqui abordada de uma globalização por baixo, principalmente quando defendem a atuação ativista utilizando softwares e plataformas proprietárias como foi o caso de alguns articuladores das insurgências #globalrevolution via Twitter e Facebook.

A luta em rede esteve presente na Batalha de Seattle, em 1999, mas já começava a se desenhar em 1994, com a resistência zapatista ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). O movimento emerge no México, na região de Chiapas - rica em urânio, madeira e petróleo - com a criação do Exército Zapatista pela Libertação Nacional (EZLN). Inicialmente de

tática guerrilheira, o EZLN começa majoritariamente formado pela classe média educada mexicana e, após derrotas na luta armada, faz conexões com ONGs e outros grupos da sociedade civil global e com as comunidades indígenas. Como resultado das novas parcerias, há mudanças não apenas nas estratégias e táticas, como na própria narrativa. Ao conflito militar armado soma-se o uso das tecnologias de comunicação e a organização em uma topologia de teia de aranha, com eixos bem estruturados, hiperconectados entre si e ligados a nós de conexão fraca entre eles, semelhante ao que vai acontecer posteriormente em Seattle (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 76). Grupos do México e de outros países como Canadá, Estados Unidos, Itália e Espanha compõem a rede zapatista e transformam as pautas do movimento, fazendo com que o EZLN abandone a conquista do governo como principal objetivo e centralize questões como direitos indígenas, proteção ambiental, a mulher na política e os direitos trabalhistas (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 80-83). Os meios técnicos para a luta em rede também são fornecidos por essa teia, em especial pela ONG *Association for Progressive Communications* (APC), que, a partir da sede em São Francisco, tem servidores locais nos cinco continentes (BISCO JR; LINO, 2006, p.3-4) e atua com financiamento de fundações internacionais, como *Open Society Institute (OSI)/Soros Foundation* e *Ford Foundation*.

Construída pela coalizão de ativistas *Direct Action Network* (DAN), a Batalha de Seattle aplicou uma topologia parecida com a dos zapatistas, usando, entretanto, estratégias e táticas de resistência pacífica, através de deslocamento, enxameamento, afluência e contaminação, tanto espacial quanto virtual. O DAN tinha como objetivo paralisar as negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e se organizava por grupos de afinidades, que poderiam, ainda, ser congregados em células ou agir como flutuantes. Nenhum agrupamento tinha um único líder e a coordenação era feita a partir de um conselho de porta-vozes, onde representantes dos grupos decidiam por consulta democrática e consenso. Essa forma de construção de narrativa não prévia, mas sim concomitante ao desenvolvimento da mobilização, já presente no zapatismo, aparece aqui como constitutiva.

Os atores da rede em Seattle definem suas pautas de maneira dinâmica e pouco clara. Nesse sentido, é fundamental a contranarrativa à grande mídia, que ora apresenta o acontecimento como crítica corporativista ao liberalismo econômico, ora descreve os ativistas

como baderneiros. O DAN concebe, então, o *Independent Media Center* (IMC), uma nova mídia participante, ativista, colaborativa, em regime *copyleft* e baseada, essencialmente, na internet. Também conhecido como Indymedia, o projeto se tornou permanente e se espalhou por várias cidades dos Estados Unidos e do mundo, tendo vital importância em lutas posteriores, como o 15M, na Espanha.

Se o Movimento Zapatista e a Batalha de Seattle têm sua base comunicativa nas mídias livres usando o *copyleft* e produzindo tudo de forma aberta, a Primavera Árabe⁶⁵, os Indignados na Espanha e o Occupy Wall Street estruturam suas redes a partir de plataformas proprietárias como Facebook e Twitter, e intensificam as conexões globais com outros grupos. No Egito, o primeiro meio importante na revolta contra Hosni Mubarak foi a página no Facebook “Todos somos Khaled Said”, curiosamente criada anonimamente pelo diretor de marketing do Google para o Oriente Médio, Wael Ghonim, cuja identidade foi revelada após sua prisão pelo serviço de segurança do Estado. O papel da empresa dona da ferramenta de buscas mais importante na atualidade também foi crucial para que os opositores se comunicassem pelo Twitter⁶⁶, lançando um serviço que driblava o bloqueio imposto à plataforma.

Na Espanha, as mobilizações ativistas que compõem o novo ciclo de lutas pós 2008 também tiveram início nas redes sociais. As primeiras interações públicas virtuais foram com as discussões da Lei Sinde através da hashtag #NoLesVotes lançada por blogueiros, em crítica aos políticos, em especial do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e Partido Popular (PP), por aprovarem uma lei impopular (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 221), que criminalizou sites que possuem links para downloads de arquivos sob licença *copyright*. Começaram a se formar diversas pequenas organizações a partir de grupos no Facebook e, em março, foi criada a página web do *Democracia Real Ya* (DRY), que, em parceria com o *Juventud Sin Futuro*, vai construir a convocatória para o 15 de maio de 2011 através de um evento na plataforma.

⁶⁵ As manifestações da Primavera Árabe tiveram início no ano de 2010, na Tunísia, mas já em 2011 se estenderam por vinte países: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Comores, Djibouti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Marrocos, Mauritânia, Omã, Catar, Síria, Somália e Sudão.

⁶⁶ No primeiro semestre de 2019 a CNN divulgou o grupo de sócios do Twitter. Os dez principais são: The Vanguard Group, Inc. (9,87%); Morgan Stanley Investment Management (5,42%); BlackRock Fund Advisors (4,48%); SSgA Funds Management, Inc. (4,11%); ClearBridge Investments LLC (3,97%); Northern Trust Investments, Inc. (1,40%); Aristotle Capital Management LLC (1,40%); Fidelity Management & Research (1,30%); Geode Capital Management LLC (1,25%); First Trust Advisors LP (1,16%).

Nos Estados Unidos, os primeiros passos que levaram à ocupação de Wall Street foram digitais. Castells (2013, p. 131 -132) lembra que “grito de indignação e o apelo a ocupação vieram de vários blogs (Adbusters, AmpedStatus e Anonymous, entre outros) e foram postados no Facebook e difundidos pelo Twitter”. A publicação da revista Adbusters com a hashtag #occupywallsteet é considerada pela maioria o primeiro passo que levou ao movimento.

As Jornadas de Junho de 2013, por sua vez, tiveram seu início vinculado à uma questão urbana, a mobilidade, mas tal qual os demais levantes, grande parte de sua organização estava vinculada às redes sociais. De acordo com Sakamoto (2013, p. 97) “quem andou pela Avenida Paulista percebeu que boa parte dos cartazes eram comentários tirados do Facebook e do Twitter”. Neste movimento, ficou muito claro o uso da internet como dispositivo para articular manifestações e a relação estabelecida de forma direta entre a disputa pela cidade e as redes sociais.

6 REVOLUÇÃO URBANA E DIREITO À CIDADE

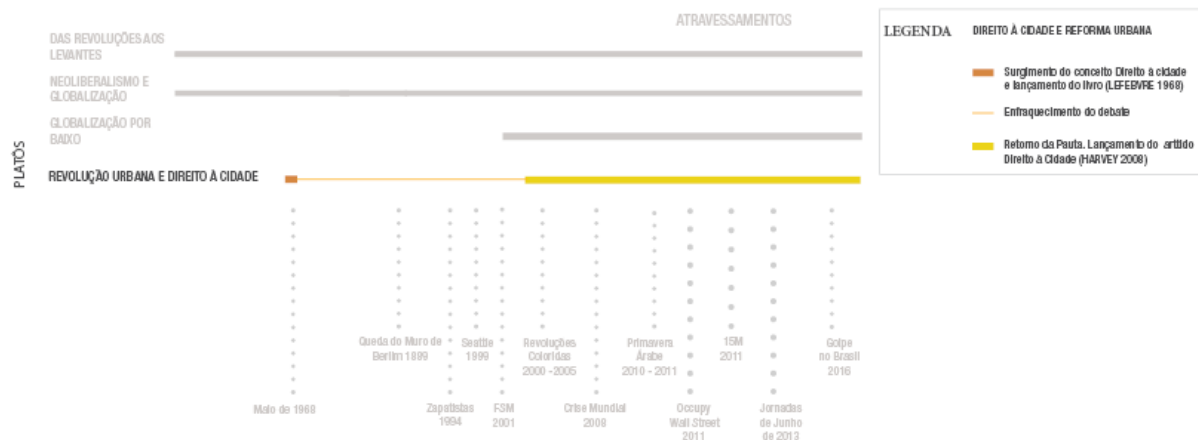


Diagrama 11 - Platô 4 - Revolução urbana e direito à cidade
 Fonte: produzida pela autora.

A cidade tem sido um elemento estratégico para a contenção de crises capitalistas, o que pode ser observado desde o plano urbanístico de Paris feito por Haussmann, prefeito do antigo departamento Sena entre 1853 e 1870, até estratégias do governo Lula para o Brasil na primeira década dos anos 2000. Haussmann, como apontado por David Harvey (2014) desenvolveu um amplo projeto de infraestrutura para a cidade que, ao mesmo tempo transformou Paris na Cidade das Luzes e gerou empregos e circulação de capital, proporcionando um retardamento, por aproximadamente 15 anos, da crise que chegaria à cidade. Os EUA, por sua vez, atolados em uma crise aparentemente indissolúvel em meados do século XX, depositam as esperanças no urbanista Robert Moses, que alterou o sistema de suburbanização e infraestrutura, por meio da criação de autoestradas, ajudando a resolver o problema de absorção de excedente. Ao contrário do anterior, este projeto é visto como bem-sucedido por ter gerado uma estabilidade social. Entretanto foi responsável também por deprimir parte significativa dos moradores da cidade e gerar “intranquilidade urbana entre aqueles a quem era negado o acesso à nova prosperidade, sobretudo os afro-americanos”. (Harvey. 2008, p. 3). Já no Brasil, o fomento da construção civil, principalmente por meio do Projeto Minha Casa Minha Vida, foi uma das estratégias para conter a crise mundial do

capitalismo de 2008. Cabe lembrar que isso ocorreu em vários outros lugares ao longo da história.

Mais que um possível recurso de investimento para contenção de crises, a cidade é, para Harvey (2014) o espaço contemporâneo da resistência. E isso ocorre não só porque ela pode ser entendida como palco para as lutas, mas devido a uma potência destes espaços, percebida pelo autor, que pode ser um mecanismo utilizado pelos levantes. É como se o urbano, por si só, fosse uma ampla ferramenta de luta, o que justifica, por exemplo, os investimentos em desenhos, muitas vezes engessados e vigiados que objetivam a anulação ou, no mínimo, contenção desta potência.

De acordo com o autor, a cidade como espaço de vida deve ser reivindicada e, uma das possíveis ferramentas para isso, é a busca pelo direito à cidade. O que foi utilizado por muitos movimentos do ciclo de lutas aqui analisado. O debate acerca do Direito à Cidade tem sua origem na década de 1960 e foi retomado com intensidade nos anos 2000, principalmente após a crise de 2008. Neste sentido pergunta-se: qual o papel do debate sobre o urbano na construção destes movimentos?

Acredita-se que há possibilidade de apontar a questão urbana, simbolizada pelas pautas de direitos, como uma das importantes ligações que fazem possível estabelecer relação entre os levantes aqui analisados, já que em todos estes momentos o território está em jogo: (i) países árabes, norte americanos e europeus tiveram suas praças tomadas por manifestantes que lutavam por diferentes causas, em sua maioria, relacionadas à questões econômicas e sociais vinculadas à vida urbana; (ii) na Espanha pautas relacionadas ao *direito à cidade*, ao municipalismo e à #globalrevolution tiveram espaço de destaque; (iii) o estopim que leva às Jornadas de Junho de 2013 é a questão urbana, mais precisamente a mobilidade.

6.1 A crise do capitalismo e os levantes urbanos, uma leitura de Harvey

A questão Principal que quero discutir aqui é a seguinte: as manifestações urbanas de todos esses movimentos distintos são algo além de meros efeitos colaterais das aspirações humanas globais, cosmopolitas, ou mesmo universais, que não têm nada a ver especificamente com as peculiaridades a vida urbana? Ou há alguma coisa no processo urbano e na experiência urbana - as qualidades da vida urbana cotidiana - no capitalismo que, em si mesma, tenha potencial para fundamentar as lutas anticapitalistas? Se assim for, o que constitui esse fundamento e como pode ser mobilizado e usado para desafiar os poderes políticos e econômicos do capital, juntamente com suas práticas ideológicas hegemônicas e seu poderoso controle das subjetividades políticas (esta última questão é, a meu ver, crucial)? Em outras palavras, as lutas na cidade e sobre ela, bem como sobre as qualidades e perspectivas da vida urbana, devem ser consideradas fundamentais para a política anticapitalista? (HARVEY, 2014, p. 216).

Este subcapítulo traz o debate sobre a relação entre a crise do capitalismo de 2008, a questão urbana e o ciclo de lutas contemporâneo. Para que seja possível realizar esta análise, aproximando a leitura das questões territoriais, a principal referência utilizada será o geógrafo David Harvey, com o livro *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana* (2014) e o artigo *Direito à Cidade* (2008)⁶⁷.

Em ambos os textos, Harvey assinala o quanto a questão urbana é fundamental para a sustentação da economia e como as principais crises do capitalismo têm, como pano de fundo, uma desestruturação do que o autor chama de economia urbana. Segundo ele, os profissionais voltados para esta análise são considerados, em geral, como secundários, de forma que a economia urbana acaba sendo deixada de lado, o que influencia diretamente nas crises. Entretanto, Harvey (2014) alerta para problemas gerados por esta negligência, mostrando como a cidade sempre influenciou diretamente as relações econômicas, seja contendo uma possível crise, como com o desenvolvimento do plano urbano de Hausammann, seja levando a uma crise, como a hipoteca americana de 2007.

No caso de Haussmann, Harvey (2008) lembra que em 1848 a Europa e, principalmente Paris, viveu uma grande crise vinculada a existência de capital excedente e ao alto índice de

⁶⁷ Um debate sobre o direito à cidade foi realizado no artigo *A disputa pelo direito à cidade: narrativas e territórios*, escrito por mim em parceria com Lygia Lott e Natacha Rena em 2018. Nesta análise foi desenvolvido um rastreamento do termo contando com a leitura dos principais teóricos que o utilizam e o possível denunciado por Harvey (2014). O artigo foi apresentado no II Seminário de Urbanismo Biopolítica organizado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar e será publicado no e-book do evento.

desemprego. As tentativas de revolta popular não foram bem-sucedidas e Napoleão, autoproclamado Imperador quatro anos depois, tratou a crise por meio de um amplo investimento em infraestrutura interna e externa, o que significou uma reconfiguração urbana de Paris.

“Evidentemente, Haussmann entendeu que era sua missão ajudar a resolver o problema do excedente de capital ocioso através da urbanização”. (HARVEY, 2008, p. 76). A reconstrução de Paris gerou um alto nível de estabilização social, devido à absorção de mão-de-obra e capital ocioso.

Para Isto, Haussmann precisou de novas instituições financeiras e novos instrumentos de débito, o *Crédit Mobilier* e o *Crédit Immobilier*, que foram construídos sobre bases saint-simonianas. Com efeito, ele ajudou a resolver o problema da disponibilidade de capital excedente ao estabelecer um sistema proto-keynesiano de financiamento da infraestrutura urbana. (HARVEY, 2008, p. 76).

Harvey (2008) lembra que o plano funcionou bem por aproximadamente 15 anos e modificou a cidade não só em relação a sua infraestrutura, mas também a forma de vida. Foi depois do plano Haussmann que Paris se tornou Cidade das Luzes. Porém, em 1868, “o sistema financeiro e a estrutura de crédito, extensivos e especulativos, quebraram”. (HARVEY, 2008, p. 76).

A crise de 2008, por sua vez, traz outra história, mas, o vínculo com a questão urbana também ocupa lugar central. Neste caso, a principal questão é a bolha imobiliária dos Estados Unidos e Harvey (2014) a relaciona com o processo de neoliberalização das cidades. Segundo ele, desde os anos 1980 a política urbana neoliberal adotada neste país e em quase todos os membros da União Europeia atuou em um sentido de ampliação das desigualdades socioterritoriais, em um movimento de redução de investimento em periferias e regiões afastadas. Isso porque a cidade havia sido entregue a grandes empreiteiros e especuladores financeiros. O fato é que o urbano enquanto espaço social vinha (e ainda vem), gradualmente, sendo deixado de lado.

Harvey (2014) afirma que o epicentro da crise imobiliária que ocorreu entre 2007 e 2009 foi o sudeste dos Estados Unidos, mas que ela chegou, com muita força, em países como

Espanha e Irlanda, e um pouco menos na Grã-Bretanha. “Uma crise regional centrada nos Estados Unidos certamente globalizou-se”. (HARVEY, 2014, p. 75).

Sem dúvida, os altos e baixos do mercado imobiliário estão inextricavelmente ligados aos fluxos financeiros especulativos, esses sucessos e fracassos têm graves consequências para a macroeconomia em geral, bem como todos os tipos de efeitos de externalidade sobre o esgotamento de recursos e a degradação ambiental. (HARVEY, 2014, p. 79).

Entende-se, assim, que a questão urbana é crucial para o processo de acumulação de capital, de forma que os atores vinculados a este sistema se mobilizam constantemente para gerir e transformar a vida urbana em benefício próprio. Por esta razão, de acordo com Harvey (2014), há sempre uma luta de classes envolvida explícita ou implicitamente na disputa pela cidade, já que as forças hegemônicas se organizam para se impor em um ambiente urbano formado, em maior parte, por uma população financeiramente desprovida. Frente a esta disputa, o autor anuncia a necessidade de questionar a possibilidade do uso das cidades pelas resistências em favor de suas pautas. “Segue-se, então, uma importante questão política: em que medida devem as lutas anticapitalistas explicitamente se centrar e organizar no amplo espaço da cidade e do urbano? E se devem fazê-lo, como e exatamente por quê?” (HARVEY, 2014, p. 209).

Após uma análise histórica das lutas urbanas que vem ocorrendo desde 1789 em Paris, o autor indaga algumas mudanças consolidadas com o ciclo de lutas iniciado após a crise do capitalismo de 2008. Harvey (2014) questiona se neste caso a cidade ainda se comporta apenas como palco das lutas, ou se ela assume algum protagonismo para a realização de ações resistentes. O autor claramente aposta na segunda opção, vendo o urbano como elemento crucial para fomentação das potências contemporâneas.

Como sabido, o planejamento urbano funciona, em geral, como dispositivo de contenção das massas, ou, para citar Foucault, como um dispositivo disciplinar que atua em um sentido de docilização dos corpos. Esta característica pode ser compreendida, dentre outros muitos contextos, pelo clássico caso de Haussmann, supracitado, quando Paris é rasgada por largas avenidas que, para além de favorecer o panóptico tentam impedir barricadas. Esta constatação, por si só, subsidia a afirmação anterior que coloca o espaço urbano como

importante território de lutas e ações coletivas. Isso sem contar o significado, principalmente econômico - que traz reflexos políticos e sociais, da interrupção de importantes vias urbanas. Sendo esta uma das principais estratégias estabelecidas tanto por militantes quanto por ativistas que reconhecem a importância de interromper a economia urbana.

As características atuais de cada lugar são importantes, e a reengenharia física e social e a organização territorial desses lugares são armas nas lutas políticas. Da mesma maneira que, nas operações militares, a escolha e a configuração do campo de batalha desempenham um importante papel para determinar quem será o vencedor, é com protestos populares e movimentos políticos nos contextos urbanos. (HARVEY, 2014, p. 213).

Apesar de a ocupação das cidades ser estratégia das resistências há tempos, sendo reproduzida, algumas vezes, pelos movimentos sociais clássicos - quando estes abandonavam as fábricas e se concentravam nas ruas em assembleias e atos - e genericamente pelos novos movimentos, Harvey (2014) reforça uma diferença já apontada no *Capítulo 3 Revoluções, revoltas, levantes e insurreições* entre as ações realizadas por estas distintas formações de grupo: a duração da luta. O autor se questiona sobre a capacidade de permanência do ativismo no ciclo de lutas contemporâneo. Para ele, este fato, somado à transferência da pauta antiglobalização para uma globalização alternativa⁶⁸, no final do século passado, são a confirmação que muitas coisas se transformaram no âmbito das resistências. E que ela, como se dá, múltipla e global, sem foco ou objetivo único, mas atacando instituições como o Banco Mundial e o FMI ou o capitalismo de forma geral, acabou se tornando uma esfinge difícil de ser desvelada. Entretanto há um caminho que deve ser seguido, segundo Harvey (2014), no intento de compreensão destes processos cuja chave é a questão urbana.

Estas transformações estruturais gerada pelos novíssimos movimentos sociais estão imbricadas em uma modificação interna da esquerda que, como supracitado, acaba gerando embates com os membros da velha esquerda, dos quais pode-se citar, basicamente, os partidos políticos socialistas e comunistas e os sindicatos. De acordo com Harvey (2014), esta disputa leva a uma leitura por parte de uma maioria tradicional, de que as lutas urbanas traçadas pela

⁶⁸ Esta transformação das pautas seguida de uma explicação da globalização alternativa e as estratégias de uso pela resistência serão abordadas no capítulo 5 *Globalização por baixo: as tecnopolíticas dos novíssimos movimentos sociais*.

nova esquerda acabam por se separar da questão histórica da luta de classes, se vinculando a questões políticas consideradas de “ordem menor”, sendo tratadas, principalmente por meio de uma leitura marxista, como desprovidas de poder revolucionário. “Essas lutas são interpretadas como algo mais voltado para questões de reprodução que de produção, ou sobre direitos, soberania e cidadania e, portanto, não sobre classe”. (HARVEY, 2014, p. 217). Entretanto o autor aposta que estes movimentos urbanos podem gerar grandes rupturas, já que entende a cidade como um dispositivo muito potente. Entretanto, vincula esta possibilidade urbana revolucionária a movimentos da esquerda clássica⁶⁹.

Harvey (2014) destaca, então, algumas dificuldades desta possibilidade de revolução na cidade, principalmente pela capacidade adaptativa do capitalismo e pelo atual crescimento de sua forma mercantil e financeira, pouco, ou quase nada, compreendida pela esquerda.

O que fazer com esses outros processos de circulação e com as forças de classe que se cristalizam no seu torno torna-se, assim, uma parte bastante significativa do problema. São essas, afinal, as forças primordiais pelas quais opera a inexorável lei da determinação capitalista de valor. (HARVEY, 2014, p. 221).

Assim, o autor aponta para a necessidade de construção de uma luta que vá além da questão de classes. Isso porque, para pôr fim à questão das classes, é preciso, também, abolir as organizações capitalistas e seu modo de atuação no livre mercado. Portanto, mesmo compreendendo que a luta trabalhista é fundamental, o autor acredita na necessidade de organização de uma luta anticapitalista que supere esta questão. “Deve também encontrar uma alternativa política e social à operação da lei capitalista de valor no âmbito do mercado mundial”. (HARVEY, 2014, p. 222). Para que isso seja possível, é preciso, para Harvey (2014), que haja um entendimento teórico das relações macroeconômicas somada a uma boa tática de organização.

Isso faz parte das grandes brigas que assolam as diversas esquerdas presentes no mundo. Enquanto a esquerda clássica tende a defender alguma forma de centralismo democrático, a nova esquerda traz princípios de horizontalidade, democracia radical ou a

⁶⁹ Pode-se ressaltar aqui, a existência no Brasil de grupos como o Levante da Juventude, uma representação urbana das bases do MST. pode-se dizer que sua criação faz parte desta estratégia de trazer a luta de classes pautada pela esquerda tradicional, para o ambiente urbano.

formação de um governo dos comuns “que podem funcionar para pequenos grupos, mas são impossíveis de se operacionalizar na escala de uma região metropolitana, para não falar das 7 bilhões de pessoas que hoje habitam o planeta Terra” (HARVEY, 2014, p. 225).

Até mesmo o venerável Murray Bookchin, com sua teoria do confederalismo, defende categoricamente a necessidade de alguma governança territorial, sem a qual os zapatistas, para tomar um exemplo recente, certamente se teriam deparado com a morte e a derrota: apesar de sua estrutura falsamente apresentada como totalmente não hierárquica e ‘horizontalizada’ eles tomam decisões por meio de delegados e oficiais democraticamente eleitos. (HARVEY, 2014, p.225).

Outros ainda, alerta o autor, tendem a defesa de pautas identitárias, como estratégia de luta anticapitalista, ignorando a necessidade dos movimentos sociais de se basearem em uma teoria organizacional predominante. Ao contrário, acreditam que a luta é feita de um conjunto dispersos de políticas intuitivas geradas por meio de situações específicas. Ou seja, Harvey (2014) aponta para uma ausência, em escala mundial, da construção de pautas concretas e consensuais na busca por uma reorganização das relações econômicas e sociais. Segue, então, questionando a maneira como a esquerda conseguiria alcançar um consenso de luta coeso, com comprometimento, que buscasse alternativas a organização capitalista e levasse aos trabalhadores a possibilidade de decidirem de forma coletiva sobre suas produções. Seria possível que isso se desse por meio dos movimentos sociais urbanos?

Para Harvey (2014) é importante compreender que a dinâmica do trabalho não se restringe ao espaço onde ele é exercido. Há uma política de exploração e exclusão que é experimentada muito mais na vida comum que nos ambientes de trabalho. E é sobre estas questões vinculadas à perpetuação do poder de classe no cotidiano que os movimentos sociais urbanos atuam, o que leva o autor a acreditar que estes movimentos, ainda que indiretamente, apresentam a questão da classe na composição de sua luta.

Se o capitalismo se recupera constantemente de suas crises, como já vimos, ‘construindo casas e enchendo-as de coisas’, fica claro que todos os que participam dessa atividade urbanizadora têm um papel crucial a desempenhar na dinâmica macroeconômica de acumulação de capital. (HARVEY, 2014, p. 234).

Além disso, Harvey (2014) alerta que a urbanização em si é uma produção, o que dá aos trabalhadores o direito de lutar por aquilo que produziram, tratando também a cidade como grande produtora de mais valia. Na cidade, o que se expressa é um outro tipo de proletariado que, neste momento, é muito mais numeroso que o fabril, já que este último encontra-se significativamente reduzido no contexto histórico contemporâneo. “Então agora temos de fazer uma escolha: lamentar a perda da possibilidade de uma revolução porque aquele proletariado desapareceu, ou mudar nossa concepção de proletariado, para incluir as hordas não organizadas de produtores da urbanização”. (HARVEY, 2014, p. 232). Neste sentido, o autor dá destaque aos trabalhadores da construção civil, já que são os operários cuja mais-valia é explorada visando a construção da urbes, mas se atenta para outros operários como os envolvidos na mineração e no transporte de pessoas e cargas em geral. Segundo ele, caso organizados, estes trabalhadores conseguiram parar o funcionamento das cidades⁷⁰.

Além dos supracitados, Harvey (2014) traz outros tantos tipos de fluxos e serviços gerados na cidade que, para uma lógica marxista seriam descartáveis, entendidos, em geral, mais como força reprodutivas que produtivas, mas que são fundamentais para a manutenção da organização capitalista e suas relações básicas estabelecidas entre capital, trabalho e classe.

Na medida em que os locais de trabalho convencionais estão desaparecendo em muitas partes do chamado mundo capitalista, avançado (ainda que sem dúvida não na China ou em Bangladesh), organizar-se não apenas em torno do trabalho, mas também das condições do espaço habitável, construindo pontes entre ambos, é algo que vem se tornando cada vez mais crucial. (HARVEY, 2014, p. 238).

Neste processo de compreensão mais ampla do significado de proletariado, que vai além dos operários das fábricas, é possível perceber melhor, também, a forma como se dá a luta, suas possíveis operações e estratégias. Na cidade as questões de reprodução social, raça, etnia, religião e gênero acabam aparecendo mais claramente e, segundo o autor, refletem e se misturam, em termos gerais, com as questões de classe, exigindo uma análise conjunta mais

⁷⁰No caso do Brasil especificamente, isso pôde ser observado em 2018 com a greve dos caminhoneiros que não só parou o país, como instaurou um princípio de caos e pânico que, caso perdurasse, poderia gerar uma situação catastrófica. Neste caso compreende-se o poder dos trabalhadores deste setor do transporte de estrangular mecanismos do capital e atuar diretamente na organização do Estado e das demais forças envolvidas no jogo de poderes estabelecidos no território.

complexa. A esta análise ele acrescenta, ainda, uma percepção territorial por meio da qual destaca a maneira como as desigualdades e segregações que atingem esses grupos de forma interseccional, afetam, também a produção urbana, sua lógica de periferação e dinâmica de preços. Se atentando, neste sentido, para a necessidade de os movimentos de trabalhadores analisarem as possibilidades geográficas da organização, posicionando-se estrategicamente no território.

A conclusão estratégica é que os sindicatos devem pensar em termos de organização de cidades, e não apenas de organização dos locais do trabalho (ou das indústrias). E organizar cidades só é possível se os sindicatos trabalharem com aliados em blocos sociais metropolitanos. (FLETCHER e GAPASIN, 2008, p. 174, apud HARVEY, 2014, p. 242).

O que resta saber, de acordo com Harvey (2014), é como se organiza uma cidade. Para ele, essa é uma pergunta que exige resposta urgente por parte da esquerda, caso ela ainda se pretenda atuante na luta anticapitalista e aponta como possibilidade o uso do direito à cidade como plataforma de luta. Apesar de afirmar e reafirmar o processo de esvaziamento do conceito lefebvriano, o autor o coloca como “um significante vazio repleto de possibilidades imanentes, mas não transcendes. Isso não significa que seja irrelevante ou politicamente impotente. Tudo depende de que conferirá ao significante um significado imaneente revolucionário, em oposição ao significado reformista”.⁷¹ (HARVEY, 2014, p. 244).

Apesar de denunciar a cooptação neoliberal da pauta do direito à cidade, Harvey (2014) anuncia que este processo deveria ser visto com ânimo pela esquerda. Segundo o autor, ONGs e outras instituições internacionais como o Banco Mundial, estiveram presentes, em 2010, no Fórum Urbano Mundial, no Rio de Janeiro, quando investiram na estratégia de tomar para si e ressignificar conceitos vinculados à pauta urbana, como o aqui particularmente tratado. Ele não nega que tenha havido o processo de cooptação, mas afirma que, ao contrário do que ocorre por tendência, os ativistas deveriam ver nisso, mais um motivo de fortalecimento da luta, por meio do qual tivessem o direito de reivindicar a cidade que produzem.

⁷¹ Esta citação de Harvey traz os conceitos deleuzianos de imanência e transcendência, de forma que: “Deleuze é totalmente contrário à transcendência. Relações são sempre recíprocas e sua filosofia é da imanência: todas as coisas estão conectadas num só mundo e nada pode pretender ser externo e superior”. (WILLIAMS, 2012, p.94).

Por fim, para o autor, a revolução social esperada, será construída no território urbano e por meio dele, com a disputa de narrativas e conceitos a ele relacionados que, de alguma forma, levem aos trabalhadores urbanos o direito de decidir sobre o formato e organização do local que significa não só seu espaço de vida, mas também de produção e reprodução. Harvey (2014) acredita em uma Revolução Urbana. Entretanto, encontra-se totalmente ciente das armadilhas às quais esta estratégia pode estar sujeita:

Mas há um problema de enorme importância nesse cenário cor-de-rosa de desenvolvimento da luta anticapitalista. Como o caso boliviano também demonstra, caso Weber só esteja meio certo, qualquer movimento anticapitalista deslanchado ao longo de sucessivas rebeliões urbanas precisa ser consolidado a certa altura dos acontecimentos, em um nível muito mais alto de generalidade, a fim de que tudo não retroceda, no nível do Estado, a um reformismo parlamentar e constitucional que pode fazer pouco mais do que reconstituir o liberalismo nos interstícios de um prolongado domínio imperialista. Isso coloca questões mais gerais, não apenas sobre o Estado e os seus arranjos constitucionais do direito, do policiamento e da administração, mas também sobre o sistema estatal em que todos os Estados estão inseridos. Infelizmente, grande parte da esquerda contemporânea reluta em se colocar estas questões, mesmo quando se empenha, de tempos em tempos, em sugerir alguma forma de macro-organização, como o 'confederalismo' radical de Murray Bookchin ou a ligeiramente reformista 'governança policêntrica' de Elinor Ostrom, que se assemelha de maneira suspeita a um sistema estatal, soa como um sistema estatal e certamente agiria como um sistema estatal, não importa a intenção de seus proponentes. Talvez seja isso ou cair no tipo de incoerência que, em *Commonwealth*, leva Hardt e Negri a detonar o Estado na página 361 só para fazê-lo surgir na página 380 como fiador de um padrão de vida mínimo universal, bem como de um sistema de saúde e educação universais.

Mas é exatamente neste ponto que a questão de como se organiza toda uma cidade se torna tão crucial. Isso exige as forças progressistas do empecilho de estar organizacionalmente presas ao micronível das coletividades dos trabalhadores em luta e das economias solidárias (por mais importantes que possam ser), e nos impõe uma maneira totalmente distinta de teorizar e praticar uma política anticapitalista. Uma perspectiva crítica nos permite ver exatamente por que a preferência de Ostrom pelo 'governo policêntrico' fracassaria tanto quanto o municipalismo libertário 'confederativo' de Bookchin. (HARVEY, 2014, p. 269 - 270).

Para Harvey (2014), então, o que se deve desenhar, não é um embate ao Estado, traçando outras estratégias que tornem os territórios nacionais cada vez mais fragmentados e fragilizados, mas sim um questionamento sobre qual é o Estado desejado, pensando a fomentação de um Estado em que haja menos influência do capital internacional. O autor segue afirmando que, neste sentido é possível pensar lutas que combinem a questão da classe com as

demandas urbanas. “O cidadão e o camarada podem marchar juntos na luta anticapitalista, mesmo que muitas vezes trabalhem em escalas distintas”. (HARVEY, 2014, p. 271), entretanto isso, só seria possível, segundo ele, mediante uma mudança individual e coletiva no sentido de um processo de compreensão desta necessidade de construção de uma sociedade sobre as ruínas da urbes capitalista.

Será que os levantes analisados nesta dissertação conseguiram, ao menos aproximar da revolução urbana indicada por Harvey? Sabe-se que, em muitos deles, principalmente nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, o tema do direito à cidade se tornou uma das principais pautas.

Após análise do processo histórico de construção, esvaziamento e disputa do direito à cidade é possível afirmar que esta se dá não somente entre grupos pertencentes a diferentes esferas, como o caso dos acadêmicos e dos movimentos sociais, mas também no interior destes círculos. Isso por dois principais motivos: o tempo de silêncio afastou a discussão de sua problemática inicial e, após o retorno ao debate, que se multiplicou ocupando diferentes imaginários, o conceito pode ser adaptado a quase qualquer narrativa. Esvaziado, o *direito à cidade* tornou-se ainda mais sedutor, tendo em vista que poder-se-ia preenchê-lo com o discurso mais interessante ao ator que vencesse a disputa.

O direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais. No entanto, o neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo: os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público privadas, feitas sem transparência substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais. Culturas oposicionistas tiveram, portanto, de se adaptar a essas novas regras e encontrar novas maneiras de desafiar a hegemonia da ordem existente. (HARVEY, 2013, p.32).

Infelizmente, até o presente momento, quem tem lucrado com a disputa sobre o direito à cidade é o neoliberalismo que conta com ferramenta potentes como a nova forma de atuação e gestão do Estado, o crescimento do terceiro setor e o controle de subjetividades, instrumentalizados por diferentes meios, como o uso dos canais de comunicação, a produção

acadêmica, a criação de conferências nacionais e internacionais, como as UN-HABITAT II e III, dentre outros.

Entretanto não se pode negar que esta conquista, mesmo que pontual, tem como forte aliado um processo de modificação da forma de pensar, principalmente da esquerda, que se fortaleceu em momentos históricos como a década de 1960. Não que os manifestantes envolvidos tivessem como finalidade fortalecer o processo capitalista que deu origem ao neoliberalismo, mas que parte dos movimentos e das pautas foram cooptadas em favor do sistema. Além disso é possível perceber nos dias de hoje, uso distorcido da maioria dos discursos proferidos no período anterior, atendendo e fortalecendo as demandas neoliberais diversas, com destaque para a produção de subjetividades.

Por fim, vale lembrar que tal como a *sociedade urbana*, o direito à cidade pertence a um horizonte utópico e, portanto, imerso em vários conflitos, o que permite à academia e aos movimentos sociais que não estão de acordo com a forma de apropriação neoliberal que ele vem sofrendo, disputá-lo pelo tempo que for preciso.

6.2 Direito à cidade, um conceito em disputa⁷²

A década de 1960 é emblemática para grande parte do mundo e a França é um dos principais símbolos das transformações do período. Os acontecimentos, principalmente em Paris, 1968, fizeram parte de um conjunto de eventos que geraram diversas rupturas e modificações dos sistemas político, econômico, social e pessoal, que vem sendo intensamente investigadas desde então.

O ano de 1968 é também aquele que Henri Lefebvre lança um de seus principais livros: *O Direito à Cidade*. Dotado de um pensamento questionador que tomava por angústia grande parte dos pensadores da época, Lefebvre era uma personalidade polêmica daquela Paris efervescente.

Su trayectoria acompaña un buen número de hitos del siglo XX y a veces los determina: las vanguardias, de dadá a los situacionistas; la lucha contra el fascismo y el colonialismo; las relecturas disidentes de Marx; el diálogo crítico con el existencialismo y con los estructuralismos; las revueltas de finales de los años 60.... No es por azar que fuera en París y dos meses antes de las barricadas de mayo de 1968, que apareciera *El derecho a la ciudad*[...] (DELGADO, 2018).⁷³

Ao longo dos quarenta anos seguintes; direito à cidade não ocupou o centro do debate urbano, apesar de tangenciá-lo diversas vezes, entretanto, em 2008, o conceito voltou a ser debatido com intensidade em artigo homônimo de David Harvey.

Em Lefebvre (2001), o termo está carregado de questões ligadas à forma como a sociedade e os indivíduos produzem e se apropriam do espaço urbano, o que, indubitavelmente, se relaciona com as experiências cunhadas pelo autor nos tempos da Internacional Situacionista⁷⁴. Fato que pode facilitar a compreensão da ligação estabelecida

⁷² Este subcapítulo é uma parte adaptada do artigo *A disputa pelo direito à cidade: narrativas e territórios*, a ser publicado no e-book do Seminário de Urbanismo Biopolítico organizado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar. Cabe ressaltar que o desenvolvimento desta análise integra o processo de pesquisa direcionado à produção desta dissertação.

⁷³Sua trajetória acompanha uma série de marcos do século XX e às vezes os determina: as vanguardas, do dadá aos situacionistas; a luta contra o fascismo e o colonialismo; as releituras dissidentes de Marx; o diálogo crítico com o existencialismo e com os estruturalismos; as revoltas do final dos anos 60... Não é por acaso que foi em Paris e dois meses antes das barricadas de maio de 1968 que surgiu o direito à cidade [...] (DELGADO, 2018). Tradução do autor.

⁷⁴Em 1956 ocorreu, em Alba, Itália, um encontro entre vários grupos de vanguarda relacionados às questões da revolução da arte que ocorria no período, influenciados pelo dadaísmo e pelo surrealismo. Neste episódio, a

entre o direito à cidade, a obra⁷⁵ e o entendimento da festa como finalidade primeira da cidade⁷⁶. A apropriação do termo por Harvey (2008) conta com diferente leitura, recontextualizando-o numa perspectiva mais concreta, que inclui abordagens econômicas e relacionadas ao planejamento urbano, principalmente no que tange sua infraestrutura. A nuvem de palavras seguinte (NUVEM DE PALAVRAS 1) traz as palavras mais presentes no artigo de Harvey de forma hierarquizada. Observa-se que na conceituação e análise de Harvey (2008) sobre o direito à cidade, ao lado de palavras próprias do vocabulário urbanístico, como “cidade”, “terra”, “urbana”, “urbano” e “urbanização”, aparecem algumas palavras que remetem a uma análise econômica e social, em geral de base marxista, aparecem em destaque, como é o caso de “excedente”, “classe”, “capital”, “recurso”, “mercado”, “sociais”, “Estado”, “renda”, “crise” e “financeiro”. Além dessas, há termos típicos de análises geopolíticas, como “centro”, “global”, “mundo”, “poder”, “política”, “EUA”, “China” e “controle”. Esta conformação de palavras por vezes mais presentes, demonstra que o artigo de Harvey traz uma complexificação do conceito de direito à cidade, tratando-o de maneira interdisciplinar e transescalar.

Internacional Letrista, vinculada ao pensador francês Guy Debord, a London Psychogeographical Association – LPA, o MIBI (Movimento Internacional por uma Bauhaus Imaginista) oriundo do grupo Cobra juntaram-se com outras vanguardas e fundaram a Internacional Situacionista, grupo que publicou em revista de mesmo nome, textos relacionados à arte, arquitetura, urbanismo e política de 1958 a 1969.

⁷⁵Obra é um termo muito utilizado por Lefebvre que se relaciona com a criação. Segundo o autor, o surgimento da cidade industrial acabou com a obra, tendo em vista que a produção deixa de ser imaginativa e única e acaba por se tornar massiva, tendo por finalidade única a criação do maior número possível de elementos iguais de maneira a atender as necessidades do mercado e gerar lucro. Para o autor, o direcionamento da cidade para o dinheiro e a técnica, para o produto, vai de encontro à sua característica própria de obra. A cidade, por si só, é uma obra. Essa contradição é muito significativa tendo em vista que a obra tem valor de uso, enquanto o produto, valor de troca. Lefebvre defende que mesmo nas sociedades opressoras havia a produção de obras, ou seja, havia o valor de uso. Esse quadro se modificou quando a sociedade deixa de ser opressora e se torna exploradora. A exploração mata a criação. Isso porque ela foca o processo no fazer e não no inventar, tornando-o prático e mecânico. O valor de troca, a generalização e a mecanização levam o foco para o produto, atingindo a cidade em sua essência, o uso.

⁷⁶ “O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro)”. (LEFEBVRE 2001, p.12).



Nuvem de Palavras 1 - Artigo O Direito à Cidade (HARVEY, 2008).
 Fonte: elaborado pela autora, 2018.

O movimento de retomada da discussão sobre o direito à cidade por Harvey aponta para uma tendência de apropriação do conceito por parte de atores internos e externos à academia. Pesquisadores, ONGs, instituições nacionais e internacionais e movimentos sociais o adotaram e lançaram no cerne da disputa das narrativas sobre o urbano. De 2008 para frente, o debate seguiu ganhando força e atingiu novos grupos, até se tornar, em 2016, uma pauta de destaque da UN-HABITAT III em Quito.

O ponto central da disputa tem sido o processo de apropriação do direito à cidade pelos atores envolvidos no jogo do neoliberalismo. Isso só é possível porque ao longo dos anos o termo foi se esvaziando de significado e, como supracitado, tornando-se adaptável à praticamente qualquer discurso. Este artigo tem como proposta expor uma introdução à investigação sobre o conceito, sua formulação e os rumos por ele tomados, que vai culminar em um estudo sobre seu uso na UN-HABITAT III.

O ponto central da disputa tem sido o processo de apropriação do conceito pelos autores envolvidos no jogo do neoliberalismo. O que só é possível porque, ao longo dos anos, o termos foi se esvaziando de significado, tornando-se adaptável a praticamente qualquer discurso.

A crítica desenvolvida pelo autor está relacionada à restrição do estudo de questões urbanas relativas ao espaço e ao planejamento, apontando para uma possível alienação gerada ao tratar os problemas urbanos como questões meramente técnicas, administrativas e científicas, o que transforma os indivíduos em objetos ao invés de sujeitos do espaço social (LEFEBVRE, 2001).

Segundo o Lefebvre (2003), o processo de urbanização está diretamente ligado ao de industrialização. Esta é o motor das transformações na cidade e deu origem a espaços de acumulação de capital, técnicas, conhecimentos e produtos. A configuração da cidade como espaço de produção, de acordo com Lefebvre (2001), vai de encontro à sua característica própria de obra. A cidade, por si só, é uma obra, mas começa a ter seu valor de uso transformado em valor de troca por meio do processo de industrialização.

Por outro lado, Harvey (2008) afirma que a urbanização teve origem nos locais onde havia produção de excedente - lembrando que este tende a estar concentrado nas mãos de uma minoria - ou seja, o desenvolvimento urbano, desde os primórdios, esteve vinculado à ideia de classes. O autor explica essa relação por meio da equação dinheiro X produto X produção, na qual os capitalistas precisam da mais valia para criar os excedentes que, por sua vez, deveriam ser vendidos gerando um ciclo de exploração e consumo. Desta forma, é possível relacionar a origem das cidades à ascensão da burguesia. Com um ideal progressista e democrático, tendo como base unicamente um crescimento econômico racionalizado, a burguesia substituiu a lógica da opressão pela exploração, pondo fim à criação e, conseqüentemente, reduzindo tudo à produção. Lefebvre (2001) evidencia o falso humanismo pregado pela burguesia na formação deste novo modelo de cidade/sociedade, cuja ideologia liberal deitava-se sobre o povo e seus sofrimentos.

Mesmo diante das críticas traçadas ao processo de urbanização, Lefebvre (2001) defende que a desigualdade socioespacial não faz com que a sociedade se desintegre ou venha à falência. A cidade que segrega funciona, independentemente do mal estar que ela gera. Para ele, a única forma de agir contra as desigualdades sociais e espaciais é a mobilização política dos cidadãos.

Se a classe operária se cala, se não age, quer espontaneamente, quer através de meditação, de seus representantes e mandatários institucionais, a segregação continuará com resultados em círculo vicioso (a segregação tende a impedir o protesto, a contestação, a ação, ao dispensar aqueles que poderiam protestar, contestar, agir). A vida política, nesta perspectiva, contestará o centro de decisão política ou reforçará. (Lefebvre, 2001, p. 123).

No final do livro, Lefebvre (2001) aprofunda e amplia conceito atribuído ao direito à cidade. O francês o relaciona às inúmeras necessidades duais que o ser humano possui, como a da certeza e da aventura, da unidade e da diferença, da solidão e do coletivo, ou seja, necessidades que não satisfazem com equipamentos comerciais ou culturais. Segundo ele, o homem precisa da obra, da criação, do imaginário, do simbólico, do lúdico. Essas necessidades são, apenas parcialmente, consideradas pelos urbanistas e assim dá-se a crítica do autor a este tipo de planejamento urbano:

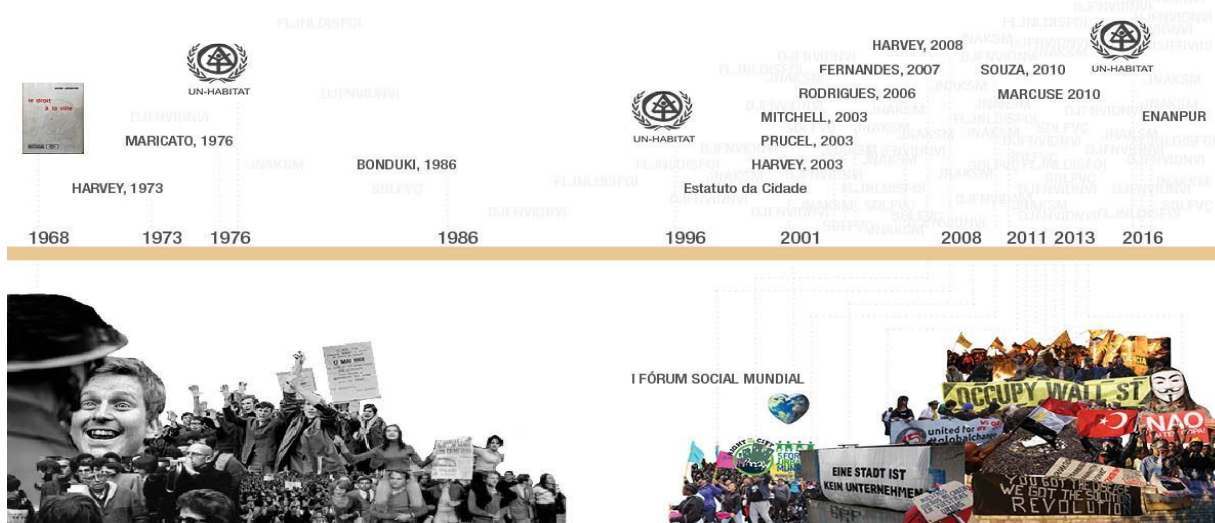
(...) a cidade não pode ser concebida como um sistema significante, determinado e fechado enquanto sistema. A consideração dos níveis da realidade proíbe aqui, como em outros casos, essa sistematização. Todavia, a Cidade teve a singular capacidade de se apoderar de todas as significações a fim de dizê-las, a fim de escrevê-las (estipulá-las e significá-las), inclusive as significações oriundas do campo, da vida imediata, da religião e da ideologia política. (Lefebvre, 2001, p. 61-62).

O posicionamento assumido por Lefebvre (2001) provavelmente se relaciona com o contexto político no qual o livro foi lançado. Imerso em inúmeros pensamentos e manifestações, em uma Paris tomada por estudantes e operários que, inclusive, pouco dialogavam entre si, Lefebvre claramente afeta e se deixa afetar pelos posicionamentos políticos revolucionários do período que carregavam consigo um desejo de mudança, não só nas estruturas sociais, mas também no modo de vida. Mudanças essas relacionadas majoritariamente ao fortalecimento de indivíduos autônomos, autores dos próprios destinos e muito críticos às instituições e ao Estado.

Direito à cidade: de 1968 aos dias atuais

O conceito de direito à cidade, como supracitado, foi cunhado na década de 1960 e apesar da amplitude alcançada no período, acabou sendo pouco explorado nos anos seguintes. Observa-se, entretanto, que atualmente, a discussão sobre o direito à cidade tem ocupado

espaços significativos da esfera social. Desde 2008, com o lançamento do artigo *O Direito à Cidade* por Harvey, o conceito tem aparecido com frequência. Pode-se citar, no processo de retomada desse debate, as contribuições significativas de Mark Purcell (2003), Don Mitchell (2003), Arlete Moysés Rodrigues (2006), Edésio Fernandes (2007), David Harvey (2008), Marcelo Lopes de Souza (2010) e Peter Marcuse (2010) e Ermínia Maricato que a introduz no plano governamental por meio da criação do Estatuto da Cidade (2001). (TRINDADE, 2012, p.139). O debate sobre o tema ocupou não apenas o espaço da academia, mas também o dos movimentos sociais, como no caso do V Fórum Urbano Mundial, denominado: “*O Direito à Cidade: unindo o urbano dividido*”; das ONGs, como o Instituto Polis e o Observatório das Metrôpoles; e da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente com a realização da Un-Habitat III em 2016, como pode ser observado na Linha do tempo 1.



Linha do Tempo 1 - O Direito à Cidade

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Nas Jornadas de Junho de 2013, por exemplo, a pauta inicial ligada à mobilidade urbana, trazia também o direito à cidade: “lutamos por uma vida sem catracas, onde cidadãos terão direito à cidade e aos serviços públicos de forma universal”. Essas foram as palavras usadas em uma carta de reivindicações escrita pelos ativistas em Salvador ao ocuparem a Câmara Municipal. No ano seguinte, o Movimento Passe Livre (MPL), em convocatória para o primeiro ato do ano, publicou em sua página no Facebook: “cada vez que a tarifa sobe, aumenta o número de pessoas excluídas do transporte coletivo. Com menos gente circulando, novos

aumentos serão necessários, numa espiral que diminui cada vez mais o direito à cidade da população.” Os dizeres acerca do direito à cidade começaram também a aparecer com maior frequência na voz dos ativistas urbanos e nos movimentos de ocupação. Por fim, pode-se perceber um estreitamento na relação entre este conceito e o dos direitos humanos expressa em dossiês dos Comitês Populares da Copa que, ao listarem os despejos frutos das obras relacionadas à Copa do Mundo de 2014, citavam as ações policiais como violação aos direitos humanos e ao direito à cidade.

Dentro do contexto analisado do século XXI é possível perceber que a discussão sobre o direito à cidade se tornou global e foi inseridas de forma direta ou indireta nas lutas das ruas do Brasil e de outros países do mundo, como por exemplo em: (i) multidão reunida na praça Taksim (Istambul/ Turquia) que protestava contra a derrubada das árvores do parque Gezi; (ii) os indignados da Espanha em 2011; (iii) nos ocupantes de Wall Street em 2011; (iv) em movimentos que se auto-denominaram *Direito à cidade* como é o caso da *Right to the City Alliance* em Nova York, da rede *Recht auf Stadt* em Hamburgo e movimento *Pravo na grad* em Zagreb. Já, na esfera institucional, foi a UN-Habitat III (2016), organizada pela ONU em Quito, que lançou o conceito no centro da agenda mundial para as cidades (TAVOLARI, 2016).

Para rastrear a construção histórica do direito à cidade e compreender o crescimento do debate no final da primeira década dos anos 2000, será desenhada uma análise que tem em Lefebvre seu fio condutor. Pode-se considerar como ponto inicial a relação já citada entre urbanização e industrialização, por meio da qual Lefebvre (2003) aponta a existência de um momento em que o processo urbanizatório desatrelou-se do industrial e se impôs à sociedade moderna. A criação desta hipótese permite ao autor formular a imagem de um tempo no qual haverá urbanização total da sociedade, independentemente da indústria. Neste momento seria alcançada o que o ele chama de *sociedade urbana*, uma sociedade que se difere radicalmente da *sociedade industrial* experienciada no período. De alguma maneira, quase que somente na utópica *sociedade urbana* lefebvriana seria possível viver o direito à cidade como a experiência ampla e complexa que o autor sugere.

Lefebvre não diz como a sociedade chegaria neste ponto de urbanização total, o que faz

muitos pesquisadores apontarem esta possibilidade como utopia. Segundo Tavorali (2016), nos casos de Castells e Harvey, é questionada até mesmo a ideia de que a urbanização precede a industrialização, que subsidia a possibilidade da existência da *sociedade urbana*. Para o primeiro, o único jeito de ter acesso ao direito à cidade é na existência de uma sociedade sem Estado.

Após o lançamento do artigo *Direito à Cidade* (2008), Harvey se tornou a maior referência viva para o conceito, mas antes deste momento passou três décadas sem debatê-lo, desde a publicação de *Social Justice and the City*, em 1973. Apenas em 2003 o tema voltou a ser abordado pelo autor em um pequeno e pouco conhecido artigo intitulado “*The Right to the City*”, publicado no *International Journal of Urban and Regional Research* e, posteriormente, em 2008 ganhou grande representação, com a publicação de um artigo homônimo, na *New Left Review* (TAVORALI, 2016).

Apesar de menos intenso que nos anos 2000, Tavorali (2016) trata de abordagens pontuais do tema que ocorreram entre as décadas de 1970 e 1990. Em 1976, Maricato mencionava o livro de Lefebvre no artigo *Autoconstrução, a arquitetura possível*. Na década de 1980 em *Direito à terra ou direito à cidade?* publicado na *Revista de Cultura Vozes*, Maricato apontou para o fato de que se fazia necessário ampliar a ideia de direito à terra, pensando o direito à cidade. Já Nabil Bonduki, em dissertação defendida na FAU (1986) denominada *Construindo territórios de utopia: a luta pela gestão popular em projetos habitacionais*, citou o termo lefebvriano em relação aos movimentos de luta urbana de São Paulo. (TAVORALI, 2016).

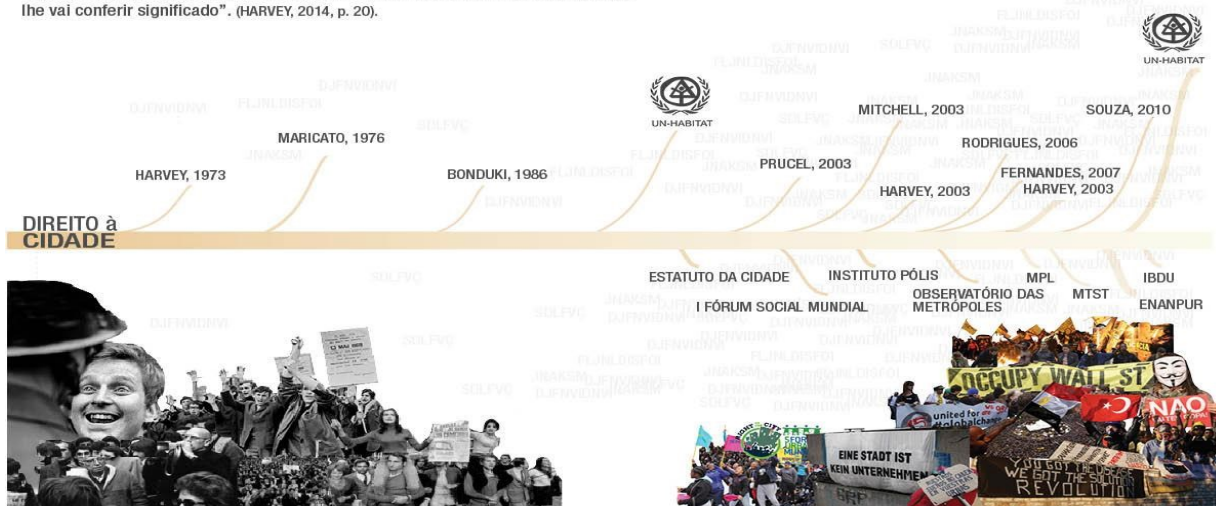
Afora esses apontamentos e outros casos pontuais de discussão do conceito na academia brasileira, principalmente em programas de pós-graduação, pouco se produziu em direção ao direito à cidade. Tavorali (2016) lembra que uma das teses mais importantes das décadas de 1970 a 1990 para se compreender os movimentos sociais e os processos de redemocratização é a de Eder Sader denominada *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*, de 1999 e que nela, o direito à cidade aparece apenas uma vez como nota de rodapé. A autora segue narrando que “não houve uma pretensão sistemática de dizer o que o direito à cidade é ou mesmo de discutir

seu estatuto” (TAVOLARI, 2016, p.102).

Este movimento se transformou significativamente após 2008 e o direito à cidade alcançou diversas esferas de discussão. Entretanto é possível perceber modificações profundas em sua abordagem, principalmente devido ao movimento advindo do abandono anterior e retomada (no presente) intensa em número, mas muitas das vezes, rasa em conteúdo. Para Harvey (2008) o direito à cidade se tornou um “significado vazio”. É como se tivesse ocupado muito espaço nos imaginários, sendo possível encaixá-lo praticamente em qualquer assunto, o que o fez perder seu potencial crítico (TAVOLARI, 2016, p.103).

É notória a dificuldade de definir um conceito que é amplo e potente demais para ser enquadrado. Esta tentativa sempre caracterizaria um “desvio de uma concepção originária” (TAVOLARI, 2016, p. 105). A criação destas narrativas que buscam definir o direito à cidade enquanto conceito cristalizado, seja pela academia, por movimentos sociais ou até mesmo por órgãos internacionais, traduz tanto o seu esvaziamento, quanto a disputa por sua narrativa (LINHA DO TEMPO 2).

“Além do mais, o direito à cidade é um significante vazio. Tudo depende de quem lhe vai conferir significado”. (HARVEY, 2014, p. 20).



Linha do Tempo 2 - Esvaziamento do conceito direito à cidade
Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Direito à cidade: um conceito esvaziado?

A multiplicidade de narrativas criadas sobre o direito à cidade é perceptível em diversas

esferas de discussão. É preciso compreender este contexto como uma disputa pelas pautas que ele envolve e, assim, pensar sobre o que de fato está em jogo. Não se trata meramente de formas divergentes de entender um tema complexo, diz-se de interesses e finalidades apropriativas distintas. “Além do mais, o direito à cidade é um significante vazio. Tudo depende de quem lhe vai conferir significado”. (HARVEY, 2014, p. 20).

De acordo com Harvey (2008), não só a cidade como território, mas também a qualidade de vida urbana se tornou mercadoria a serviço do capitalismo. Entretanto, para além da crítica ao capitalismo (industrial), é preciso pensar como se insere o debate acerca do direito à cidade em um contexto neoliberal, reflexão que leva a um incômodo: o neoliberalismo se apropriou do conceito? Esta questão será explorada por dois principais pontos levantados a seguir.

O primeiro deles, abordado com maior frequência pelos estudiosos do tema, diz de uma simplificação do conceito com a finalidade de transformá-lo apenas em materialidade e infraestrutura. É como se o direito à cidade pudesse ser alcançado com a criação de equipamentos públicos, melhoria de mobilidade ou a implantação de redes de esgoto. Esta forma de abordá-lo subsidia a realização de ações vinculadas a uma agenda urbana capitalista contemporânea, altamente neoliberal, realizando-se, por exemplo, Parcerias Público Privadas (PPP) e incluindo no Estatuto das Cidades o instrumentos privatistas como a Operação Urbana, por meio dos quais o Estado se responsabiliza por grande parte dos investimentos, o setor privado é beneficiado e favorecido com a maior porcentagem dos lucros e a população acaba prejudicada. Essa maneira de relacionar o público e o privado pode ser analisada com base no pensamento de Dardot e Laval (2016) ao dizerem da formação de um Estado neoliberal, gerido pela lógica empresarial, que atua não mais como um instrumento da sociedade, mas como mantenedor de instituições privadas. Os autores deixam claro que não há, no neoliberalismo, nenhuma relação de livre mercado, pelo contrário, o sistema é dependente do Estado e atua sobre sua organização e modo de atuação, fazendo com que a instituição deixe de cumprir grande parte de sua função social para se tornar um instrumento do mercado. Em entrevista a Mariana Siqueira e Natacha Rena publicada na Revista AU em 2015, Harvey pontua essa clara contradição explicitada pelas PPPs:

Voltando às PPPs, elas são como quase tudo que o capital faz hoje em dia: são como os bancos - se algo der errado, o público irá socorrê-los -, e a mesma coisa com os incorporadores. E aí você se pergunta: que tipo de capitalismo é esse? Eu sempre pensei que o capitalismo se baseasse em correr riscos; e se você perder, perdeu, certo? Agora você não corre mais riscos já que eles estão socializados pelo Estado: é um tipo de comunismo capitalista, uma loucura! Temos o comunismo do lado errado! (AU, fev. 2015).

O segundo ponto diz sobre a cooptação do imaginário gerado pela produção e difusão do direito à cidade. Dardot e Laval (2016) levantam uma importante questão: o neoliberalismo age por meio da produção de subjetividades. Houve um processo de fabricação de um *sujeito neoliberal* baseado no individualismo, por meio da “mercantilização das relações sociais” que ocorreu junto à urbanização e levou a uma “emancipação do indivíduo em relação às tradições, raízes, apegos familiares e realizações pessoais” (DARDOT; LAVAL, 2016 p. 323). O preço pago por essa liberdade pessoal, foi a criação de um indivíduo proprietário de si mesmo, mas que continua sendo uma peça do “grande mecanismo”. De maneira similar ao que acontece com o Estado, os indivíduos se tornam responsáveis por quase tudo, desde alimentação, saúde, educação e trabalho, até a felicidade individual e coletiva. Foram criados sujeitos gestores de si mesmos que devem assumir todos os riscos de suas ações na vida privada ou no trabalho. A obrigatoriedade declinada ao indivíduo de realizar tarefas que anteriormente estavam à cargo do Estado, reforça o posicionamento de “não responsabilidade” do último em relação à cidade e à sociedade.

Do sujeito ao Estado, passando pela empresa, um mesmo discurso permite articular uma definição do homem pela maneira como ele quer ser “bem-sucedido”, assim como pelo modo como deve ser “guiado”, “estimulado”, “formado”, “empoderado” (empowered) para cumprir seus “objetivos”. Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita olhando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos”. (DARDOT e LAVAL, 2016, p.328).

Se o direito à cidade se esvaziou de significados, a liberdade, tão cara à maio de 68, também. Agora ela diz, principalmente, da possibilidade de consumir e assume uma luta frontal contra o Estado, que não chegará a outro lugar além de desvinculá-lo de suas funções sociais e ajoelha-lo, de vez, frente ao capital. “Muitos países submetidos, aos programas de ajuste

neoliberal, têm suas políticas sociais praticamente reduzidas a 'programas' de socorro à pobreza absoluta, para evitar 'desordens e caos'" (RODRIGUES, 2007, p. 6). Em entrevista supracitada, Harvey também tece algumas críticas à condução e apropriação do processo revolucionário de 1968:

Eu digo, meio brincando, que o movimento dos anos de 1960 combinava duas demandas, liberdade e justiça social, e que o capital respondeu dizendo "nós te damos a liberdade dentro do mercado, mas esqueça a justiça social". E essa foi, de fato, a natureza do urbanismo resultante. Acho que a geração dos anos de 1960, que tanto falou sobre justiça social, esqueceu-se disso e tem se mostrado satisfeita com esse consumismo de nichos e com essa liberdade cultural (AU, fev. 2015).

A apropriação do direito à cidade pelo neoliberalismo diz da construção lefebvriana de um conceito utópico que só é alcançável por meio do que o autor concebe como *sociedade urbana*. "É impossível criar um mundo ideal na cidade real, com 'realismos' e senso comum." (RODRIGUES, 2007, p.5). A relocação do direito à cidade como potencial real em meio à sociedade neoliberal, é amplamente estratégica para seu esvaziamento e, conseqüentemente, para as ferramentas de apropriação e desvio de significado. Se partirmos do princípio de que não há a *sociedade urbana*, não há, portanto, a possibilidade do direito à cidade. Sendo assim, só é viável entendê-lo como disputa de diferentes narrativas que revelam os interesses em jogo.

Direito à cidade: um debate na UN-Habitat III

O Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, conhecido como UN-HABITAT, é um setor específico da Organização das Nações Unidas (ONU), que tem por objetivo a formulação de diretrizes para a criação de cidades sustentáveis social e ambientalmente. Foram realizadas três conferências desde o surgimento do setor, nos anos de 1976, 1996 e 2016.

De acordo com Rabelo e Fantini (2018), há uma constante preocupação com a evolução do pensamento sobre as cidades, agravada pelo processo de urbanização global, que aparece ao longo dos três momentos da UN-HABITAT. Para compreender o fio condutor que deu origem à UN-HABITAT III, na qual o direito à cidade foi amplamente debatido, será explicado,

brevemente, o que ocorreu nas outras duas versões da Conferência.

A UN-HABITAT I, *Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos*, ocorreu em Vancouver no ano de 1976, período em que os Estados-nação eram muito atuantes nas decisões políticas e econômicas de ordem local e mundial. De acordo com Balbim (2016) a *Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos* tinha como base a proposta de regulação dos assentamentos urbanos no mundo por meio dos Estados-nação. O documento conta com sessenta e quatro recomendações para ações nacionais e demonstra certa preocupação com a cooperação internacional, colocando-a como fundamental para o cumprimento da agenda.

Vinte anos após a ocorrência da primeira Conferência, em 1996 aconteceu, em Istambul, a UN-HABITAT II. O cenário político modificara significativamente, pautado por questões como o enfraquecimento dos Estado Nação e o avanço da globalização e do neoliberalismo. Uma das situações que se pode considerar simbólica nesta transformação foi a forte presença de setores não governamentais como ONGs, movimentos sociais e líderes locais.

É certo que estava sendo planejada não só uma agenda urbana para os vinte anos seguintes, mas também uma nova forma de governabilidade dos municípios pelos governos nacionais, bem como a relação entre governos e entidades não governamentais, com forte participação popular.. (RABELO e FANTIN, p. 936, 2018).

Criou-se, na Conferência, uma imagem de metrópole a ser seguida, a exemplo de Nova Iorque, Barcelona e Curitiba. Para além disso, houve fortalecimento da pauta das cidades globais; debate sobre conceitos ligados às PPPs e participação popular na gestão pública; e uma sessão de críticas às ações dos Estados. Junto à essas mudanças, a sustentabilidade ganhou novo rumo ao ter adicionado a ela conceito “desenvolvimento”. Este acréscimo foi tão significativo que a UN-HABITAT III, Quito 2016, teve seu nome modificado e ficou conhecida como *Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável*. O termo *direito à moradia*, debatido nas versões anteriores também sofreu alterações e foi substituído por direito à cidade. Neste caso, o conceito lefebvriano foi abordado como “serviços urbanos que garantam a plena realização das funções básicas do espaço na satisfação de direitos fundamentais, como mobilidade de qualidade e acessível, serviços de saúde, lazer,

áreas verdes, alimentação, entre tantos outros”. (RABELO e FANTIN, p. 942, 2018).

Ao longo da terceira conferência houve investimento na criação de uma Nova Agenda Urbana⁷⁷ que tinha como finalidade criar economias urbanas sustentáveis e inclusivas. As palavras-chave usadas para caracterizar a cidade que deve emergir por meio da aplicação das diretrizes desta Agenda são: compacta, inclusiva, participativa, resiliente, segura e sensível. A nuvem de palavras seguinte (NUVEM DE PALAVRAS 2) é formada pelos termos que mais apareceram no relatório da ONU fruto do debate desenvolvido sobre o urbano na Conferência de Quito, denominado *Documentos Temáticos Habitat III: cidades inclusivas*. Se comparada à anterior, gerada pelo artigo de Harvey (2008), é possível perceber diferenças elementares no discurso que trazem novos elementos à cena, em detrimento de outros deixados de lado. Em relação à questão urbana, observa-se a redução do uso de termos vinculados ao tema, mesmo a palavra “cidade” ainda possuir maior destaque. Os conceitos econômicos são praticamente deixados de lado sendo substituídos por uma temática contemporânea vinculada, majoritariamente aos direitos humanos. Neste sentido, aparecem palavras como “mulher”, “gênero”, “humano”, “acesso”, “saúde”, “inclusão”, “pobres” e “migrantes”. Em relação às questões políticas globais, desaparecem os nomes de países e ocorrem termos como “política”, “ONU” e “governo”.

⁷⁷A Nova Agenda Urbana é o documento que foi criado com base nas decisões da UN-Habitat III que determina os rumos a serem tomados pelas cidades nos próximos 20 anos, ou seja, uma declaração sobre as cidades e assentamentos humanos sustentáveis. Disponível em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Angola.pdf>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

Marc Marti y Mónica Salazar, divulgada pelo Centro de Derechos Económicos e Sociales em 2014, Harvey faz a seguinte declaração:

Revisando los documentos de posición respecto al Hábitat III, puede uno ver la posición neoliberal de dicho evento. En términos generales, el Hábitat III es simplemente un encuentro. Algo de acción se podrá evidenciar en Quito, y lo ideal sería colaborar con diferentes grupos y asegurarse que dichos encuentros los involucren a todos. Mi opinión personal es que estamos concentrando nuestros esfuerzos y recursos hacia la construcción de ciudades para invertir en lugar de ciudades para vivir. La satisfacción humana se mide ahora en dinero. Discusiones en torno a la vivienda asequible y a la ausencia de políticas públicas decentes que luchen por ella, a los diferentes derechos de propiedad a parte de la propiedad privada y la identificación de modelos alternativos para el desarrollo, deberían ser algunos de los temas a tratar en el Hábitat III. No se puede seguir validando el modelo neoliberal actual de desarrollo, donde las urbanizaciones privadas son el objetivo ideal, destruyendo a su paso el espacio público y la calidad de vida urbana. (CENTRO DE DERECHOS ECONÓMICOS E SOCIALES, 2014).⁷⁸

O autor segue afirmando, que o desafio da conferência era, exatamente, a disputa pelo direito à cidade, já que, com seu processo de esvaziamento, muitos grupos podem se apropriar dele de diferentes maneiras e atendendo a interesses próprios.

⁷⁸ “Reverendo os documentos de posicionamento referentes ao Habitat III, pode-se ver a posição neoliberal desse evento. Em termos gerais, o Habitat III é simplesmente um encontro. Alguma ação será evidente em Quito e o ideal seria colaborar com diferentes grupos e garantir que essas reuniões envolvam todos. Minha opinião pessoal é que estamos concentrando nossos esforços e recursos para a construção de cidades para investir ao invés de cidades para viver. A satisfação humana agora é medida em dinheiro. As discussões sobre habitação a preços acessíveis e a ausência de políticas públicas decentes que lutem por ela, diferentes direitos de propriedade além da propriedade privada e a identificação de modelos alternativos para o desenvolvimento, devem ser alguns dos tópicos a serem abordados na Habitat III. Não podemos continuar a validar o atual modelo de desenvolvimento neoliberal, onde as urbanizações privadas são o objetivo ideal, destruindo o espaço público e a qualidade de vida urbana em seu caminho”. (CENTRO DE DERECHOS ECONÓMICOS E SOCIALES, 2018). Tradução do autor.

PARTE II - ATRAVESSAMENTOS: OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS LEVANTES URBANOS

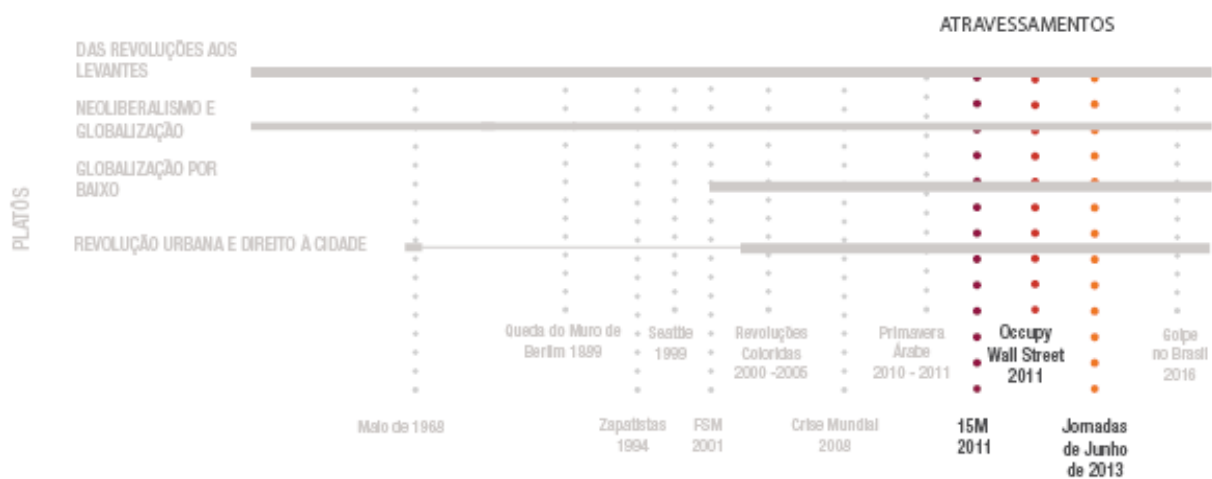


Diagrama 12 - Atravesamentos
Fonte: produzido pela autora

7 O MOVIMENTO 15M

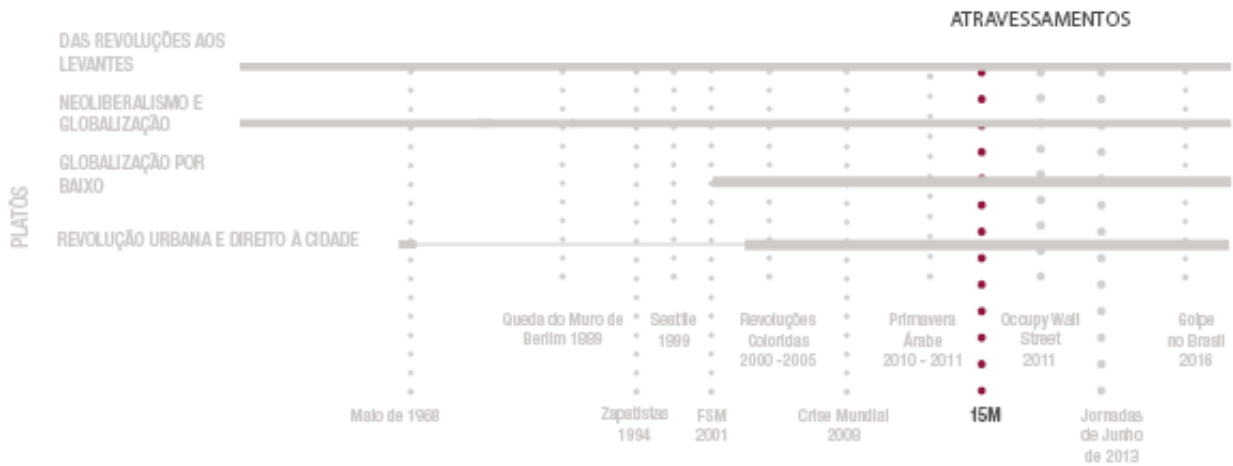


Diagrama 13 - Atravessamento - 15M
Fonte: produzido pela autora.

(...)hemos tratado de caracterizar el 15M como creación de un sistema red; mutante, basado en una topología de red variable, con fronteras móviles (definidas, pero que se mezcla en el ambiente y reconfigura con los acontecimientos) híbrido, cyborg (que enlaza máquinas, humanos, entidades virtuales y físicas) y que se construye y reconstruye por momentos de forma efímera y súbitamente. En determinadas circunstancias, se manifiesta en secuencias de activación colectiva que hacen que emerja como multitud conectada, como cuerpo colectivo que resiste al tiempo y que puede extenderse en el espacio. (TORET, 2013, p. 133)⁷⁹.

O Movimento 15 de Maio ocorreu na Espanha no ano de 2011 e chamou a atenção da imprensa nacional e internacional. As manifestações se espalharam por mais de cento e setenta cidades espanholas e tiveram como principais territórios de ocupação praças importantes de Madrid (*Puerta del Sol*), Barcelona (*Praça Catalunha*), Sevilha e Valência. Dentre as pautas levantadas pelos jovens estava a demanda por empregos, democracia real e críticas à corrupção.

⁷⁹ (...) tentamos caracterizar o 15M como a criação de um sistema de rede; mutante, baseado em uma topologia de rede variável, com fronteiras móveis (definidas, mas misturadas no ambiente e reconfiguradas com eventos) híbrido, cyborg (que liga máquinas, seres humanos, entidades virtuais e físicas) e que é construído e reconstruído, por vezes, de forma efêmera e repentina. Em certas circunstâncias, manifesta-se em seqüências de ativação coletiva que fazem emergir como uma multidão conectada, como um corpo coletivo que resiste ao tempo e que pode se estender ao espaço. (TORET, 2013, p 133). Traduzido pela autora.

O nome 15M foi dado ao movimento devido a sua data de início: 15 de maio de 2011, “quando uma convocatória feita por redes sociais reuniu milhares de pessoas em sessenta cidades espanholas; muitos deles ficaram acampados em praças públicas. Não foram os sindicatos ou partidos que convocaram as manifestações, foram cidadãos”. (GOHN, 2014a, p. 109). Os ativistas, por sua vez, são conhecidos também como *Indignados*⁸⁰. Nome que, de acordo com Castells (2013), foi propagado pela mídia em decorrência a uma auto denominação dada sob influência de um panfleto de Stéphane Hessel⁸¹ que dizia *indignez-vous!*. O diagrama a seguir (DIAGRAMA 14) mostra os principais atores envolvidos no 15M de acordo com análise da linha do tempo anexada, por meio do qual é possível observar alguns elementos importantes para a compreensão deste movimento. São eles: (i) há, obviamente, uma presença marcante de “manifestantes” em todas as narrativas, ou seja, os indignados; (ii) a polícia encontra-se muito presente (menos que no Occupy Wall Street a ser analisado na sequência deste texto) e, no caso de Barcelona, apresenta-se muito violenta; (iii) as assembleias horizontais são fundamentais para a construção deste movimento, caracterizando-se como ator marcante do 15M; (iv) a internet por meio de facebook, twitter e blogs, se fez muito presente; (v) coletivos como Democracia Real Ya (DRY), Juventud sin futuro e No les votes, foram atores de destaque. Os círculos relativos à cada ator estão em escala em relação ao número de vezes que este ator foi figurado. O ator humano manifestantes, por exemplo, é um figurado vinte vezes, enquanto o ator não humano rádio, é figurado apenas uma.

⁸⁰ O termo Indignados tem sido utilizado por uma série de intelectuais, dentre eles David Harvey (2012), Slavoj Žižek (2012) e Maria da Glória Gohn (2013).

⁸¹ Stéphane Hessel é um diplomata embaixador alemão, agente da *Bureau Central de Renseignements et d'Action*, nascido em 1917 que combatia na Resistência Francesa. O fomento à indignação, propagado pelo panfleto *indignez-vous!*, de acordo com Castells (2013) foi mais eficiente na Espanha que na própria França, sendo um dos possíveis propulsores de 15M.

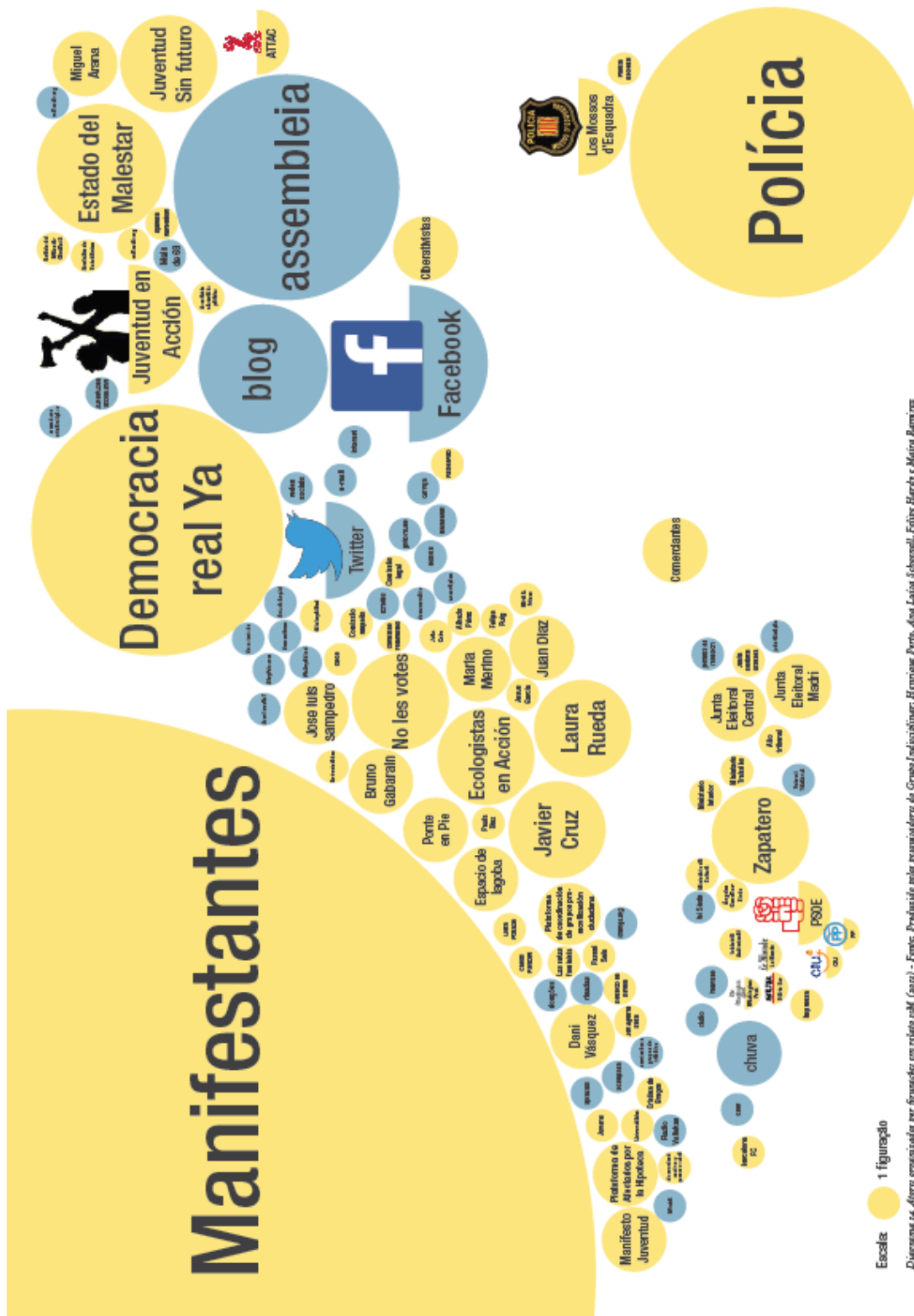


Diagrama 14 - Atores figurados nas narrativas e ventos do 15M

O ano de 2011 representa um período crítico econômica, social e politicamente para a Espanha. A crise do capitalismo que ocorrera em 2008, chegou com muita força no país e o Presidente, membro do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE)⁸², José Luis Rodríguez Zapatero⁸³, já em seu segundo mandato, quebrou algumas promessas que o haviam eleito em 2008 e, cedendo a pressões de Angela Merkel (Primeira Ministra alemã) e do FMI, reduziu investimentos em saúde, educação e seguridade social. Naquele momento, a instabilidade econômica na qual a Espanha estava imersa, atingiu não só questões sociais, mas o espectro político, gerando o que se denomina também crise de representatividade. Esta narrativa que indiretamente dá uma conotação de legitimidade aos governos eleitos, foi reproduzida por grande parte dos novíssimos movimentos sociais.

A crise, porém, era uma expressão do sistema capitalista, e os bancos eram culpados. Contudo, políticos de todos os partidos, parlamentares e governos foram cúmplices dos banqueiros, cujos interesses defenderam mais que os dos cidadãos que representavam. A opinião geral do movimento era de que os políticos viviam num mundo à parte, fechado, privilegiado, indiferentes às necessidades das pessoas, manipulando as eleições e a lei eleitoral para perpetuar seu poder como classe política. ‘Eles não nos representam’ é provavelmente o slogan mais popular do movimento e decerto o mais fundamental. Porque não existe uma representação verdadeira, não há democracia, e as instituições devem ser reconstruídas de cima para baixo, como foi na Islândia. A começar pelo Judiciário, altamente politizado e parte do sistema de apoio recíproco que envolvia banqueiros, políticos e altas esferas da magistratura. (CASTELLS, 2013, p. 98).

Neste contexto é importante pensar um pouco em como se dá a composição político partidária espanhola. Apesar de algumas mudanças estruturais após 2011, pode-se perceber que, em relação aos Presidentes empossados, o poder espanhol se divide entre dois principais

⁸² O PSOE foi fundado em 1879 com o objetivo de representar a classe trabalhadora oriunda da Revolução Industrial. A base teórica, originalmente marxista, foi modificando ao longo do tempo até que, em 1979 abandonou suas bases marxistas. Atualmente sua lógica de atuação está mais próxima da representada pelos social-democratas europeus.

⁸³ Zapatero foi eleito secretário geral do PSOE ano ano 2000 e representou uma superação eleitoral sobre o principal partido rival, o Partido Popular. Em 2003 obteve maior vitória nas eleições municipais e em 2004 venceu a disputa pela presidência. Zapatero foi reeleito em 2008, juntamente com 169 deputados do PSOE, demonstrando a ainda supremacia do partido.

partidos: o PSOE e o PP⁸⁴. Tendo estes, desde 1982 até 2018 revezado o Governo do país (Felipe González - PSOE 1982 - 1996; José María Aznar - PP 1996 - 2004; José Luis Rodríguez Zapatero - PSOE 2004 - 2011; Mariano Rajoy - PP 2011 - 2018; Pedro Sánchez - PSOE 2018 - atualmente). Tal conformação que, até então se estendia às camadas municipais, foi um dos principais motivos que geraram indignação social. Uma das pautas mais populares apresentadas no 15M foi a exigência de uma política multipartidária.

Observa-se, então, em 2011, a existência de um grave quadro de decepção com a política de um modo geral, mas que se direcionava com mais intensidade para o PSOE. A saber, a situação espanhola em naquele período de fato não era das melhores. A inflação chegara a 3,20%, tendo quase dobrado em relação ao ano anterior (1,80%); as taxas de juros, por sua vez, mantinham-se as mais baixas da década, como medida protetiva aos bancos; o PIB (31.825.113), apesar de maior que o apresentado no ano anterior (30.763.216), estava muito menor que em 2008 (35.521.869), quando Zapatero foi reeleito (de 2004 - primeira eleição do Presidente - a 2008, eles valor tinha crescido de forma relevante). Mas o dado mais complexo era o de desemprego que, após baixíssimo índice alcançado em 2007, teve alta exponencial com chegada da crise. De acordo com Castells (2013) em fevereiro de 2011 o desemprego chegou a 22% entre toda a população sendo de 47% entre os jovens. Já as ações governamentais em relação a contenção da crise, não iam no sentido do esperado pelos cidadãos, mas, ao contrário, partiam de cortes orçamentários em setores de interesse social. Como bem aponta Gohn (2014), muito do programa dos Indignados está relacionado com a crise de 2008, que foi respondida com o desmonte do Estado de bem-estar social, à revelia da opinião da população. Isso está relacionado com uma série de demandas solicitando uma democracia mais participativa e com maior combate à corrupção.

⁸⁴ O PP foi fundado em 1989 e representa a ala conservadora dos espanhóis, se autodefinindo, em estatuto, como um partido de centro reformista.

7.1 A construção do 15M: ocupação das redes e produção de afetos

Diante do complexo quadro espanhol e alimentados não só pelo panfleto de Hessel, mas também por exemplos de manifestações internacionais, inseridas no que Castells (2013) trata como um contexto viral/global de movimentos, a exemplo da Primavera Árabe e da Islândia, alguns jovens começaram a se organizar a demonstrar sua insatisfação com o governo. No primeiro momento, o principal espaço para tais ações era a internet, com destaque para as redes sociais. O autor lembra que jovens de Madrid e Barcelona criam um grupo no Facebook chamado *Plataforma de Coordinación de Grupos Pró-Mobilización Ciudadã*. Estes jovens, em sua maioria estavam envolvidos em outros movimentos, como é o caso dos protestos contra a Lei Sinde⁸⁵, ou vinculados a atores como *x.net*, *Anonymous*, *Nolesvotes*, *Estado de Malestar*, *Juventud Sin Futuro*, *Juventud en Acción*, *Plataforma de Afectados por la Hipoteca*⁸⁶.

A partir do debate online gerado principalmente pela Lei Sinde, esses atores chegaram a outras pautas. A demanda por empregos e a contraposição às medidas de austeridade e ao resgate de bancos às custas da dívida pública, se mostraram presentes nas reivindicações do *Juventud Sin Futuro* e no lema do 15M - “Não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros” Toret (2016). Segundo Castells (2013) a *Plataforma de Coordinación de Grupos Pró-Mobilización Ciudadã* não tardou em se tornar um espaço para debate sobre democracia e, posteriormente, em uma formação de grupo de nome *Democracia Real Ya* (DRY) que extrapolou os limites da rede social se tornando um blog e uma rede de e-mails.

O grupo baseava-se numa rede descentralizada de núcleos anônimos em diferentes cidades. As vezes, como em Barcelona, eles se reuniam pessoalmente todas as manhãs de domingo. Centenas juntavam-se ao grupo no Facebook e alguns participavam dos encontros. Denunciavam a falta de democracia representativa na forma vigente na Espanha. Na visão deles, os principais partidos políticos estavam a serviço dos banqueiros e não representavam os interesses dos cidadãos. (CASTELLS, 2013, p. 87).

⁸⁵ A lei, aprovada pelo congresso espanhol em 15 de fevereiro de 2011, por meio de um acordo traçado entre os partidos PSOE, PP e CIU, foi uma disposição da lei de Economia Sustentável, que trata de comércio digital e direitos autorais, delegando ao Ministério da Cultura o poder de derrubar páginas web que exibissem conteúdo que ferisse a propriedade intelectual.

⁸⁶ Atores figurados na linha do tempo em anexo.

O DRY é um dos principais coletivos envolvidos na construção do 15M. Ele esteve presente desde os momentos que antecederam a eclosão do movimento, até os que vieram depois. Observa-se que, no meio de tudo isso, o DRY desaparece um pouco das narrativas, o que ocorre, justamente, pelo caráter multitudinário, típico dos novíssimos movimentos sociais que ocorre, justamente, pelo caráter multitudinário, típico dos novíssimos movimentos sociais que, em dados momentos, os principais organizadores e possíveis líderes saem de cena e as narrativas passam a tratar dos manifestantes de uma forma geral.

Por ser fundamental para a construção do 15M, o DRY é um dos atores humanos escolhidos para a realização de uma análise mais aprofundada pensando, justamente, estas presenças, ausências e os agenciamentos aos quais faz parte. O Diagrama 16 traz estes agenciamentos e, por meio dele, será possível observar a forma como o DRY sempre esteve ligado, nas figurações, à muitos outros coletivos espanhóis, o que, além de explicitar a força destes atores naquele cenário, explicita a criação de redes entre estes coletivos que contribuiu para a construção do movimento.

Além do DRY outros atores foram selecionados para compor esta análise um pouco mais aprofundada e seus diagramas de agenciamentos aparecerão ao longo do texto. São eles as assembleias populares e as redes sociais (Facebook e Twitter). O Diagrama 15, mostra os dias em que estes três atores foram figurados nas narrativas selecionadas para compor a linha do tempo. Trata-se de um diagrama chave para a compreensão dos demais que permite analisar os períodos em que os atores aparecem com mais intensidade e os momentos em que deixam de ser figurados.

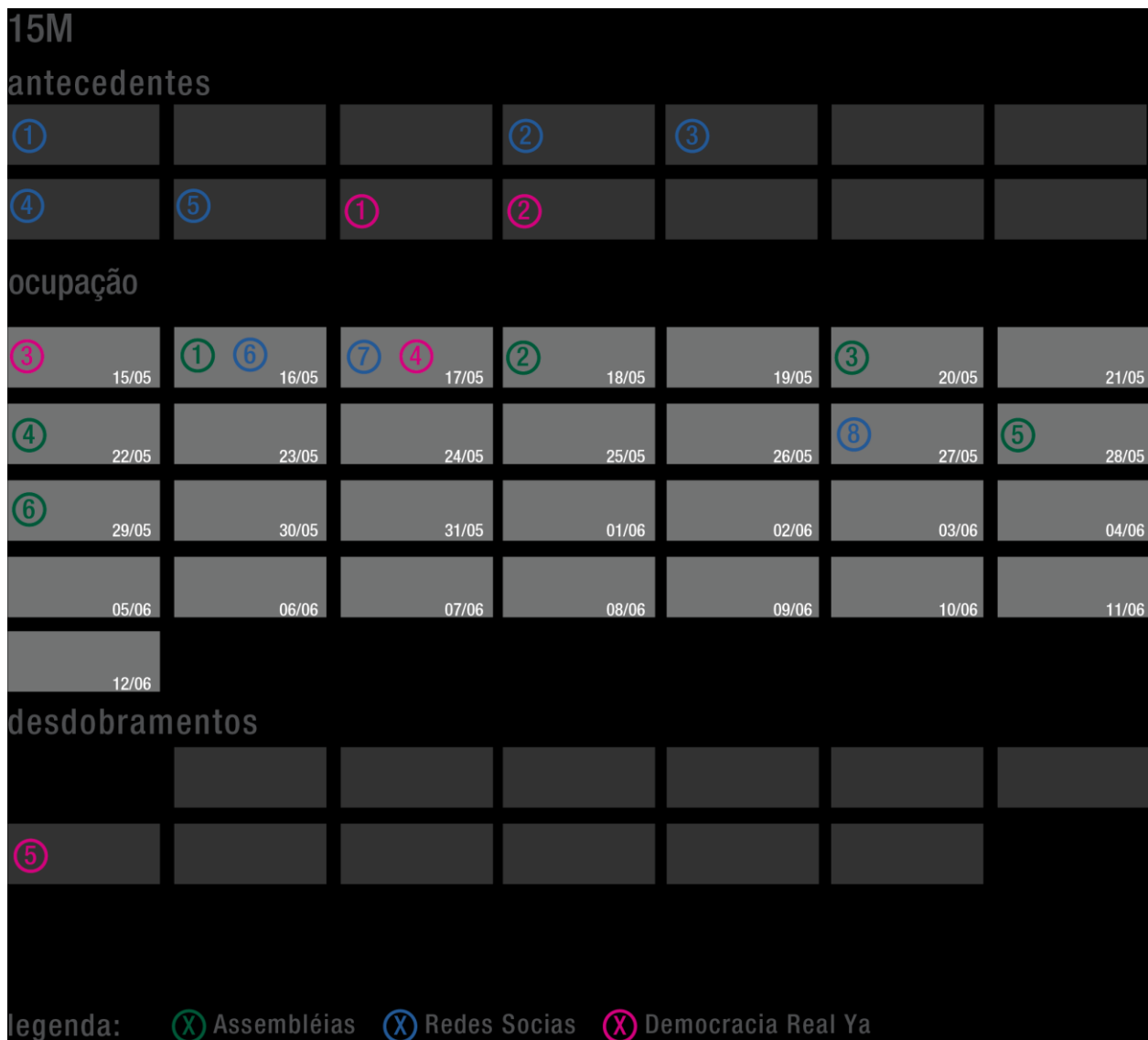


Diagrama 15 - Principais atores figurados no 15M

Fonte: Fonte: Produzido pelos pesquisadores do Grupo Indisciplinar: Henrique Porto, Ana Luisa Schoenell e Maíra Ramirez.

Tal como se dá nos novíssimos movimentos sociais de forma geral, o 15M baseia sua comunicação em plataformas proprietárias, sendo fundamentais, por exemplo, a formação de grupos e eventos do Facebook. As hashtags utilizadas no Twitter desde as primeiras interações, como #SpanishRevolution, #15m, #AcampadaSol, #YesWeCamp, #DemocraciaRealYa e #NoLesVotes, foram cruciais para o crescimento e desenvolvimento da rede e, a partir do 15 de maio, perfis oficiais como o @acampadasol, na mesma plataforma, surgiram para coordenar as mobilizações (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 228). Ao relatar os estudos realizados pelo DataAnalysis15M⁸⁷, Toret (2013) destaca que o uso de diferentes dispositivos⁸⁸ tecnológicos, como estas plataformas foi fundamental para construir a ação política do 15M.

Las tecnopolíticas del 15M pueden concebirse como un patrón de autoorganización en la sociedad red, como una tendencia que cruza innovación política e innovación tecnológica, que se articula como apropiación social y política de la tecnología. En este sentido, el 15M es un acontecimiento físico y post-mediático pre-vivido en el espacio virtual, que se despliega secuencialmente entre la red, la calle y la plaza, como la retroalimentación

⁸⁷ Esta análise, segundo os próprios investigadores, é fruto de uma inquietude pessoal e intelectual de um grupo de ativistas e investigadores do 15M. Seu desenvolvimento parte de uma combinação de metodologias quantitativas e qualitativas.

⁸⁸O termo dispositivo faz referência à leitura de Foucault presente nos textos *A história da sexualidade* (2012) e *Microfísica do poder* (2001), quando o autor trabalha o conceito *dispositivo*.

“Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Este foi o caso, por exemplo, da absorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou-se o dispositivo de controle-dominação da loucura, da doença mental, da neurose”. (Foucault, 2001, p. 312 - 313).

Entende-se, desta maneira que, tanto as redes sociais, quanto as plataformas digitais são dispositivos. Ao longo das manifestações, mais plataformas foram sendo criadas, inclusive as municipalistas, que atuam, ainda hoje, como dispositivos políticos dentro do quadro espanhol.

entre el fenómeno colectivo en la ciudad y las redes tejidas en el ciberespacio. (TORET et. al., 2013)⁸⁹.

Sendo assim, Toret (2013) aponta a criação de contas coletivas nas redes sociais como um fator de suma importância para a formação e crescimento do 15M. Estas “plataformas organizadoras” são consideradas fundamentais para difusão do movimento e formação de um sistema-rede de organização descentralizada e distribuída que, de acordo com seu ponto de vista, não conta com líderes estáveis. Lidia Posada, integrante do DRY, e Pablo Padilla, do *Juventud Sin Futuro* trazem semelhante ponto de vista em fala presente no documentário *15M: Excelente. Revulsivo. Importante* (15M, 2012). Segundo eles, os primeiros passos da mobilização acontecem primordialmente *online*, com encontros físicos em pequenos grupos que se articulam entre si. A estratégia era levar o movimento para as ruas e praças, relacionando os espaços físicos e virtuais, e criando o que Toret (2016) chama de contágio tecnologicamente estruturado via tecnopolíticas que ubiquem redes e ruas.

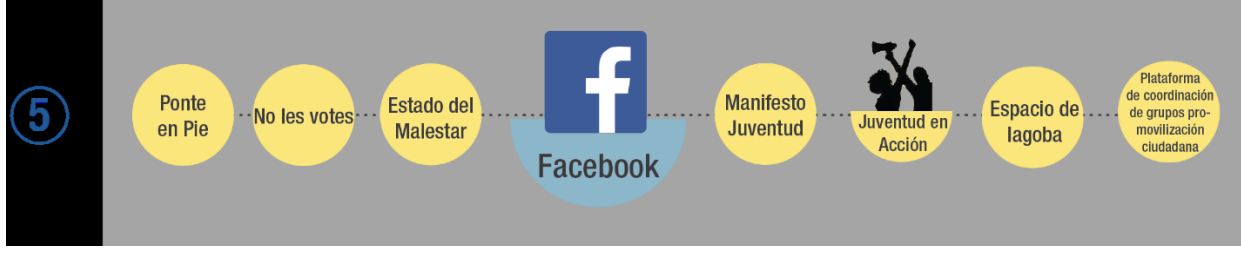
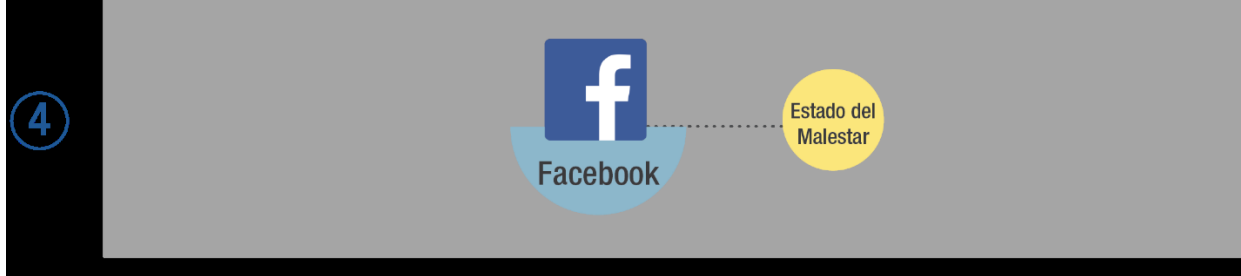
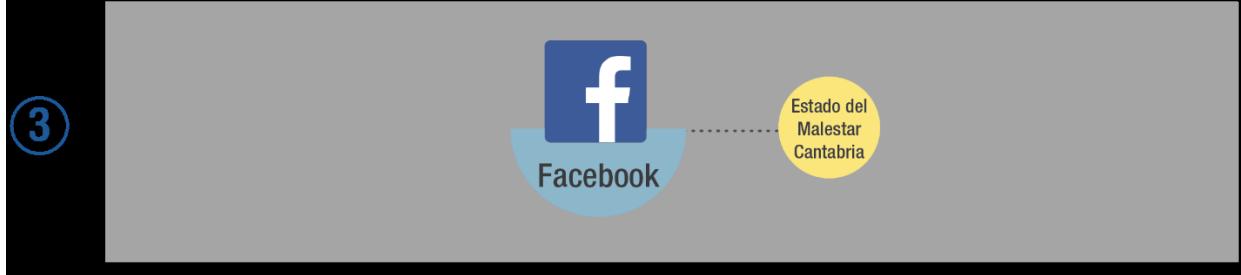
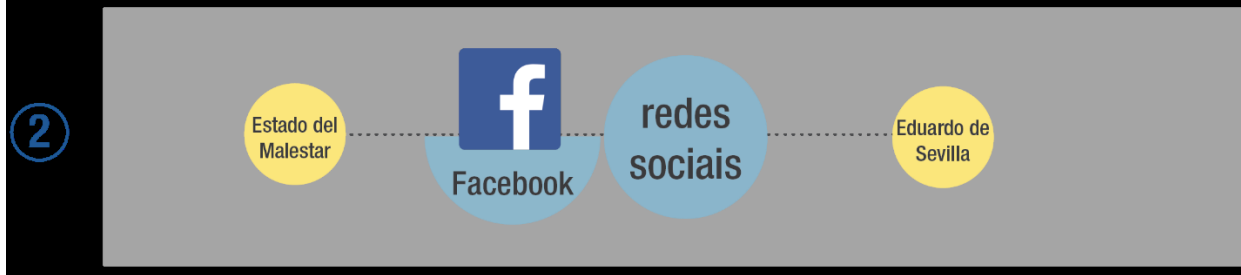
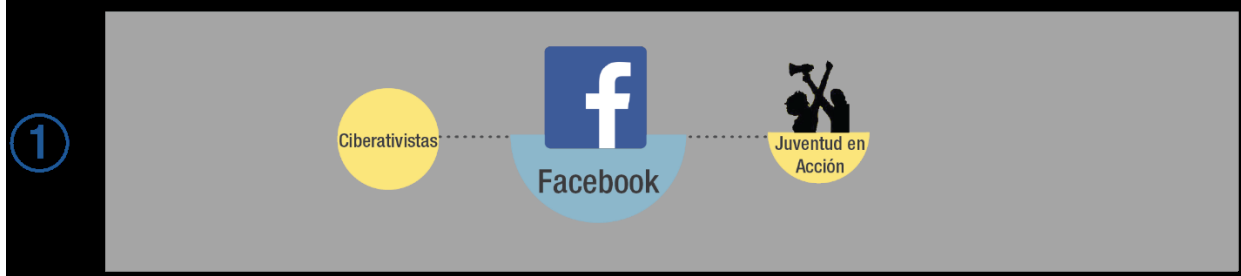
Como pode ser observado no Diagrama 15 as redes sociais foram atores muito importantes para a composição do 15M, protagonizando todos os eventos que o antecederam e, também, em seus primeiros momentos. Uma informação interessante é dada por este diagrama: no período anterior o Facebook foi a rede utilizada de forma massiva, enquanto durante o evento, o Twitter se apresenta como dispositivo de destaque, de tal forma que, em muitos momentos o 15M é também chamado de “revolução do Twitter”. Para compreender esta divisão, é preciso adentrar questões específicas do funcionamento dessas redes. O que não será realizado neste momento da pesquisa, mas fica como uma inquietação para desenvolvimentos futuros. Vale pensar, por exemplo, como atores desta rede, ao se envolverem com as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil questionavam o uso do Facebook pelos militantes, incentivando uma ampliação do Twitter como ferramenta de comunicação. No Diagrama 17 será possível observar os agenciamentos realizados por esses atores. Observa-se, então, que o Facebook, em geral, forma agenciamentos com atores humanos, em sua maioria,

⁸⁹A tecnopolítica do 15M pode ser concebida como um padrão de auto-organização na sociedade em rede, como uma tendência que cruza a inovação política e a inovação tecnológica, que é articulada como apropriação social e política da tecnologia. Nesse sentido, o 15M é um evento físico e pós-midiático pré-vivido no espaço virtual, que se desdobra sequencialmente entre a rede, a rua e a praça, como a retroalimentação entre o fenômeno coletivo na cidade e as redes traçadas no ciberespço. (TORET et al., 2013). Traduzido pela autora.

coletivos, o Twitter, por sua vez, vem muito associado a atores não humanos, principalmente as hashtags. Esta característica da plataforma pode ser um dos indicativos da preferência, já que o uso de hashtags é uma das principais estratégias de difusão de pautas e narrativas utilizadas pelos novíssimos movimentos sociais. Além disso, quando associado a atores humano, o Twitter apresenta uma novidade: alguns nomes de indivíduos passam a ser figurados.

Redes Sociais

TITULO		ambos al mismo	
1			
2			
ocupación			
de todo o nada			



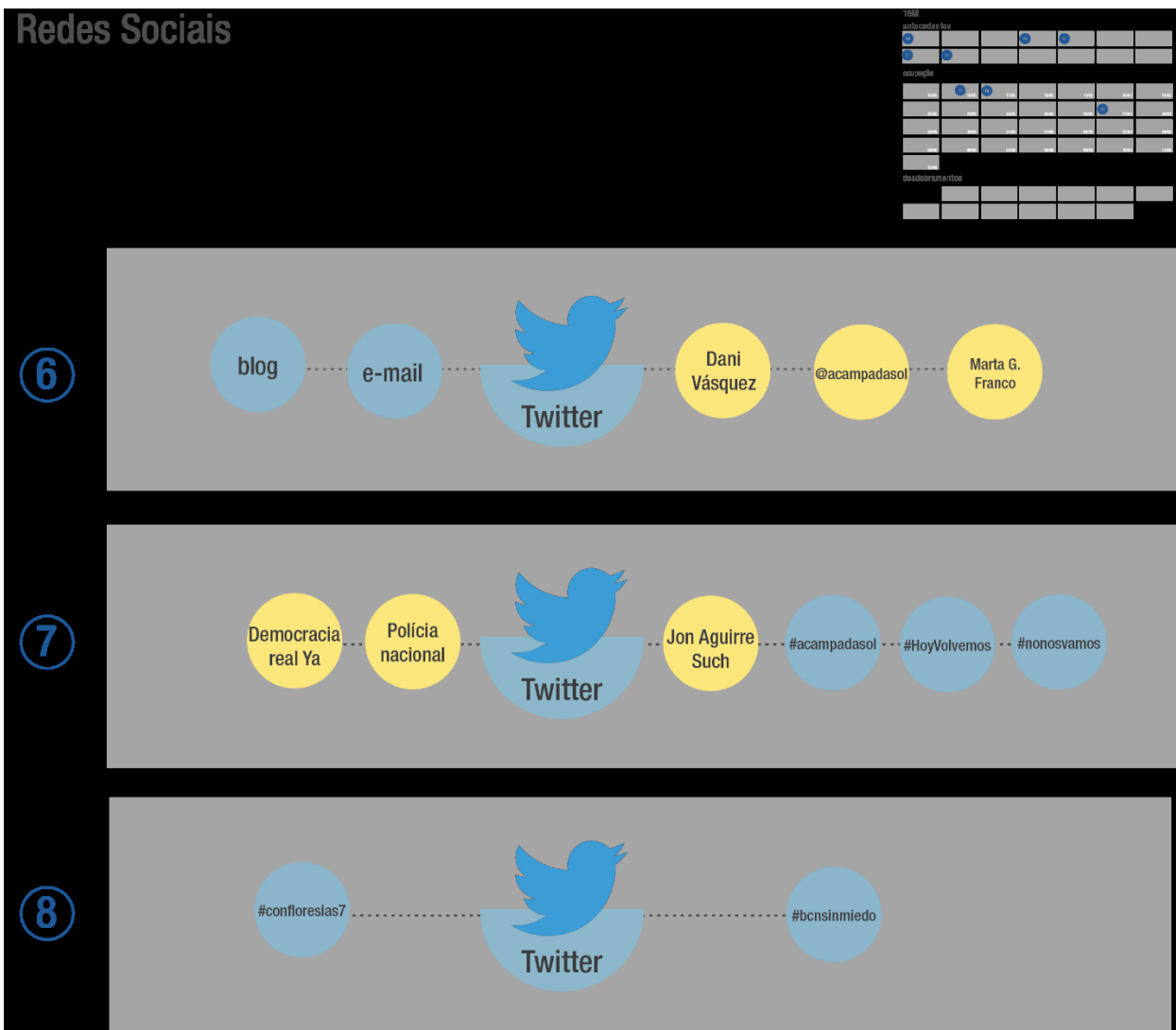


Diagrama 17 - Redes Sociais: participação no 15M e agenciamentos

Fonte: Produzido pelos pesquisadores do Grupo Indisciplinar: Henrique Porto, Ana Luísa Schoenell, Felipe Hardy e Maíra Ramirez.

Ao trazer o conceito de tecnopolítica relacionado ao 15M, Toret (2013) aborda a potência presente na associação entre ações que ocorrem nos espaços digital e urbano. A definição de tecnopolítica está vinculada ao uso de dispositivos tecnológicos, que incluem as redes sociais, de maneira tática e estratégica, tendo como finalidade a comunicação e organização de ações coletivas. O autor segue explicando que a diferença deste termo para o que se entende por ciberativismo: o ciberativismo se dá apenas no âmbito digital, enquanto as tecnopolíticas envolvem uma série de eventos que podem começar na internet, mas que não se limitam a ela. A utilização de streamings e redes sociais em tempo real, por exemplo, permitiu

uma atuação coletiva que conectava simultaneamente redes e ruas. “La tecnopolítica del 15M se ha manifestado como toma del espacio público físico, digital y mediático, capaz de orientar la acción distribuida en la ciudad tanto como en las redes”. (TORET, 2013, p. 21)⁹⁰.

Toret (2013) se dedica, então, a uma análise dos Indignados que passa pelas relações tecnopolíticas, por meio da qual divide o movimento em cinco períodos que vão de abril de 2011 a junho de 2012: (i) gestação, de 1 de abril a 15 de maio de 2011; (ii) exposição/estabilização, de 16 de maio a 19 de junho de 2011; (iii) latência, de 20 de junho a 16 de setembro de 2011; (iv) globalização, de 17 de setembro a 15 de outubro de 2011; (v) evolução e mutação, de 16 de outubro de 2011 a 20 de junho de 2012.

A fase de gestação, única que será abordada neste texto, ainda que brevemente, é muito importante para Toret (2013) porque, apesar de ter seu início marcado para abril e 2011, reflete manifestações que vinham ocorrendo desde 2006 que abarcam o que o autor entende por formação de uma massa crítica que posteriormente seria muito influente nas ações do 15M. Os temas desses atos estavam relacionados principalmente à liberdade da rede, intercâmbio gratuito de arquivos e defesa do compartilhamento. Quando o autor coloca a relevância da formação desta massa crítica para a construção do 15M e preparação de suas ações, ele mesmo põe em dúvida a afirmada espontaneidade do movimento. O autor atribui a este momento de gestação três principais características: (i) lutas por uma rede livre e neutra; (ii) práticas tecnopolíticas; (iii) Primavera Árabe. A inserção da Primavera Árabe como importante elemento para a gestação do 15M indica a existência de um vínculo, estabelecido principalmente pelas redes, entre os diferentes levantes deste ciclo de lutas contemporâneo.

Experimenta-se, então, ao longo da fase gestacional, a rede e, principalmente, as plataformas criadas, como dispositivos de ação coletiva⁹¹. A articulação realizada via internet foi fundamental para que, no dia 15 de maio houvesse uma grande manifestação marcando o

⁹⁰ A tecnopolítica do 15M se manifestou como uma ocupação do espaço público físico, digital e midiático, capaz de orientar a ação distribuída tanto na cidade quanto nas redes. (TORET, 2013, p.21). Traduzido pela autora.

⁹¹De acordo com o autor, a rede do 15M no Twitter passou de 3.403 seguidores nos dias que antecederam a primeira manifestação para 110.198 na fase de maior alcance, sendo que, segundo informações da *Gather Estudios*, trazidas por Toret (2016), 71% dos participantes não pertenciam a nenhum partido, sindicato, ou movimento social, e apenas 6% dos envolvidos não faziam parte de nenhuma rede social, demonstrando um alcance incomum em comparação a movimentos sociais clássicos.

momento em que o movimento dos Indignados se estendeu para a cidade. O que Toret (2013) apresenta com esta análise da fase gestacional é que, apesar da suma importância da ocupação das praças, a dimensão do movimento seria muito menor caso não houvesse esta articulação prévia desenvolvida na internet. Pode-se dizer que ocorreu, então, um trabalho de formação de *redes de esperança e indignação*⁹² ou, porque não dizer de afetos e subjetividades, que precedeu a ação urbana.

Ao se referir a Castells (2013), Toret (2013) lembra que apenas a divulgação de informações na internet e a convocatória para manifestações, não são suficientes para que haja uma explosão de intensidades, como se pode observar em todos os levantes deste ciclo. Segundo o autor, um alcance desta proporção exige a criação de uma rede de emoções coletivas a serem compartilhadas.

Las emociones están más vinculadas con factores corporales que deliberativos (Damasio, 2005), se componen con los flujos de materia y energía que atraviesan el cuerpo humano. Así mismo, estos flujos son interpersonales porque en la medida en que dependen de las interacciones personales, las emociones se contagian y se propagan; en la medida en que los individuos se perciben en condiciones materiales y sociales parecidas y, sobre todo, porque se ven interpeladas por aquéllos que están viendo, viviendo, etc. La construcción de emociones colectivas emerge de un proceso de interacción y comunicación continua, en el que son compartidas, se retroalimentan, se transforman unas a otras continuamente. (TORET, 2013, p. 70)⁹³.

Para o autor, as convocatórias para as manifestações realizadas via Twitter eram dotadas de alta carga emocional. Havia uma produção de ânimos conectados em rede e produzidos por dispositivos tecnológicos e estratégias de ação coletiva que iam das redes às ruas.

⁹² Título do Livro de Manuel Castells Lançado em 2013.

⁹³As emoções estão mais vinculadas a fatores corporais que deliberativos (DAMASIO, 2005), elas são compostas pelos fluxos de matéria e energia que atravessam o corpo humano. Da mesma forma, esses fluxos são interpessoais porque, na medida em que dependem de interações pessoais, as emoções se contagiam e se propagam; na medida em que os indivíduos se percebem em condições materiais e sociais semelhantes e, acima de tudo, porque são indagados por aquilo que estão vendo, vivenciando, etc. A construção de emoções coletivas emerge de um processo de interação e comunicação contínua, no qual são compartilhadas, se retroalimentam e se transformam umas nas outras continuamente. (TORET, 2013, p.70). Traduzido pela autora.

A tecnopolítica atuou de forma definitiva no 15M devido a sua capacidade de conexão em escala global e de produzir em cada indivíduo uma sensação de poder que os afetava pessoal e coletivamente. Fazia com que se sentissem capazes de gerar mudanças profundas nas estruturas sociais e nos modos de vida.

Para ilustrar este sentimento, Toret (2013) recorre à palavra empoderamento. O Gráfico 1 analisa todos os tweets postados no dia 15 de maio, elucidando os seguintes pontos: (i) a grande maioria estava relacionada a temáticas de empoderamento⁹⁴; (ii) os tweets do 15M apresentam mais que o dobro de carga emocional que os tweets normais; (iii) foi produzida uma explosão viral que coincide com agitação social, midiática e carga emocional.

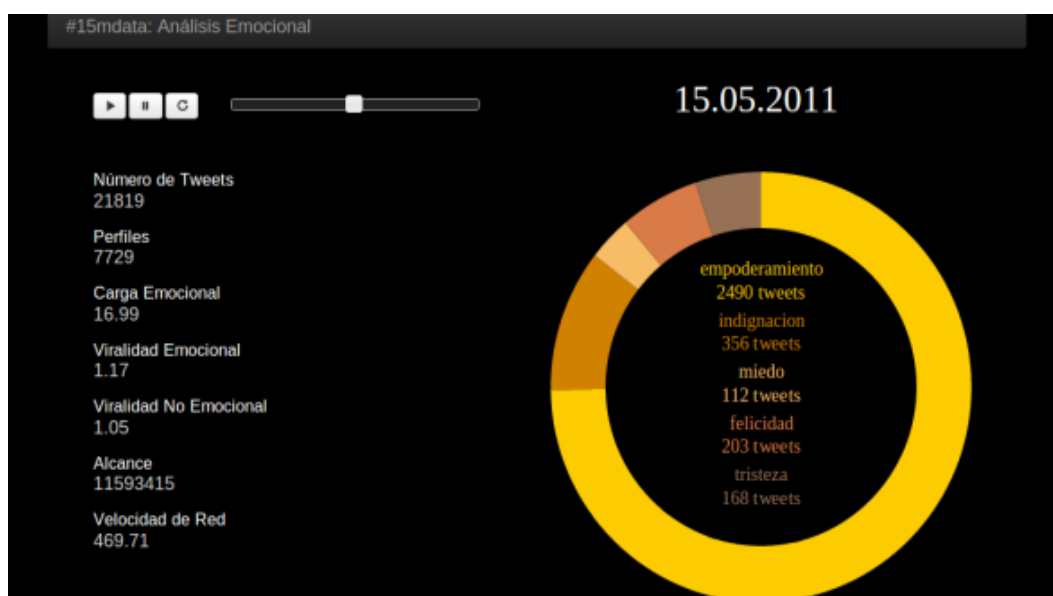


Gráfico 1 - Visor de la carga emocional el día 15 de Mayo de 2011. Muestra la alta emocional y velocidad de la red el mismo 15 de mayo.

Fonte: Óscar Marín e outros. Disponível em: <http://assets.outliers.es/15memociones/>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

⁹⁴O conceito de empoderamento que gera uma sensação ao mesmo tempo de poder e controle, traz à mente um texto de Slavoj Žižek que mistura estes elementos a sentimentos de culpa. O autor pontua que esta combinação é amplamente agradável ao neoliberalismo. Para Žižek, há uma produção de subjetividade que coloca ao indivíduo a responsabilidade de cuidar de si, dos outros e, até mesmo, do planeta como um todo. Junto à responsabilidade, uma culpa por não fazê-lo e uma sensação vaidosa de poder fazê-lo. Žižek, no texto *Reciclagem, comidas orgânicas, andar de bicicleta... não é assim que nós salvaremos o planeta*, traduzido pelo Lavra Palavra em 2018, faz a seguinte afirmação: “Mesmo quando nós nos dizemos prontos para assumir a nossa responsabilidade, podemos ver que existe aí um truque que visa esconder a sua verdadeira amplitude. Há algo falsamente tranquilizador nesta prontidão para bater em nosso próprio peito. Sentimo-nos culpados de bom grado porque, se somos culpados, é que tudo depende de nós, nós é que puxamos as cordas, basta mudarmos o nosso estilo de vida para sairmos dessa. Aquilo que é mais difícil para nós aceitar, nós ocidentais, é ser reduzido a um papel puramente passivo de um observador impotente”. (ŽIŽEK, 2018).

Esta produção de emoções e afetos ocorreu inicialmente via plataformas e depois se intensificou nas manifestações, e, principalmente, nas *acampadas* que, em várias cidades, articularam a mobilização por meio de comissões, estudos em grupo, e assembleias, além de uma vivência comum autogerida.

A organização de afetos em rede é, em geral, atribuída a conexões livres realizadas via plataformas, o que para parte significativa dos estudiosos, caracteriza uma articulação espontânea de movimento. Ativistas do DRY e do *Juventud Sin Futuro*, apesar de encontrarem-se na gênese dos protestos e terem sido fundamentais para a difusão de suas ideias e convocação para as manifestações por meio de suas plataformas, defendem esta teoria da espontaneidade. No documentário *15M: Excelente. Revulsivo. Importante* (15M, 2012), é Miguel Arana, um estudante de física sem trajetória de organização política relevante, quem aparece coordenando o início do acampamento em Madri, cena que também está no filme “15M: Málaga despierta” (15M, 2013). Ainda nesta produção, a jornalista Laura Rueda conta ter tido o primeiro contato com as mobilizações através de um evento no Facebook e decide reproduzir o convite às ruas em seu programa na Rádio Vallekas, de Madri, destacando em seu anúncio que “esa convocatoria no tiene color, no más convocamos a todos los ciudadanos”.

O que vinha sendo construído era uma manifestação ampla, diversa e, aparentemente, sem base ideológica. De acordo com Castells (2013), apesar de pensamentos anarquistas pairarem sobre o movimento, esta não era sua ideologia. O anarquismo se encontrava nas relações que o movimento estabelecia com a rede. Para ele, a coordenação era realizada pela própria rede que “torna-se o sujeito”. (CASTELLS, 2013, p.103). Esta organização permitia o caráter horizontal e a ausência de liderança do 15M, características adotadas devido a duas principais questões: a crise de representatividade e a constante crítica à esquerda clássica. Os Indignados, como movimento político, adentraram a política rejeitando a *realpolitik*. (CASTELLS, 2013).

7.2 A construção do 15M - ocupação das praças

Castells (2013) lembra que as manifestações que ocorreram na Espanha já em abril de 2011 influenciaram diretamente o 15M. Houve, pelo menos dois importantes protestos: um liderado pelo *Juventud Sin Futuro* que exigia direito à moradia, saúde e educação; e outro relacionado à crise habitacional. Isso sem contar os protestos de 2010 realizados por ativistas envolvidos na campanha *V de Vivienda*, que se posicionaram contra a execução de hipotecas e o despejo de famílias pobres e idosos. Pode-se dizer que, ainda que de forma pulverizada, tais antecedentes são parte formadora do 15M que carregava em si uma crítica direta ao capitalismo traduzida por slogans do tipo *Isso não é uma crise, é o sistema*. “Mas não houve propostas específicas para superá-lo ou recuperar o crescimento econômico”. (CASTELLS, 2013, p. 97). Em resumo, grande parte dos ativistas se opunham à ideia de crescimento por crescimento, apoiando-se, principalmente, em pautas ambientais e criticando a sociedade de consumo. Entretanto, embora a crítica comum ao sistema e à compreensão de que o capitalismo financeiro era o responsável pela crise, “não havia consenso quanto ao tipo de economia que poderia proporcionar a todos emprego, moradias e condições de vida decentes, de forma ambientalmente sustentável e eticamente justa”. (CASTELLS, 2013, p. 97).

A decisão de ocupar as ruas no dia 15 de maio foi uma das principais estratégias traçadas pelo movimento e se deu devido à proximidade com as eleições municipais marcadas para o dia 22 do mesmo mês. Já em 02 de março foi realizada a convocatória para a manifestação⁹⁵. Nesta ocasião, jovens envolvidos, com destaque para os membros do DRY, produziram um manifesto cuja base era o slogan: *Democracia Real Ya! Ocupe as ruas. Não somos mercadoria nas mãos de políticos e banqueiros!*

O apelo não teve apoio de nenhum partido político, sindicato ou associação da sociedade civil e foi ignorado pela mídia. Foi divulgado basicamente pelas redes sociais da internet, Facebook, Twitter, Tuent etc. No dia 15 de maio, sem nenhuma liderança formal, mas com uma cuidadosa preparação de manifestações que prosseguiram por semanas, dezenas e milhares de pessoas manifestaram-se em Madri (50 mil), Barcelona (20 mil), Valência (10 mil) e cinquenta outras cidades, pacificamente, sem nenhum incidente importante em parte alguma. (CASTELLS, 2013, p. 88).

⁹⁵ Os principais eventos que antecedem o 15M desde outubro de 2010 podem ser observados na linha do tempo em anexo.

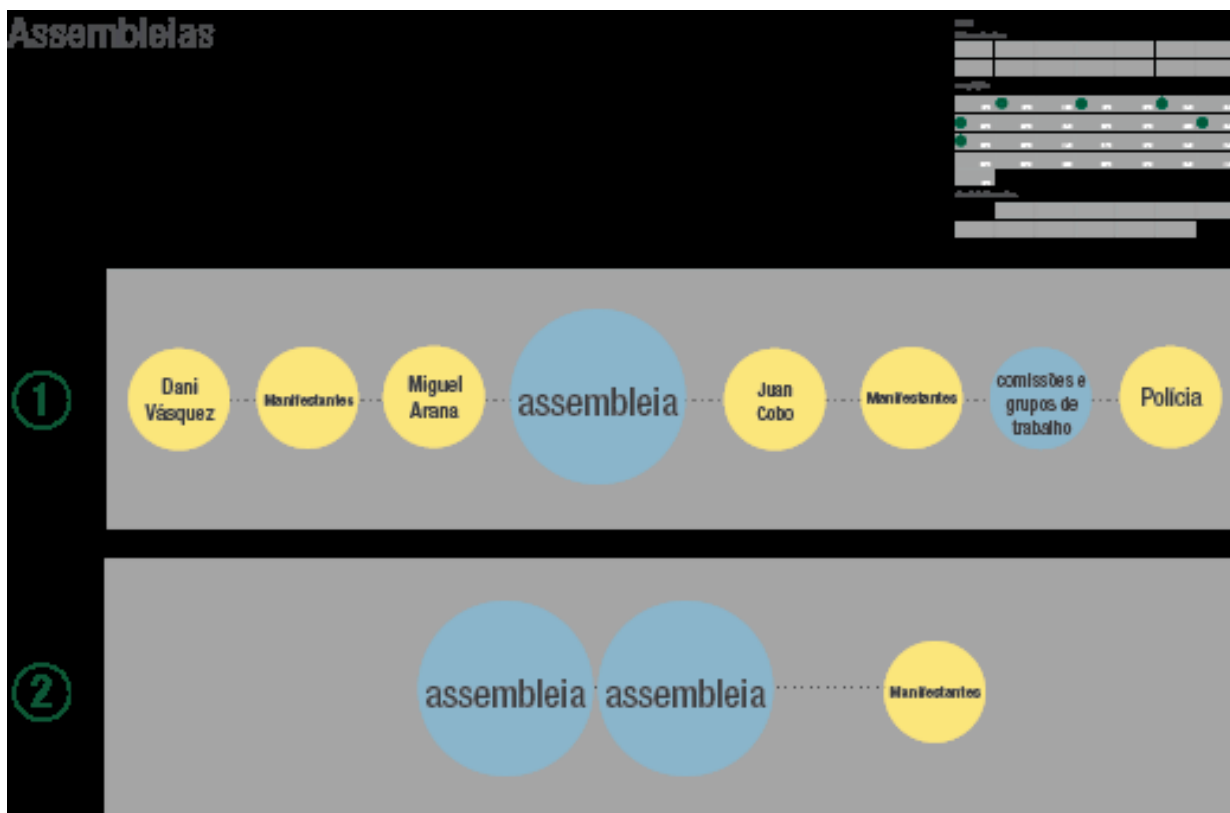
O autor coloca que depois da manifestação alguns ativistas seguiram até a Puerta del Sol onde se reuniram para debater o significado de democracia real. Na ausência de uma resposta comum, esses mesmos manifestantes decidiram permanecer ali até que alcançassem um consenso. No dia seguinte, em Barcelona, inspirados pelo que acontecia em Madrid, jovens se reuniram na Praça Catalunya com a mesma finalidade. “Nasceram então as *acampadas* (acampamentos)”. (CASTELLS, 2013, p. 88). Este processo se espalhou pela Espanha que chegou a ter mais de cem cidades ocupadas, e para o mundo, atingindo mais de oitocentos municípios.

A busca pela compreensão do significado de uma democracia real, aponta para uma profunda insatisfação com o sistema político vigente, traduzindo a visão dos manifestantes de que os partidos políticos eram “inúteis e irrelevantes” no que tange a defesa dos interesses dos cidadãos. Este ponto de vista, de acordo com Castells (2013), levou a uma outra característica fundamental do 15M que, mesmo sendo um movimento político, considerava-se apartidário e, portanto, indiferente ao processo eleitoral. Neste ponto, uma contradição aparece: se indiferentes às eleições, qual o motivo da escolha sabidamente estratégica de levar o movimento para as ruas uma semana antes do pleito?

Se a organização política tradicional não respondia ao que o movimento entendia por democracia e representação, coube às *acampadas* experimentar outras possíveis estruturas e estratégias, das quais Castells (2013) destaca as assembleias horizontais. Nelas decisões gerais eram tomadas já que, em uma estrutura sem lideranças em que cada indivíduo responde por si, temas comuns precisam ser debatidos de forma coletiva. Entretanto, o próprio autor comenta que estas assembleias eram mais simbólicas que deliberativas, já que, apesar do esforço empenhado em grande parte dos casos por um consenso entre os participantes, ao final, as decisões eram individuais, cabendo a cada um aceitar ou não o proposto pelo grupo. “Este não teria líderes, fosse em âmbito local, fosse no nacional. Nesse sentido, nem porta-vozes foram reconhecidos. Cada um representaria a si mesmo mais ninguém”. (CASTELLS, 2013, p. 102).

As assembleias ocorriam diariamente, exceto quando havia alguma demanda urgente e, como lembra Castells (2013) eram, em um primeiro momento, realizada pelos acampados e por qualquer pessoa que passasse por ali, sendo que o número de integrantes podia variar de

centenas a 2 ou 3 milhares, e eram moderadas por voluntários. A partir das assembleias, foram criadas comissões que aplicavam, de forma específica, as orientações gerais. Estas comissões eram autônomas e se dividiam em: (i) funcionais, que cuidavam das necessidades internas do movimento, como infraestrutura, segurança e comunicação, por exemplo; (ii) aquelas que elaboravam propostas que seriam levadas para as próximas assembleias; (iii) algumas que elaboravam ações com o objetivo de colocar em prática o que era definido pelas assembleias anteriores. O Diagrama 18 mostra as principais assembleias figuradas pelas narrativas formadoras da linha do tempo em anexo. Observa-se uma constância e relevância maior no início do movimento que foi se perdendo ao longo do tempo. Além disso é possível observar que apenas na primeira assembleia os atores humanos são figurados de forma específica passando, ao longo do tempo, a serem chamados, de forma geral, de manifestantes.



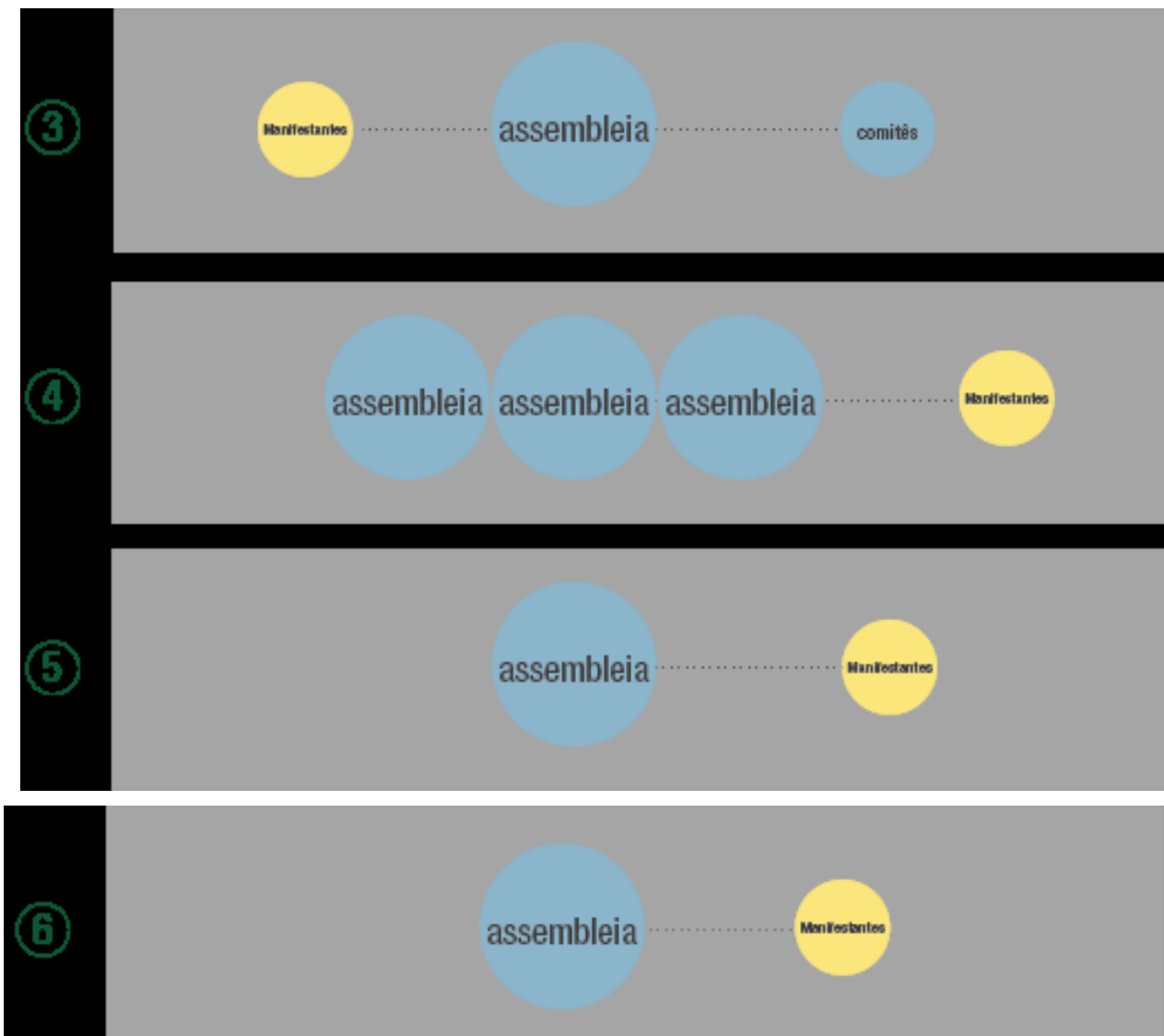


Diagrama 18 - Assembleia: participação no 15M e agenciamentos

Fonte: Produzido pelos pesquisadores do Grupo Indisciplinar: Henrique Porto, Ana Luisa Schoenell e Maíra Ramirez.

A ideia inicial era que as manifestações se estendessem até o dia 22 de junho, passado um mês das eleições municipais. Esperava-se um grande ato para esta data. Assim, diversos ativistas de outras cidades seguiram em marcha até Madrid explicando, pelas vilas e cidades por onde passavam, o motivo de sua caminhada e indignação. Chegando em Madrid, foram recebidos com aplausos pelos Indignados que os esperavam e, em 23 de junho, foi realizado um ato com aproximadamente 250 mil pessoas. O 15M estava acabando. Em agosto foram realizadas algumas manifestações e, em 15 de outubro, ocorreu um ato organizado via internet

e mobilizou 951 cidades de 82 países com o slogan: *Unidos pela mudança global*. (CASTELLS, 2013).

É muito difícil que um levante se sustente por um longo período, ainda mais um levante com a estrutura do 15M que, para manter-se, necessitava das *acampadas*. Com o passar do tempo, apenas jovens desempregados e sem muitas obrigações familiares puderam permanecer nas praças e movimentar as assembléias e ações. Com isso, a não representatividade que se apontava dos políticos, acabou sendo também uma característica dos ativistas. Aqueles jovens que se mantinham ali, não representavam a população espanhola de uma forma geral.

Mas a possibilidade de o movimento organizar essa nova comunidade política dependia materialmente da ocupação do espaço público, da existência de acampamentos que, embora ocupados durante a noite apenas pela minoria, forneciam o ambiente para uma contra sociedade que materializasse o sonho de uma verdadeira democracia. (CASTELLS, 2013, p. 104).

Assim, devido ao desgaste do movimento, entre 6 e 8 semanas após seu início, a maioria das assembléias optou por continuá-lo de outra forma. Os que permaneceram nas praças acabaram sofrendo forte repressão policial. Na maioria das cidades a opção dos ativistas foi descentralizar suas ações, organizando-as nos bairros, com as relações de vizinhança e priorizando a escala local. Algumas comissões ainda foram criadas e suas propostas difundidas principalmente por meio da internet.

Após o desenvolvimento deste debate, é importante ressaltar que, como é de se esperar, o levante sofreu momentos de repressão. Em Barcelona, por exemplo, alguns casos de muita violência policial foram registrados⁹⁶, já em Madrid, a ação policial era, ao menos aparentemente, mais amigável e Castells (2013) cita algumas tentativas mal sucedidas de retirada dos ativistas da Puerta del Sol, dentre as quais se destaca a de 19 de maio⁹⁷.

⁹⁶Vide dia 27 de maio na linha do tempo.

⁹⁷ Vide linha do tempo em anexo.

7.3 O 15M como representante dos novíssimos movimentos sociais

Mesmo com a grande repercussão nacional e internacional do 15M e com um amplo material bibliográfico produzido, o levante ainda representa um momento histórico difícil de ser compreendido. Isso por várias razões em sua maioria relacionadas a sua inserção no espectro dos novíssimos movimentos sociais, que lhe atribui características complexas como a conexão em rede, a dispersão das pautas, a velocidade das conexões, a ausência de programa e liderança e outros pontos que o caracterizam enquanto movimento multitudinário.

Nesta perspectiva, sabe-se que é difícil encontrar um mote uno que justifique a ação realizada, já que, o próprio conceito de multidão trabalhado em Hardt e Negri (2005) trata da pluralidade dos sujeitos envolvidos nas manifestações⁹⁸. A multidão pode ser entendida como uma aposta política dos autores para a sociedade pós fordista, fragmentada e conectada em rede. No caso específico do 15M isso aparece com ainda mais relevância já que “se quiséssemos identificar um objetivo unificador do movimento, ele seria a transformação do processo político democrático”. (CASTELLS, 2013, p. 109) da mesma forma que “o desafio da multidão é o desafio da democracia” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 141).

Esta potência da multidão trazida por Hardt e Negri (2005) e incorporada pelo movimento dos Indignados está dentro do que Peter Pál Pelbart (2011) entende por biopotência⁹⁹. Trata-se de um termo que retoma a análise do poder realizada por Foucault e ocupa a esfera da biopolítica¹⁰⁰. De acordo com as leituras desses autores, pode-se pensar o movimento dos Indignados como uma biopotência multitudinária. Com o intuito de compreender melhor esta definição, será realizada uma análise do movimento em relação à sua organização interna e posicionamento político.

⁹⁸O conceito de multidão como trabalhados pelos autores foi debatido no capítulo 3 *Das revolução aos levantes: uma abordagem conceitual das resistências*.

⁹⁹ “Coube a Deleuze explicitar que ao poder *sobre* a vida deveria responder o poder *da* vida, a potência ‘política’ da vida na medida em que ela faz variar suas formas e, acrescentaria Guattari, reinventa suas coordenadas de enunciação. De maneira mais ampla e positiva, essa potência da vida no contexto contemporâneo equivale precisamente à biopotência da multidão, tal como descrita acima”. (PELBART, 2011, p.25).

¹⁰⁰ Se pudéssemos chamar de ‘bio-história’ as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de ‘biopolítica’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana”. (FOUCAULT, 1988, p. 134).

Segundo Castells (2013) não havia um programa para o 15M e, mais que isso, “nunca houve uma organização formal conhecida como o ‘movimento’”. (CASTELLS, 2013, p. 98). O que se pode afirmar é que se tratava de uma ação contra banqueiros, especuladores e decisões políticas que faziam com que os cidadãos arcassem com uma crise pela qual não foram responsáveis. Esperava-se não que os bancos fossem liberados sob fiança, mas que o governo os nacionalizasse. Além disso havia um forte discurso anticorrupção, presente em quase todos os movimentos que fazem parte do ciclo de lutas pós crise de 2008; pediam taxaço de grandes riquezas e denunciavam o desemprego. Entretanto, Castells (2013) alerta para o fato de que, apesar de existir uma crítica consensual ao sistema como um todo, munida da compreensão de que o capitalismo financeiro era o principal responsável pela crise, não havia um conjunto de soluções e propostas realizadas pelos Indignados. Em outras palavras, não havia uma unidade entre os manifestantes que representasse um conjunto de pautas, possíveis soluções ou ideologia. Para o autor não havia nem mesmo propostas políticas específicas e sofisticadas, mas sim muitas apostas e indivíduos ocupando diferentes papéis em vários países, o que atribuía heterogeneidade ao movimento.

Castells (2013) lista as seguintes propostas como referência para a maior parte dos ativistas: reforma eleitoral, referendos obrigatórios no plano local e na internet, controle de corrupção, limite de mandatos para funcionários eleitos, tetos salariais, eliminação de privilégios e muitas medidas para limpar e abrir o sistema político. Entretanto, o autor não cita debates acerca das estratégias que viabilizem tais desejos. Esta ausência de unidade é o principal ponto que os afasta do conceito de povo e aproxima da lógica de multidão.

Dessa forma, esse era um movimento político, mas um movimento político apartidário, sem filiação ou simpatia por partido algum. Era ideológica e politicamente plural, ainda que em suas fileiras houvesse indivíduos com muitas ideologias, assim como uma maioria de jovens com pouca experiência política anterior e total desconfiança em relação à política organizada. (CASTELLS, 2013, p. 109).

Em geral, os temas debatidos estavam relacionados a projetos a longo prazo. Isso porque, o que se propunha era uma reestruturação geral do sistema que contava, principalmente, com outras formas de representação, já que os partidos existentes não eram

reconhecidos enquanto possíveis articuladores. O processo seria longo, partindo da negação do sistema para uma reestruturação das instituições. De acordo com Castells (2013), dentro desta política a longo prazo e da ausência de unidade das pautas, vários termos eram repetidos em todos os lugares em que o 15M se articulava e alguns deles se estenderam para outros movimentos em outros locais, a exemplo do Occupy Wall Street e das Jornadas de Junho de 2013. Estes termos davam certa unidade global aos movimentos inseridos no mesmo ciclo de lutas. Eduardo Serrano, citado por Castells (2013) lista alguns destes termos: comum; consenso por assembleia; qualquer um; sem futuro; sem chefes; não representação; não violência; respeito; sem dinheiro; sem medo; lentidão. Pode-se destacar, ainda, alguns slogans, como: *Outra política é possível; Pessoas unidas funcionam sem partidos; A revolução estava em nossos corações e agora enche as ruas; Trazemos um novo mundo em nossos corações; Não sou contra o sistema, o sistema que é contra mim; O amor ao mundo é o que move os revolucionários, junte-se a nós; A barricada fecha as ruas mas abre o caminho; Desculpe-nos o incômodo, estamos mudando o mundo; Se você roubar nosso sonho, não vamos deixar você dormir.*

Mais genéricos até mesmo que as principais pautas do movimento, estes termos e slogans se enquadram na situação de grande parte dos países do mundo, o que indica, deixando rastros, seu caráter global. A amplitude de significados e adequação a diferentes contextos pode ser apontada como elemento de flexibilidade do qual a grande parte dos discursos incluídos em um período neoliberal se enquadram (sejam aqueles que se entende por resistência, ou parte das formações de grupo hegemônicas).¹⁰¹

A ideia de uma revolução global, em contrapartida ao que se observava nos movimentos do final do século passado, que se posicionavam críticos à globalização é, também, uma característica instigante do 15M. Isso porque, o discurso da globalização, tal qual o da flexibilidade acima apontado e tantos outros vinculados à elementos do cotidiano, autonomia e valor de troca, têm feito parte não só dos posicionamentos anti sistêmicos, mas também das mais amplas estratégias neoliberais. Será que não caberia, então, passados alguns anos deste ciclo de lutas, questionar a forma como a resistência e o poder hegemônico têm se misturado

¹⁰¹Na linha do tempo em anexo é possível perceber a variedade das pautas e a presença destes slogans, caracterizados como atores não humanos.

em discurso ainda que com intenções opostas? Além disso, a crítica a esquerda clássica, aos partidos e sindicatos, os processos horizontalizados e autogeridos, de alguma forma não acabaram gerando uma fragmentação do movimento? E a ausência de liderança clara, não pode ter sido um elemento que dificultou uma possível negociação com o governo que poderia levar ao atendimento de algumas pautas como as relativas à saúde, educação e empregos? Ou realmente, frente ao descrédito do sistema político o ideal seria não estabelecer nenhum diálogo com um governo pelo qual não se sente representado? A amplitude das pautas, sua visão a longo prazo e a ausência de pensamento sistêmico que possibilitasse, em algum momento, a realização de ao menos parte das reivindicações, não podem reduzir a potência do movimento? Ou deve-se mesmo trabalhar no âmbito da utopia, ou do impossível, para que assim se consiga de fato modificar o sistema na sua profundidade? Por fim, há espaço para o etapismo, a reforma? Ou a única alternativa válida é a revolução? Essas são perguntas fundamentais para que seja possível iniciar um processo de compreensão do 15M e, portanto, voltarão à tona ao final deste estudo, quando alguns outros dados pertinentes à investigação forem colocados. Vale ressaltar, já de início, que a tendência é que tais perguntas se repitam nas demais análises.

7.4 Depois do 15M

Uma citação de Castells (2013), um entusiasta dos Indignados, demonstra o quão complexo é este exercício de análise: “A questão mais crítica para o movimento tem sido, contudo, como colocar em prática os princípios da democracia que ele propôs à sociedade em geral”. (CASTELLS, 2013, p. 102). E, neste sentido, o autor adverte que para ele está claro que a finalidade primeira do 15M é a “elevação do nível de consciência de seus participantes e da população como um todo”. (CASTELLS, 2013, p. 105). Esta ação, que se dá na escala do indivíduo, muitas vezes relacionada a questões de ordem pessoal e emocional, certamente obteve êxito, já que é inegável a carga de aprendizado e emoção levada por aqueles que participaram destas ações. Isso fica ainda mais claro ao se observar todos os depoimentos registrados pelo documentário *15M: Excelente. Revulsivo. Importante* (15M, 2012) e pelas entrevistas realizadas pelo canal DocPósDoc (DocPósDoc, 2016), explicitando o impacto pessoal que significou o 15M. Entretanto, é preciso pensar para além do indivíduo e até mesmo das ações que se tornaram locais. Em termo municipais, nacionais e até mesmo globais, quais foram os possíveis reflexos gerados pelo 15M?

O não envolvimento dos ativistas do 15M com o processo eleitoral, fruto de sua desconfiança com o sistema político, foi tamanho, que não houve nenhuma indicação do que deveria ser feito nas eleições municipais e federais. De acordo com Castells (2013) nem mesmo a abstenção ou o voto em branco foram estimulados, deixando a cargo de cada cidadão a avaliação e tática a ser estabelecida no pleito. Entretanto, vale ressaltar que houve crescimento significativo para estes casos, como será mostrado no decorrer desta análise.

A crítica à forma como se estabelecia a democracia e aos partidos políticos era tão grande, que não se considerou, em momento nenhum, a possibilidade de criação de um ou mais partidos aptos a representar os ativistas ligados ao movimento. Eles acreditavam em outras políticas, mas que ocorreriam a longo prazo e por outros meios, diferentes daqueles antigos canais criados e mantidos pelos políticos que tanto criticavam. Dentro deste quadro,

vale adiantar um ponto que será abordado logo na sequência: a criação do Podemos¹⁰² não se passa, de certa maneira, incoerente? E as plataformas municipalistas¹⁰³, o que representam neste contexto?

Politicamente, o que ocorreu nas eleições de 2011 não foi apenas uma vitória do PP sobre o PSOE, como supracitado, mas uma quase destruição do partido socialista que dominava o quadro político espanhol desde 1982. Neste sentido, Castells (2013) traz um estudo de Jimenez Sanchez relatado na sequência:

O estudo de Jimenez Sanchez sobre as eleições municipais mostra que o número de votos brancos e nulos aumentou para um patamar que não se via desde 1987, com um incremento de 37% e 48%, respectivamente, em relação às eleições municipais anteriores, realizadas em 2007. Também cresceu o número de votos da Esquerda Unida. Essas tendências correlacionavam-se às cidades em que o movimento tinha presença mais forte. Candidatos conservadores, nacionalistas moderados da Catalunha e bascos pró-independência também tiveram maior votação. O impacto combinado desses votos afetou negativamente o PSOE, que perdeu 19% dos votos obtidos em 2007, sofrendo a mais grave derrota de sua história nas eleições municipais e perdendo, em particular, o governo municipal de Barcelona, cidade que havia governado por três décadas.

As eleições parlamentares de 20 de novembro foram uma retumbante vitória para o PP, que obteve maioria absoluta em termos de cadeiras no Parlamento. Isso foi considerado pelos conservadores, assim como pela mídia que os apoiava, uma rejeição aos valores do movimento pela maioria silenciosa dos eleitores. Na verdade, um exame mais minucioso dos resultados das eleições

¹⁰² O Podemos é um partido político espanhol de esquerda fundado em 2014. O secretário geral do partido é analista político e o eurodeputado Pablo Iglesias. Em menos de uma semana, segundo o diário de notícias, o partido se tornou o mais seguido das redes sociais, superando PP e PSOE (disponível em: <https://www.dn.pt/dossiers/mundo/eleicoes-europeias-2014/noticias/interior/podemos-torna-se-o-partido-mais-seguido-nas-redes-3942879.html?id=3942879>. Acesso em 08 de junho de 2019). Ainda em 2014, quatro meses após sua fundação, o Podemos participou das eleições europeias e conquistou cinco das 54 cadeiras, com 7,98% dos votos.

¹⁰³ Bernardo Gutierrez, em entrevista a Patrícia Fachin, afirma que o municipalismo surgiu no 15M e modificou profundamente as estruturas políticas espanholas. Começaram a ser criadas plataformas que se organizam de forma diferente dos partidos, compondo chapas com indivíduos de diferentes setores e partidos políticos, das quais as mais conhecidas são Ahora Madrid e Barcelona em Comú. Ganhando as eleições de oito prefeituras espanholas, agora conhecidas como prefeituras municipalistas, estas plataformas apostam em uma autogestão urbana, na qual o direito à cidade está no centro do debate, que tem se estendido para uma autogestão econômica, ou seja, no sentido de uma economia cooperativa, combativa e em rede. Disponível em: <https://www.dn.pt/dossiers/mundo/eleicoes-europeias-2014/noticias/interior/podemos-torna-se-o-partido-mais-seguido-nas-redes-3942879.html?id=3942879>. Acesso em 08 de junho de 2019.

conta uma história diferente. O fator-chave nas eleições foi o colapso do PSOE, que perdeu 4.300.000 votos em comparação com a eleição anterior, em 2008, enquanto o PP obteve somente 560 mil votos a mais em relação àquele ano. Os votos restantes foram para partidos menores, que, com uma única exceção, cresceram substancialmente em termos de votos. Com efeito, com o número de votos obtidos em 2011, o PP teria perdido as eleições de 2004 e 2008. Foi a derrota dos socialistas, não a vitória dos conservadores, que deu ao PP o controle do parlamento em função da distorcida lei eleitoral que favoreceu o partido com maioria de votos”. (CASTELLS, 2013, p. 111).

Em 20 de dezembro de 2011, Mariano Rajoy, integrante do PP, assumiu o governo espanhol. Dentre as primeiras medidas tomadas pelo Presidente estava a redução dos gastos públicos e o aumento de impostos com a finalidade de conter o déficit orçamentário, ou seja, dando sequências à políticas de ajustes tomadas pelo governo anterior. Estas políticas tiveram repercussão negativa na economia e provocaram uma segunda recessão vinculada à crise de 2008, sendo que esta durou mais que a anterior (de 2009), se estendendo do último trimestre de 2011 até o segundo semestre de 2013. Como consequência houve um aumento significativo nas taxas de desemprego: de 5,2 milhões pra 6,2 milhões de pessoas. Já em abril de 2012, o governo anunciou mais uma redução dos gastos em educação e saúde, totalizando aproximadamente 10 milhões de euros. Em julho, o Ministério da Saúde lançou uma política de co-pagamento dos tratamentos, fazendo com que os cidadãos se responsabilizassem por parte dos gastos com medicamentos. Mesmo com a tomada de medidas impopulares e que iam de encontro com direitos básicos dos cidadãos espanhóis, em prol de uma melhoria econômica, esta não veio e o prêmio de risco¹⁰⁴ do país superou os 600 pontos básicos.

Por fim, as eleições de 2011 e a ascensão do PP ao poder não modificaram a tensão política espanhola e nem mesmo a satisfação popular. Esta crise se agravou quando, em 2014 nem PSOE nem PP alcançaram resultado esperado nas eleições do parlamento europeu. Em contrapartida, partidos menores ou quase insignificantes até 2011 conseguiram resultados surpreendentes, como é o caso do Podemos, que obteve mais de 8% dos votos.

¹⁰⁴ Prêmio de risco é a diferença entre o rendimento de um título público de um país em relação a outro investimento considerado seguro. Ou seja, é o retorno que os investidores esperam receber para que valha a pena expor um investimento a determinado grau de risco. Quanto maior o risco, ou possibilidade de que não haja o pagamento, maior o prêmio de risco.

O que Castells (2013) entende como impacto mensurável dos Indignados, aparentemente foi pequeno. Nenhuma das propostas se transformou em política e a principal influência acabou sendo a quase destruição do PSOE. Em 19 de dezembro os ativistas declararam greve de sua atividade reflexiva. Uma pergunta pairava: “o que vem em seguida?”

Apesar de as eleições não fazerem parte do programa inicial e do lema *no nos representa* ter sido frequente, emergiram notáveis e exitosos projetos que tinham o pleito como objetivo. Mesmo frente à grande desconfiança de alguns cidadãos que vão às ruas acusar o Podemos de apropriar-se do movimento, não é possível ignorar a conexão entre as inquietações iniciadas em 2011 e seu surgimento, principalmente se leva-se em conta que seu sucesso eleitoral coincidiu com a diminuição das tensões nas ruas. O partido chegou a eleger 5 Eurodeputados em 2014¹⁰⁵ e vai compor, dois anos depois duas das mais relevantes plataformas municipalistas: Ahora Madrid e Barcelona en Comú. A primeira é uma coalizão com o Ganemos que, com o apoio de 9 votos do PSOE, elegeu Manuela Carmena¹⁰⁶, que agora governa a prefeitura com 20 *concejales*, dos quais pode-se citar Pablo Soto¹⁰⁷, Rita Maestre¹⁰⁸ e Guillermo Zapata¹⁰⁹, atores fundamentais para o 15M. Na capital catalã, por sua vez, o Barcelona en Comú guarda conexão com os Indignados através de sua prefeita, que foi porta-voz e uma das fundadoras do Plataforma de los Afectados por la Hipoteca (PAH), movimento muito atuante durante e após os acampamentos. É interessante notar que, apesar de fortalecer-se no rechaço às esferas formais de poder, o 15M acaba por criar vias (outras?) de acesso a essas mesmas instituições. Neste sentido o Partido X, criado pelas plataformas de

¹⁰⁵ Ainda assim, vale ressaltar que o PP elegeu 16 eurodeputados, enquanto o PSOE elegeu 14, o que mentem o que vem sendo observado em outros países que participaram deste ciclo de lutas que é um crescimento da direita conservadora e neoliberal, um enfraquecimento dos partidos de esquerda tradicionais e o surgimento de uma nova esquerda. Nas eleições de 2019 este quadro muda. O PSOE reassume a liderança espanhola elegendo 20 eurodeputados, enquanto o PP elege 12 e o Podemos 6.

¹⁰⁶ Manuela Carmena é uma juíza espanhola, Presidenta da Câmara de Madrid desde 2015. Fez parte do partido Comunista Espanhol (PCE) de 1965 a 1981. Posteriormente se envolveu com a Fundação Alternativa, que está vinculada ao PSOE.

¹⁰⁷ Pablo Soto é um ativista espanhol envolvido com o desenvolvimento de software. Um dos principais atores do 15M, Soto se tornou membro da Câmara Municipal de Madrid, vinculado à plataforma Ahora Madrid.

¹⁰⁸ Rita Maestre é uma ativista espanhola membro do Conselho Municipal de Madrid. Faz parte do Concelho de Cidadãos do Podemos, onde está encarregada de cuidar das políticas de bem-estar. É formada em ciências sociais e esteve envolvida no movimento estudantil e no 15M, neste segundo, sendo ativista do Juventud Sin Futuro.

¹⁰⁹ Guillermo Zapata é um político de Madrid que representa na Câmara Municipal os distritos Fuencarral-El Pardo e Villaverde. Ele venceu as eleições municipais de 2015 fazendo parte da plataforma Ahora Madrid, encabeçada por Manuela Carmena

hackres municipalistas que compunham o 15M, fuge à regra, já que não conseguiu eleger nenhum eurodeputado.

8 O OCCUPY WALL STREET¹¹⁰

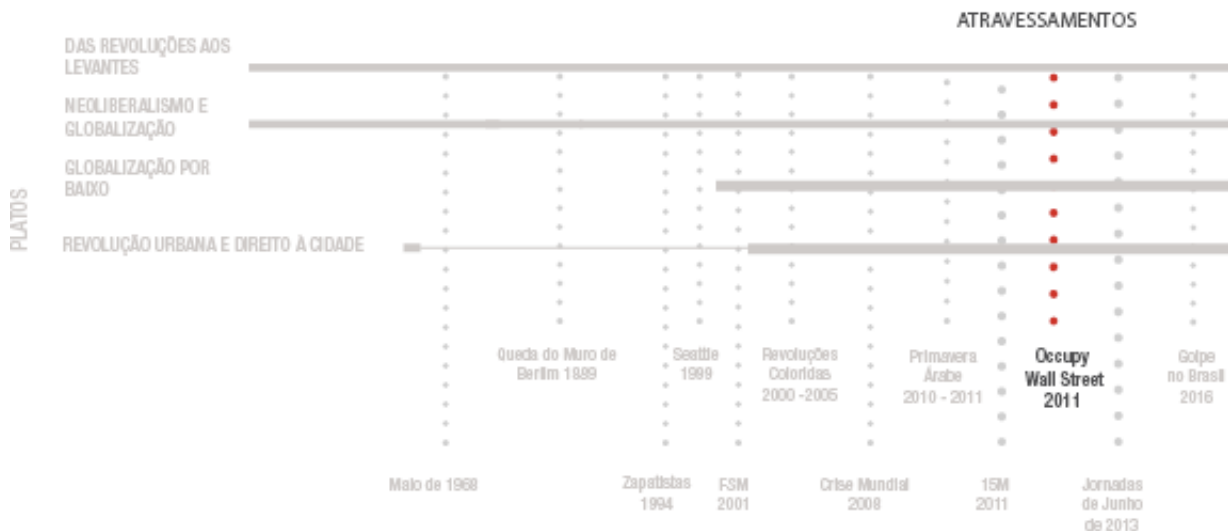


Diagrama 19 Atravessamento - Occupy Wall Street

Fonte: produzido pela autora.

A luta que irrompeu - a do Povo contra o Partido Wall Street - é crucial para nosso futuro coletivo. A luta é de natureza global e local ao mesmo tempo. Une os estudantes que, no Chile, estão comprometidos com uma luta de vida ou morte com o poder político visando a criar um sistema educacional gratuito e de alto nível para todos, começando assim a demonstrar o modelo neoliberal tão brutalmente imposto por Pinochet. Incorpora os manifestantes da Praça Tahrir, que reconhecem que a queda de Mubarak (como o fim da ditadura de Pinochet) foi apenas o primeiro passo da luta para se libertar do poder do dinheiro. Inclui os *indignados* na Espanha, os trabalhadores em greve na Grécia, a oposição militante que começa a surgir em todo o mundo, de Londres a Durban, Buenos Aires, Shenzhen e Mumbai. O domínio brutal do grande capital e o absoluto poder do dinheiro estão na defensiva por toda parte. (HARVEY, 2014, p.284 - 285).

A crise do capitalismo que se instaura, inicialmente nos EUA em 2007, com a questão das hipotecas, como assinalado por Harvey (2014) e exposto no capítulo 6 *Revolução Urbana e direito à cidade*, é o primeiro fato que Castells (2013) aponta ao discorrer sobre as ocupações que ocorreram em Wall Street. O autor lembra das centenas de milhares de despejos, dos

¹¹⁰ As investigações sobre o Occupy Wall Street contaram com a contribuição de vários alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG e pesquisadores do Grupo Indisciplinar. Em um primeiro momento, ao longo da disciplina ACR 037 Tópicos em Arquitetura Contemporânea, Cidade e Cultura, na qual realizei estágio docência, o tema foi debatido e o grupo composto pelos alunos Carolina Guedes, Clara Ciotto, Henrique Porto, Karine Porto, Sara Canton produziu uma primeira linha do tempo de acordo com o método aqui proposto. Posteriormente realizei uma pesquisa bibliográfica, juntamente com a produção de dados para a realização da linha do tempo deste movimento. A coleta de dados, preenchimento de uma planilha e diagramação da linha foi realizada em parceria com os pesquisadores do Grupo Indisciplinar Henrique Porto e Ana Luísa Schoenell.

milhões de cidadãos saqueados, das milhares de firmas fechadas e dos milhões de empregos e salários reduzidos. O sistema financeiro estava a beira do colapso e os responsáveis por isso eram, segundo o autor, os administradores do país e sua ganância.

Entretanto estes administradores, membros dos dois partidos americanos, optaram por socorrer o sistema financeiro, em detrimento da população. Castells (2013) lembra que Barack Obama, suprimido pela crise, age tal como Zapatero, deixando de lado a maioria de suas promessas de campanha. E, ainda neste quadro, a concentração de renda e a desigualdade social seguem aumentando.

A parcela da renda americana apropriada pelo 1% mais rico pulou de 9% em 1976, para 23,5% em 2007. O crescimento cumulativo da produtividade entre 1998 e 2008 chegou a cerca de 30%, mas os salários reais cresceram somente 2% durante a década. O setor financeiro apropriou-se da maior parte dos ganhos de produtividade, com sua parcela dos lucros crescendo de 10% na década de 1980 para 40% em 2007, e o valor de suas ações, subiu de 6% para 23%, apesar de ele empregar apenas 5% do total da força de trabalho. Na verdade, o 1% mais rico apropriou-se de 58% do crescimento econômico nesse período. Na década anterior à crise, os salários reais por hora aumentaram 2% enquanto a renda dos 5% mais ricos aumentou 42%. O salário de um diretor executivo era cinquenta vezes maior que o do trabalhador médio em 1980 e 350 vezes em 2010. (CASTELLS, 2013, p. 117 - 118).

O *Partido de Wall Street*, como bem lembra Harvey (2014) é um dos mais influentes dos Estados Unidos, tendo dominado por aproximadamente quatro décadas as políticas presidenciais do país¹¹¹, além de grande parte do aparato do Estado e do judiciário, o que inclui a Suprema Corte. Sua forma de atuação, como coloca o autor, está baseada em uma supremacia do poder financeiro à qual não haverá oposição capaz de superar. O poder do capital, financeiro, rentista, imaterial, não produtivo, neste caso, não se expressa apenas pelo

¹¹¹ O *Partido de Wall Street* incorpora as disputas políticas dos EUA sempre em benefício próprio, ou seja, não há um apoio a Democratas ou Republicanos, mas uma estratégia de sempre lucrar independentemente de com quem estiver o poder. Os Presidentes Democratas dos EUA foram: Andrew Jackson (1829 - 1837); Martin Van Buren (1837 - 1841); James K. Polk (1845; 1849); Franklin Pierce (1853 - 1857); James Buchanan (1857 - 1861); Andrew Johnson (1865 - 1869); Grover Cleveland (1885 - 1889); Grover Cleveland (1893 - 1897); Woodrow Wilson (1913 - 1921); Franklin D. Roosevelt (1933 - 1945); Harry S. Truman (1945 - 1953); John F. Kennedy (1961 - 1963); Lyndon B. Johnson (1963 - 1969); Jimmy Carter (1977 - 1981); Bill Clinton (1993 - 2001); Barack Obama (2009 - 2017). Enquanto os Republicanos foram: Abraham Lincoln (1861 - 1865); Ulysses S. Grant (1869 - 1877); Rutherford B. Hayes (1877 - 1881); Chester A. Arthur (1881 - 1885); Benjamin Harrison (1889 - 1893); William McKinley (1897 - 1901); Theodore Roosevelt (1901 - 1909); William Howard Taft (1909 - 1913); Warren G. Harding (1921 - 1923); Calvin Coolidge (1923 - 1929); Herbert Hoover (1929 - 1933); Dwight D. Eisenhower (1953 - 1961); Richard Nixon (1969 - 1974); Gerald Ford (1974 - 1977); Ronald Reagan (1981 - 1989); George H. W. Bush (1989 - 1993); George W. Bush (2001 - 2009); Donald Trump (2017 - dias atuais).

privilégios de acumulação, mas inclui a herança de terra por domínio direto e indireto dos recursos e comando do trabalho de quem for necessário. Domínio este que, para o geógrafo, é propagado por ser, de certa forma, inerente ao modo de se fazer política imposto por um tipo de classe capitalista.

Esta leitura permite Harvey (2014) apontar que a classe trabalhadora se vê coagida a submeter-se à regras abusivas e exploratórias por entender que estas fazem parte de um sistema amplo. “As leis coercitivas da concorrência forçam todos nós, em certa medida, a obedecer às normas desse sistema cruel e empedernido. O problema é sistêmico, não individual”. (HARVEY, 2014, p. 278). Han (2018), por sua vez, alerta o seguinte:

Muito mais eficiente é a técnica de poder que faz com que as pessoas se submetam ao contexto de dominação *por si mesmas*. Essa técnica busca ativar, motivar e otimizar, não obstruir ou oprimir. A particularidade de sua eficiência está no fato de que não age através da proibição e da suspensão, mas através do agrado e da satisfação. Em vez de tornar as pessoas *obedientes*, tenta deixá-las *dependentes*. (HAN, 2008, p. 26).

As práticas do Partido Wall Street em nada divergem das clássicas neoliberais. Seus princípios têm como base a acumulação de capital que ocorre a todo curso, o que inclui o saque dos cofres públicos e a ausência de ações estatais em prol de questões sociais. O uso do discurso de Reagan (1981 – 1989), contribuiu para convencer a população de que o Estado nunca tomará medidas que visem melhoria da vida cotidiana. Castells (2013) lembra alguns dos responsáveis por estas narrativas: Madoff, Wagoner, Nardellim Pandit, Lewis, Sullivan, todos ocupantes de importantes cargos governamentais do governo Bush, Paulsen, Summers, Bernanke, Geithner e Obama, “que racionalizavam a dor das pessoas e diziam ser necessário salvar o setor financeiro para salvar suas vidas”. (CASTELLS, 2013, p. 118).

Estes discursos, como lembra Harvey (2014), vinham acrescidos do uso de medidas de vigilância e violência, parte do aparato estatal, que restringem o acesso da população sobre aquilo que é público, incluindo os espaços como parques e praças. Entretanto, vale lembrar que esta violência e controle, ocorrem na ordem biopolítica, por meio de um discurso que convence sobre uma suposta liberdade de ação e expressão, mas que, na realidade atua de forma amplamente coercitiva. Estratégia que vem acompanhada de uma luta de classes silenciosa,

mascaradas por narrativas, muitas vezes relacionadas a questões sociais e culturais que se dizem parte da essência daquela nação, ofuscando os interesses do Partido.

O Partido de Wall Street sabe muito bem que, quando os questionamentos políticos e econômicos profundos se transformam em questões culturais, elas se tornam irrespondíveis. Ele recorre regularmente a uma profusão de opiniões de especialistas submissos, na maioria empregados nos *think tanks* e nas universidades por ele financiados, espalhados pelos meios de comunicação que controla, para criar polêmicas sobre os mais variados tipos de questões totalmente desimportantes e propor soluções a problemas inexistentes. Em um momento falam apenas sobre a austeridade necessária a todas as pessoas para conseguir sanar o déficit público, e no outro propõe reduzir seus próprios impostos, não importa qual o impacto que isso possa ter sobre o déficit. A única coisa que não pode ser abertamente debatida e discutida é a verdadeira natureza da guerra de classes que les vêm travando incessante e implacavelmente. Designar alguma coisa como 'guerra de classes', no clima político atual e de acordo com seu julgamento dos especialistas, é colocar a questão muito além da esfera das considerações sérias - pode-se até mesmo ser tomado por tolo, se não sedicioso. (HARVEY, 2014, p. 280).

Segundo Castells (2013) o primeiro momento de indignação popular foi a ascensão do Tea Party, uma espécie de liberalismo acrescido de populismo que deu espaço a manifestações de opositores indignados com o governo de uma forma geral e com Obama especificamente. Entretanto a comprovação de que o Tea Party era patrocinado pelas Indústrias Koch e sua incorporação ao Partido Republicano, levou a queda de respaldo do grupo para parte significativa de seus seguidores. Por outro lado, a influência dos demais levantes globais, principalmente os que ocorreram no Egito, na Tunísia e na Espanha, estimulou os futuros ocupantes a buscarem outras formas de articulação¹¹².

Estas inspirações são vistas sob diferentes óticas por Harvey (2014) e Castells (2013). Para o primeiro, estes levantes representaram uma compreensão popular da importância da ocupação das ruas, colocando-a em oposição à ocupação das redes sociais, principalmente Twitter e Facebook. "O que a praça Tahrir mostrou ao mundo foi uma verdade óbvia: que os corpos nas ruas e praças, e não a tagarelice sentimental do Twitter ou do Facebook, é o que realmente importa". (HARVEY, 2014, p.281). Já o segundo ressalta o papel das redes afirmando que "Num mundo conectado ao vivo pela internet, cidadãos comprometidos ficaram imediatamente a par de lutas e projetos com os quais podiam se identificar (...) as redes da

¹¹²Dentre estes modelos, cabe destacar o 15M como o de maior influência.

internet se tornaram cruciais (...) para formar um movimento político insurgente”. (CASTELLS, 2013, p. 119). Pensando a análise aqui realizada sobre a influência das redes neste ciclo de lutas, tal como sua comprovada atuação no movimento 15M, acredita-se na potência estabelecida pela ação conjunta entre redes e ruas. É sim preciso ocupar as ruas, mas neste momento da globalização, a ocupação das redes e seu uso como dispositivo de articulação, luta, afeto e produção de subjetividades, é fundamental.

O movimento *#spanishrevolution* foi muito bem recebido por grande parte da população dos EUA, inclusive entre funcionários públicos e sindicatos. Muitos, como lembra Castells (2013), chegaram a ir a Europa buscar inspiração de como construir a luta em seus países. Eles estiveram presentes em uma importante reunião, realizada em 15 de outubro de 2011, cujo lema era a construção de um projeto de mudança global.

Em meio a esta construção conectada mundialmente de uma possível potência, no dia de junho de 2011 (vide linha do tempo) a revista *Adbusters* convocou a população estadunidense a ocupar Wall Street via *#occupywallstreet* via publicação no Twitter e no dia 13 do mesmo mês o fez via email e por meio do site *occupywallstreet.org*. Castells (2013) os cita: “Você está pronto para um momento Tahrir? No dia 17 de setembro¹¹³, invada Lower Manhattan, monte barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupe wall street”. (ADBUSTERS, apud CASTELLS, 2013, p. 120).

Mesmo havendo esta atribuição do início das manifestações para a publicação da revista, outros atores reivindicam, para si, a origem do movimento. É o caso de David Degraw que, desde 2010 vinha denunciando os abusos capitalistas realizados pelo governo e que, no dia 15 de fevereiro deste ano publicou uma convocatória de manifestação dos 99%. *ApendStatus*, uma rede de ativistas, por sua vez, vinha há alguns anos postando denúncias em seu site sobre os impactos da financeirização nos EUA. Eles sofreram vários ataques cibernéticos, como lembra Castells (2013) e foram socorridos pelo *Anonymous*. Em parceria, ambos atores passaram a investir no movimento dos 99%, criando a plataforma 99A que convocou a população a ocupar o Liberty Park em 14 de junho, mas não obteve sucesso, da mesma forma que havia ocorrido

¹¹³ 17 de setembro é o dia em que se comemora a assinatura da Constituição dos EUA.

com o *Dia de Fúria*, chamado pelo Anonymous em 23 de março. Ainda que fracassadas nestas primeiras convocações, o movimento gerado por esses atores acabou criando, de acordo com o autor, um clima de ativismo na cidade de Nova Iorque que contribuiu diretamente para o sucesso da convocação realizada pela revista *Adbusters*. No dia 17 de setembro havia aproximadamente mil manifestantes em Wall Street.

Assim começa o movimento de Wall Street que, ocupou o Parque Zuccotti, em Manhattan, com o uso de slogans diversos, dos quais dá-se maior destaque ao *Injustiças perpetradas por 1% da população - elites políticas e econômicas afetam os outros 99%, nós - ocupem Wall Street*. Para Gohn (2014a) não havia uma pauta específica para o levante, entretanto, tal slogan angariou multidões que criaram uma identidade em torno da crítica ao capitalismo financeiro.

O objetivo desse movimento nos Estados Unidos é simples. Ele diz: 'nós, o povo, estamos determinados a recuperar nosso país dos poderes endinheirados que hoje o dirigem. Nosso objetivo é provar que Warren Buffett está errado. Sua classe, a dos ricos, não mais governará sem nunca ser contestada, nem herdará a terra automaticamente. Nem a sua classe, a dos ricos está destinada a vencer sempre'. Diz também: 'Nós somos 99%. Temos a maioria, e essa maioria pode e deve prevalecer e prevalecerá. Uma vez que todos os outros canais de expressão nos estão fechados pelo poder do dinheiro, não temos outra opção a não ser ocupar os parques, praças e ruas de nossas cidades, até que nossas opiniões sejam ouvidas e nossas necessidades atendidas'. (HARVEY, 2014, p. 281).

Vale ressaltar que as ocupações de Wall Street não se restringiram a este lugar. Sua tática de ocupar espaços públicos centrais e realizar debates sobre a forma de atuação das forças hegemônicas nas redondezas, se espalhou por outras cidades dos Estados Unidos (Chicago, Boston, Washington, Los Angeles, Atlanta, Fort Lauderdale, Tampa, Houston, Austin, Filadélfia, Nova Orleans, Cleveland, Las Vegas, Jersey City, Hartford, Salt Lake City, Cincinnati, Seattle, etc.) e do mundo (Roma, Frankfurt, Berlim, Sydney, Hong Kong, Tokyo, Toronto, Los Angeles, Madrid, Londres, Amsterdam, Tel Aviv, etc.), como pode ser observado nos mapas presentes na linha do tempo anexa. Segundo Gohn (2014a) "a crise deu legitimidade e espaço para que a população norte americana, num primeiro momento, visse os insurgentes como heróis (...). Nesse cenário, o movimento surgiu e começou a se espalhar por várias cidades do país". (GOHN, 2014a, p.125).

Importantes intelectuais, como Naomi Klein, e Zizek apoiaram o movimento e tiveram um momento de fala na ocupação:

Nossa mensagem básica é: o tabu já foi rompido, não vivemos no melhor mundo possível, temos a permissão e a obrigação de pensar em alternativas. Há um longo caminho pela frente, e em pouco tempo teremos de enfrentar questões realmente difíceis – questões não sobre aquilo que não queremos, mas sobre aquilo que QUEREMOS. Qual organização social pode substituir o capitalismo vigente? De quais tipos de líderes nós precisamos? As alternativas do século XX obviamente não servem.

Então não culpe o povo e suas atitudes: o problema não é a corrupção ou a ganância, mas o sistema que nos incita a sermos corruptos. A solução não é o lema “Main Street, not Wall Street”, mas sim mudar o sistema em que a Main Street não funciona sem o Wall Street. (ZIZEK, 2011, sem página)¹¹⁴.

A adesão ampliada de diferentes fragmentos da população estadunidense ao movimento (estudantes, imigrantes, subempregados, e ameaçados, em geral, pela política de austeridade imposta por Wall Street aos EUA e ao mundo) apresenta, de acordo com Harvey (2014), algumas razões principais das quais se pode citar: (i) o crescimento do número de desempregados e pessoas em situação de miséria; (ii) o alto índice de despejo e confisco de bens; (iii) os níveis alarmantes de exploração trabalhista e mercantilização da mão de obra, contando, inclusive, com imigrantes em situação de escravidão. Entretanto, os ocupantes queriam alcançar mais que estes grupos diretamente atingidos e chegar aos “alienados” e insatisfeitos de uma forma geral.

Os estadunidenses acreditam na igualdade. As pesquisas de opinião pública mostram que eles acreditam (a despeito de suas preferências político-partidárias) que os 20% mais ricos da população podem ter justificada sua reivindicação de 30% da riqueza total, mas que o fato de eles atualmente controlarem 85% dela é inaceitável. O que o movimento Occupy Wall Street propõe é que nós, o povo dos Estados Unidos, assumamos o compromisso de reverter esse nível de desigualdade - não apenas em termos de riqueza e rendas, mas, o que é ainda mais importante, em termos do poder político que tal disparidade confere e reproduz. O povo dos Estados Unidos tem um orgulho legítimo de sua democracia, mas ele está permanentemente ameaçado pelo poder corrupto do capital. Agora quando ela está dominada por esse poder, não há dúvida que chegou o momento de fazer outra revolução norte-americana, cuja necessidade Thomas Jefferson já havia sugerido há muito tempo: uma baseada na justiça social, na igualdade e em uma abordagem generosa e altruísta de nossa relação com a natureza. (HARVEY, 2014, p. 284).

¹¹⁴ Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street/>. Acesso em 08 de junho de 2019.

Desde o primeiro dia de ocupação a polícia se mostrou ativa frente ao movimento, contando com centenas de prisões respaldadas pelas mais diversas justificativas. Isso pode ser observado no Diagrama 19, quando indicado que o segundo ator mais figurado nas narrativas levantadas para composição da linha do tempo é, justamente, a New York Police Department (NYPD). Como ator o NYPD é figurado 19 vezes (sem contar as três vezes em que aparece como antagonismo), perdendo apenas para os manifestantes, que aparecem 20 vezes.

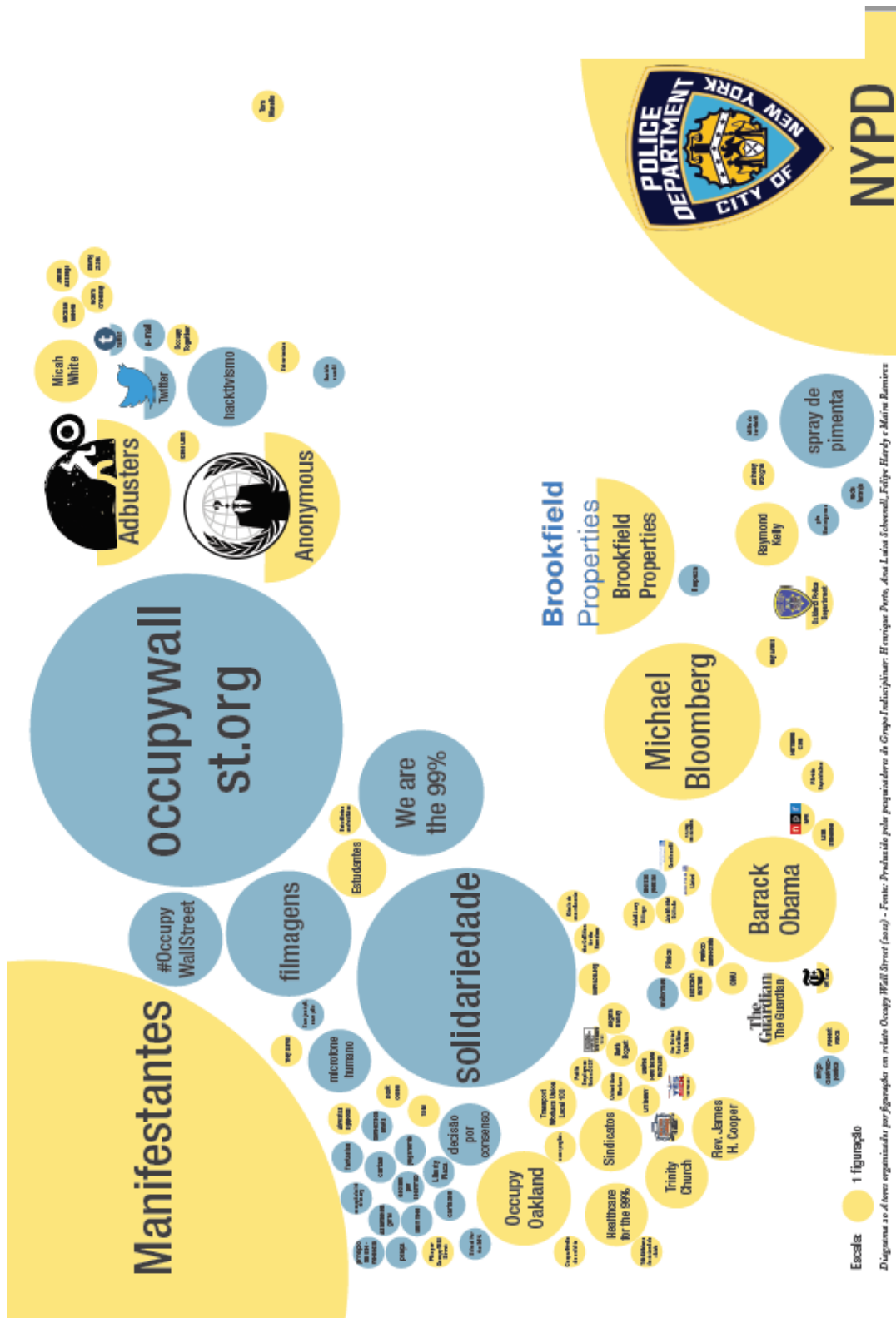


Diagrama 20 - Atores figurados nas narrativas e eventos do Occupy Wall Street (2011)
 Fonte: Fonte: Produzido pelos pesquisadores do Grupo Indisciplinar: Henrique Porto, Ana Luisa Schoenell e Maíra Ramirez.

Castells (2013) argumenta que o Occupy foi, predominantemente, uma ação não violenta, o que a princípio não justifica resposta tão truculenta por parte da polícia. A resposta violenta foi, de forma geral, prevista pelos manifestantes que tentaram, de alguma maneira, se proteger. O autor lembra que o movimento tentou, em grande parte, fazer uso de instrumentos legais em seu favor. No caso da ocupação do Zuccotti Park, por exemplo, havia uma proteção paradoxal, já que, por se tratar de uma propriedade privada, a empresa responsável demorou certo tempo analisando o custo benefício de reivindicar o espaço expulsando os manifestantes. Em outras localidades semelhante avaliação necessitava ser feita, mesmo que pelo poder local e, neste processo, os ativistas ganhavam tempo, volume, apoio e espaço de divulgação.

Em alguns lugares como Los Angeles, Castells (2013) aponta para uma tendência pacífica de resposta governamental e, conseqüentemente, policial. Entretanto, em outras, o tratamento não era semelhante. Oakland, por exemplo, já conhecida por possuir uma polícia violenta, ligada a vários assassinatos injustificados, foi palco de grandes e sangrentos confrontos entre manifestantes e policiais que deixaram dezenas de feridos, centenas de presos e duas pessoas gravemente machucadas (vide linha do tempo). Esta ação policial acabou por reforçar e ampliar o levante na cidade, o que poderá ser percebido em outros casos, como nas Jornadas de Junho de 2013, nas quais a violência policial simbolizou mais força para os ativistas. Já em relação ao Occupy Wall Street como um todo, este fator, somado à rede estabelecida entre as diferentes ocupações dentro e fora dos Estado Unidos levou ao uso repetitivo da palavra solidariedade. Além de um ato e uma narrativa, *solidariedade* se tornou uma espécie de palavra de ordem (por este motivo, classificada na linha do tempo, como ator não humano) repetida inúmeras vezes ao longo da ocupação. Como pode ser observado no Diagrama 22, este ator não humano veio diversas vezes relacionado à ações violentas e à ocupação de Oakland.

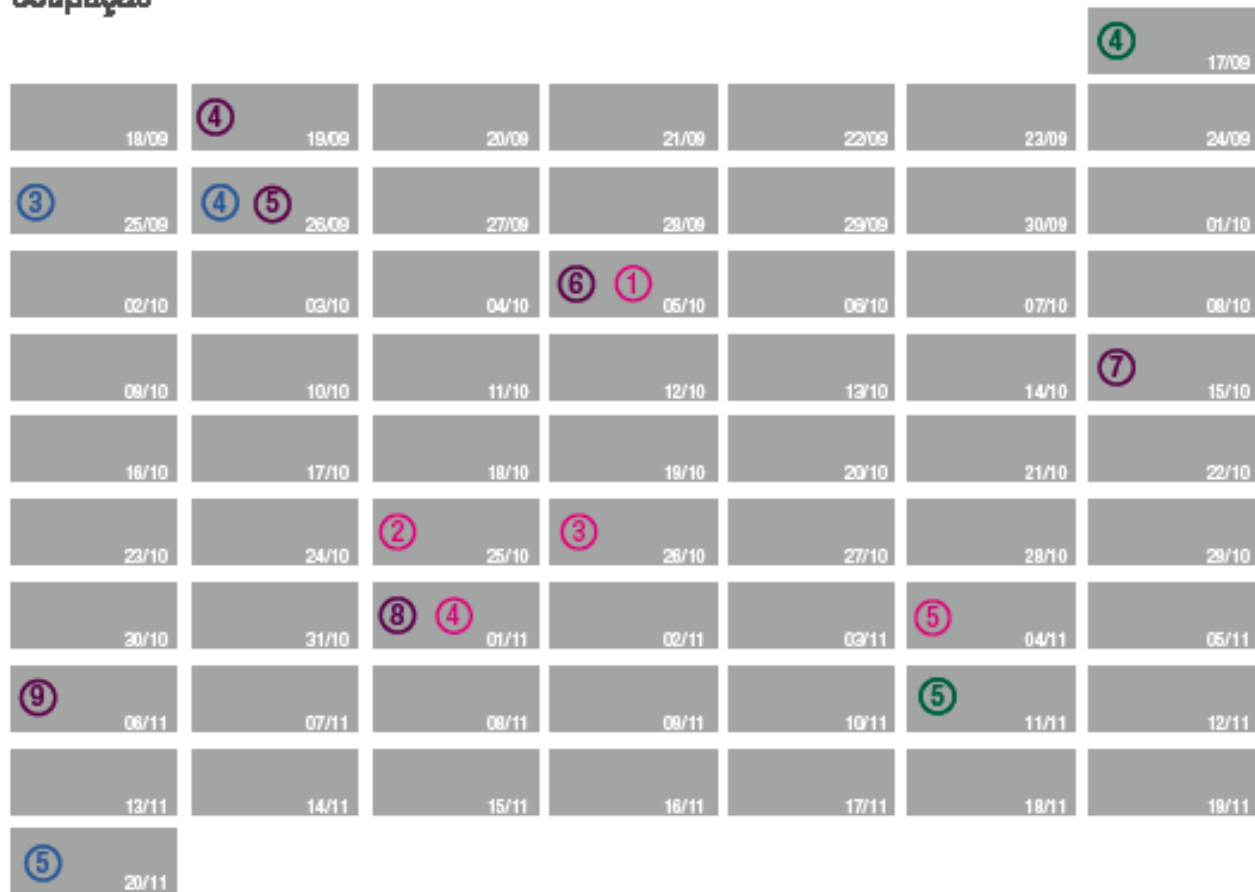
Já o Diagrama 21, apresentado a seguir, mostra a frequência de figuração deste e de outros atores nas narrativas usadas para a formação da linha do tempo. São eles: solidariedade, occupy.org, Adbusters e Anonymous. A escola destes atores para desenvolvimento da análise se deu porque entende-se que sua participação no levante foi muito significativa. Foram atores que influenciaram diretamente os rumos do Occupy Wall Street.

Occupy Wall Street

antecedentes



ocupação



desdobramentos



legenda: Adbusters Anonymous Occupywallst.org Solidariedade

Diagrama 21 - Principais atores figurados no Occupy Wall Street
 Fonte: Produzido pelos pesquisadores do Grupo Indisciplinar: Henrique Porto, Ana Luisa Schoenell e Maíra Ramirez.

Solidariedade

segunda-feira

hora	segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado	domingo
00:00	0	0	0	0	0	0	0
01:00	0	0	0	0	0	0	0
02:00	0	0	0	0	0	0	0
03:00	0	0	0	0	0	0	0
04:00	0	0	0	0	0	0	0
05:00	0	0	0	0	0	0	0
06:00	0	0	0	0	0	0	0
07:00	0	0	0	0	0	0	0
08:00	0	0	0	0	0	0	0
09:00	0	0	0	0	0	0	0
10:00	0	0	0	0	0	0	0
11:00	0	0	0	0	0	0	0
12:00	0	0	0	0	0	0	0
13:00	0	0	0	0	0	0	0
14:00	0	0	0	0	0	0	0
15:00	0	0	0	0	0	0	0
16:00	0	0	0	0	0	0	0
17:00	0	0	0	0	0	0	0
18:00	0	0	0	0	0	0	0
19:00	0	0	0	0	0	0	0
20:00	0	0	0	0	0	0	0
21:00	0	0	0	0	0	0	0
22:00	0	0	0	0	0	0	0
23:00	0	0	0	0	0	0	0

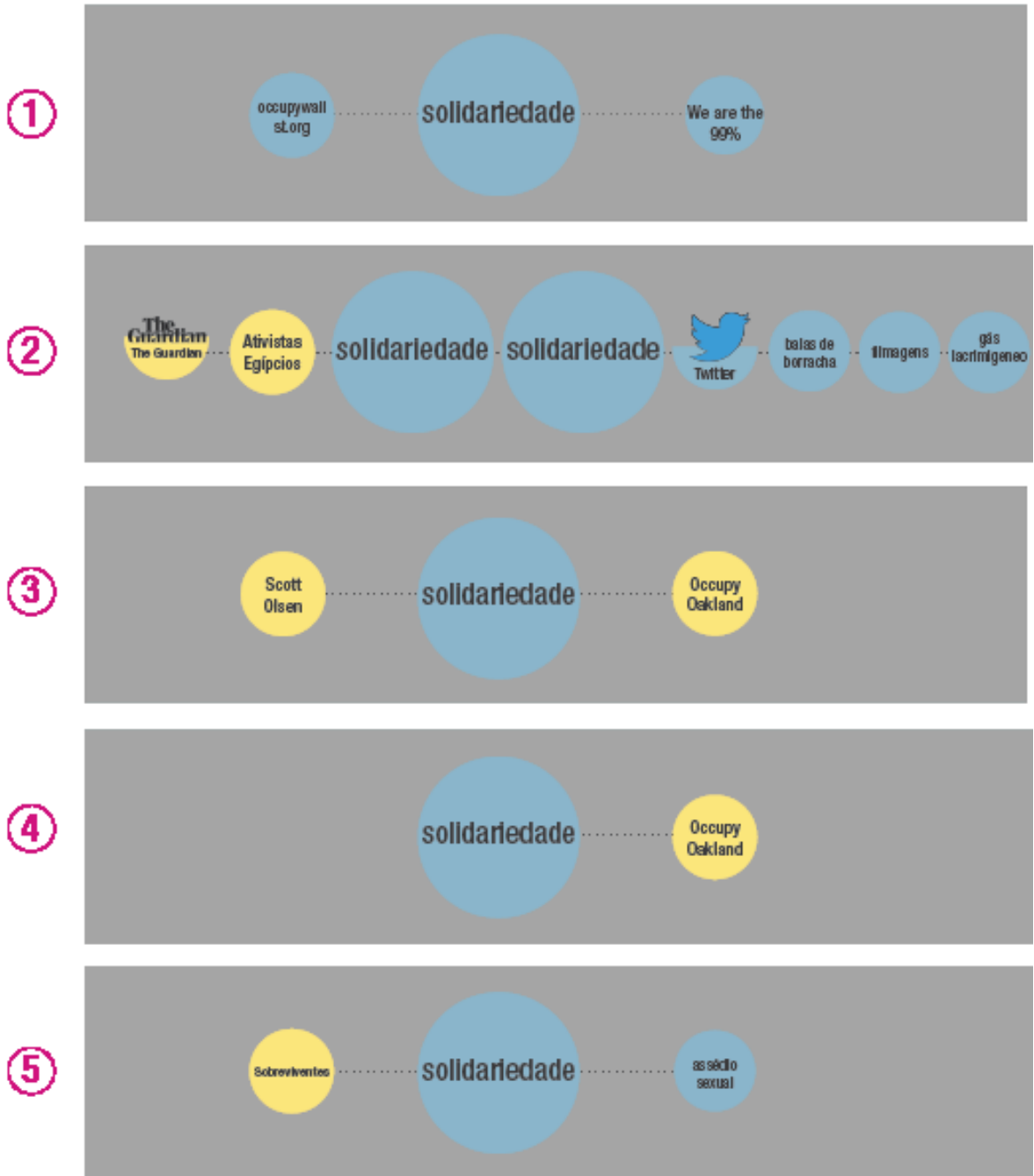


Diagrama 22 - Solidariedade: participação no Occupy Wall Street e agenciamientos

Fonte: Produzido pelos pesquisadores do Grupo Indisciplinar: Henrique Porto, Ana Luisa Schoenell e Maíra Ramirez.

A repulsa às ações policiais foi marcante no Occupy e teve um ator fundamental nesse processo: o Anonymous. Como pode ser observado na linha do tempo em anexo, este ator humano foi responsável por realizar muitas denúncias sobre as ações policiais. Era como se seu principal papel ali fosse registrar e denunciar tais abusos. As denúncias sobre a violência policial eram realizadas por este e outros atores, dentre eles os próprios manifestantes, e propagada principalmente via Twitter.

Ainda sobre a polícia, Castells (2013), tal como destacado na linha do tempo, aponta que, no dia primeiro de outubro, quando cinco mil manifestantes tomaram a Brooklyn Bridge, a polícia prendeu mais de setecentas pessoas. Como supracitado, este tipo de atitude policial acaba aumentando a potência do movimento. A resposta veio logo e, no dia 8 do mesmo mês, 15 mil pessoas manifestaram-se no Zuccotti Park. O Occupy Wall Street havia estourado e se espalhado pelas redes, praças e ruas. Castells (2013) indica a existência de diferentes formas de ocupação deste levante que iam desde o modelo de acampadas presente na Espanha, até alguns locais em que as reuniões ou assembleias ocorriam semanalmente com o objetivo de postar informações no Facebook.

Dentre estas distintas maneiras de se organizar, há também, uma diversidade grande de perfil de ocupantes. Castells (2013) indaga quem seriam estes, mas aponta que, com as pesquisas ainda em andamento, não conseguiria responder com precisão a esta pergunta. Era possível afirmar, naquele momento, apenas que havia diferentes formas de engajamento e participação o que revelava, também, a presença de indivíduos com perfis distintos. O autor recorre a uma pesquisa on-line coordenada por Sasha Costanza-Chock, do MIT e pela Rede de Pesquisa do Occupy para buscar respostas um pouco mais precisas.

Segundo estas pesquisas, a parte mais engajada do movimento era, em sua maioria, formada por jovens profissionais e estudantes, mulheres, em um número um pouco maior, que tinham de vinte a quarenta anos. Aproximadamente a metade trabalhavam em horário integral, mas havia um número significativo de desempregados, subempregados, empregados em tempo parcial ou empregos temporários. A renda da maioria estava de acordo com a média geral dos

estadunidenses, tendo a maior parte finalizado o ensino médio, com muitos casos que acabaram o ensino superior.

Assim como ocorre com movimentos semelhantes em outros países, os participantes do occupy pareciam pessoas relativamente jovens e instruídas, cujas expectativas profissionais se veem limitadas na economia atual. Em sua maioria são brancos, embora haja presença de minorias, em particular, de afro-americanos, que frequentemente organizam suas próprias reuniões no interior do movimento. No entanto, somente cerca de 1/5 dos ocupantes realmente dormia nos acampamentos. A ampla maioria participava das atividades diárias, e cerca de 3/4, das manifestações de rua". (CASTELLS, 2013, p. 127).

Assim, apesar da presença de alguns sindicalistas e trabalhadores de meia idade, tal qual o ocorrido no 15M, a luta de classes não foi um elemento significativo neste movimento. Ela não estava presente nas pautas, nem no perfil geral dos manifestantes que, inclusive, entraram algumas vezes em conflito com moradores de rua que encontraram nas ocupações abrigo, alimentação e proteção.

A questão ideológica apresentava-se como ponto de divergência entre os ocupantes. Tal como os Indignados, os ativistas de Wall Street não tinham um alinhamento político ideológico¹¹⁵. Castells (2013) afirma que havia mais anarquistas que liberais, mas membros do segundo grupo estavam presentes (alguns deles republicanos), além de ex-militantes do Tea Party e alguns poucos esquerdistas. Em resumo, de modo geral, os manifestantes eram majoritariamente democratas ou pessoas politicamente independentes buscando maneiras de transformar o mundo e suas vidas.

A característica mais importante dos ocupantes talvez seja o fato de que o movimento tinha seus antecedentes, ainda que ele fosse espontâneo e não tivesse liderança. Cálculos preliminares da Rede de Pesquisa Occupy indicam que a ampla maioria das pessoas que atuaram no movimento havia participado de vários movimentos sociais e se envolvido com organizações não governamentais e campanhas políticas. Também tinham presença em redes de militância na internet, postando vídeos e participando de animados fóruns políticos. Ao convergirem no movimento Occupy Wall Street a partir de múltiplas correntes de resistência e política alternativa. Formaram um caudaloso rio de protestos e projetos que inundou as planícies, escalou as montanhas e se aninhou nas cidades de todo o país. (CASTELLS, 2013, p. 128).

¹¹⁵Esta característica é típica dos movimentos multitudinários, como pode ser observado em sua conceituação presente no capítulo 3 *Das revoluções aos levantes: uma abordagem conceitual das resistências*.

Esta característica é um dos principais pontos que difere o ocorrido o Occupy dos demais movimentos aqui analisados (15M e Jornadas de Junho de 2013). Isso porque, como o que foi colocado a respeito do 15M e poderá ser observado também ao longo da leitura sobre as Jornadas de Junho de 2013, nestes levantes a maior parte dos envolvidos nunca tinha participado de nenhum movimento político anteriormente, seja ele da ordem de sindicatos, partidos, ONGs ou grupos ativistas em geral.

Entretanto, há muitas outras semelhanças que aproximam estes movimentos. A principal delas é a presença massiva e decisiva da internet. Segundo Castells (2013), a rápida difusão geográfica do movimento para espaços internos e externos às fronteiras do país só foi possível devido a presença das redes. Como de costume, o autor destaca a junção realizada pelos manifestantes desta ferramenta e da ocupação dos espaços públicos. “Um não conseguia funcionar sem o outro; esse espaço híbrido é que caracteriza o movimento”. (CASTELLS, 2013, p. 128).

Tal como ocorreu no 15M, a experiência da ocupação transcende a ação política teórica e se torna uma experimentação de outra possibilidade de existência que, de certa forma, mostra ser possível viver deslocado dos ditames do capital. É isso que Castells (2013) aponta ao relatar o cotidiano das ocupações, suas dificuldades e a forma como resolviam, em assembleia, questões complexas de organização. Entretanto, o autor não coloca questões relativas à escala ou duração. É preciso compreender que certas experiências, principalmente em nível de horizontalidade e autogestão, podem funcionar, mesmo que com muitas dificuldades, em grupos pequenos e/ou por uma fração determinada de tempo. Como afirmado por Harvey (2014) e apontado no capítulo *A crise do capitalismo e os levantes urbanos, uma leitura de Harvey*, este tipo de organização é impensável em escala metropolitana, que dirá global. Além disso, vale ressaltar a condição afirmada e reafirmada ao longo este texto, do neoliberalismo como razão de mundo.

Entretanto é preciso destacar, como realizado ao longo de todo este trabalho, a importância das redes também para este levante. Castells (2013, p. 130) anuncia que o “Occupy Wall Street nasceu nas redes”. Vários blogs estimularam a ocupação, postando hashtags no

Twitter e Facebook, das quais a mais relevante foi a #occupywallstreet registrada pelo *Adbusters* em 9 de junho de 2011 (vide linha do tempo). Essa iniciativa extrapolou as fronteiras dos Estados Unidos sendo que nos primeiros dias havia mais publicações pró ocupação oriundas das pessoas na Espanha que nos EUA. Uma pergunta surge: Por quê? A Espanha ainda encontrava-se imersa no movimento 15 de maio e, neste momento, se tornou a maior estimuladora das ações em Wall Street. Essa influência transnacional precisa ser analisada cuidadosamente.

Um estudo inédito de Kevin Driscoll e François Bar, do Annenberg Innovation Lab de USC, coletou tuítes continuamente, desde 12 de outubro de 2011, comparando-os com um conjunto em expansão de aproximadamente 289 expressões e palavras-chave correlatas. No mês de novembro, eles observaram cerca de 120 mil tuítes relacionados ao movimento num dia típico, com um pico de mais de 500 mil durante a incursão ao Zuccotti Park, no dia 15. A análise de Gilad Lotan sobre o tráfego no Twitter relacionado ao movimento mostra que os picos estiverem associados a momentos cruciais, como a primeira tentativa de remoção da Ocupação Zuccotti Park, em 13 de outubro. (CASTELLS, 2013, p. 131).

Castells (2013) lembra que além do Twitter, as ocupações de Wall Street movimentaram outros canais, como o Tumblr¹¹⁶ em página “Nós somos os 99%”, postada em meados de agosto (vide linha do tempo) por Chris (preferiu não informar o nome todo) e Priscila Grim, envolvidos em militância social. Esta foi uma ferramenta fundamental para a difusão do movimento, já que se tratava de um espaço aberto para recebimento de depoimentos anônimos que acabou viralizando. “Em outubro de 2011, o site do grupo estava recebendo cerca de cem solicitações de admissão por dia. Já em fevereiro de 2012 havia 225 páginas de posts”. (CASTELLS, 2013, p. 132).

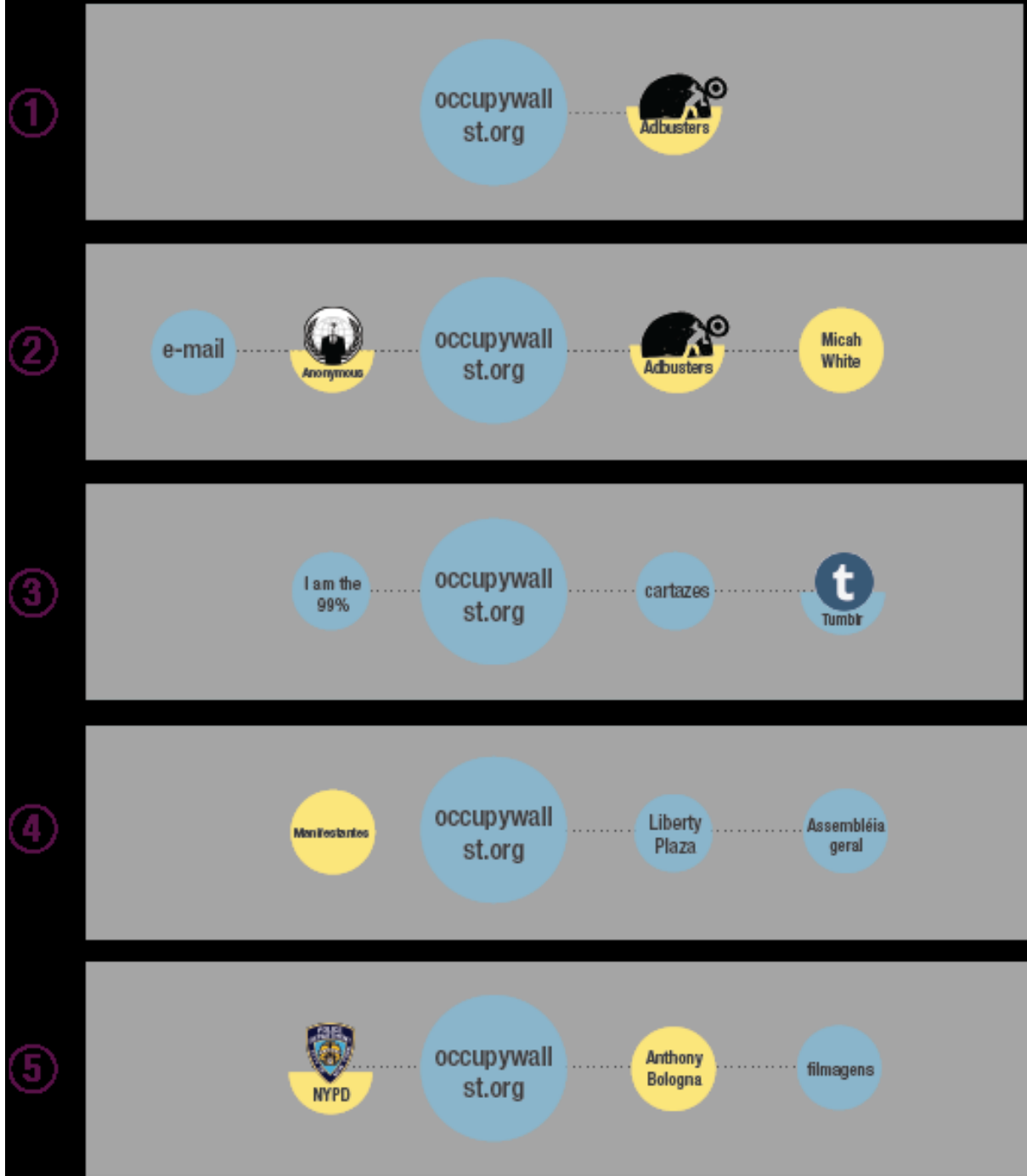
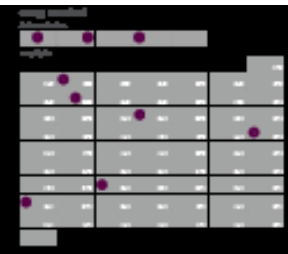
O autor ressalta a relevância das redes não só na preparação para o Occupy, mas em sua consolidação principalmente na associação as ações que se davam na cidade e na internet. Ele lembra que praticamente todos os acampamentos criaram um grupo no Facebook. A plataforma era usada, de forma geral, para organizar e divulgar o movimento, entretanto, muitos manifestantes mostravam-se críticos a ela, por alguns motivos: (i) trata-se de uma

¹¹⁶ “O Tumblr, rede social criada em 2007, foi caracterizado por Rebeca Rosen, da revista *The Atlantic*, como um ‘confessionário cooperativo’ que, no caso dos movimentos sociais, pode ser usado para criar uma ‘história self-service’ e demonstrar que ‘o poder da narrativa pessoal no rádio, em um livro, no YouTube ou no Tumblr atravessa o clamor e o cinismo da crítica e dá forma e textura a nossa história nacional’”. (CASTELLS, 2013, p. 132).

plataforma proprietária; (ii) o software de reconhecimento facial expunha os manifestantes; (iii) desconfiava-se que em caso de intimação pelas autoridades, o Facebook não protegeria a privacidade dos usuários. Portanto houve tentativa de uso de outras plataformas, como a N-1 ou, até mesmo, um Facebook alternativo, conhecido como Global Square, que foi muito divulgado pelo Wikileaks.

As maiores ocupações, por sua vez, além dos grupos do Facebook, muitas vezes tinham sites próprios que, além de contribuírem para sua organização, funcionavam muito bem para a divulgação e debate com a sociedade, já que seu formato contava, em geral, com espaços para contato e troca. Segundo Castells (2013) muitos documentos retirados das assembleias também eram postando visando proporcionar certa transparência ao movimento.

Dentre estes sites é possível dar destaque ao *occupy.org*, responsável pela maior parte dos posts destinados à divulgação e defesa dos interesses do movimento. Trata-se de um ator que esteve presente ao longo de todo o movimento, já no dia 13 de julho aparece formando um agenciamento com a revista *Adbusters*. Seus principais agenciamentos se dão junto a elementos de redes e ruas como hashtags, palavras de ordem e atores humanos. A participação do site no movimento pode ser analisada de acordo com o diagrama a seguinte (DIAGRAMA 23).



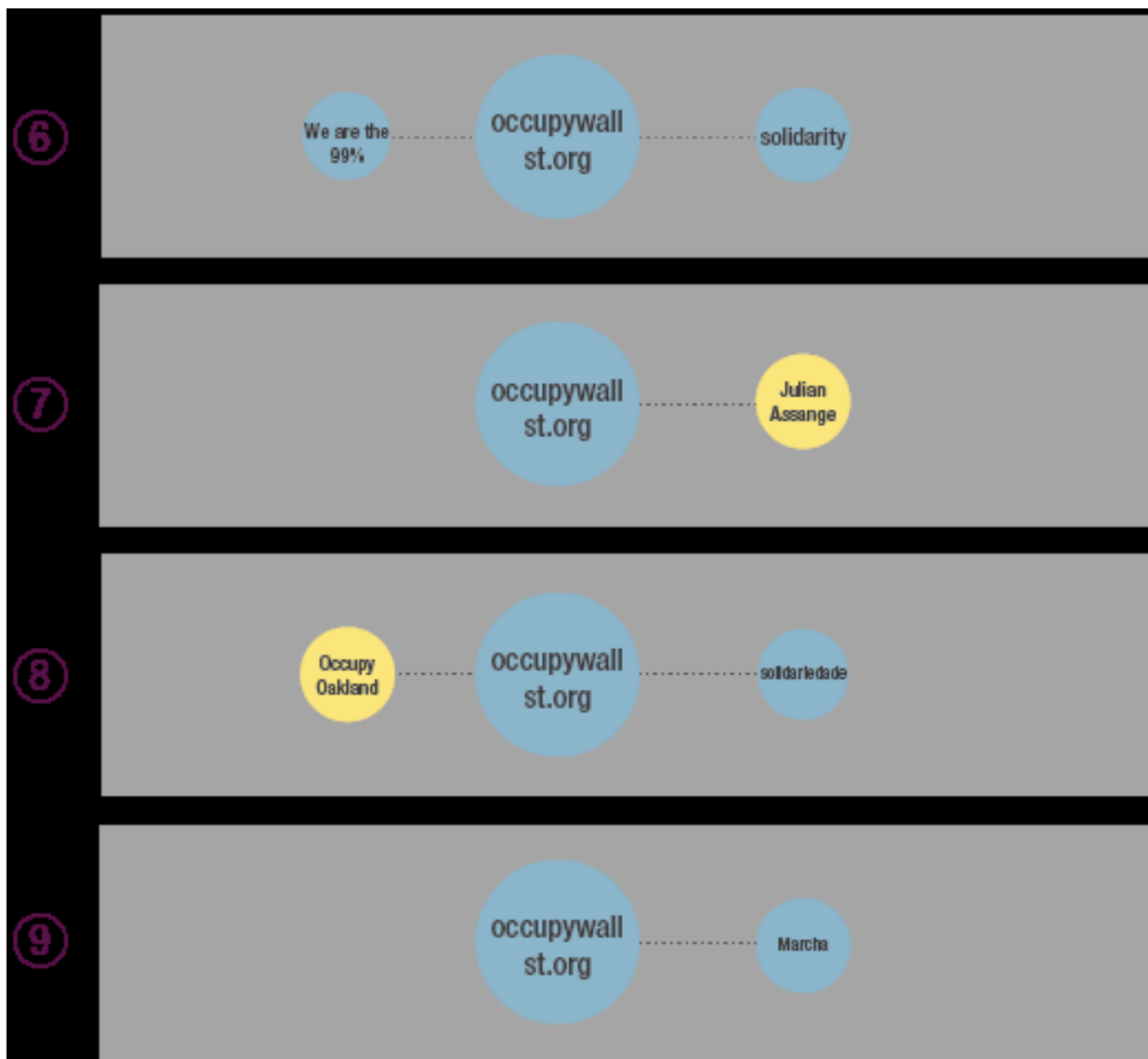


Diagrama 23 - occupyallst.org: participação no Occupy Wall Street e agenciamentos

Fonte: Produzido pelos pesquisadores do Grupo Indisciplinar: Henrique Porto, Felipe Hardy, Ana Luisa Schoenell e Maíra Ramirez.

Por fim, outra ferramenta de rede muito utilizada, apesar de controversa, foi o Livestreams, que, como poderá ser observado, também foi fundamental para as Jornadas de Junho de 2013¹¹⁷. Em ambos os casos, seu uso teve destaque nos momentos de repressão policial. Os incômodos em relação a utilização do dispositivo, estão relacionados, em geral, ao

¹¹⁷ Os ativistas das Jornadas de Junho de 2013 utilizavam o Bambuser para a realização de streaming. Link para a plataforma: <https://bambuser.com/>.

destaque de alguns atores que acabaram sendo reconhecidos como porta-vozes o que, algumas vezes, lhes gerou vantagens particulares.

Há no movimento a prática constante de contar histórias. Todos tiram fotos e fazem vídeos, depois carregam-nos no YouTube e nos múltiplos sites de rede social. Este é o primeiro tipo de movimento que conta todo dia sua própria história, com suas múltiplas vozes, de um modo que transcende o tempo e o espaço, projetando-se na história e alcançando as vozes e visões globais de nosso mundo.

Em termos mais profundos, o movimento começou a ocupar Wall Street, núcleo chave das redes globais de dominação financeira, invadindo territórios adjacentes e organizando comunidades livres. Os ocupantes usavam o autônomo espaço dos fluxos nas redes da internet para ornar simbólico espaços de lugares, dos quais podia desafiar com sua presença e suas mensagens, o espaço financeiro dos fluxos a partir do qual os poderes globais dominam a existência humana. (CASTELLS, 2013, p. 137).

Somando às características gerais dos novíssimos movimentos sociais, o Occupy era um movimento horizontalizado no qual, aparentemente, não havia uma liderança concreta. Castells (2013), apesar de colocar que o movimento rompeu com a organização clássica das esquerdas ao passar por um processo de horizontalização, já que o autor entende que ali não havia liderança tradicional, carismática ou pessoal, afirma que elas existiam em escala local, principalmente nas assembleias. Entretanto, como pode ser observado ao longo de todo o debate proposto por esta pesquisa, há vários questionamentos que podem ser postos em relação à esta ausência de liderança o que acaba sendo exposto pelo uso de termos de relativização que são aplicados quando se trata do tema (como é o caso de “aparentemente” utilizado no início deste parágrafo). Vê-se, então, necessidade de explicar a utilização destes termos.

O uso dos termos de relativização quando se trata da afirmativa da maioria dos autores sobre a ausência de lideranças nos movimentos ocorre porque, como já questionado anteriormente, observa-se ação de atores que são determinantes para a formação, consolidação e organização dos movimentos. Apesar de estes atores não assumirem papel de destaque em termos de representação, observa-se neles outras características que indicam esta possível posição de liderança. Neste sentido vale pensar o *Adbusters* e o *Anonymous* por exemplo. Trata-se de atores humanos representados por logos, ações e narrativas, mas que não

expõem seus rostos (principalmente os segundos). Esta ausência de identificação individual corrobora para o discurso de autonomia e não liderança, entretanto, simbolicamente, como pode ser visto nos diagramas a seguir (DIAGRAMA 24 e DIAGRAMA 25), os nós por eles representados, ainda que não presentes em todo o tempo, ganham volume em momentos estratégicos. Nos momentos iniciais do 15M estes atores agem juntos.

A revista *Adbusters*, além de criar a #occupywallstreet foi fundamental para a expansão do movimento, estando presente de forma intensa em seus dias iniciais. Observa-se que já neste período ocorreu uma formação de grupo que continha esta revista e o grupo *Anonymous*. Além disso, sua última aparição neste período inicial ocorreu num sentido de retomada da relevância do 15M no primeiro dia de ocupação (vide linha do tempo). Depois disso, como pode ser observado se cruzado o diagrama abaixo com a linha do tempo anexa, a revista passou muito tempo sem ser figurada nas narrativas, voltando apenas no dia 11 de novembro quando sugere a finalização dos atos, justificando seu posicionamento devido a chegada do inverno.

Castells (2013) coloca justamente o inverno e as pressões policiais como causas do fim do Occupy. Neste sentido observa-se que a *Adbusters* é um ator que, mesmo ausente em grande parte do tempo, foi fundamental para iniciar e pausar as ações do movimento. Movimento semelhante ao realizado pelo *Anonymous* representado pelo Diagrama 25¹¹⁸.

¹¹⁸ O *Anonymous* também esteve presente nas Jornadas de Junho de 2013 e sua atuação principal ocorreu após o enfraquecimento dos protestos quando, no dia 22 de junho derrubam a página web do Governo Federal (vide linha do tempo das Jornadas de Junho de 2013).

Adbusters

Year	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Participation	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Agency	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Diagrama 24 - Adbusters: participação no Occupy Wall Street e agenciamentos

Fonte: Produzido pelos pesquisadores do Grupo Indisciplinar: Henrique Porto, Ana Luisa Schoenell, Felipe Hardy e Máira Ramirez.

Por fim, cabe uma última ressalva a respeito do *Adbusters*: no período em que a revista começou a atuar estimulando as ocupações de Wall Street, surgiu uma informação sobre um possível financiamento advindo da *Open Society Foundation* que teria como finalidade fomentar manifestações nos Estados Unidos. Estas notícias geraram algumas dúvidas sobre a espontaneidade do movimento. Indo atrás de informações sobre este possível financiamento, observou-se que havia, sim, uma relação de investidores ligados a esta fundação e a *Adbusters*. Relação esta estabelecida via Tides Center, Ford Foundation e Carnegie Corporation (vide linha do tempo)¹¹⁹. Entretanto não foi possível comprovar se estes financiamentos se deram ao longo do Occupy, já que entre os relatórios da fundação Tides Center, base para este levantamento, não constam os documentos do ano de 2011.

Para compreender melhor o caminho traçado pelo dinheiro em casos como este, é preciso entender qual a lógica de filantropia que se estabelece na sociedade neoliberal. A *Open Society* é uma fundação de George Soros, húngaro americano conhecido como um dos principais filantropos e investidores do mundo ligado a políticas progressistas liberais. Sua fundação envia enormes quantidades de dinheiro para entidades políticas ativistas. Entretanto, na maioria das vezes, este dinheiro não é enviado diretamente, mas circula entre diversas entidades até chegar ao destinatário final. O que dificulta significativamente o rastreamento da verba.

Esta lógica de circulação de capital típica da filantropia explica o possível financiamento recebido pela revista. Há uma relação financeira direta entre a *Adbusters* e a *Tides Center*, o que não pode ser observado de maneira semelhante quando se investiga a *Open Society*. Entretanto, percebe-se que a *Tides Center* é financiada, dentre outras fundações, pela *Ford Foundation* e pela *Carnegie Corporation*, ambas financiadas pela *Open Society*. Observa-se, então, que não há uma relação financeira direta entre esta última entidade e a revista, mas que

¹¹⁹<https://www.reuters.com/article/us-wallstreet-protests-funding/soros-not-a-funder-of-wall-street-protests-idUSTRE79D01Q20111014>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

<https://www.fordfoundation.org/work/our-grants/grants-database/grants-all?minyear=2011&maxyear=2013&page=0&search=%26SearchText%3DTides>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

<https://www.carnegie.org/grants/grants-database/grantee/tides-foundation/#!/grants/grants-database/grant/826496236.0/>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

relação indireta, indica uma possível leitura de que havia interesses das agências de Soros nos eventos ativistas de Nova Iorque.

Esta lógica da filantropia exercida por fundações desta natureza é muito questionada por Harvey em seu livro *17 contradições e o fim do capitalismo*, de 2016, quando o autor explica as estratégias neoliberais pautadas no uso de narrativas vinculadas, predominante à liberdade, ou seja, direta e indiretamente às pautas progressivas defendidas por Soros. Para o autor a liberdade se torna não um fim, mas um meio para o que Foucault entende por *governamentalidade*, ou seja, “é pela liberdade que a autodisciplina de populações inteiras é gerida pelo poder estatal, e é esta autodisciplina que garante conformidade e concordância com as instituições e os modos de vida burgueses”. (HARVEY, 2016, p. 194). Neste sentido o autor indica a existência de um humanismo neoliberal que vem predominando nos processos de onguetização e por meio das organizações filantrópicas “comprometidas de corpo e alma com a erradicação da pobreza, mas sem nenhuma ideia de como fazê-lo”. (HARVEY, 2016, p. 195). A isto o autor denomina “filantropia capitalista”.

Gerentes de investimento, presidentes de empresas, chefes de Estado ‘procuravam respostas com a mão direita para problemas que as outras pessoas presentes na sala tinham criado com a mão esquerda’. Ainda que a filantropia tenha se tornado um negócio gigantesco (com 9,4 milhões de pessoas empregadas e gastos de US\$ 316 bilhões só nos Estados Unidos), as desigualdades globais crescem descontroladamente, ‘enquanto mais vidas e mais comunidades são destruídas pelo sistema que cria muitas riquezas para poucos’. A filantropia é uma lavagem de consciência. (HARVEY, 2016, p.195)

Já o *Anonymous*, outro ator fundamental para o Occupy Wall Street, esteve presente no movimento em momentos semelhantes ao *Adbusters*, ou seja, teve grande influência nas primeiras ações (a maioria das vezes criando agenciamentos junto à revista e às redes sociais), passou um tempo “sumido” e reapareceu ao final. Entretanto esta retomada não se deu indicando o fim das manifestações, como no caso anterior, mas mantendo a principal função por ele ocupada ao longo do Occupy: denunciar as violências policiais revelando os rostos daqueles que as realizaram. Este fato apresenta-se especificamente simbólico, já que a principal característica do grupo é, justamente, esconder sua identidade.

Anonymous

Organization	Participation
Anonymous	Yes
Adbusters	Yes
hacktivismo	Yes
NYPD	Yes
Anthony Bologna	Yes
Micah White	Yes
e-mail	Yes

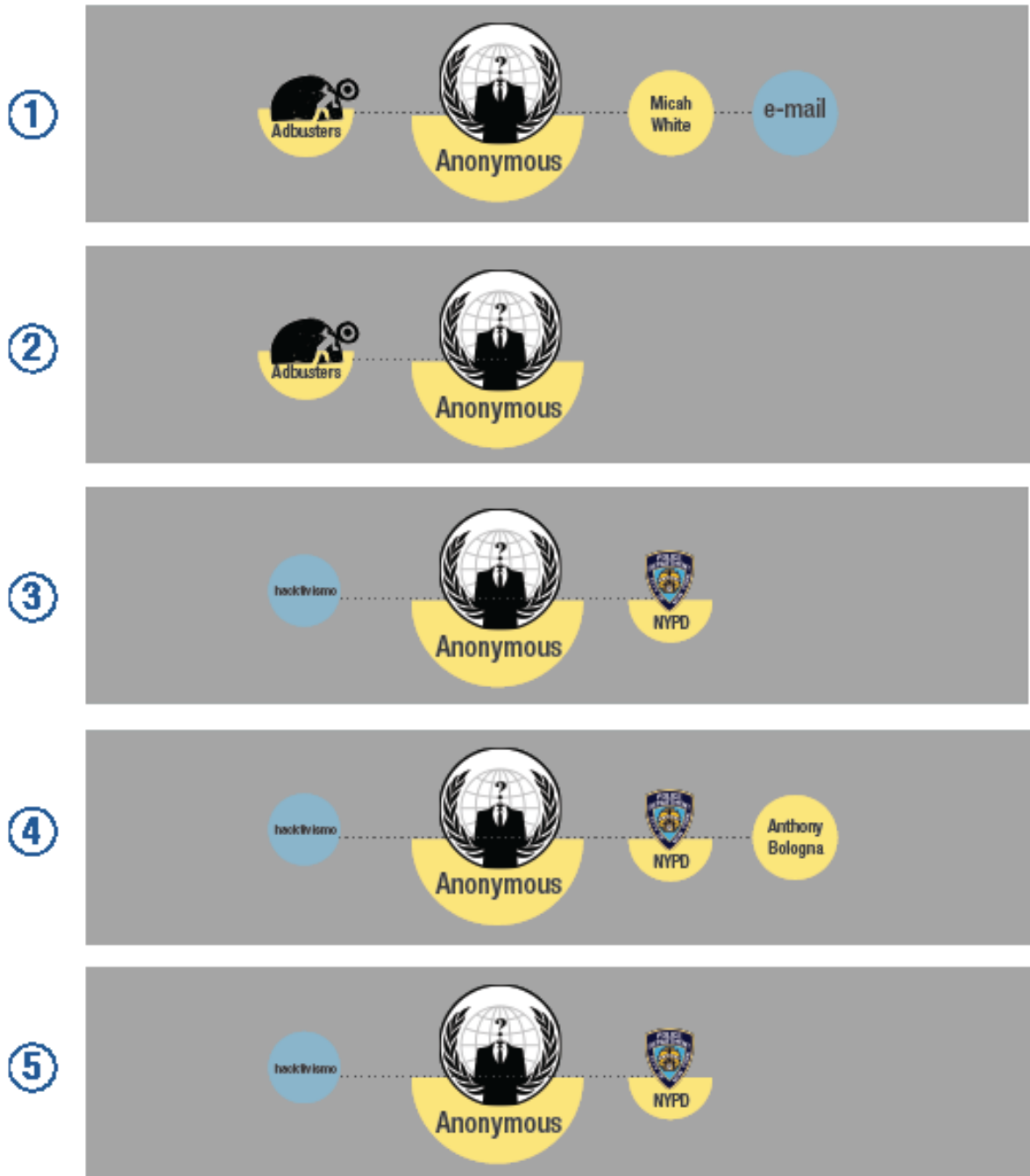


Diagrama 25 - Anonymous: participação no Occupy Wall street e agenciamentos

Fonte: Produzido pelos pesquisadores do Grupo Indisciplinar: Henrique Porto, Ana Luisa Schoenell e Máira Ramirez.

Como pode ser percebido, estes atores envolvidos em momentos cruciais do movimento, não estiveram presentes durante todo ele então, agora, será exposto um pouco do que ocorreu neste intervalo, pensando a organização do Occupy e este exercício ao qual se propuseram de desenvolvimento de uma forma alternativa de democracia. Castells (2013) lembra que as decisões eram tomadas em assembleias gerais que se pretendiam autogeridas e horizontalizadas, garantindo, assim, direito de participação de todos os presentes. A moderação estava a cargo de membros do comitê de facilitação. As regras eram parecidas com as observadas no 15M, principalmente na lógica dos comitês e assembleias, mas o autor expõe uma organização um pouco mais complexa exemplificada pelo diagrama criado por ele mesmo (DIAGRAMA 26). Segundo Castells (2013) apenas temas gerais eram levados para o debate que eram organizados da seguinte forma: um dos manifestantes levante o tema, o descreve e elabora uma proposta. Há um momento de discussão e, posteriormente, caso não haja um consenso, o mediador convoca a assembleia a se manifestar com o uso de gestos pré-estabelecidos¹²⁰.

¹²⁰ É interessante pensar que muitos desses gestos foram (e ainda são) utilizados em assembleias em outras partes do mundo, como é o caso do Brasil. E isso não se restringe às relativas as Jornadas de Junho de 2013, mas também a outras organizações, como as que ocorrem frequentemente na Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura (FeNEA) e, certamente, em outros órgãos estudantis ou não.

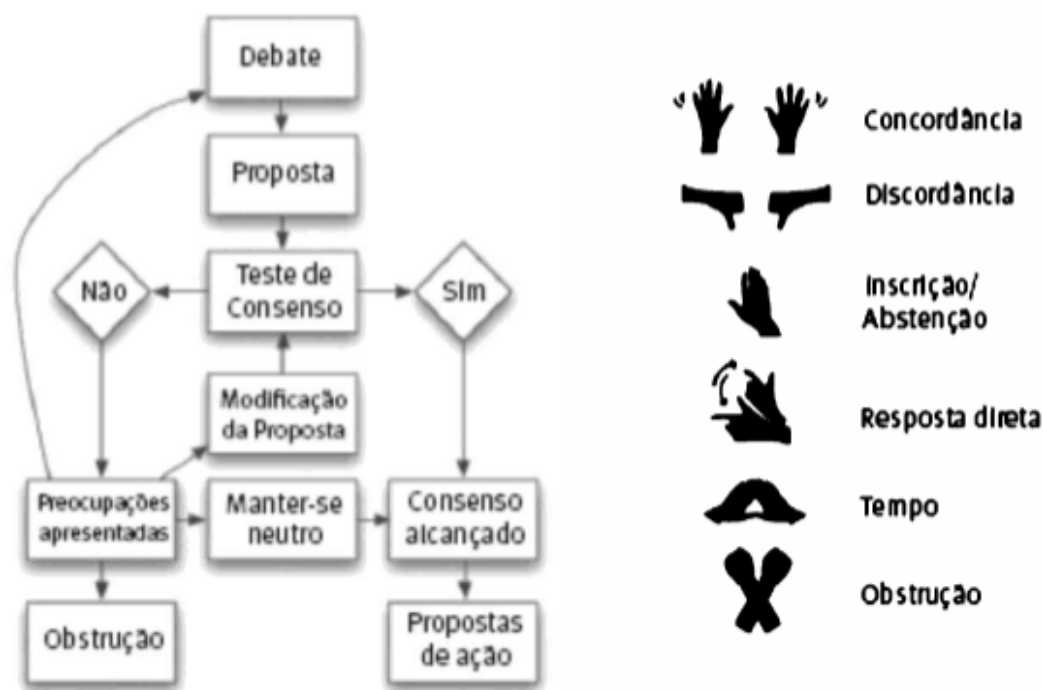


Diagrama 26 - Fluxo de consenso e sinais manuais no movimento Occupy.
 Fonte: Castells (2013, p. 140).

Este consenso de gestos chegou a todas as ocupações e era apenas uma parte da complexidade de organização do Occupy. Complexidade esta que, para Castells (2013) simbolizava uma emergência da tensão existente entre os princípios de democracia vigente e desejado. Mas que, de um modo geral, mostrava também essa busca por alternativas no que o autor entende como um enfrentamento às práticas políticas vigentes nos EUA em busca de bases comunitárias e de uma outra revolução norte americana.

Entretanto, esta busca por uma outra forma de fazer democrático, pautada, inclusive, no questionamento se aquilo o que se tem na esfera política de fato representa uma democracia, apresenta uma mesma fragilidade que o exposto pelo 15M e pelas demais ações dos novíssimos movimentos sociais; não há uma pauta clara e exequível. Fato este que, segundo o olhar de Castells (2013), representa que ali se estabelece um foco no processo e não no resultado da ocupação. Uma pergunta incômoda surge: será mesmo que mais de um mês de acampamento, em condições precárias, vivenciando árduos conflitos significava, para os ocupantes, um grande valor apenas pelo processo? Olhando desta forma, talvez exista uma romantização nesta

hipótese da mensagem que justifique alguns desdobramentos que serão, posteriormente, expostos.

“Para a maioria dos observadores, a dificuldade de avaliar o movimento Occupy Wall Street veio da ausência de demandas precisas que pudessem ser alcançadas ou negociadas”. (CASTELLS, 2013, p.143). Neste sentido, outra pergunta: um movimento sem pautas concretas e sem lideranças almeja, de fato, um diálogo que trouxesse alguma possibilidade de mudança real? A resposta pode ser, tranquilamente, não. O que leva à conclusão que se trataria de um movimento revolucionário, não reformista. Tudo bem. Mas não há, também, um projeto de tomada de poder e construção real, para toda a população de uma outra forma de governar. Não se tratava de uma revolução. Talvez Castells (2013) esteja certo ao dizer que era uma denúncia, uma mensagem. Mas para quem e por quê?

No início do processo é possível identificar uma pauta concreta relacionada à criação de uma comissão presidencial que visava decretar a independência do governo em relação a Wall Street. “Se a indignação tinha como alvo Wall Street, parecia lógico que a demanda de separar dinheiro e política fosse o objetivo unificador do movimento. Mas não foi. O movimento exigia tudo e nada ao mesmo tempo”. (CASTELLS, 2013, p. 144). No final das contas, cada ocupação apresentava pautas específicas de seu interesse. Das diversas propostas em assembleias, quase nenhuma era de fato exequível e iam descontrolar a especulação financeira até reverter decisões da Suprema Corte, passando por combate a terceirização de empregos, controle da moeda, reduzir a desigualdade de rendimentos, enfrentar a crise de moradia, reformar o sistema de saúde, combater o aquecimento global, controlar a British Petroleum, criar uma nova democracia, dentre outros. Em resumo havia mais queixas que propostas e quase nenhuma viabilidade de debate entre governo e manifestantes. Para Castells (2013) talvez essa abertura para diferentes e irrestritas demandas, a criação de espaços de reclamação, fosse, justamente, o que tornou o Occupy tão atrativo.

Diante deste quadro o que se pode concluir é que o movimento não alcançou, de forma direta, mudanças importantes. Mas algumas ações foram alcançadas de forma indireta. Houve, por exemplo, mobilização de grupos em defesa da questão habitacional que chegaram a

reestabelecer hipotecas canceladas. Ou ainda, um movimento de transferência de algumas contas dos bancos de Wall Street para instituições financeiras ou cooperativas de crédito sem fins lucrativos que atuam em escala local. Esta última muito relevante para o contexto do Occupy, mas, como afirma Castells (2013) uma gota no oceano das reivindicações do movimento. Fato que leva o autor a compreendê-lo mais como um projeto moral que político, por ter seu principal impacto gerado sobre a cultura da população. Entretanto, os desdobramentos em termos políticos apresentam-se mais complexos e indesejáveis do que qualquer manifestante poderia prever. Em 2016 Donald Trump foi eleito em um processo muito complexo e substituiu Obama no governo dos EUA. Nesta ocasião, o então presidente encontrava-se inelegível, por ter ocupado o cargo por dois mandatos seguidos, de forma que, o partido dos Democratas lançou Hillary Clinton como candidata para enfrentar o republicano Trump. As eleições foram conturbadas e contaram com várias denúncias, dentre elas a de uma possível influência russa nos resultados que teriam sido fundamentais para a vitória de Trump.

Neste contexto, o mais importante é compreender o significado deste resultado, não só por significar o retorno dos republicanos ao poder, depois de oito anos de governo democrata, mas, principalmente, pelo que significa a imagem de Trump e sua proposta de governo para uma das mais importantes potências mundiais. Donald Trump é político, empresário e atração da televisão estadunidense. Sua campanha teve destaque nas grandes mídias e redes sociais, mas a plataforma mais utilizada pelo então candidato era o Twitter, ainda que de forma bastante controversa, fato que permanece durante seu governo. Muitas das informações oficiais são dadas diretamente pelo perfil do presidente nesta rede.

As principais pautas que o elegeram são, como já observado, de cunho polêmico e conservador, tais como a oposição a acordos comerciais como NAFTA e Parceria Transpacífico; o cancelamento da participação dos EUA no acordo de Paris sobre o aquecimento global; a aplicação das leis de imigração, acompanhadas da construção de um muro na fronteira com o México; proibição de imigração de muçulmanos, além da curiosa promessa de retomada das parcerias comerciais com a China. Com estas propostas acompanhadas de declarações muito conservadoras e, para deixar mais claro, preconceituosas, Trump foi eleito presidente dos

Estados Unidos, independentemente do posicionamento dos progressistas e a construção de uma nova cultura política que acreditavam ter ocorrido no país após o Occupy.

Obviamente não há relação direta entre o Occupy e a eleição do republicano. Nem de longe é desejado estabelecer algo que se assemelhe a uma compreensão em uma lógica de causalidade a este caso. A questão aqui colocada é, mais que referente aos EUA de uma forma específica, relacionada com vários processos coincidentes. No ciclo de lutas aqui analisado é possível perceber um elemento comum que ressoa: sempre depois dos levantes houve uma ascensão conservadora ao poder. É necessário entender o motivo. Onde está o erro da esquerda na conformação destas lutas?

Além disso, a ideia de que todos esses eleitores não passam de **racistas** de carteirinha não bate com os dados. Nos EUA, como você disse, 8,5 milhões de pessoas que votaram para Obama em 2012 mudaram de posição e votaram em Trump em 2016. Muitos deles eram pessoas da classe trabalhadora em comunidades do “cinturão de ferrugem”, que sofreram maciçamente com a desindustrialização, precarização e uma grande epidemia de adição a opiáceos, orquestrada pela indústria farmacêutica. Foram eles que entregaram a presidência para Trump. Em ambas as eleições, 2012 e 2016, votaram contra a economia neoliberal – primeiro para Obama, que fez campanha à esquerda, adotando a retórica do “Occupy Wall Street”, e depois para **Trump**, cuja campanha baseou-se não somente no reconhecimento excludente, mas também na economia populista. O que isso mostra é que as questões identitárias não estavam, na mente desses eleitores, acima de tudo. Nessas questões, eles foram bastante volúveis, agindo de diferentes maneiras, conforme as opções oferecidas. Ao contrário, foram consistentes na rejeição da terceirização, “livre comércio” e financeirização; no apoio à proteção social, pleno emprego e salários dignos. O mesmo é verdade, aliás, no Reino Unido. Muita gente da classe trabalhadora do norte da Inglaterra que votou a favor do Brexit apoia agora, fortemente, Jeremy Corbyn. Na França também, houve grande troca de votos, de um lado pro outro, entre a Frente Nacional [de ultra-direita] e o candidato de esquerda, Jean-Luc Mélenchon. (FRASER, 2018, sem página)¹²¹.

¹²¹ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/581999-uma-feminista-propoe-repensar-a-esquerda>. Acesso em 08 de junho de 2019.

9 AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

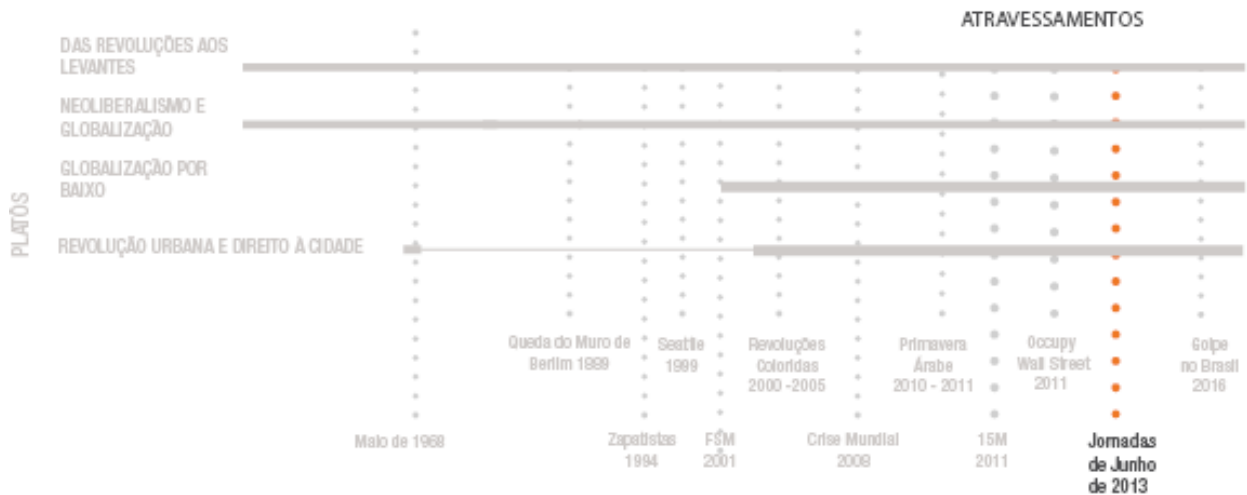


Diagrama 27 - Atravessamento - Jornadas de Junho de 2013
 Fonte: produzida pela autora.

Volto a 2013, de onde parti, para enfrentar a pergunta fundamental se quisermos entender os últimos anos e a situação atual do país: como explicar a explosão de descontentamento ocorrida em junho daquele ano, expressa na maior onda de protestos desde a redemocratização? O desemprego estava num patamar ainda baixo; a inflação, embora pressionada, encontrava-se em nível suportável e corria abaixo dos reajustes salariais; os serviços públicos continuavam em expansão, e os direitos previstos na Constituição seguiam se ampliando. Cabem, ao menos, três reflexões a respeito de 2013: sobre as classes médias, sobre a polícia e sobre as redes sociais. (...)

Durante os protestos de 2013 no Brasil, a percepção de alguns estudiosos da rede social já era de que as ações virtuais poderiam estar sendo patrocinadas. Não se falava ainda da Cambridge Analytica, empresa que, segundo relatos, atuou na eleição de Donald Trump, na votação do Brexit, entre outras, usando sofisticados modelos de data mining e data analysis. Mas já naquela ocasião vi um estudo gráfico mostrando uma série de nós na teia de comunicação virtual, representativos de centros nervosos emissores de convocações para os atos. O que se percebia era uma movimentação na rede social com um padrão e um alcance que por geração espontânea dificilmente teria tido o êxito obtido. Bem mais tarde, eu soube que Putin e Erdogan haviam telefonado pessoalmente para Dilma e Lula com o propósito de alertá-los sobre essa possibilidade. (...) Tenho para mim que o impeachment de Dilma não ocorreria não fossem as Jornadas de Junho. (HADDAD, 2017, não paginado).

Aquele golpe começou a ser preparado em 2013 quando a Rede Globo de Televisão usou sua concessão pública para convocar manifestações de rua contra o Governo e até contra o sistema democrático. Tudo valia para tirar o PT do Governo, inclusive a mentira e a manipulação pela mídia. Isso aconteceu quando nossos governos tinham alcançado nossas maiores marcas:

multiplicamos o PIB por várias vezes, chegamos a 20 milhões de novos empregos formais, tiramos 36 milhões de pessoas da miséria, levamos quase 4 milhões de pessoas às universidades, acabamos com a fome, multiplicamos de modo espetacular a produção e o comércio da agricultura familiar, multiplicamos por quatro a oferta do crédito, isso em meio a uma das maiores crises do capitalismo da história. (LULA, 2019, transcrito pela autora).

As Jornadas de Junho de 2013 são um marco na história contemporânea do Brasil. Trata-se de mais um exemplo dos novíssimos movimentos sociais que, de caráter, denominado para Hardt e Negri (2005) multitudinário, articulou redes e ruas. O levante é, ainda hoje, objeto de especulação por parte de teóricos, militantes e ativistas que não chegaram a um consenso sobre suas múltiplas faces. Entretanto, praticamente não há contradição na leitura de que, seja da natureza que for, as Jornadas de Junho de 2013 impactaram diretamente o cenário político, econômico e social brasileiro não só no momento da ação, mas também nos anos seguintes. Com o passar do tempo, alguns políticos, analistas políticos dentre outros cidadãos têm vinculado este levante ao golpe de Estado ocorrido em 2016, como pode ser observado nas citações acima, quando Fernando Haddad e o Presidente Lula compreendem as Jornadas de Junho de 2013 como uma importante jogada, parte de uma estratégia maior de derrubada de um governo legitimamente eleito.

O que aqui é chamado *jornadas* recebe, ao longo das inúmeras narrativas produzidas a respeito, denominações distintas da escolhida para compor este estudo. Além do termo *Jornadas*, os fatos ocorridos naquele período são também caracterizados como *manifestações*, *ciclo de lutas*, *protestos*, *revoltas*, dentre outros. Neste texto o nome *Jornada* foi o mais utilizado, mas em alguns momentos aparecem, também, outros conceitos. Tratar Junho de 2013 no Brasil como uma *jornada* se deu, predominantemente, devido à relação do significado do termo ao que se entende por trajeto. A conexão entre as Jornadas de Junho de 2013 e o espaço urbano é um dos elementos centrais a serem abordados nesta pesquisa. Portanto, a experiência de um caminhar contínuo como imagem das lutas, diz também de um movimentar-se pelo espaço urbano, ou, em perspectiva mais aprofundada, de um deslocamento da compreensão deste espaço tanto em termos de percepção, quanto de estratégia. Uma jornada, é uma caminhada em direção a algo que, apesar de um correr diurno, pode tratar de uma viagem com qualquer duração. Portanto ela é, em geral, associada a um tempo alongado de ação, ao

contrário do que acontece, por exemplo, quando se trata de manifestações, que podem ser pontuais e de curta duração, não indicando, necessariamente, continuidade ou durabilidade.

Não houve, no Brasil, desde as manifestações dos *Caras-Pintada*, em 1992, que tinha como pauta principal o *impeachment* do ex-Presidente Collor, movimento estudantil referência no processo de impeachment do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, momento de tamanha efervescência como as Jornadas de junho de 2013, como apontado por Marcus Abílio Pereira e Pedro Perini Santos em texto intitulado *Violência Coletiva e o Facebook: os protestos de junho de 2013 no Brasil (2016)*. Os autores, ao afirmarem que o movimento foi inesperado para grande parte dos jornalistas e intelectuais brasileiros, apontam para duas diferenças marcantes entre as Jornadas de Junho de 2013 e outras manifestações ocorridas em momentos anteriores: (i) as manifestações tiveram nos espaços digitais importantes locais de gestação e organização, dando destaque para as redes sociais como Facebook, Twitter e YouTube; (ii) houve grande uso de violência por parte dos manifestantes seja na depredação de monumentos, seja em confrontos diretos com a polícia.

Muito devido a este caráter do inesperado, percebe-se que, no esforço de compreender as Jornadas de Junho de 2013, é preciso dar início ao debate indagando sobre a realidade que antecedeu o período. De acordo com Gohn (2014a), os noticiários davam pistas de prováveis motivos que deixaram os brasileiros indignados, são elas: (i) os altos gastos com as construções e reformas de estágios para a Copa do Mundo de 2014 e com a Copa das Confederações, que ocorreu em Junho de 2013; (ii) altos gastos de dinheiro público com megaeventos, em contraste com prestações de serviço público de baixa qualidade, principalmente saúde, educação, segurança e transporte; (iii) denúncias de corrupção; (iv) persistência dos índices de desigualdade social e inflação; (v) criação do Projeto de Emenda Constitucional 37 (PEC 37), cujo objetivo era acabar com o poder de investigação do Ministério Público (MP); (vi) criminalização de movimentos sociais; (vii) tramitação no Congresso de um projeto sobre “cura gay”; dentre outros, aos quais Pereira e Santos (2016) acrescentam e dão destaque a insatisfação com os políticos em geral, gerando o que ficou conhecido por crise de representatividade e, mais

atualmente, como antipolítica.¹²² Ou seja, independentemente das políticas de inclusão social realizadas pelo governo, da posição de destaque internacional alcançado nos anos anteriores e mantida até então, ainda havia, para grande parte da população, muitos problemas que deveriam ser combatidos nas ruas. Para Gohn (2014a), um dos principais motivos que fez grande parte da população se juntar às manifestações foi ver, pelos veículos de comunicação pessoas sofrendo com a repressão e violência policial por reivindicarem pautas com as quais também se identificavam. Entretanto, como tratou-se de uma grande quantidade de manifestantes nas ruas, principalmente após as denúncias sobre a violência da polícia, as pautas acabaram se tornando muito difusas, o que dava a impressão que rebelava-se “contra tudo” (vide linha do tempo em anexo).

Deve-se observar, entretanto, que as manifestações de junho no Brasil não são 'nacionalistas'; ao contrário, mostram-se como modos e formas de agir coletivo, especialmente adquirido/ construído via redes sociais e telefonia móvel, e advêm de ondas globais, internacionais. (...) Os manifestantes de junho no Brasil atuam em coletivos não hierárquicos, com gestão descentralizada, produzem manifestações com outra estética; os participantes têm mais autonomia, não atuam sob coordenação de uma liderança central. São movimentos com valores, princípios e formas de organização distintas de outros movimentos sociais, a exemplo dos sindicais, populares (urbanos e rurais), assim como diferem dos movimentos identitários (mulheres, quilombolas, indígenas etc.). (GOHN, 2014a, p.11).

Gohn (2014a) lembra, também, que além da conjuntura nacional, havia acontecimentos de ordem internacional que influenciaram a presença das Jornadas de junho no Brasil. A Primavera Árabe, as praças dos indignados na Europa e os movimentos Occupy, funcionaram, no mínimo, como estímulo para que os brasileiros se posicionassem frente aos incômodos que a situação nacional lhes gerava.

Frente a este ciclo de lutas, Zizek (2013) questiona se não está vinculado a uma crise global que chegava gradual e progressivamente. Indagando se tal contexto poderia ser resolvido por meio de reformas estabelecidas localmente, ou se aconteceria uma revolução a nível global¹²³. Para o autor, neste sentido, se faz necessário compreender que tais movimento não têm eclodido apenas em locais que se encontram em situação crítica, mas também em histórias

¹²² Todas estas narrativas podem ser observadas ao analisar a linha do tempo em anexo.

¹²³ Lembrar a colocação do autor exposta no capítulo 3 *Das revoluções aos levantes; uma abordagem conceitual as resistências*, quando ele aborda a diferença entre reforma e revolução.

que se construíam, naquele momento, de forma bem-sucedida. “Problemas no Inferno parecem compreensíveis, mas porque é que há problemas no Paraíso, em países prósperos ou que, ao menos, passaram por um rápido desenvolvimento, como a Turquia, a Suécia ou o Brasil?” (ZIZEK, 2013, p. 102). No caso turco, o autor afirma da ciência presente de que as manifestações não eram exatamente sobre a transformação do parque que faz divisa com a Praça Taksim em um centro comercial. Havia um mal estar mais profundo. Sobre o Brasil, a mesma conclusão. O aumento das tarifas de transporte não foi o motivo real da eclosão do levante o que fica ainda mais claro com a continuação das manifestações mesmo após revogação da tarifa, mesmo porque em cidades como Belo Horizonte, as Jornadas de Junho de 2013 já estavam sendo engajadas por movimentos multitudinários como #ForaLacerda, #FicaFicus, #TarifaZero, dentre outros.

Rena e Bruzzi (2014, p. 309) lembram que era possível observar, ao longo do levante, uma “resistência pulsante ao estado-capital neoliberal nas ruas”, apontando a luta contra o neoliberalismo como central naquele momento, já que as autoras estavam alinhadas de alguma maneira a estes novíssimos movimentos sociais. Vários movimentos de ocupação do espaço público aceleraram seus processos dando início a um mês de efervescência biopolítica insurgente principalmente nas cidades que sediaram grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Para as autoras, se tratou de uma experiência intensa de ocupação coletiva dos espaços públicos que, frente à violência policial, se revelou privado, regulado pela lógica do capital global, naquele momento muito representado pela FIFA¹²⁴.¹²⁵

De acordo com Gohn (2014a), importantes estados e capitais brasileiras como Belo Horizonte, Salvador, Pará, Goiás, Maranhão, Santos, Porto Alegre, Florianópolis e São Paulo lutavam pela pauta da mobilidade há anos. Nos três últimos, o Movimento Passe Livre (MPL) já tinha histórico de lutas, resta compreender o que havia de diferente naquele contexto para que as ações fossem tão potencializadas. Para isso, a autora divide as Jornadas de Junho de 2013 em

¹²⁴ A presença significativa da polícia pode ser percebida quando analisada a linha do tempo. Desde manifestações anteriores às jornadas, a polícia é um ator em constante confronto com os manifestantes.

¹²⁵ Esta foi uma abordagem dada pelas autoras que ficou bastante detalhada na dissertação de mestrado de Paula Bruzzi **A Ocupação** *A produção de rastros biopotentes em Belo Horizonte: entre rastros e emergências*. Disponível em: <http://culturaeterritorio.indisciplinar.com/?p=137>.

três momentos que terão como fio condutor a cidade de São Paulo, não só por ter sido um dos palcos mais importantes do levante, mas também por ser o espaço que o gerou: (i) a desqualificação e o descaso; (ii) violência, revolta popular e susto pelo movimento de massa; (iii) a vitória na demanda básica.

O primeiro momento representa um início tímido das Jornadas de Junho de 2013 quando, em 06 de junho, houve um primeiro pequeno ato em São Paulo, conduzido pelo MPL. Em princípio a manifestação foi tratada como um ato estudantil e reprovada pela mídia que a vinculava a processos de vandalismo¹²⁶.

O segundo momento, para Gohn (2014a), tem início no quarto ato, em 13 de junho, quando a Polícia Militar (PM) age com muita violência contra os manifestantes, causando 192 detenções e dezenas de feridos (vide linha do tempo). O impacto dos relatos e imagens deste momento foram responsáveis pela modificação da opinião pública que levou a adesão de milhares de pessoas às manifestações e sua consequente expansão pelo território nacional¹²⁷. A marquise do Congresso em Brasília foi ocupada, tal como a frente do Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo Estadual de São Paulo. Neste segundo momento, as ações ficaram mais concentradas, acontecendo quase diariamente e ganharam espaço central em toda a imprensa nacional. Dia 20 de junho representa o ápice deste momento, como pode ser observado pela linha do tempo anexa, quando mais de um milhão de pessoas ocuparam as ruas de quase todo o país, incluindo 25 capitais. Para além dos espaços físicos o ativismo digital cresceu surpreendentemente, principalmente via Facebook e as críticas em geral eram voltadas à corrupção e realização da Copa do Mundo. Foi neste momento também que o Anonymous ganhou maior destaque enquanto mídia alternativa.

Já o terceiro momento é caracterizado pela ampliação das pautas. Com o cancelamento do aumento das tarifas¹²⁸, que marca o início desta etapa, outras reivindicações ganham a cena

¹²⁶ Vide Linha do tempo.

¹²⁷ Esta expansão territorial pode ser observada nos mapas presentes na linha do tempo em anexo.

¹²⁸ Vide linha do tempo - 19 de junho.

e, com elas, o slogan *não é por vinte centavos*. Diante deste quadro, o MPL se retira das Jornadas de Junho¹²⁹ e outros grupos, com outras causas começam a convocar para os atos.

O Diagrama 29 explicita a participação do MPL nas manifestações mostrando uma atuação ativa durante um período inicial e sua retirada quando o Governo revogou a ampliação das tarifas. A saída do grupo explicita que a pauta de transporte que obteve vitória dos manifestantes, não era mais o motivo dos protestos e que, talvez, só tenha o sido para uma pequena parcela dos manifestantes. A partir daí há uma ampliação das manifestações e um esvaziamento nas reivindicações. A partir do Diagrama é possível perceber outro dado, a retirada do MPL de dá duas aparições após uma reunião com o então Prefeito de São Paulo Fernando Haddad. Diferentemente da manifestação como um todo, o Movimento Passe Livre, mais de uma vez, se mostrou aberto ao diálogo com o governo, entretanto, como pode ser percebido e já era alertado pelo movimento, eles não eram representantes das Jornadas de Junho de 2013. Havia outras milhares de pessoas envolvidas neste processo que, na maioria das vezes, não tinha a questão das tarifas do transporte público como centrais.

Antes da apresentação do diagrama 29, com uma análise específica do MPL, será apresentado o Diagrama 28 mostrando a frequência de participação deste e dos demais atores figurados nas narrativas das Jornadas de Junho de a serem analisados de forma mais aprofundada neste trabalho: Movimento Passe Livre (MPL), Comitê de Atingidos pela Copa (COPAC) e Assembleia Popular Horizontal (APH).

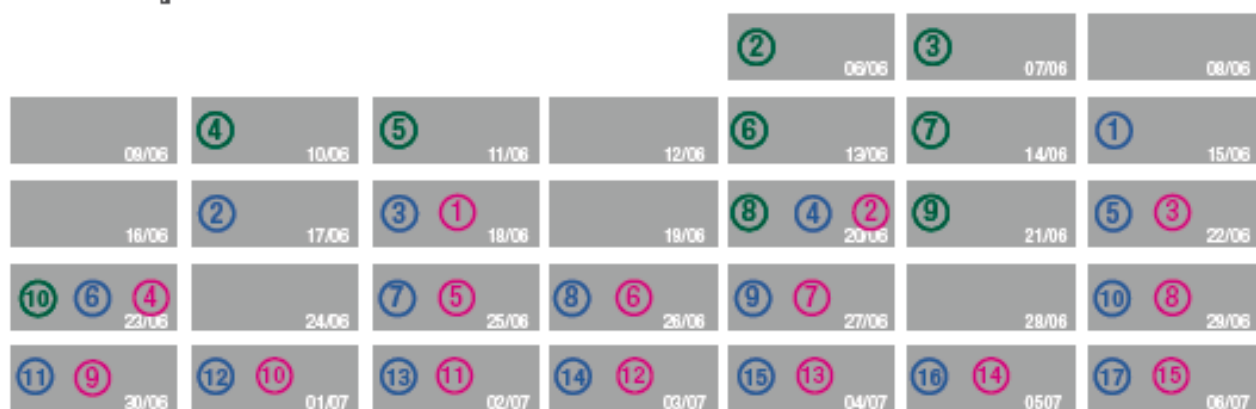
¹²⁹ Vide linha do tempo - 21 de junho.

Jornadas de Junho de 2013

antecedentes



manifestações



legenda:  MPL  COPAC  Assembleia Popular Horizontal

Diagrama 28 - Principais atores figurados nas Jornadas de Junho de 2013

Fonte: Produzido pelos pesquisadores do Grupo Indisciplinar: Henrique Porto, Felipe Hardy, Ana Luisa Schoenell e Maíra Ramirez.

Arquivos de Junho de 2019

Intercadastros											
											3

reintroduções

reintroduções											

1



queima de catraca

2



barricadas

depredações

MAL



Anarcopunk

Black Block

queima de pneus

catracaço

queima de catraca

3

Matheus Preis



Marcelo Hotimsky

4



nota

5



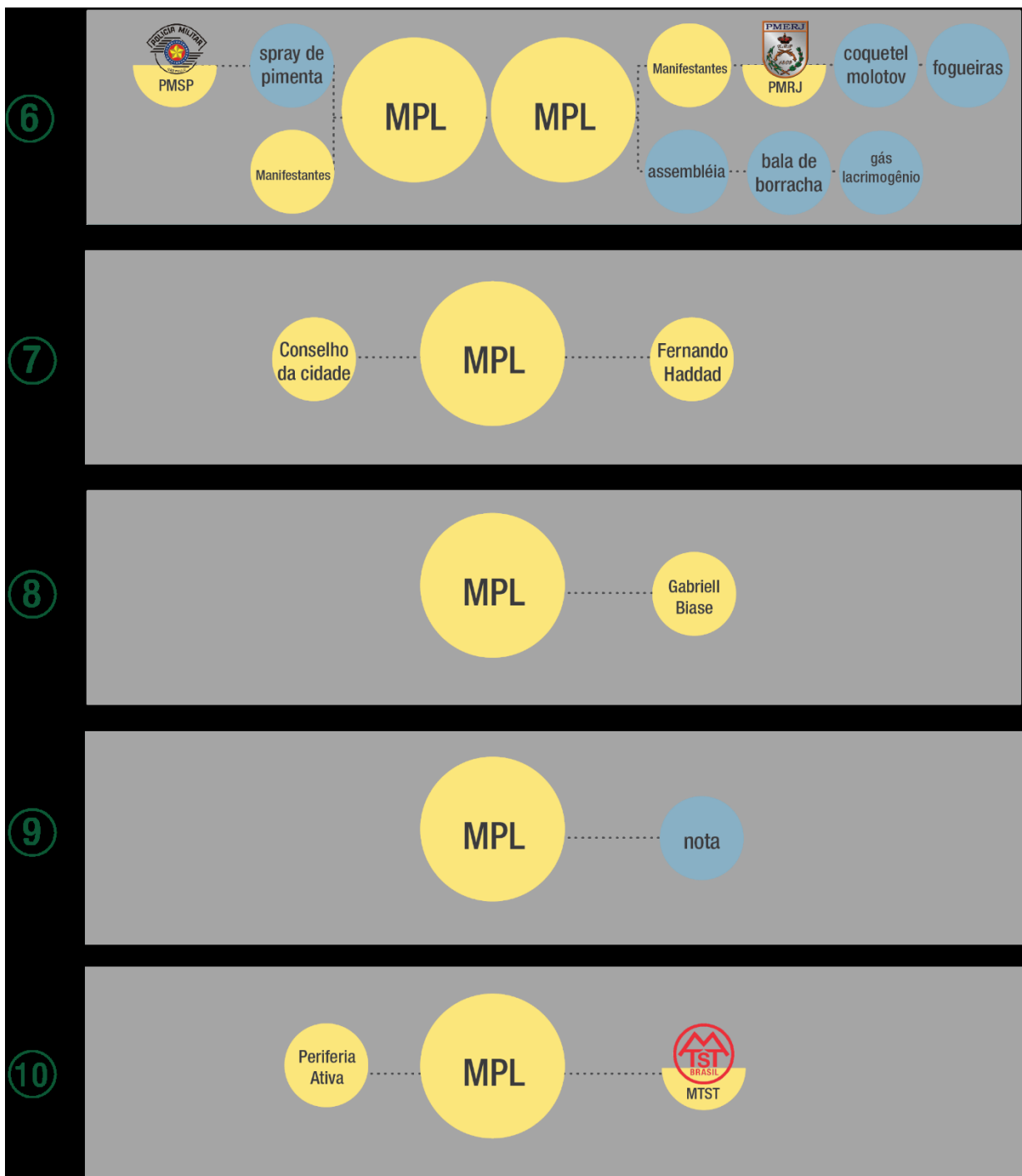


Diagrama 29 - Movimento Passe Livre: participação nas Jornadas de Junho de 2013 e agenciamentos
 Fonte: Produzido pelos pesquisadores do Grupo Indisciplinar: Henrique Porto, Felipe Hardy, Ana Luisa Schoenell e Maíra Ramirez.

O vasto crescimento das manifestações, como indicado por Rena e Bruzzi (2014) foi um dos principais fatores que deram corpo a seu caráter multitudinário. Elas lembram que as ruas

estavam tomadas pelos mais diversos grupos, “de coxinhas a intelectuais”. Grupos de direita de esquerda estavam nas ruas e a Presidenta se via pressionada por todos os lados. (MONTAGEM 1). O que as autoras não relatam foi a ausência de partidos políticos, sindicatos e bandeiras. A esquerda clássica não compunha aquela multidão. Pelo contrário, como pode ser observado no documentário *Retrato nº 1*, a sua presença era mal vista ou, para ser mais realista, estes grupos eram expulsos das manifestações direta (contando inclusive com confrontos físicos) ou indiretamente (por meio dos gritos de *sem bandeira* ou *sem partido*)¹³⁰.



Montagem 10 - Dilma pressionada por grupos de direita e de esquerda.
Fonte: Grupo Indisciplinar - Pesquisa Geopolítica e Territórios. Henrique Porto.

Ainda que mapeadas estas ausências, o grupo que compunha as Jornadas de Junho ainda era consideravelmente heterogêneo, o que leva Gohn (2014a) a destacar a dificuldade de mapeamento dos participantes. Este fato pode relacionar diretamente com o caráter dos novíssimos movimentos sociais. Não havia líderes verticais nem bandeiras partidárias e muitos ativistas vestiam máscaras. A autora utiliza dados do Ibope e da mídia para tentar traçar o perfil deste ativista¹³¹.

A idade predominante na pesquisa Ibope foi de 14 a 24 anos (43%). Entre 14 e 29 anos de idade a soma sobe para 63% do total. O grau de escolaridade revelou-nos que a grande maioria que saiu às ruas foi de camadas média para cima. 43% tinham curso superior; 49% tinham ensino básico completo e superior

¹³⁰Vide linha do tempo - dia 20 de junho.

¹³¹Estes dados foram retirados de uma pesquisa realizada pelo Ibope em 20 de junho de 2013, quando foram entrevistadas 2002 pessoas, sendo que 438 (36%) moravam em São Paulo, e o percentual de homens e mulheres era equivalente.

incompleto. Apenas 8% tinham só ensino básico incompleto. Em relação ao trabalho, 76% trabalhavam e 52% estudavam. Esse dado nos revela algo além das manifestações, uma maior complexidade na estrutura social brasileira. A imagem de uma sequência linear de vida-estudo-trabalho-aposentadoria não é mais realidade. Grande parte dos que estudam já trabalha; ou trabalha e estuda também, depende do ponto de vista. De toda forma, se no início os estudantes predominaram nos protestos nas ruas, à medida que aumentou o número de participantes nos atos, o perfil dos manifestantes também diversificou-se.

Quanto à renda familiar dos participantes, 23% era de indivíduos com mais de 10 salários-Mínimos (SM), entre 5 a 10 SM abrangia 26%. Somando-se a estes dois últimos dados, têm-se 49% com mais de 5 SM. Até 2Sm, apenas 15%. Isso lava-nos a afirmar: os mais pobres, a periferia, não estiveram presentes nas manifestações em junho. Não estavam ausentes, mas o caráter do movimento de massa não foi dado por eles.

O transporte público foi o motivo primeiro das razões da participação de (37,6%), seguida de outra razão abrangente e importante para se refletir: ambiente político (29,9%). Direitos e democracia foram temas citados como motivação ínfima, apenas 0,6%. É bom recordar que esta última motivação foi a que inflamou milhares de pessoas na década de 1980, no 'Diretas Já'. Indagados sobre a participação anterior, 54% já tinham e 46% era a primeira vez, corroborando hipótese deste livro de que muitos estavam realizando seu batismo na política.

(...) Para 62% dos entrevistados na pesquisa do Ibope, a informação sobre as manifestações foi obtida via Facebook. Outros 29% obtiveram o informa também via online (internet e outros). Outro dado relevante: a maioria era composta por usuários das novas mídias, pois 75% dos entrevistados/manifestantes convocaram outros participantes por meio de redes sociais.

A pesquisa Ibope indica-nos que as imagens de violência mostradas exaustivamente na mídia, especialmente na TV, não correspondem ao universo de valores dos manifestantes. 66% consideravam que as depredações não se justificavam, e 57%, que a polícia agiu com muita violência. 94% dos participantes consideravam que as manifestações promoveriam mudanças reivindicadas. Este dado demonstra a crença no poder da participação/pressão, a crença no ato político de se manifestar. Indagados sobre outros aspectos do cenário político, tais como o interesse por política, 61% afirmaram ter grande interesse, seguido de 28% que disseram ter médio interesse. Ou seja, 89%, se interessam pela política, prestam atenção, não são alienados ou apáticos como muitos analistas teimam em afirmar ao caracterizar a sociedade brasileira. Entretanto, indagados sobre os políticos, se os entrevistados se sentiam representados por algum político, os dados são surpreendentes: 83% disseram NÃO, assim como 86% não se sentem representados por algum partido. 96% dos entrevistados não eram filiados a partidos políticos e 86% não filiados a sindicatos, entidades de classe ou entidades de estudantes. Completando o cenário das representações e valores da política dos manifestantes da pesquisa do Ibope, 82% disseram que não votariam em candidato corrupto.

Para finalizar os dados da pesquisa em questão, 46% consideravam que o governo deveria arcar com os custos da redução das tarifas, seguida por 29% que atribuíam essa obrigação aos empresários.

Outros dados do universo da política não captados pela pesquisa do Ibope, mas selecionados neste livro por informes retirados da mídia escrita, referem-se ao perfil político-partidário de grupos que apoiaram as manifestações. A juventude do Psol, PSTU, PCO e alguns militantes do PT estiveram presentes embora todas

as bandeiras partidárias fossem rejeitadas nas manifestações, gerando inclusive tumulto entre os que insistiram em desfraldá-las. Eles eram hostilizados. Alguns movimentos sociais pouco conhecidos como o 'Juntos!', o 'Juntas' ou o 'Movimento Para Todos' participaram ativamente, a UNE (União Nacional dos Estudantes), liderada por correntes articuladas do PCdoB, não teve participação ativa enquanto movimento dos estudantes. Mas a Anel (Assembleia Nacional de Estudantes Livres) esteve muito presente. Grupos de coletivos anarquistas (Black Blocs, Anonymous, Kaos, Fag, Utopia e Luta, Resistência Popular, etc.) estiveram presentes com máscaras ou não. Teve também presença de alguns punks, além de skinheads - usualmente inimigos dos punks, anarcopunks, etc. Certamente havia muitos outros coletivos, não pertencentes a grupos internacionais, a exemplo do 'Rompendo Amarras', 'Fora do Eixo', etc. (...) Os movimentos sociais que têm realizado protestos em ruas, avenidas e na porta de órgãos do poder não tiveram participação significativa, enquanto portadores de bandeiras ou camisetas de seus movimentos. Apenas o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) marcou presença em junho, ainda que lideranças individuais tenham sido mencionadas, como uma vendedora em Brasília que pagou para um motorista levar pneus (que foram incendiados) para formar barricadas nos protestos na época da Copa. Ela foi presa e incendiada. (GOHN, 2014a, p. 39 - 43).

Por meio da análise da linha do tempo produzida segundo o método proposto para esta pesquisa, o diagrama seguinte foi criado com a finalidade de expor os principais atores figurados nas narrativas que compuseram a análise. Observa-se que, diferentemente dos *atravessamentos* analisados anteriormente, nas Jornadas de junho de 2013 houve uma presença muito mais intensa de atores humanos que não humanos. O COPAC foi o que figurou mais narrativas, o que faz crer que a pauta contra a realização da Copa do Mundo de 2014 vinculada a indignação com os altos gastos públicos para receber o evento, eram questões centrais para as Jornadas de Junho de 2013. Outro fato importante é que este ator estava sempre relacionado às APH, outro ator humano selecionado para esta análise. A União Brasileira de Estudantes Secundaristas é, também, um ator que compõe, muitas vezes, esse agenciamento de COPAC e APH. Diagrama 30 indica, então, todos os atores figurados nas narrativas selecionadas sobre as Jornadas de junho de 2013 e o Diagrama 31 mostra os agenciamentos realizados pelo COPAC.

Arquivo de atualizações 2012
 de 12 de 199

em português

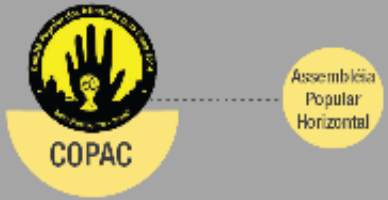
6



7



8



9



10



Atividade de Junho de 2019

total de alunos

11



12



13



14



15



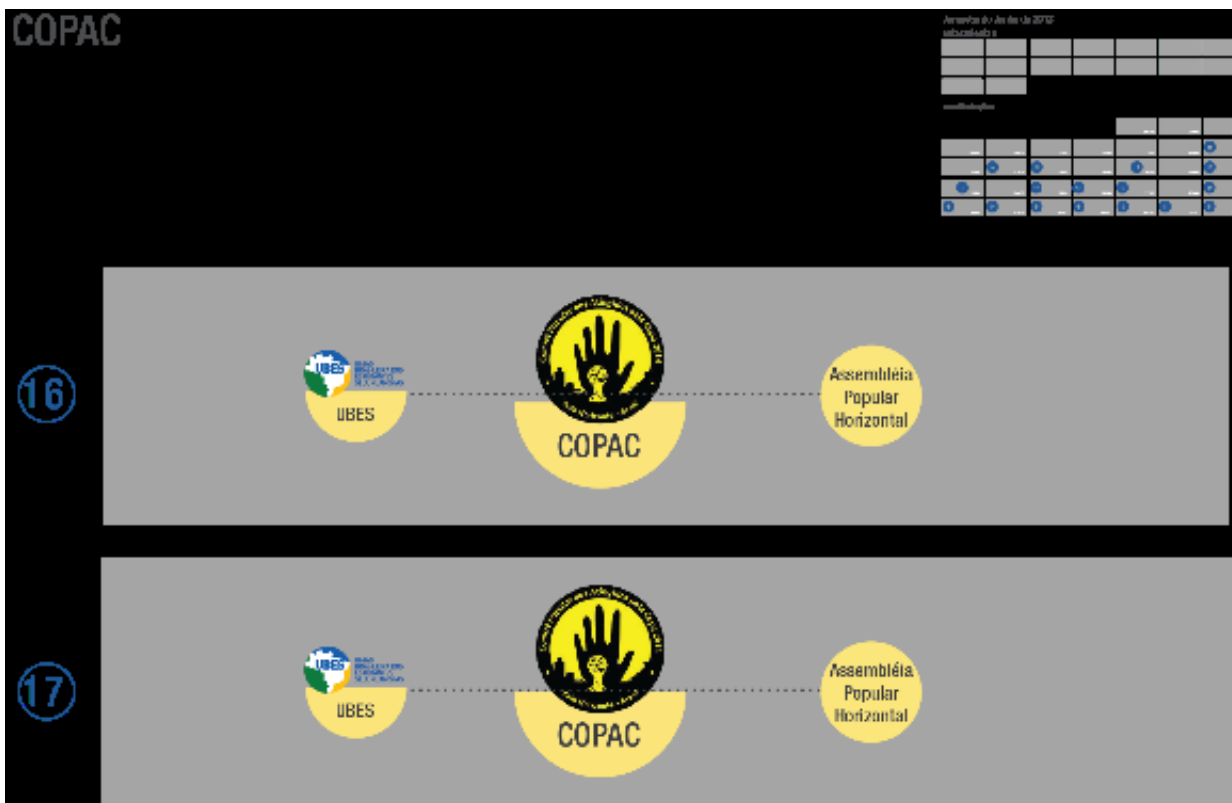


Diagrama 31 - COPAC: participação nas Jornadas de Junho de 2013 de agenciamentos

Fonte: Produzido pelos pesquisadores do Grupo Interdisciplinar: Henrique Porto, Felipe Hardy, Ana Luisa Schoenell e Maíra Ramirez.

Rena e Bruzi (2014, p. 311) narram as Jornadas de Junho de 2013 sob uma ótica de quem esteve presente no que chamaram de “movimento coletivo de corpos indignados e felizes”. Elas participaram dos protestos em Belo Horizonte e citam os “pequenos devires revolucionários afetivos” que foram tomando a cidade e produzindo diferentes maneiras de ocupar e experienciar os espaços desde 2009 e que, no fim, compuseram, em Belo Horizonte, as Jornadas de junho, como o Duelo de MCs e a Praia da Estação. Para as autoras estes eventos já eram parte do processo do levante multitudinário que estava por vir. De acordo com as autoras, quando as Jornadas de Junho eclodiram em todo o país, elas já pairavam o imaginário dos belorizontinos.

Um corpo também simbólico e imaterial, que se manifesta por meio de cartazes e bandeiras, cantos e cores. O amarelo das camisas dos membros do Comitê Popular de Atingidos pela Copa (COPAC) e o laranja antineoliberalista dos indignados com a gestão pública municipal dissolveram-se a inúmeras outras cores que constituíam, de forma dinâmica a diversidade inquieta da cidade. (RENA; BRUZZI, 2014, p.319).

Rena e Bruzzi (2014) lembram que as manifestações deram origem a um espaço de debate chamado Assembleia Popular Horizontal (APH), por meio da qual decidiu-se ocupar a Câmara Municipal de Belo Horizonte¹³². Esta ocupação tinha, inicialmente, como finalidade a abertura dos orçamentos do transporte público na cidade. Como observado anteriormente, a APH estava sempre associada ao COPAC. O Diagrama 32 mostra os agenciamentos dos quais a APH faz parte.

¹³²Vide linha do tempo - 20 de junho.

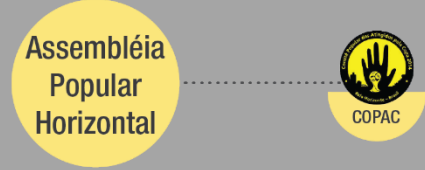
Assembleia Popular Horizontal

Jornada de Junho de 2019

artocultura.org

mapa de lugares

6



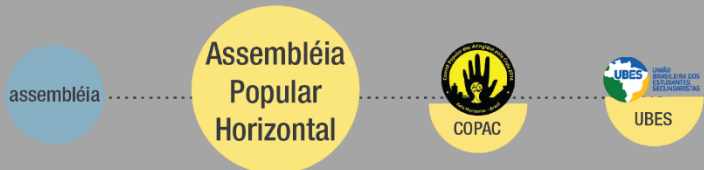
7



8



9



10





Diagrama 32 - Assembleia Popular Horizontal: participação nas Jornadas de Junho de 2013 e agenciamentos
 Fonte: Produzido pelos pesquisadores do Grupo Indisciplinar: Henrique Porto, Felipe Hardy, Ana Luisa Schoenell e Maíra Ramirez.

9.1 Contextualização histórica, território e geopolítica

O avanço do neoliberalismo e da globalização, principalmente a partir da década de 1980 não cumpriu com grande parte das promessas de que o “novo sistema” e o mundo multipolarizado iriam propiciar possibilidade de melhorias econômicas e sociais para todas as nações e, dentro de seu território, para pessoas de diferentes classes. A lógica social democrata do *win win*, onde todos saíam ganhando, não foi cumprida em grande parte dos países que adotaram o neoliberalismo.

No Brasil, a chegada do modelo é marcada pelo governo Fernando Collor de Mello, em 1990 e foi ampliada ao longo das gestões seguintes, até os dias atuais¹³³. A constituição de 1988 incorpora pontos importantes da participação social no governo, como é o caso do Orçamento Participativo e da criação de Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Entretanto, o ajuste neoliberal proposto por Collor previa o Estado mínimo, adequado ao processo global e às determinações do Consenso de Washington (1989).

A eleição e reeleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, nos anos de 2002 e 2006, respectivamente, simbolizaram uma vitória das correntes de esquerda que, de alguma forma, retardariam o crescimento do neoliberalismo, contando com um significado avanço nacional nas esferas política, econômica e social. A continuação da gestão petista representada pelas duas vitórias de Dilma Rousseff nas urnas (2010 e 2014) foram o símbolo de que grande parte da população desejava a manutenção deste projeto de país para os próximos anos. Entretanto, em 2016, a Presidenta Dilma sofreu um golpe de Estado cedendo, de forma ilegítima, sua posição como líder nacional, ao vice-Presidente Michel Temer. Antes deste momento, as conturbadas eleições de 2014 e, um pouco antes, as Jornadas de Junho de 2013. Neste sentido vê-se necessário analisar alguns dados relativos à situação do país no ano de 2013, para que

¹³³O que pode ser percebido de diferença no processo de crescimento do neoliberalismo no Brasil ao longo destes governos se dá em relação à intensidade e modo/setor de aplicação. É inegável o fato de os governos petistas, ainda que de esquerda, estarem também inseridos nesta lógica, já que se trata de uma razão de mundo (DARDOT; LAVAL, 2016). Entretanto observa-se que, em termos de alianças e privatização/estrangeirização das riquezas nacionais, estes governos adotaram um posicionamento em direção ao crescimento econômico e à soberania nacional.

seja possível investigar alguns elementos de indignação que podem ter assolado a população nacional.¹³⁴

A crise do capitalismo de 2008 não atingiu o Brasil como a maioria dos países do mundo, tendo sido contida por meio de algumas medidas anticíclicas que movimentaram o mercado interno, para as quais políticas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa Minha Vida, foram fundamentais. (MERCADANTE; ZERO, 2008)¹³⁵. De forma que o crescimento alcançado nos anos que antecederam a crise além de não ter sido anulado, continuou em uma contracorrente em relação ao que pode ser percebido em grande parte dos outros países. Uma rápida comparação de dados sobre o Brasil entre os anos de 2002 e 2013 comprova esta afirmação. (QUADRO 1)¹³⁶.

¹³⁴ Mais informações sobre este tema estão disponíveis no artigo *A dimensão geopolítica do golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/ estrangeirização*, de Natacha Rena, Maira Nobre, Danilo Barbosae Henrique Porto, publicado na Revista Indisciplinar v.4, n.2, de 2018. Disponível em: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=.download/007.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2019.

¹³⁵ Mais informações sobre o crescimento econômico brasileiro e sua relação com o Golpe de 2016 podem ser obtidas no artigo *A dimensão Geopolítica do Golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/estrangeirização*, publicado na Revista Indisciplinar *Geopolítica e transescalaridade das lutas territoriais*, 2018. Disponível em: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=.download/007.pdf>.

¹³⁶ Os dados utilizados para preenchimento da Tabela 1 e informações posteriores foram retirados das seguintes fontes: IBGE, Unicef, Banco Mundial, ONU, Ministério da Educação, Ministério da saúde, além dos sites <http://www.dpf.gov.br/agencia/estatisticas>; <http://www.washingtonpost.com>.

	2002	2013
PIB	R\$ 1,48 trilhões	R\$ 4,84 trilhões
PIB per capita	R\$ 7,6 mil	R\$ 24,1 mil
Dívida líquida do setor público	60% do PIB	34% do PIB
Lucro do BNDS	R\$ 550 milhões	R\$ 8,15 bilhões
Lucro do Banco do Brasil	R\$ 2 bilhões	R\$ 15,8 bilhões
Lucro da Caixa Econômica Federal	R\$ 1,1 bilhões	R\$ 6,7 bilhões
Produção de Veículos	1,8 milhões	3,7 milhões
Safra agrícola	97 milhões de toneladas	188 milhões de toneladas
Investimento estrangeiro direto	16,6 bilhões de dólares	64 bilhões de dólares
Reservas Internacionais	37 bilhões de dólares	375,8 bilhões de dólares
Índice Bovespa	11.268 pontos	51.507 pontos
Taxa de desemprego	12,2%	5,4%
Salário Mínimo	R\$ 200 (1,42 cestas básicas)	R\$ 724 (2,24 cestas básicas)
Exportações	60,3 bilhões de dólares	242 bilhões de dólares
Investimento público em saúde	R\$ 28 bilhões	R\$ 106 bilhões
Investimento público em educação	R\$ 17 bilhões	R\$ 94 bilhões
Risco Brasil	1.446	224

Quadro 2 - Levantes pelo transporte de 2003 a 2013

Fonte: Produzido pela autora.

Além dos dados contidos na Tabela 1 que refletem uma clara melhoria econômica durante os governos petistas e uma situação favorável no ano de 2013, pode-se observar que enquanto o governo de Fernando Henrique Cardoso gerava uma média de 327 mil empregos por ano, os governos de Lula e Dilma geraram em média 1, 79 milhões; entre os dois governos, a inflação reduziu de 9,1% para 5,8%; os governos petistas criaram 6427 creches; o Programa Minha Casa Minha Vida beneficiou 1,5 milhões de famílias; o Programa Luz Para Todos, 9,5 milhões de pessoas; o Fies deu 1,3 milhões de financiamentos universitários e o Programa Ciência sem Fronteiras chegou a 100 mil beneficiados; foram criadas 18 Universidades Federais

e 214 Escolas técnicas; a dívida externa entre 2002 e 2014 reduziu de 557% para 81%, enquanto a taxa de pobreza caiu de 34% para 15%; o IDH, entre estes anos, subiu de 0,699 para 0,730 e a mortalidade infantil reduziu, no mesmo período de 25,3 para 12,9 crianças a cada mil; por fim, a Petrobrás subiu seu valor de mercado de 15,5 bilhões para 104,9 bilhões de reais, gerando um lucro médio de 25,6 bilhões de reais por ano. Neste sentido, a descoberta do Pré-sal na Bacia de Santos em 2006 é ainda um ponto fundamental que garantiria um amplo desenvolvimento da indústria e da economia, além de uma enorme geração de empregos e renda. Por fim, o Brasil deixa de ser, em 2002, a 13ª economia do mundo, passando a ocupar, e 2014, a 7ª posição.

Estes dados mostram que, diferentemente dos outros casos analisados, a economia brasileira no ano de eclosão das Jornadas de Junho não estava abalada e o estado de bem-estar social não estava comprometido. Ao contrário, o processo mais claro de implementação deste estado veio, justamente, com os governos petistas e, naquele momento, apesar de uma desaceleração no crescimento, ele não estava em um processo de desmonte, como ocorria na Espanha, por exemplo.

Mesmo diante destes dados, muitas pessoas atribuem as Jornadas de Junho de 2013 a uma inabilidade política da Presidenta Dilma Rousseff, destacando sua impopularidade. Entretanto, de acordo com o IBOPE¹³⁷, o índice de aprovação do Governo Dilma, em março de 2013, era de 63%, enquanto a aprovação pessoal da Presidenta era de 79%, índice que superou os ex-Presidentes Fernando Henrique Cardoso e o Presidente Lula. Além disso, no dia 06 de março de 2013 Dilma Rousseff defende a vinculação dos royalties do petróleo para a educação¹³⁸, sendo aprovado na câmara, em 26 de junho a destinação de 75% desta renda para a educação e 25% para a saúde¹³⁹.

¹³⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>; <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-03-19/popularidade-de-dilma-bate-novo-recorde-e-sobe-para-79-diz-ibope.html>. Acesso em 30 de maio de 2019

¹³⁸ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=18494:recursos-do-petroleo-mudara-o-futuro-do-pais-afirma-dilma>. Acesso em 30 de maio de 2019

¹³⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/camara-destina-75-dos-royalties-para-educacao-e-25-para-saude.html>. Acesso em 30 de maio de 2019.

Diante deste quadro, uma pergunta ressoa: quais foram os fios soltos deixados pelos governos petistas que levaram às Jornadas de Junho de 2013? É sabido que a existência de um ciclo de lutas em escala mundial influenciou diretamente neste processo, atuando, principalmente via redes sociais, sobre as subjetividades de um grande número de jovens da crescente classe média nacional. Entretanto, seria isso suficiente?

Para duas das maiores urbanistas do Brasil, Ermínia Maricato e Raquel Rolnik, a questão urbana teve grande influência sobre todo este processo e isto se dá, predominantemente, em relação ao tema da reforma urbana¹⁴⁰.

Rolnik (2013) enfatiza a questão da mobilidade, a fagulha inicial do levante que trazia esta pauta, diretamente associada ao direito à cidade. Ela coloca que o aumento da renda e a ascensão pelo consumo não necessariamente resolvem a falta de urbanidade, nem mesmo a precariedade dos serviços públicos de saúde e educação. Neste sentido, o alto investimento em infraestrutura para a Copa de 2014 também simboliza um ponto chave na leitura da autora sobre os protestos. Ela cita um cartaz, de uma manifestante que dizia “Quando meu filho ficar doente, vou levá-lo ao estádio”. A desigualdade social também é lembrada na dicotomia que a cidade escancara entre o “formal” e o “informal”, ou o “legal” e o “ilegal”.

A ‘fagulha’ das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos - o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis -, que, entre “catraços”, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, com os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a Ancop. (ROLNIK, 2013, p. 9).

Em sua maioria, estes movimentos compreenderam a cidade tal como assinalado por Harvey (2014), não apenas como palco das lutas, mas como uma ferramenta para se desenvolver e potencializar estas lutas. A ocupação das ruas, mesmo que por algumas horas, visando um controle sobre o espaço por meio da gestão direta de seus fluxos, leva a população

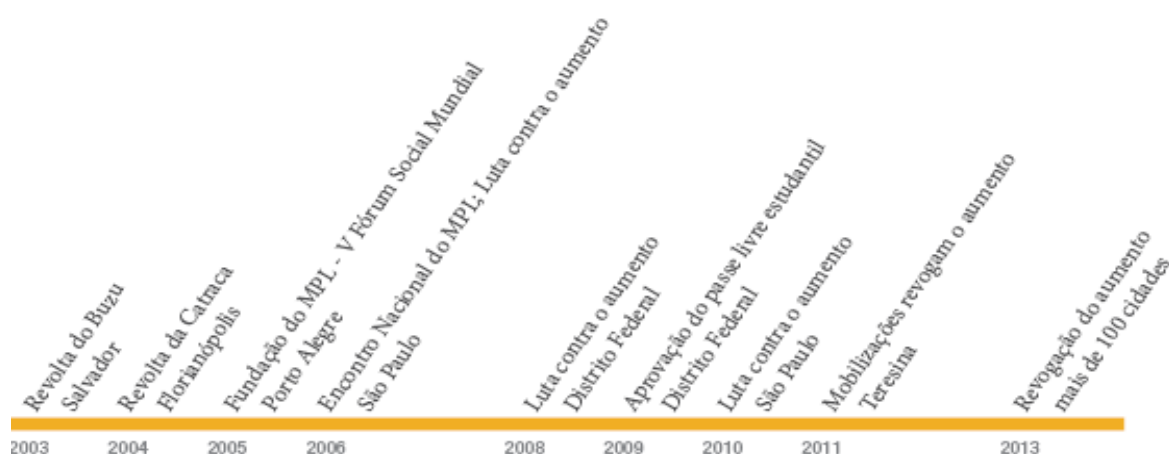
¹⁴⁰ Neste momento, vale lembrar a diferença de reforma e revolução estabelecida no capítulo 3 *Das revoluções aos levantes: uma abordagem conceitual das resistências*. O tema da revolução urbana, foi tratado, especificamente, no capítulo 6 *Revolução urbana e direito à cidade* e, agora, a reforma urbana entrará no debate. Isso porque se trata de um conceito utilizado predominantemente no Brasil que aborda um conjunto de políticas públicas voltadas a diversos âmbitos da cidade, como habitação, acesso à terra, mobilidade urbana e direito à cidade. O debate se iniciou já nos anos de 1960 com o Governo de João Goulart, foi retomado na Constituição de 1988 e ganhou força com a criação do Estatuto da Cidade, em 2001.

a sair do processo massivo de sempre estar alheia às decisões seu espaço de vida. Tomam, com o próprio corpo, o sentido de seu destino. O MPL, como citado por Rolnik (2013), não tardou em perceber isso:

A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa a beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano. (MPL, apud Rolnik, 2013, p. 10).

O grupo de ativistas coloca que a disputa pela cidade e a questão da mobilidade não são novidades no contexto brasileiro. As revoltas populares relacionadas ao transporte público estão presentes nas metrópoles brasileiras desde sua origem, o que pode ser percebido pelos bondes e trens virados, muros pixados, ônibus incendiados e barricadas criadas. Eles lembram que a tomada de decisões sobre a mobilidade é sempre estabelecida de forma vertical, excluindo a população.

Em artigo publicado em 2013, o grupo faz, então, uma linha do tempo das principais revoltas envolvendo a questão da mobilidade no Brasil desde 2003, mostrando que os protestos de 2013, neste sentido, não forma nenhuma novidade e que a questão da mobilidade urbana é muito mais ampla do que se imagina. Esta Linha do Tempo 3 pode ser observada a seguir:



Linha do Tempo 3 - Levantes pelo transporte de 2003 a 2013
Fonte: Produzida pela autora de acordo com Movimento Passe Livre (2013).

Sobre o levante de 2013, o MPL (2013) alega que foi muito além da luta sobre a tarifa. Quando os manifestantes conseguiram reverter o aumento das passagens em mais de cem

idades do país, a gestão política do transporte foi deslocada para as mãos dos cidadãos. O movimento segue colocando que nunca se sentiu dono das manifestações.

Para Maricato (2013) é óbvio que a questão, mais que a luta pelo transporte, se dava no âmbito do urbano de uma forma geral. A autora assinala a necessidade de compreensão do movimento de forma ainda mais ampla, lembrando que a maioria dos manifestantes eram jovens de classe média conectados via redes sociais, entretanto afirma, sem pestanejar, que quem acompanhava a realidade das cidades brasileiras naquele momento, não se surpreendeu com o levante.

Segundo a autora, estas cidades, como parte de uma periferia do capitalismo, carregam uma herança de desigualdade social muito pesada vinculada, inegavelmente, à escravidão vigente até pouco mais de um século atrás. Além disso alerta para os agravantes do processo de globalização e do ajuste fiscal que complexificaram, ainda mais, a realidade urbana nacional. Harvey (2013) lembra que “a globalização e o neoliberalismo enfatizam, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais. O poder de classes foi restaurado às elites ricas. Os resultados foram indelevelmente gravados nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais tornam-se cidades de ‘fragmentos fortificados’”. (HARVEY, 2013, p. 28 - 29).

Mas, dentro deste contexto controverso, Maricato (2013) destaca a emergência de forças vinculada a ONGs, pesquisadores, movimentos sociais e profissionais de diversas áreas que se organizaram em prol do desenvolvimento de uma reforma urbana no Brasil que contava com a ampliação da participação popular em algumas prefeituras por meio de ferramentas como o orçamento participativo. Este movimento gerou um novo quadro político institucional que, com a eleição do Presidente Lula criou instrumentos legais vinculados à habitação, política fundiária e mobilidade, em grande parte materializados pelo Estatuto da Cidade (2001), e órgãos como o Ministério das Cidades (2003), o conselho das Cidades (2004) e as Conferências Nacionais das Cidades. A autora lembra que “um dos movimentos de resistência ao neoliberalismo no Brasil diz respeito à promoção de importante processo participativo na formulação de políticas públicas em nível nacional (...) não restam dúvidas que jamais na história desse país a política urbana mereceu um debate democrático tão abrangente como

vem acontecendo desde 2003”. (MARICATO; SANTOS JUNIOR, 2007, p 1; 8). Tratava-se da criação tão sonhada reforma urbana.

Neste sentido, Maricato e Santos Júnior (2007) destacam a importância da participação popular nas tomadas de decisão do Estado, compreendendo os avanços supracitados, como fundamentais no processo da construção de uma reforma urbana no Brasil. Ela aponta que no Conselho das Cidades, por exemplo, houve participação de aproximadamente 2 milhões de pessoas entre lideranças sociais e organizações governamentais e não governamentais. Esta participação, para a arquiteta, simboliza a inclusão de muitas de vozes que estiveram historicamente apartadas do debate político.

Por outro lado, cabe ressaltar que, para a autora, a participação popular, mesmo significativa, não pode ser garantida de forma plena. Isso porque ela se restringiu a grupos organizados nacionalmente que conseguiram alguma “legitimidade social na temática urbana” (MARICATO; SANTOS JUNIOR, 2007, p.11), o que não retira o valor do Conselho enquanto espaço de representatividade dos principais sujeitos envolvidos na questão urbana brasileira, mas indica uma falha significativa. Entretanto houve possibilidade de “discutir e estabelecer pactos sociais em torno das políticas de desenvolvimento urbano, incluindo as políticas de habitação, saneamento ambiental e transporte e mobilidade”. (MARICATO; SANTOS JUNIOR, 2007 p.12).

Entretanto, Maricato (2013), mesmo reconhecendo estes avanços, entende que os rumos seguidos pela política urbana após 2009 foram “desastrosos”. Ela atribui à política social petista, principalmente vinculada aos Programa de Aceleração de Crescimento (PAC I e II) e ao Minha Casa minha vida, um *boom* imobiliário inimaginável nas grandes cidades. Segundo ela, com o crescimento do PIB do Brasil e da construção civil em 2010, indo a 7,5% e 11,7 % respectivamente, a queda significativa da taxa de desemprego, e o crescimento de capital privado e subsídio governamental no mercado residencial, acabaram levando a um esquecimento da reforma urbana, fundiária e imobiliária. Para ela ainda houve um processo de acomodação dos líderes de movimentos sociais que, em sua maioria, ocuparam cargos no governo.

O investimento no setor habitacional, acabou levando a uma alta significativa no valor dos imóveis. Em São Paulo 153% de 2009 para 2012, no Rio de Janeiro 184% no mesmo período. Neste sentido, a disputa de terras urbanas já travada entre o capital imobiliário e a força de trabalho se intensificou e a população acabou expulsa para regiões ainda mais distantes da cidade, muitas vezes desprovidas de infraestrutura. Agravando a situação, ainda tiveram os violentos despejos relacionados com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. “Mas é com a condição dos transportes que as cidades acabam cobrando a maior dose de sacrifício por parte de seus moradores”. (MARICATO, 2013, p. 24).

O crescimento do número de automóveis associado à má qualidade do transporte público multiplicou as horas de deslocamento nos grandes centros, prejudicando não só os trabalhadores da periferia que, no caso de São Paulo, muitas vezes precisam dormir na rua por não conseguirem chegar em casa a tempo de ir novamente trabalhar, mas também gerando incômodos à classe média.

O complexo quadro colocado pela autora, dando destaque à questão do transporte (como ela mesma o fez) e relacionando isso a uma possível indignação da classe média, não parece um argumento ainda frágil para a explicação sobre um acontecimento nas proporções das Jornadas de Junho de 2013? Acredita-se que o desenvolvimento econômico do país levou a uma expectativa de qualidade de vida (nesses termos relacionada à vida urbana) que não foi realizada. Junto a isso, o retardamento dos índices de crescimento a partir de 2012 (o que pode ser atribuído de forma geral a crise do capitalismo mundial) criou apreensão social, mais especificamente na classe média que temia a perda de muitos de seus privilégios. É inegável que as políticas do *win win* petistas atingiram mais as camadas mais pobres e os mais ricos. Neste contexto, uma classe média que já tinha tido menos melhorias (apesar de tê-las) que os demais estratos da sociedade, se viu temerosa de não receber as benéficas desejadas. A realidade das cidades indicava para esta direção.

Além disso, a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 no Brasil, representaram um elemento fundamental para analisar as Jornadas de Junho de 2013. Antes mesmo das manifestações do MPL, já havia grupos de indignados em relação à organização dos

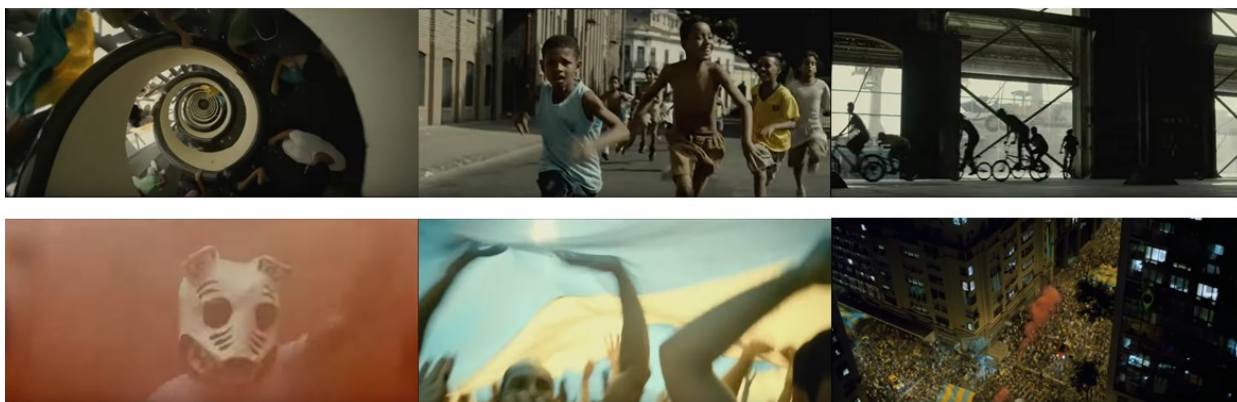
megaeventos e, principalmente dos gastos públicos que eles simbolizavam. O supracitado *boom* imobiliário que levou ao rápido crescimento das cidades e, conseqüentemente, periferias brasileiras, levantou a necessidade de uma significativa ampliação da infraestrutura urbana, o que inclui a mobilidade. O alto investimento em estádios que depois ficariam ociosos e em sistemas de mobilidades voltados apenas para o bom funcionamento destes eventos é, então, um ponto importante a ser considerado em relação a este levante.

Harvey (2013) não adentra a questão governamental brasileira, mas detecta, tal qual Maricato (2013), uma situação de insatisfação dos brasileiros em relação às cidades e à qualidade de vida urbana, lembrando, a todo momento, a questão da desigualdade socioespacial, a qual ele associa diretamente com os processos de expansão do neoliberalismo e da globalização. Neste sentido, não há dúvidas da existência de influências externas para a provocação do levante brasileiro. Isso se deu não apenas devido ao estímulo provocado pelos outros levantes que vinham acontecendo, ou pelo desejo egocêntrico e culposos dos indivíduos ocidentais de “fazerem a diferença” (ZIZEK, 2018)¹⁴¹, mas também por uma produção de subjetividade que vai além e pode ser percebida, por exemplo, com a propaganda da Fiat ou do Johnnie Walker. A primeira delas entrou no ar nas televisões brasileiras no mês de junho de 2013 convocando para uma ocupação festiva das ruas sob o slogan *vem para a rua*, que se tornou uma das hashtags mais importantes das Jornadas de Junho de 2013 e que, muitas vezes, vinha acompanhada da #GlobalRevolution. Em seguida, se tornou o novíssimo movimento #VemPraRua, cujo posicionamento político é de direita¹⁴². A segunda, trazendo a imagem do gigante brasileiro se levantando, foi apresentada um ano antes e ainda hoje funciona como símbolo para os grupos de direita ovacionando a ascensão de um conservadorismo neoliberal.

¹⁴¹ Este debate proposto por Zizek está presente no capítulo 6 *Revolução Urbana e direito à cidade*.

¹⁴² “O Vem Pra Rua quer um Brasil livre da corrupção, com uma política feita com ética e um Estado desinchado e eficiente, verdadeiramente democrático e justo. E não há democracia nem justiça com corrupção, incompetência, autoritarismo e impunidade. É um movimento suprapartidário, democrático e plural que surgiu da organização espontânea da sociedade civil em 2014. Ao longo de sua história, suas manifestações levaram mais de 6 milhões de pessoas às ruas, em 13 grandes manifestações pacíficas e ordeiras, em mais de 250 cidades. Duas delas, março/2015 e março/2016, entraram para a história como as maiores manifestações da sociedade civil no Brasil. Tendo como pilar principal a luta contra a corrupção, o Movimento atua também na educação cívica da sociedade por meio de sua página no Facebook, que conta hoje com mais de 2 milhões de seguidores”. (<https://www.vempraru.net/>)

No caso da Fiat, além do ator não humano *vem pra rua*, a propaganda conta com camisas e bandeiras do Brasil, que posteriormente viraram símbolo das manifestações de direita. Isso sem contar a imagem de uma pessoa mascarada e o estímulo a outros meios de transporte, como bicicletas, realizado por uma empresa que fabrica e vende automóveis. A que interessava à Fiat, naquele momento, fomentar uma ocupação das ruas do Brasil? E por que o uso desses símbolos?



Montagem 11 - Propaganda da Fiat Vem pra rua
Fonte: produzida pela autora.

E o que dizer a propaganda do Whisky Johnnie Walker que foi ao ar um ano antes chamando o Brasil para caminhar, já que o gigante não estava mais adormecido?

Sobre estas questões é fundamental pensar em relação à produção de subjetividade advinda de um controle midiático¹⁴³.



Montagem 12 - Johnnie Walker - O gigante acordou
Fonte: Produzido pela aluna

¹⁴³Um debate sobre produção de subjetividade foi iniciado no capítulo 4 *Globalização, neoliberalismo e disputa geopolíticas*.

Se a questão urbana era um fio capaz, mesmo que parcialmente, de indicar possíveis motivos que, somados, levaram às Jornadas de Junho de 2013, neste momento detecta-se outro: havia interesse de grupos internacionais na conformação do levante exposta pelo estímulo subjetivo à ocupação das ruas. Mas quem e por quê? Estas respostas ainda encontram-se difusas, mas alguns rastros devem ser levados em consideração. No capítulo 4 *Neoliberalismo e globalização* percebe-se que países e/ou blocos políticos e econômicos encontram-se em constante disputa geopolítica, se articulando a fim de alcançarem seus interesses, tendo, em sua maioria, o neoliberalismo e a globalização como aliados. Neste sentido, o Brasil é um dos principais alvos destas disputas. O que se dá por várias razões que incluem principalmente o grande arsenal de riquezas naturais ampliado significativamente pela descoberta do Pré-sal. O crescimento vivido pelo país nos últimos anos é outro fator relevante, já que o levou a condição de disputar hegemonia mundial com países que ocuparam, por muito tempo, esta posição no jogo de forças geopolítico e que, após a crise de 2008 encontravam-se em situação comprometedoras. A descoberta do Pré-sal impulsionaria ainda mais este crescimento nos anos seguintes, o que, certamente, foi entendido como uma ameaça para os grupos hegemônicos (além de despertar cobiça pelo controle das reservas tornando o território brasileiro ainda mais disputado). Por fim, as alianças com a América Latina por meio criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC); a União de Nações Sul-americanas (UNASUL); a formação dos BRICS; e a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDN), indicavam só não um fortalecimento ainda maior do país, mas também novas alianças geopolíticas que envolviam o Brasil, a Eurásia¹⁴⁴ e alguns países da América do Sul. Esta conformação era muito ameaçadora para os blocos hegemônicos. Isso sem contar o desenvolvimento de tecnologia para produção de um submarino nuclear, que levou à primeira prisão da Lava Jato: o Dr. Othon Luiz Pinheiro da

¹⁴⁴“Hibridando uma tradição político-militar histórica e remanescente de períodos de imperialismo a um crescimento econômico fervoroso, impulsionado pela transferência do centro de produção material para o oriente, ambos os autores apontam a emergência de um novo grupo protagonista na geopolítica mundial a partir do fortalecimento do Estado como é o caso do bloco que une China e Rússia, com evidentes articulações políticas, militares e econômicas feitas em torno do continente eurasiático. O exemplo da formação de uma “Nova Rota da Seda” por meio do projeto “One Belt One Road”, envolvendo também o Irã, a Síria e a Turquia, podem configurar um eixo geopolítico em atuais condições de disputar com os outros dois grandes blocos ocidentais: tanto o Império Transnacional Progressista quanto com o Imperialismo Nacionalista Neoconservador aos moldes trumpista”. (RENA, et. al., 2018, p. 224). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ojdtl6m8g78srC557loY2jsDQH9sEn5y/view>. Acesso em 01 de junho de 2019.

Silva¹⁴⁵; o crescimento da Odebrecht, que realizava consultorias a nível global; a tecnologia nacional de exploração do Pré-sal desenvolvida pela Petrobras; e a exigência feita pela Presidenta Dilma que todas as agências do governos utilizassem empresas estatais de tecnologia, o que renderia enorme prejuízo aos EUA.

Estes fatos fazem lembrar o alerta que, segundo Haddad (2017), Erdogan e Putin fizeram a Dilma Rousseff: a ocorrência de uma possível Guerra híbrida¹⁴⁶ em território nacional. Esta hipótese é afirmada, também, pelo jornalista Pepe Escobar no texto *O Brasil no epicentro da guerra híbrida*, publicado em 2018, no qual o autor aborda a ameaça que significava o crescimento do BRICS e que o Brasil representava o alvo mais vulnerável do grupo. Escobar descreve algumas estratégias para implementação de uma guerra híbrida que, inegavelmente, compuseram o quadro brasileiro: (i) uso de uma “classe média não engajada”; (ii) apoio à insurgência; (iii) o uso de estratégias políticas e psicológicas no sentido de desacreditar o governo; (iv) preparação e incentivo psicológico para uma rebelião; (v) uso massivo de um discurso sobre corrupção. O caso brasileiro ainda tem um agravante, Escobar (2018) lembra da espionagem da NASA divulgada, em junho de 2013, por Edward Snowden que deu acesso, a um juiz de primeira instância, Sérgio Moro, com base em um único relato, a inúmeros importantes documentos da Petrobras.

A marcha em direção à Guerra Híbrida no Brasil teve pouco a ver com as tendências políticas de direita ou esquerda. Foi basicamente sobre a mobilização de algumas famílias ultra ricas que governam de fato o país; da compra de grandes parcelas do Congresso; do controle dos meios de comunicação; do comportamento de donos de escravos do século 19 (a

¹⁴⁵ <https://jornalggn.com.br/inovacao/a-prisao-do-pai-do-programa-nuclear-brasileiro/>. Acesso em 31 de maio de 2019.

¹⁴⁶ “Esse conceito surgiu em 2010, derivado do Manual para Guerras Não-Convencionais das Forças Especiais. Eis a citação-chave: “O objetivo dos esforços dos EUA nesse tipo de guerra é explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de potências hostis, desenvolvendo e apoiando forças de resistência para atingir os objetivos estratégicos dos Estados Unidos. [...] Num futuro previsível, as forças dos EUA se engajarão predominantemente em operações de guerras irregulares (IW, na sigla em inglês)”.

‘Potências hostis’ são entendidas aqui não apenas no sentido militar; qualquer país que ouse desafiar um fundamento da “ordem” mundial centrada em Washington pode ser rotulado como “hostil” – do Sudão à Argentina.

As ligações perigosas entre as revoluções coloridas e o conceito de Guerra Não-Convencional já desabrocharam, transformando-se em Guerra Híbrida; caso perverso de Flores do Mal. Revolução colorida nada mais é que o primeiro estágio daquilo que se tornará a Guerra Híbrida”. (ESCOBAR, 2018).

escravidão ainda permeia todas as relações sociais no Brasil); e de legitimar tudo isso por meio de uma robusta, embora espúria tradição intelectual. (...)

“Movimentos” de ultra direita financiados pelos nefastos Irmãos Koch pipocaram repentinamente nas redes sociais e nos protestos de rua. O procurador geral de justiça do Brasil visitou o Império do Caos chefiando uma equipe da Lava Jato para distribuir informações sobre a Petrobras que poderiam sustentar acusações do Ministério da Justiça. A Lava Jato e o – imensamente corrupto – Congresso brasileiro, que irá agora deliberar sobre o possível impeachment da presidente Rousseff, revelaram-se uma coisa só.

Àquela altura, os roteiristas estavam seguros de que a infra-estrutura social para a mudança de regime já havia produzido uma massa crítica anti-governo, permitindo assim o pleno florescimento da revolução colorida. O caminho para um golpe soft estava pavimentado – sem ter sequer de recorrer ao mortal terrorismo urbano (como na Ucrânia). O problema era que, se o golpe soft falhasse – como parece ser pelo menos possível, agora – seria muito difícil desencadear um golpe duro, estilo Pinochet, através da UW, contra a administração sitiada de Rousseff; ou seja, executando finalmente a Guerra Híbrida Total.

No nível socioeconômico, a Lava Jato seria um “sucesso” total somente se fosse espelhada por um abrandamento das leis brasileiras que regulam a exploração do petróleo, abrindo-a para as Grandes Petrolíferas dos EUA. Paralelamente, todos os investimentos em programas sociais teriam de ser esmagados. (ESCOBAR, 2018, não paginado).

Não é só o jornalista Pepe Escobar que tem este ponto de vista sobre as Jornadas de Junho de 2013 e a criação de uma guerra híbrida no Brasil. O russo Andrew Korybko lançou, em 2018, pela editora Expressão Popular¹⁴⁷, um livro denominado *Guerras Híbridas* no qual realiza semelhante afirmação. Em entrevista à Tutaméia, realizada em 2018 e publicada pela Revista Indisciplinar¹⁴⁸, o autor afirma que:

Há uma Guerra Híbrida muito intensa sendo travada no Brasil neste momento e afeta todas os aspectos da vida de cada cidadão. Ao longo dos últimos dois anos, agentes externos vêm tentando muito sutilmente condicionar a população para voltá-la contra o Partido dos Trabalhadores, usando instrumentos como a Operação Lava Jato, apoiada pela NSA [agência norte-americana de inteligência]. (KORYBKO, 2018, p. 39).

¹⁴⁷ A Editora Expressão Popular foi criada pelo Movimento Sem Terra (MST) no fim da década de 1990. “Em um período de crise no debate do socialismo enquanto possibilidade de transformação, enfraquecimento da formação política e dificuldade de vislumbrar alternativas de superação do modo capitalista de produção, nasce uma editora popular, que anseia fazer o debate de ideias na sociedade e reafirmar o livro como uma das ferramentas de mudança social”. (BRASIL DE FATO, 2017). Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2017/07/03/expressao-popular-uma-editora-construida-pelos-movimentos-sociais/>. Acesso em: 08 de junho de 2019. Site da Expressão Popular: <https://www.expressaopopular.com.br/loja/>

¹⁴⁸Disponível em: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=.download/007.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2019.

9.2 O Brasil Depois das Jornadas de Junho de 2013

A única pergunta interessante é se os resultados são criativos ou destrutivos. Normalmente são ambos: a cidade tem sido por muito tempo um epicentro da criatividade destrutiva. (HARVEY, 2019, p. 30).

Após os dois principais dias de protesto e repressão policial, 17 e 20 de junho¹⁴⁹, as manifestações foram se esvaziando. No dia 21 de junho, como pode ser visto na linha do tempo¹⁵⁰, a Presidenta Dilma Rousseff faz um pronunciamento rechaçando a violência e prometendo elaborar um Plano Nacional de Mobilidade Urbana¹⁵¹, destinar 100% dos royalties de petróleo para a educação¹⁵² e trazer médicos estrangeiros para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde¹⁵³. No mesmo dia o MPL se abstém dos protestos¹⁵⁴. A Presidenta estava disposta a dialogar com manifestantes e tomar medidas diante das solicitações¹⁵⁵. O número de manifestantes nas ruas foi diminuindo, era o Fim das Jornadas de Junho de 2013.

Entretanto, a Copa do Mundo ocorreria em 2014 o que levou a vários atos contrários ao evento, mas que não pararam por ali. A já anunciada participação de grupos de direita na rua se intensifica e eles passam a comandar os protestos, agora marcados por camisas verde e amarela e agressões diretas à figura da Presidenta, ao Partido dos Trabalhadores e ao Presidente Lula.

Mesmo neste contexto, em outubro de 2014 a Presidenta Dilma foi reeleita com 51,6% dos votos, mas o golpe de Estado que a derrubaria já estava em curso. Dilma foi impedida de governar nos dois primeiros anos de mandato, sofrendo vários boicotes por membros do Congresso eleito que, vale ressaltar, foi o mais conservador desde 1964. Os manifestantes de direita seguiam nas ruas e intensificaram seus gritos, neste momento, reivindicando

¹⁴⁹ Vide linha do tempo - dias 17 e 20 de junho.

¹⁵⁰ Pronunciamento completo disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/veja-e-leia-o-pronunciamento-na-tv-da-presidente-dilma-rousseff.html>. Acesso em 01 de junho de 2019.

¹⁵¹ Em 2013 o governo lança a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em: <http://www.portalfederativo.gov.br/noticias/destaques/municipios-devem-implantar-planos-locais-de-mobilidade-urbana/CartilhaLei12587site.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2016.

¹⁵² Em 26 de junho a Câmara destina 75% dos royalties de petróleo para educação e 25% para a saúde. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/camara-destina-75-dos-royalties-para-educacao-e-25-para-saude.html>. Acesso em 01 de junho de 2019. Em 9 de setembro a presidenta sanciona esta lei. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/09/09/dilma-sanciona-lei-que-destina-royalties-para-educacao-e-saude.htm>. Acesso em 01 de junho de 2019.

¹⁵³ Em julho de 2013 o Governo Federal lançou e publicou o primeiro edital do programa Mais Médicos. Disponível em: <http://maismedicos.gov.br/linha-do-tempo>. Acesso em 1 de junho de 2019.

¹⁵⁴ Vide linha do tempo - 21 de junho de 2013.

¹⁵⁵ Vide linha do tempo - dia 24 de junho.

Impeachment da Presidenta, o que ocorreu no ano de 2016¹⁵⁶. Dilma Rousseff é afastada do cargo e dá lugar ao então vice Presidente Michel Temer que, em um primeiro momento assume o Governo do Brasil de forma interina e, posteriormente, é declarado Presidente do Brasil. Houve resistência por parte de grupos e manifestantes de esquerda, mas com muito menos volume e intensidade do que ocorrera em 2013.

As medidas tomadas por Michel Temer, em sua maioria indicavam uma intensificação do processo neoliberal no Brasil. Movimento este que foi ampliado com a vitória de Jair Bolsonaro nas conturbadas eleições de 2018. Bolsonaro representa, hoje, a ascensão de uma ultra direita neoconservadora aliada a interesses geopolíticos de grupos hegemônicos do jogo de forças mundial, com destaque para os Estados Unidos.

No dia 15 de maio¹⁵⁷ de 2019 a esquerda voltou às ruas em protestos contra os cortes de verba para educação anunciados pelo Governo. Fato que se repete no dia 30 do mesmo mês e indica continuação em 14 de junho com a realização de uma greve geral. As Jornadas de Junho de 2013 não vão se repetir. Nada se repete. Mas é necessário pensar em toda esta discussão acerca da construção dos levantes e das potências, questionando não só os rastros que levam a seu início, mas também os desdobramentos por eles gerados, as armadilhas, os sonhos, as festas, as ações mais incisivas (queimas de carros, quebra de lojas, ataques à polícia), as paixões tristes e alegres. O que queremos construir nas ruas neste momento?

¹⁵⁶ Questões específicas sobre o suposto crime de responsabilidade e a consolidação do golpe não serão abordados neste trabalho.

¹⁵⁷ Impossível não comentar a coincidência (?) das datas e da hashtag utilizada para chamar o povo às ruas: #15M.

PARTE III: FINAL

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos grandes perigos que enfrentam os manifestantes é o de se apaixonar por si mesmos, pelo momento agradável que estão tendo nas ruas. 'Estão nos perguntando qual é o nosso programa. Não temos programa. Estamos aqui para curtir o momento', dizem. Bom, os carnavais saem barato, mas a verdadeira prova de seu valor é o que permanece no dia seguinte, o modo como nosso cotidiano se transforma. (ZIZEK, 2013, p. 108).

Questionar o método tradicional de fazer pesquisa, o modelo de hipóteses a serem a duras penas comprovadas e verdades produzidas, é um exercício mais fácil no discurso que na experiência concreta. Este foi um dos grandes desafios estabelecidos ao longo do desenvolvimento desta investigação. Seu caráter rizomático, aberto a interrupções e sempre questionador é inegável, mas em alguns momentos um desejo de reafirmar verdades já moldadas apareceu e foi difícil, mas enriquecedor o exercício de reabertura constante. Se, de alguma forma, cabe uma avaliação sobre esta experiência, é possível afirmar que os múltiplos e intensos desvios estruturais e superficiais sofridos por este texto, por mim e pela percepção sobre o que foi pesquisado, elucidam o caráter rizomático da pesquisa. Neste sentido, o que será tratado enquanto considerações finais, nem de longe poderia receber o nome de "conclusão". Serão apresentados fragmentos, indicativos e muitas questões, ainda mais diversas e incômodas, com as quais eu e o leitor teremos que lidar.

Se há algo que pode ser dito de forma mais incisiva, neste sentido de encerramento, é que não existe uma resposta para a pergunta levantada no início deste trabalho sobre o que leva os indivíduos a se sublevarem. Nem mesmo para a outra questão que envolve a possibilidade de ser resistência sendo, o neoliberalismo, uma razão de mundo. O que se tem são múltiplas questões e possíveis motivos que, conjuntos, levam este sujeito ao gesto resistente. Estes motivos existem em todas as escalas e vão do mais íntimo afeto, do elemento inconsciente, de uma cena marcada na memória, de um sonho de luta, de um desejo de poder, da vida cotidiana, ou da sua frustração com ela, até os estímulos globais, as subjetividades produzidas e os "exemplos" de outros lugares, passando pela política nacional e por várias outras questões. Não há uma resposta. Elas são muitas, diversas e aptas a se multiplicarem

constantemente. Não há nada em absoluto, trata-se deste acúmulo de razões que podem variar caso a caso, indivíduo a indivíduo. Sobre a segunda questão, um silêncio e a necessidade de pensar se há brechas onde se apoiar, onde elas estão e como utilizá-las.

Bernardo Gutiérrez (2014) inicia sua análise sobre as Jornadas de Junho de 2013 com uma colocação importante: há uma presença dos Occupies no imaginário da maioria dos levantes contemporâneos.

Fatos, memes, estética, processos, protocolos compartilhados. (...) Conspirações? Contágio Formal? Ou existe algo mais? Poderíamos afirmar que existem analogias antropológicas, tecnológicas e/ou sociais? Padrões de rede que se repetem à margem de contextos políticos e causas concretas? (...) Javier Toret (...) pensa que 'os marcos teóricos tradicionais não estão à altura para a complexidade destes novos movimentos em rede'. Por isso, segue Toret, é necessário 'usar métodos cruzados entre ciências complexas, teoria de redes, apoiando-se em dados e cruzando campos disciplinares'. (GUTIERREZ, 2014, p. 120 - 121).

O autor segue afirmando que uma das possibilidades seria, justamente, o uso da tecnopolítica que, compreendendo a multidão como um novo sujeito político, analisa os movimentos em rede hibridizando espaços físicos e digitais.

Foi esse um dos exercícios desenvolvidos nesta investigação. Apontando semelhanças e contradições presentes nos *atravessamentos*, buscou-se analisá-los em relação à organização interna, pautas, antagonismos e estratégias desenvolvidas nos espaços da cidade e da internet. Neste sentido foi possível, dentro das características dos novíssimos movimentos sociais, compreender como o 15M, o Occupy Wall Street e as Jornadas de Junho de 2013 compõem este ciclo de lutas urbanas que se desenvolveu após a crise do capitalismo de 2008. Em resumo, o que pode ser observado foi o quanto a internet enquanto produção de afetos e subjetividades foi fundamental para os levantes, tal qual a organização das ruas, das acampadas e das ocupações. Houve, sem dúvidas, uma criação de redes de afeto e mudanças profundas delineadas nas vidas de todos que participaram destes levantes, entretanto, como colocado pela citação de Žižek (2013) que abre este capítulo, é preciso pensar, de forma mais ampla, o que permanece de fato destas experiências e o que foi realmente modificado nos cotidianos.

Neste sentido pode-se observar um fato preocupante: as eleições que sucederam os levantes geraram, em sua maioria, líderes conservadores, neoliberais e de partidos de direita, seja Rajoy na Espanha, Trump nos EUA, ou o Congresso mais conservador seguido de um golpe de Estado no Brasil. Uma pergunta inevitável deve ser feita: por que, depois da construção de manifestações tão intensas, percebe-se uma tendência de fortalecimento da direita neoliberal e conservadora? Foi uma reação conservadora? Aproveitaram o levante para dar acesso a um projeto de golpe já em curso?

Obviamente, para além do fortalecimento da direita, houve também reflexos diretos nos partidos políticos de esquerda que extrapolam a momentânea destruição do PSOE ou o enfraquecimento do PT. O surgimento das plataformas municipalistas na Espanha que ganharam oito prefeituras após o 15M, ou do MUITXS, plataforma de Belo Horizonte, demonstra uma significativa transformação no modo tradicional dos grupos de esquerda fazerem política. O que não significa que esta mudança seja essencialmente boa ou ruim. Ainda é necessário tempo para saber os desdobramentos deste movimento, mas já vale questionar o que realmente este sistema traz de novo para que seja vantajosa a substituição e se não se trata de mais uma estratégia de fragmentação da esquerda e manipulação por parte dos grupos hegemônicos. Além das plataformas, vale lembrar o fortalecimento do PSOL no Brasil, partido que está muito vinculado a este “novo sistema” e do Podemos na Espanha, que apresenta um outro perfil, mas que tem incomodado os partidos tradicionais espanhóis, inclusive o social-democrata PSOE.

Neste sentido, o Occupy Wall Street e os EUA aparecem como o caso mais enigmático dos aqui analisados, já que trazem poucas novidades para a estrutura norte americana de poder que segue dividida entre dois partidos: o republicano e o democrata. O que se pode dizer é que, de alguma forma, o Occupy mostrou uma realidade sobre Obama pouco divulgada. Por trás de um discurso humanista, um homem com maior tempo de guerra que no governo republicano anterior¹⁵⁸ e que estava aliado às políticas de Wall Street. Indubitavelmente a posterior eleição

¹⁵⁸ De acordo com a GNN (2016), Obama é o Presidente dos EUA com maior tempo de guerra. “Barack Obama irá deixar a Casa Branca como o presidente dos Estados Unidos com maior tempo de guerra na história do país. O democrata venceu as eleições há sete anos prometendo tirar o país das guerras, atacando diretamente o seu

de Trump para além de seguir a tendência supracitada de ascensão conservadora, simbolizou uma ruptura popular com o que representava a imagem vendida por Obama.

De tudo o que foi debatido neste trabalho, das semelhanças e diferenças destes levantes, percebe-se que o caso brasileiro precisa ser estudado ainda de forma mais ampla e profunda. Isso porque, dos múltiplos eventos que compuseram os outros dois *atravessamentos*, a crise do capitalismo de 2008 e o desmonte do estado de bem-estar social, tornam os levantes um pouco mais compreensíveis. Entretanto, as Jornadas de Junho de 2013, que ocorreram em um período em que o país encontrava-se com situação econômica favorável, pouco desemprego e ampla aprovação do governo, representam uma incógnita maior. Ainda que compreendendo as questões urbanas e geopolíticas apontadas, acredita-se haver muito mais fios a se acessar no intuito de ampliar esta percepção.

Por outro lado, uma coisa não pode ser negada, o território e a geopolítica são chaves fundamentais para que se possa compreender todas as ações coletivas aqui delineadas. Sem dúvida, em todos os casos, a qualidade de vida urbana foi uma questão que influenciou as manifestações, seja pelas hipotecas dos Estados Unidos, pelas perdas de seguridade social na Espanha, pela mobilidade no Brasil, ou até mesmo pelo que aponta Harvey (2016) sobre o quanto o urbano está ligado à produção ou contenção de crises. Mas como indicado, no caso brasileiro ela aparece com ainda mais intensidade. Uma mescla de insatisfação com a situação das cidades após uma intensificação de sua expansão, uma frustração relativa à desaceleração do crescimento econômico que já mostrava impactos na qualidade de vida urbana, medo de perder os privilégios que ainda restavam e a realização de megaeventos que geraram gastos em estruturas que seriam pouco utilizadas e eram banais se comparadas às necessidades reais dos brasileiros, foram algumas das muitas questões que levaram a população, em sua maioria de classe média, para as ruas de várias cidades do país. Não se tratava de pautas populares e grupos de direita já ocupavam esses espaços de lutas, o que facilita, nesse *atravessamento*, compreender posterior ascensão de uma ultradireita neoconservadora ao poder. Podia-se, por

antecessor do Partido Republicano, George W. Bush. E para aumentar a ironia do destino, Obama recebeu, em 2009, o Prêmio Nobel da paz, segundo os organizadores do evento, pelo esforço em levar os Estados Unidos para longe de conflitos. (GNN, 2016). Disponível em: <https://jornalggn.com.br/internacional/obama-e-o-presidente-dos-eua-com-o-maior-tempo-de-guerra/>. Acesso em 08 de junho de 2019.

exemplo, questionar os gastos superestimados e as muitas remoções geradas pela Copa do Mundo, mas a pauta contra sua realização era, naquele momento, genérica demais e impossível de ser realizada. A Copa do Mundo seria no Brasil e isso não ia mudar. Por que estas manifestações não foram feitas em 2007, quando foi decidido que o país sediaria o evento? Ou por que não pegaram pontos críticos do programa da Fifa a ser implementado e questionaram um a um buscando possíveis soluções?

Os levantes têm por característica esta estrutura rizomática que não apresenta unidade de pautas nem manifestantes. Entretanto, a tendência à criação e pautas cada vez mais genéricas, acrescida da ausência de lideranças, complexifica muito não só a compreensão do levante, mas quaisquer conquistas que poderiam ser obtidas por ele. Isso porque, combater a corrupção, lutar contra o capital transnacional, desejar educação ou uma democracia real que ainda não se sabe qual é, são pautas que não podem ser atendidas por nenhum governo. Sem ter com quem dialogar, uma referência que seja, o processo se torna ainda mais complexo. Ainda que seja necessário lembrar as medidas tomadas por Dilma Rousseff no sentido de atender a pelo menos parte das reivindicações, cumprindo as promessas feitas em pronunciamento oficial durante as Jornadas de Junho de 2013.

Os levantes não querem tomar o poder como a revolução e não querem dialogar para conseguir mudanças graduais positivas, como a reforma. O que queriam aqueles corpos inflamados nas ruas? Uma grande festa de afetos e paixões? Adrenalina? Certamente muito mais que isso. Mas, certamente, também, a maioria não queria Trump, Bolsonaro ou Rajoy. Então como queriam? A potência da multidão é inegável, mas, pelo que parece, muito arriscada, ou vulnerável à cooptação e manipulação.

Esta discussão terá continuidade por meio do desenvolvimento de uma tese de doutorado. A proposta é que, neste processo, haja um aprofundamento na análise de dois dos levantes aqui apresentados: o 15M e as Jornadas de junho de 2013, por meio de uma aproximação maior com as questões políticas, econômicas e, principalmente, territoriais de cada um deles. Compreende-se, também, a necessidade de aprimoramento do método e ampliação em sua aplicação, e análise, aumentando o número de relatos para cada evento, de forma a ter

mais narrativas, o que auxiliará na busca por controvérsias. Pretende-se, também analisar de forma mais profunda os agenciamentos de um número maior de atores e, também, as narrativas nas quais são figurados.

Por fim, compreende-se a necessidade de adentrar com maior profundidade alguns conceitos que apareceram inicialmente nesta investigação e incluir outros na análise. Dos quais pode-se citar: (i) produção de subjetividade (GUATTARI; ROLNIK, 2005); (ii) dispositivo (FOUCAULT, 2001); (iii) poder disciplinar (FOUCAULT, 2005); (iv) biopolítica (FOUCAULT, 2012); (v) biopoder (FOUCAULT, 2012); (vi) biopotência (PELBART, 2005); (vii) multidão (HARDT; NEGRI, 2005); (viii) guerra híbrida (KORYBKO, 2018), (ix) sociedade de controle (DELEUZE, 1992); (x) comum (HARDT e NEGRI, 2016; DARDOT e LAVAL, 2017); (xi) dissidência programada (CHOSSUDOVSKY¹⁵⁹); (xii) confluência perversa (DAGNINO, 2004)¹⁶⁰; (xiii) Império (HARDT; NEGRI, 2001).

¹⁵⁹ Chossudovsky é um economista canadense professor da Universidade de Ottawa. É autor de *The Globalization of Poverty and The New World Order* (2003) e *America's "War on Terrorism"* (2005). Seu livro mais recente é *Towards a World War III Scenario: The Dangers of Nuclear War* (2011). Em 2011 criou o *entre for Research on Globalization* (CRG) que mantém o site GlobalResearch.ca um dos mais importantes sites de análise de temas como OTAN, EUA, conflitos no Oriente Médio, crise econômica mundial e desigualdade social.

¹⁶⁰ Este tema já tem sido investigado pelos membros da Pesquisa Geopolítica e Território e foi abordado no artigo *URBANISMO NEOLIBERAL: convergências entre a organização transnacional da Sociedade Civil (bottom up) e a Nova Agenda Urbana Internacional (top down)* de Henrique Porto e Natacha Rena, apresentado no II Seminário de Urbanismo Biopolítico organizado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar.

REFERÊNCIAS

- 15M: Excelente. Revulsivo. Importante. Direção: Stéphane M. Grueso. Produção: Madrid.15m.cc. Roteiro: Stéphane M. Grueso. 2012. HD (75 min), color., stereo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z5fsxKIMDNU>. Acesso em 9 mar 2019.
- 15M: Málaga despierta. Direção: Rakesh B. Narwani e Laura Rueda. Produção: 15mmalaga.cc. 2013. DVD (75 min), color.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Tradução de I. Morais. Lisboa: Relógio D'Água. 2001.
- ARNAUT, Luiz. Dossiê Temático: Revoltas e Revoluções no Século XX. **Temporalidades, Revista de História**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, ed. 24, v. 9, n. 2, mai./ago. 2017. P. 8 – 11.
- BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo: Biotempo, 2012.
- BALBIM, Renato. Para entender o relatório. In: IPEA, C. **Relatório Brasileiro para a Habitat III**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. p. 17 - 21.
- BANDEIRA, Moniz. **A Segunda Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1999.
- BENDIX, Reinhard. Concepts and generalizations in comparative sociological studies. **American Sociological Review**, Vol. 28, n. 4, aug., p. 532-539, 1963.
- BENJAMIN, Walter. Passagens. Organização de Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- BERNARDO, João. Estudantes e trabalhadores no maio de 68. **Revista Lutas Sociais**. São Paulo n. 19/20, 2008 p. 22-31.
- BISCO JR, José Gaspar; LINO, Sônia Cristina. Guerrilha Eletrônica: o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e o uso das mídias audiovisuais contemporâneas. In: **ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH-RIO, XII**, Niterói, 2006.
- BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Eve. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard. 1999.
- BRAGA, Ruy. **A Rebelião do Precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CANDIOTTO, Cesar. Política, Revolução e insurreição em Michel Foucault. **Revista de Filosofia: Aurora**. Curitiba, v. 25, n. 37, jul./dez. 2013, p. 223-264.
- CARNEIRO, Karine. **Moradores de rua e a produção do espaço urbano: uma análise sobre Bogotá e Belo Horizonte sob uma perspectiva genealógica**. 2016. 491 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da Internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO et al. (org). **A rua no século XXI**: materialidade urbana e virtualidade cibernética. Maceió: EDUFAL, 2014.

CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014.

COEDESMAN, Anthony. **Russia and the “Colour Revolution”**: a Russian Military View of a World Destabilized by the U.D and the West (Full Report). Washington: Center for Strategic and International Studies, 2004.

CRUZ, Mariana Moura; FONTECELLE, Mariana Bubantz. Em breve aqui: entre mapas e decalques a cartografia como método de pesquisa indisciplinada. **Revista Indisciplinar**. Belo Horizonte: Editora Fluxos, n.2, v.2, dez/2016. p. 199 - 220.

DANTAS, A. V. Reforma e/ou revolução: do que e com quem estamos falando? In: Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro, Londrina-PR, 10 a 13 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v7_andre_GX.pdf>. Acessado em: 20 de outubro de 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34 Lta, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELGADO, Manuel. Elogio y rescate de Henri Lefebvre: La usurpación de 'El derecho a la ciudad' por las nuevas políticas urbanas. **El País**, Barcelona, 19 mar. 2018. Urbanismo. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2018/03/16/seres_urbanos/1521194122_492095.html>. Acesso em: 04 jun. 2018.

Desde Junho – Ep. 01. Direção Julia Mariano. 26 min. Brasil. 2018.

DID-HUBERMAN, Georges (Org.). **Levantes**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

ESCOBAR, Pepe. O Brasil no epicentro da guerra híbrida. **Jornal de Todos os Brasis**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida-por-pepe-escobar>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

FAGIOLI, Julia. Por que as imagens se põem a tremer? Militância e montagem em O fundo do ar é vermelho, de Chris Marker. 2017. 270 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

FARO, Mariana. Criação, vida e resistência nas ruas: biopolíticas das manifestações metropolitanas no Brasil. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2014, p.231 - 243.

FERNANDES, Edésio. Constructing the 'right to the city' in Brazil. **Social & Legal Studies**, v.16, n.2, pp.201-19. 2007.

FERNANDES, Florestan. O que é revolução. In: PRADO Jr., Caio; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000. cap. 3, p. 55 - 148.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos, III**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder** / Michel Foucault; organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 63, 2002, 7-20.

FURET, François. **Pensar a Revolução Francesa**. Portugal: Edições 70, 1988.

GIRALDES, Marcus. **O acaso e o desencontro**: das manifestações de 2013 ao golpe de 2016. 1. ed. São Paulo, Garamond: 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. 2. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014a.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2014b.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos.. São Paulo: Edições Loyola, 1997

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Editora Vozes Ltda. , 2011.

GUTIÉRREZ, Bernardo. Três anos de revoltas interconectadas. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2014, p. 119 - 132.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**: el proyecto de una revolución del común. Madrid: Ediciones Akal, 2009.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Declaração**: isso não é um manifesto. São Paulo: N-1, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia *et al.*. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 28 - 34.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. O Direito à Cidade. 2008. Traduzido do original em inglês "The right to the city", por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/Marília. **New Left Review**, n. 53, 2008, p. 73-89.

HARVEY, David. The Right to the City. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 27, n. 4, 2003.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACQUES, Paola. **Elogio aos errantes**. Breve histórico das errâncias urbanas. *Arquitextos*, São Paulo, ano 05, n. 053.04, Vitruvius, out. 2004.

KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. **Caderno Metropole**, v. 14, n. 28, São Paulo, jul/dez 2012, p. 463-483.

KASTRUP, Virginia. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção In: CASTRO, L. R. de; BESSET, V. L. (Orgs.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008, p. 465-489.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. 2ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Minneapolis. 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Venício. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, Ermínia *et al.*. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 19 - 26.

LOPES, João. Movimentos ou momentos? Algumas notas sobre 'novíssimos movimentos sociais'. In: MENDONÇA, Ricardo.; PEREIRA, Marcus; FILGUEIRAS, Fernando. (org.). **Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2016.

LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005.

LUC-FERRY, Jean; RENAUT, Alain. **Pensamento 68: ensaio sobre o antihumanismo contemporâneo**. São Paulo: Ensaio, 1998.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. São Paulo: Unifesp, 2011.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. **A tático urbanism-short term action: long term change**. Island Press/Center for Resource Economics, 2011.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **@internet e #rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARCUSE, Peter. "Os direitos nas cidades e o direito à cidade". In: SUGRANYES, A.; MATHIVET, C. (orgs.). **Cidades para todos: propostas e experiências pela direito à cidade**. Santiago: Habitat International Coalition. 2010.

MARICATO, Ermínia. Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro; Orlando dos Santos Junior (org.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Fase, 2007, v. 1, p. 165-195.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, Ermínia *et al.*. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 19 - 26.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. Cadernau - **Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

MARICATO, Ermínia; SANTOS JÚNIOR, Orlando. Construindo a política urbana: participação democrática e o direito a cidade. In: RIBEIRO, Luiz César; SANTOS JUNIOR, Orlando (orgs.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Fase, 2007.

MARTI, Marc; SALAZAR, Monica. Entrevista a David Harvey sobre Gentrificación: “Habitat III tiene una posición neoliberal”. **Centro de Derechos Económicos y Sociales**, 10 out. 2016. Disponível em: <<http://cdes.org.ec/web/entrevista-a-david-harvey-sobre-gentrificacion-habitat-iii-tiene-una-posicion-neoliberal/>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abílio; FILGUEIRAS, Fernando. **Democracia Digital**: publicidade, instituições e confronto político. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MITCHELL, Don. *The right to the city: social justice and the fight for public space*. New York: Guilford. 2003.

MORAES, et. al.. **Junho**: potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São paulo. In MARICATO, Ermínia *et al.*. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 13 - 18.

NEVES, Bernardo et al. Lutas territoriais: resistências ao avanço do urbanismo neoliberal. In: ROLNIK, Raquel et al. (org). **Cidade Estado Capital**. São Paulo: FAU USP, 2018. P. 222-241.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

NOBRE, Maíra; RENA, Natacha (2018). Das revoluções aos levantes. *Arq.urb*, São Paulo, n.23, p. 41 - 63.

ONU. **New Urban Agenda**, Quito, 23 Dezembro 2016. 1 - 29.

PAULON, Simone; ROMAGNOLI, Roberta. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Estudos e pesquisa em psicologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.1, quadrimestre de 2010. p. 85 - 102.

PASSOA, E.; KASTRUP, Virgínia e Escóssia, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisaintervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina. 2012.

PELBART, Peter Pal. **Vida capital**. Ensaios de biopolítica. Ed. Iluminuras: São Paulo, 2003.

POLESE, Abel; Ó BEACHÁIN (Org), Donnacha. **The color revolution in the former Soviet Republics**: Sucesses and Failures. Oxon: Routledge, 2010.

PURCELL, M. Citizenship and the right to the global city: reimagining the capitalist world order. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.27, n.3, p.1564-90. 2003.

RABELO, Erica; FANTIN, Marcel. Prioridades e diretrizes das conferências habitat: entre o neoliberalismo e o bem comum. In: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (orgs.). **I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Fluxos, 2018. p. 930-947.

RENA, Natacha. Arte, espaço e biopolítica. In: RENA, OLIVEIRA, CUNHA. (Org.). **Arte, espaço e biopolítica**. 1ed. Belo Horizonte: Do Editora, 2015, v. 1, p. 22-74.

RENA, Natacha; BRUZZI, Paula. As ocupações em Belo Horizonte: biopotência e estética da multidão. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2014, p.310 - 327.

RENA, N. S. A ; NOBRE, M. R. ; **BARBOSA, D. C.** ; PORTO, H. D. . Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do Golpe que eclodiu em 2016 no Brasil. Revista Indisciplinar, v. 4, p. 210-225, 2019. Disponível em: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=.download/007.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2019.

RENA, Natacha; SÁ, Ana Isabel Anastasia de; Urbanismo Performativo da Multidão: ativismo e a invenção de novas espacialidades biopotentes. **I CONGRESSO INTERNACIONAL DE NET-ATIVISMO**. São Paulo: USP, 2013 (19/02/2014) <http://netativismo.files.wordpress.com/2013/11/artigos-gt7-v2.pdf>

Retrato n.1 Povo acordado e suas 1000 Bandeiras. Direção: Edu Iosche. 5min. Brasil. 2014.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A Cidade como Direito. In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica, 2007, Porto Alegre. **Los Problemas del Mundo Actual. Soluciones y Alternativas desde la Geografía y las Ciencias Sociales**. 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/arlete.htm>. Acesso em: 04 jun. 2018.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas; as revoltas de junho e suas interpretações. In MARICATO, Ermínia *et al.*(org.) **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 7 - 12.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia e sociedade**. Pontofícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. V.21, n. 2, 2009. P. 166 - 173.

SÁ, Ana Isabel et al.. Cartografias emergentes da cultura. In RENA, Alemar; RENA, Natacha (org.). **Design e Política**. Belo Horizonte: Fluxos, 2014. p. 169-184.

SÁ, Ana Isabel et al. IndAtlas: Plataforma de Investigação Tecnopolítica do Território Urbano. **Disegnarecon**. v. 11, n. 20, jun. 2018. p. 2.1 - 2.18.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia *et al.*. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 96 - 100..

SANTOS, Boaventura. **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2a Edição, São Paulo: Organizador, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia *et al.*. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 19 - 26.

SILVA, Ricardo Oliveira. Revolução, história e tempo. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 15, n. 1, jan./jun. 2015, p. 251-267.

SILVEIRA, Sérgio. “Insurgências, redes de opinião e coletivos de intervenção”. In: MENDONÇA, R. F.; PEREIRA, M. A.; FILGUEIRAS, F. (org.). **Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2016.

SIQUEIRA, Carlos Eduardo; CASTRO; Hermano; ARAÚJO, Tânia Maria. A globalização dos movimentos sociais: resposta social à Globalização Corporativa Neoliberal. **Ciência e Saúde Coletiva**. 2003, p. 847 - 858.

SIQUEIRA, Mariana; RENA, Natacha. Um dos mais influentes pensadores marxistas da atualidade expõe o papel central da urbanização na economia mundial. **aU**, fev. 2015. Urbanismo, p. 160. Disponível em: <<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/251/artigo338475-1.aspx>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

SOUZA, Marcelo. Which right to which city? In defense of political-strategic clarity. **Interface**, v.2, pp.315-333, 2010.

STALLMAN, Richard. **Free software, free society: selected essays of Richard M. Stallman**. Boston, GNU Press, 2002.

TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos Estudos** 104, São Paulo, p. 93-109, mar. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/306056929_Direito_a_cidade_uma_trajetoria_conceitual>. Acesso em: 04 jun. 2018.

TELÉSFORO, João; PARANÁ, Edemilson. Dentro do redemoinho: a internet e a revolução. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2014, p. 134 - 141.

TORET, Javier “15M: Acontecimento, emoções coletivas e movimentos na rede”. In: RENA, Alemar; BAMBOZZI, Lucas; RENA, Natacha (org.). **Tecnopolíticas do comum: artes, urbanismo e democracia**. Belo Horizonte, Fluxos, 2016.

TILLY, Charles. **Big structures, large processes, huge comparisons**. New York: Russel Sage Fdtn., 1984.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e Cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova**, São Paulo, 87: 139-165, 2012.

WALLERSTEIN, I. Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial. in: DOS SANTOS, Theotonio (coord.); MARTINS; C.E., SÁ, Fernando; BRUCKMANN, Mônica. **Os impasses da globalização**. Rio de Janeiro: Edições Loyola. 2003.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. in: **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: ed. Boitempo. 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, Ermínia *et al.*. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 102 - 108.

ŽIŽEK, Slavoj. Reciclagem, comidas orgânicas, andar de bicicleta...: não é assim que nós salvaremos o planeta. Tradução de Daniel Alves Teixeira, **LavraPalavra**, [S.l.], 07 mar. 2017. Tag slavoj-zizek, p. 1. Disponível em:

<[https://lavrpalavra.com/2017/03/07/reciclagem-comidas-organicas-andar-de-bicicleta-nao-e-
assim-que-nos-salvaremos-o-planeta/](https://lavrpalavra.com/2017/03/07/reciclagem-comidas-organicas-andar-de-bicicleta-nao-e-assim-que-nos-salvaremos-o-planeta/)>. Acesso em: 26 fev. 2018.